

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCUS ROBERTO DE OLIVEIRA

AGENTES, CAMPOS E CAPITAIS: UMA PROSOPOGRAFIA DOS
CONSELHEIROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE
SANEAMENTO DO PARANÁ (1998-2010).

CURITIBA

MARÇO DE 2020

MARCUS ROBERTO DE OLIVEIRA

AGENTES, CAMPOS E CAPITAIS: UMA PROSOPOGRAFIA DOS
CONSELHEIROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE
SANEAMENTO DO PARANÁ (1998-2010).

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira.

CURITIBA

MARÇO DE 2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Oliveira, Marcus Roberto de
Agentes, campos e capitais : uma prosopografia dos conselheiros do
Conselho de Administração da Companhia de Saneamento do Paraná (1998-
2010). / Marcus Roberto de Oliveira. – Curitiba, 2020.

Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira

1. Abastecimento de água nas cidades - Paraná. 2. Companhia de
Saneamento do Paraná. 3. Paraná – Política e governo. 4. Poder (Ciências
sociais). I. Oliveira, Ricardo Costa de, 1964-. II. Título.

CDD – 354.366098162

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **MARCUS ROBERTO DE OLIVEIRA** intitulada: **AGENTES, CAMPOS E CAPITAIS: UMA PROSOPOGRAFIA DOS CONSELHEIROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CAAd) DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (SANEPAR) ENTRE 1998 E 2010**, sob orientação do Prof. Dr. RICARDO COSTA DE OLIVEIRA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 21 de Maio de 2020.

Assinatura Eletrônica

21/05/2020 17:14:45.0

RICARDO COSTA DE OLIVEIRA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

21/05/2020 17:35:31.0

VANDERLEI HERMES MACHADO
Avaliador Externo (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO
PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

21/05/2020 17:14:31.0

LUIZ DEMETRIO JANZ LAIBIDA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

21/05/2020 17:16:24.0

JOSÉ MARCIANO MONTEIRO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE)

Assinatura Eletrônica

21/05/2020 17:18:56.0

SOLANGE CRISTINA RODRIGUES FIUZA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE)

*“Para os peixinhos do aquário,
quem troca a água é Deus”.*

Autor desconhecido

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda minha família, que sempre esteve presente nos momentos mais importantes da produção desta tese; aos meus pais, Roberto e Eliane, aos meus filhos, Robertinho e Nino, às minhas irmãs, Roberta e Renata, à minha nora Carla e, especialmente, à minha esposa Luciana, que me incentivou e me confortou nesta jornada, do início ao fim.

Também quero agradecer ao meu orientador, o Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira, que acreditou no meu projeto (mesmo quando eu estava afastado do ambiente acadêmico por 11 anos) e me oportunizou imprescindíveis instruções ao longo dos últimos quatro anos.

Agradeço ao apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que me proporcionou uma bolsa desde o início do presente doutoramento; sem ela, certamente, a realização desta tese estaria comprometida.

Também gratulo ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e seu corpo docente, pela qualidade de suas respectivas contribuições; elas foram igualmente fundamentais.

E por fim, meus agradecimentos aos integrantes das bancas de qualificação e de defesa, o Prof. Dr. José Marciano Monteiro, o Prof. Dr. Luiz Demétrio Janz Laibida, a Prof^a. Dr^a. Solange Cristina Rodrigues Fiuza e o Prof. Dr. Vanderlei Hermes Machado, pelos comentários e considerações feitas nas duas ocasiões, às companheiras e aos companheiros do Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP), pela paciência, pelas sugestões e pela luta, e a todas as pessoas que, de uma maneira ou outra, também me ajudaram nesta caminhada.

RESUMO

Os serviços de abastecimento de água tratada e própria para consumo e esgotamento sanitário (comumente conhecidos como saneamento básico) movimentam recursos acerca de materiais de construção, saberes técnicos, financiamentos, tributações estatais, equipamentos e tecnologias especializadas, a ponto de proporcionar ambições políticas. A ideia de “bem comum” pode ser sistematicamente associada aos ofícios e à infraestrutura do saneamento básico, justamente pelo consenso que existe em torno da necessidade de tais serviços, sobretudo no que diz respeito à sobrevivência das pessoas diante das contradições sanitárias de inúmeros processos de metropolização. No entanto, as avaliações e as medidas (econômicas e políticas) do Estado promovem grupos políticos contrários um ao outro. Tais situações conflituosas podem ser compreendidas como ocorrências cotidianas na formulação, implantação e administração de políticas públicas. Diante desta perspectiva, o Estado do Paraná evidencia elementos interessantes, em especial, se circunscrevermos a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), a empresa mista (estatal/privada) responsável pelo saneamento básico paranaense. A SANEPAR tem papel estratégico na cena política paranaense, no que tange à sua utilização para exercício e permanência de poder. Nesse sentido, uma estrutura da SANEPAR merece atenção: o seu Conselho de Administração (CAd). À luz de crivos burocráticos, o CAd da SANEPAR é o arranjo que assegura medidas administrativas que transpassam uma gama de interesses políticos conjunturalmente prevalentes. Assim: Quem são os agentes que exercem os cargos de conselheiros do CAd da SANEPAR? Quais os requisitos necessários para um agente tornar-se conselheiro do CAd da SANEPAR? No intuito de responder tais interrogações, o presente estudo reside numa sistemática análise prosopográfica da atuação e da composição do CAd da SANEPAR entre 1998 e 2010; período que marca o ingresso da companhia no mercado financeiro, num contexto em que grupos políticos adversários estiveram à frente da administração da empresa. Nessa empreitada, as principais variáveis de pesquisa foram os capitais detidos pelos agentes pesquisados e seus respectivos posicionamentos em campos sociais que vigoraram na época.

Palavras-chave: 1) Sistemas de água e esgoto no Brasil; 2) Campo social; 3) Poder; 4) Política paranaense; 5) CAd da SANEPAR entre 1998 e 2010.

ABSTRACT

Services for the supply of treated water, suitable for consumption and sewage (commonly known as basic sanitation) move resources about construction materials, technical knowledge, financing, state taxation, equipment and specialized technologies, to the point of providing political ambitions. The idea of “common good” can be systematically associated with the jobs and infrastructure of basic sanitation, precisely because of the consensus that exists around the need for such services, especially with regard to the survival of people in the face of the health contradictions of countless health processes. metropolization. However, the state's (economic and political) assessments and measures promote political groups opposed to each other. Such conflicting situations can be understood as everyday occurrences in the formulation, implementation and administration of public policies. Given this perspective, the State of Paraná shows interesting elements, especially if we circumscribe the Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), the mixed company (state / private) responsible for basic sanitation in Paraná. SANEPAR has a strategic role in the political scene in Paraná, with regard to its use for the exercise and permanence of power. In this sense, a SANEPAR structure deserves attention: its Board of Directors (CAd). In the light of bureaucratic scrutiny, SANEPAR's CAd is the arrangement that ensures administrative measures that span a range of conjuncturally prevalent political interests. Thus: Who are the agents that exercise the positions of advisers of the CAd of SANEPAR? What are the requirements for an agent to become an advisor to SANEPAR's CAd? In order to answer such questions, the present study resides in a systematic prosopographic analysis of the performance and composition of SANEPAR's CAd between 1998 and 2010; period that marks the company's entry into the financial market, in a context in which opposing political groups were at the head of the company's management. In this endeavor, the main research variables were the capital held by the surveyed agents and their respective positions in social fields that were in force at the time.

Keywords: 1) Water and sewage systems in Brazil; 2) Social field; 3) Power; 4) Parana's politics; 5) SANEPAR's CAd between 1998 and 2010.

LISTA DE SIGLAS

ABEP - Associação Brasileira de Empresas Estaduais de Processamento de Dados

ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental

ACP - Associação Comercial do Paraná

ADETUR LITORAL - Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná

ADIFEA - Associação dos Diplomados da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo

AEN – Agência Estadual de Notícias

AESBE - Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento

AFAC - Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital

AGE - Assembleia Geral Extraordinária

AGEPAR - Companhia de Água e Esgotos do Paraná

AI-5 – Ato Institucional nº 5

ALEP – Assembleia Legislativa do Paraná

Alep – Assembleia Legislativa do Paraná

AMEPAR - Associação dos Municípios do Médio Paranapanema

AMIG - Associação Pró-Memória da Imigração Germânica

APASEMS - Associação Paranaense de Secretários Municipais de Saúde

APEP - Associação de Procuradores do Estado do Paraná

APMIF - Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Família

APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

ASBEMI - Associação Brasileira de Entidades Municipais de Informática

ASSESA - União das Associações de Empregados da SANEPAR

BA – Bahia

BANESTADO - Banco do Estado do Paraná

BM&F - Bolsa de Mercadorias & Futuros

BMG - Banco do Estado de Minas Gerais

BMJ - British Medical Journal

BMW - Bayerische Motoren Werke

BNH - Banco Nacional de Habitação

BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo

BPP – Biblioteca Pública do Paraná

BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

CAd – Conselho de Administração

CC5 - Contas previstas na carta circular nº 5

CCIBJ-PR – Câmara de Comércio e Indústria Brasil Japão do Paraná

CCJ – Comissão de Constituição e Justiça

CCR – Companhia de Concessões Rodoviárias

CEDAE - Companhia Estadual de Águas e Esgotos

CEEE-PAR – Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações

CEJUSC - Centro Judiciário de Soluções de Conflito e Cidadania

CELEPAR - Companhia de Informática do Paraná

CEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais

CETRAN - Conselho Estadual de Trânsito do Paraná

CFS - Compagnie Générale de Télégraphie Sans Fil

CIAP - Centro Integrado de Apoio Profissional

CIC-S/A. - Companhia de Desenvolvimento de Curitiba

CMC – Câmara Municipal de Curitiba

CNV – Comissão Nacional da Verdade

COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná

COLIT - Conselho de Desenvolvimento do Litoral Paranaense

COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONASEMS - Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde

CONASS - Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde

CONESA - Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária

CONJUR – Consultor Jurídico

CONSESP - Conselho Nacional de Secretários da Segurança Pública do Brasil

COOPERGS - Cooperativa De Trabalhadores Autônomos Do Estado Do Rio Grande Do Sul Ltda.

COPATI - Consórcio Intermunicipal de Recuperação Ambiental do Rio Tibagi

COPEL - Companhia Paranaense de Energia

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CRE - Coordenação da Receita do Estado

CSN - Companhia Siderúrgica Nacional

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

DAE - Departamento de Água e Esgotos

DEC/UFCG – Departamento de Engenharia Civil da Universidade Federal de Campina Grande

DEM – Democratas

DEMEC-PR - Delegacia Regional do Ministério de Educação e Cultura

DF – Distrito Federal

DVI - Identificação de Vítimas de Desastres

EBCP - Empresa Brasileira de Consultoria Econômica e Participações Ltda.

ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A

EMAP - Escola da Magistratura do Estado do Paraná

EMBRACON - Empresa Brasileira de Consultoria

EMOPAR - Empresa de Obras Públicas do Paraná

EPS - Empresa Paranaense de Sistemas

EUA – Estados Unidos da América

FAE - Faculdade Católica de Administração e Economia

FAMEPAR - Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná

FAMEPAR – Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná

FDE - Fundo de Desenvolvimento Econômico e do Paraná Fundo S.A

FEPECS - Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde

FESP - Fundação de Estudos Sociais do Paraná

FETEC-PR - Federação dos/as Trabalhadores/as em Empresas de Crédito do Paraná

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNS - Fundo Nacional de Saúde

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

FUNDEPAR - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná

FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau

GO – Goiás

HC – Habeas Corpus

IAN – Informações Anuais

IAP – Instituto Ambiental do Paraná

IBEJ - Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IEL-PR - Instituto Euvaldo Lodi do Paraná

IES-PR - Instituto de Ensino Superior do Paraná

IFPR – Instituto Federal do Paraná

IHGS – Instituto Histórico Geográfico de Santos

IMAP - Instituto Municipal de Administração Pública

IML – Instituto Médico Legal

INCEPA - Indústria Cerâmica Paraná S.A

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

INTERPOL - The International Criminal Police Organization

IPARDES - Instituto Paranaense Desenvolvimento Econômico e Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPEM - Instituto de Pesos e Medidas

IPEM-PR - Instituto de Pesos e Medidas do Paraná

IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

ITCF – Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Paraná

JBIC - Japan Bank for International Cooperation

LAC - Laboratório Central de Eletrotécnica e Eletrônica

LACCA - Latin American Corporate Counsel Association

Ldf - Luiz Fernando Ferreira Delazari

M&A - Mergers and Acquisitions

MBA - Master of Business Administration

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MG – Minas Gerais

MJ – Ministério da Justiça

MP – Ministério Público

MPF – Ministério Público Federal

MP-PR – Ministério Público do Paraná

MS – Mato Grosso do Sul

MT – Mato Grosso

NDI - Núcleo de Direitos Indígenas

NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses da Universidade Federal do Paraná

NY – New York

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

ONG – Organização Não Governamental

PARANASAN - Projeto de Saneamento do Paraná

PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PF – Polícia Federal

PFL - Partido da Frente Liberal

PGE-PR - Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

PHX – Pedro Henrique Xavier

PLANASA - Plano Nacional de Saneamento

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PN: Ações preferenciais

PP - Partido Progressista

PR – Paraná

PROCEMPA - Cia. Municipal de processamento de Dados de Porto Alegre

PROCERGS - Cia. De Processamento de Dados do Rio Grande do Sul

PRORURAL - Projeto integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSC-PR - Partido Social Cristão do Paraná

PSD - Partido Social Democrático

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PT-RS – Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul

PUC-PR – Pontifícia Universidade Católica do Paraná

PUC-RJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RMC – Região Metropolitana de Curitiba

RO – Rondônia

RS – Rio Grande do Sul

S/A – Sociedade Anônima

SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná

SBT - Sistema Brasileiro de Televisão

SC – Santa Catarina

SEAMAC - Sindicato dos Trabalhadores no Saneamento

SEED-PR - Secretaria de Estado da Educação do Paraná

SEET - Secretaria Estadual de Esporte e Turismo

SEFA - Secretaria de Estado da Fazenda

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENGE-PR - Sindicato dos Engenheiros do Paraná

SEPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados

SESA - Secretaria da Saúde do Paraná

SINDUSCON-PR - Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná

SP – São Paulo

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

SUDERHSA - Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental

SUS – Sistema Único de Saúde

TC – Tomada de Contas

TCE-PR – Tribunal de Contas do Estado do Paraná

TCU – Tribunal de Contas da União

TELEPAR – Telecomunicações do Paraná S.A

TJ-PR – Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRE-PR – Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná

TRF4 - Tribunal Regional Federal da 4ª região

UEL - Universidade Estadual de Londrina

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

ULB - Université Libre de Bruxelles

UnB – Universidade de Brasília

UNE - União Nacional dos Estudantes

UniBrasil - Centro Universitário Autônomo do Brasil

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UNIFAE - Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá

UOL – Universo Online

URBS - Urbanização de Curitiba S.A

USA – Unidet States of America

USP – Universidade de São Paulo

UTP - Universidade Tuiuti do Paraná

VEOLIA - Compagnie Generale dès Eaux

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	27
1 A PERSPECTIVA SOCIAL DO SANEAMENTO NO BRASIL E A CRIAÇÃO DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (SANEPAR)	38
1.1 O PROTAGONISMO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO NO BRASIL	38
1.2 A EXPERIÊNCIA PARANAENSE DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA TRATADA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO	44
1.2.1 O legislativo curitibano e o impasse dos “tostões”	48
1.2.2 A curiosa história de Francisco Castellano	50
1.3 A CRIAÇÃO DA SANEPAR	51
1.4 A DISPUTA ENTRE O GOVERNO DO PARANÁ E A DOMINÓ HOLDINGS PELO CONTROLE DA SANEPAR	56
2 AGÊNCIA, ESTRUTURA E PODER NOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO NO PARANÁ ENTRE 1998 E 2002	63
2.1 A SANEPAR NO CONTEXTO 1998-2002	63
2.2 OS CONSELHEIROS DO CAd DA SANEPAR (1998-2002)	68
3 AGÊNCIA, ESTRUTURA E PODER NOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO NO PARANÁ ENTRE 2003-2010	83
3.1 O GOVERNO DO PARANÁ X DOMINÓ HOLDINGS: PELO CONTROLE DA SANEPAR ENTRE 2003-2010	83
3.2 OS CONSELHEIROS DO CAd DA SANEPAR (2003-2010)	88
4 A SISTEMATIZAÇÃO ESTATÍSTICA DAS TRAJETÓRIAS SOCIAIS DOS CONSELHEIROS QUE COMPUSERAM O CAd DA SANEPAR ENTRE 1998 E 2010	127

4.1	OS CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (1998-2002) E SEUS CAMPOS E CAPITAIS	127
4.2	O CAMPO EMPRESARIAL NO CAAd DA SANEPAR ENTRE 1998-2002	129
4.3	O CAMPO JURÍDICO NO CAAd DA SANEPAR ENTRE 1998-2002 ..	131
4.4	O CAMPO POLÍTICO NO CAAd DA SANEPAR ENTRE 1998-2002 ..	132
4.5	O CAMPO MÉDICO NO CAAd DA SANEPAR ENTRE 1998-2002	134
4.6	O CAMPO PROFISSIONAL NO CAAd DA SANEPAR ENTRE 1998-2002	135
4.7	OS CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (2003-2010) E SEUS CAMPOS E CAPITAIS	136
4.8	O CAMPO EMPRESARIAL NO CAAd DA SANEPAR ENTRE 2003-2010	137
4.9	O CAMPO JURÍDICO NO CAAd DA SANEPAR ENTRE 2003-2010 ..	138
4.10	O CAMPO POLÍTICO NO CAAd DA SANEPAR ENTRE 2003-2010 ..	140
4.11	O CAMPO PROFISSIONAL NO CAAd DA SANEPAR ENTRE 2003-2010	141
4.12	O CAPITAL POLÍTICO FAMILIAR NO CAAd DA SANEPAR (1998-2010)	142
	CONCLUSÃO	146
	REFERÊNCIAS	151
	APÊNDICE 1: GIOVANI GIONÉDIS	187
	APÊNDICE 2: INGO HENRIQUE HÜBERT	191
	APÊNDICE 3: RICARDO COUTINHO DE SENNA	194
	APÊNDICE 4: JOSÉ CARLOS IRAGO GARCIA	197
	APÊNDICE 5: MIGUEL SALOMÃO	199

APÊNDICE 6: HITOSHI NAKAMURA	201
APÊNDICE 7: ARMANDO MARTINHO BARDOU RAGGIO	203
APÊNDICE 8: RODRIGO BHERING DE ANDRADE	206
APÊNDICE 9: HAMILTON APARECIDO GIMENES	208
APÊNDICE 10: JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO	210
APÊNDICE 11: CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS	214
APÊNDICE 12: PEDRO HENRIQUE XAVIER	217
APÊNDICE 13: SERGIO BOTTO DE LACERDA	224
APÊNDICE 14: ROGÉRIO DISTEFANO	231
APÊNDICE 15: HERON ARZUA	235
APÊNDICE 16: MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI	240
APÊNDICE 17: JEAN-MARIE D'ASPE	245
APÊNDICE 18: NESTOR CELSO IMTHON BUENO	248
APÊNDICE 19: IZABEL CRISTINA MARQUES	252
APÊNDICE 20: JOZÉLIA NOGUEIRA BROLIANI	254
APÊNDICE 21: MARLIK BENTABET	257

APÊNDICE 22: JÚLIO CÉSAR DA SILVA	260
APÊNDICE 23: JOSÉ MARIA FERREIRA	261
APÊNDICE 24: TATIANNNA CRUZ BOVE IATAURO	266
APÊNDICE 25: JULIO CÉZAR DE SOUZA ARAÚJO FILHO	270
APÊNDICE 26: IWAN SABATELLA FILHO	272
APÊNDICE 27: CÁIO JULIO CESAR BRANDÃO PINTO	274
APÊNDICE 28: MARCO ANTONIO LIMA BERBERI	277
APÊNDICE 29: CARLOS FREDERICO MARÉS DE SOUZA FILHO	282
APÊNDICE 30: LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI	286
APÊNDICE 31: DARCY DEITOS	292
APÊNDICE 32: ALTEVIR ROCHA DE ANDRADE	295
APÊNDICE 33: RENATO TORRES DE FARIA	298
APÊNDICE 34: KEVIN MICHAEL ALTIT	301
APÊNDICE 35: CAMPOS SOCIAIS, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAd DA SANEPAR (1998-2002) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR CAMPO	304
APÊNDICE 36: OS CONSELHEIROS DO CAd DA SANEPAR (1998-2002) CONFORME CAMPOS SOCIAIS	305

APÊNDICE 37: FORMAÇÕES PROFISSIONAIS NO CAMPO EMPRESARIAL, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (1998-2002) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL	306
APÊNDICE 38: FORMAÇÕES PROFISSIONAIS NO CAMPO JURÍDICO, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (1998-2002) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL	307
APÊNDICE 39: FORMAÇÕES PROFISSIONAIS NO CAMPO MÉDICO, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (1998-2002) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL	308
APÊNDICE 40: FORMAÇÕES PROFISSIONAIS NO CAMPO POLÍTICO, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (1998-2002) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL	309
APÊNDICE 41: FORMAÇÕES PROFISSIONAIS NO CAMPO PROFISSIONAL, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (1998-2002) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL	310
APÊNDICE 42: CATEGORIAS DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR EM QUE OS CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (1998-2002) ESTUDARAM	311
APÊNDICE 43: INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR NO CAMPO EMPRESARIAL, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (1998-2002) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR INSTITUIÇÃO	312
APÊNDICE 44: INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR NO CAMPO JURÍDICO, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAAd DA	

SANEPAR (1998-2002) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR INSTITUIÇÃO	313
APÊNDICE 45: INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR NO CAMPO MÉDICO, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (1998-2002) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR INSTITUIÇÃO	314
APÊNDICE 46: INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR NO CAMPO POLÍTICO, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (1998-2002) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR INSTITUIÇÃO	315
APÊNDICE 47: INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR NO CAMPO PROFISSIONAL, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (1998-2002) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR INSTITUIÇÃO	316
APÊNDICE 48: CARGOS DE ESTADO NO CAMPO EMPRESARIAL, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (1998-2002) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR CARGO	317
APÊNDICE 49: CARGOS DE ESTADO NO CAMPO JURÍDICO, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (1998-2002) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR CARGO	318
APÊNDICE 50: CARGOS DE ESTADO NO CAMPO MÉDICO, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (1998-2002) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR CARGO	319
APÊNDICE 51: CARGOS DE ESTADO NO CAMPO POLÍTICO, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (1998-2002) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR CARGO	320

APÊNDICE 52: CARGOS DE ESTADO NO CAMPO PROFISSIONAL, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (1998-2002) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR CARGO	321
APÊNDICE 53: CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (1998-2002) COM CAPITAL POLÍTICO FAMILIAR EM SEUS RESPECTIVOS CAMPOS SOCIAIS	322
APÊNDICE 54: CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (1998-2002) COM PARENTES EM CARGOS DE ESTADO EM SEUS RESPECTIVOS CAMPOS SOCIAIS	323
APÊNDICE 55: CAMPOS SOCIAIS, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (2003-2010) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR CAMPO	324
APÊNDICE 56: OS CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (2003-2010) CONFORME CAMPOS SOCIAIS	325
APÊNDICE 57: FORMAÇÕES PROFISSIONAIS NO CAMPO EMPRESARIAL, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (2003-2010) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL	327
APÊNDICE 58: FORMAÇÕES PROFISSIONAIS NO CAMPO JURÍDICO, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (2003-2010) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL	328
APÊNDICE 59: FORMAÇÕES PROFISSIONAIS NO CAMPO POLÍTICO, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (2003-2010) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL	329

APÊNDICE 60: FORMAÇÕES PROFISSIONAIS NO CAMPO PROFISSIONAL, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (2003-2010) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL	330
APÊNDICE 61: CATEGORIAS DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR EM QUE OS CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (2003-2010) ESTUDARAM	331
APÊNDICE 62: INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR NO CAMPO EMPRESARIAL, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (2003-2010) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR INSTITUIÇÃO	332
APÊNDICE 63: INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR NO CAMPO JURÍDICO, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (2003-2010) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR INSTITUIÇÃO	334
APÊNDICE 64: INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR NO CAMPO POLÍTICO, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (2003-2010) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR INSTITUIÇÃO	336
APÊNDICE 65: INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR NO CAMPO PROFISSIONAL, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (2003-2010) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR INSTITUIÇÃO	338
APÊNDICE 66: CARGOS DE ESTADO NO CAMPO EMPRESARIAL, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (1998-1992) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR CARGO	339

APÊNDICE 67: CARGOS DE ESTADO NO CAMPO JURÍDICO, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CA_d DA SANEPAR (2003-2010) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR CARGO	340
APÊNDICE 68: CARGOS DE ESTADO NO CAMPO POLÍTICO, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CA_d DA SANEPAR (2003-2010) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR CARGO	341
APÊNDICE 69: CARGOS DE ESTADO NO CAMPO PROFISSIONAL, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CA_d DA SANEPAR (2003-2010) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR CARGO	342
APÊNDICE 70: CONSELHEIROS DO CA_d DA SANEPAR (2003-2010) COM CAPITAL POLÍTICO FAMILIAR EM SEUS RESPECTIVOS CAMPOS SOCIAIS	343
APÊNDICE 71: CONSELHEIROS DO CA_d DA SANEPAR (2003-2010) COM PARENTES EM CARGOS DE ESTADO EM SEUS RESPECTIVOS CAMPOS SOCIAIS	344
ANEXOS: TRAJETÓRIAS DOS CONSELHEIROS DO CA_d DA SANEPAR (1998-2010) CONFORME FONTES DE IMPRENSA	345

INTRODUÇÃO

Os serviços de abastecimento de água tratada e própria para consumo e esgotamento sanitário (comumente conhecidos como saneamento básico) (SANEPAR, 2020) movimentam recursos acerca de materiais de construção, saberes técnicos, financiamentos, tributações estatais, equipamentos e tecnologias especializadas, a ponto de proporcionar ambições políticas, visto que tais ofícios podem ser compreendidos como procedimentos constituintes de políticas públicas de saúde que versam sobre cidadania e salubridade ambiental.

A ideia de “bem comum” (ROUSSEAU, 2002) pode ser sistematicamente associada aos ofícios e à infraestrutura do saneamento básico, justamente pelo consenso que existe em torno da necessidade de tais serviços, sobretudo no que diz respeito à sobrevivência das pessoas diante das contradições sanitárias de inúmeros processos de metropolização (LENCIONI, 2011). Assim, a partir desse consenso, passa a vigorar uma avença em termos institucionais. “A pessoa pública” do Estado, “soberano, quando é ativo; autoridade, quando comparado a seus semelhantes”, sanciona, regulariza, autentica os serviços de água e esgoto, fazendo com que as pessoas privadas adquiram “coletivamente o nome de povo”, e se chamem “particularmente cidadãos, na qualidade de participantes na autoridade soberana, e vassallos, quando sujeitos às leis do Estado” (ROUSSEAU, 2002, p. 10).

No entanto, as avaliações e as medidas (econômicas e políticas) do Estado promovem grupos políticos contrários um ao outro. Tais situações conflituosas podem ser compreendidas como ocorrências cotidianas na formulação, implantação e administração de políticas públicas. Nessa lógica, as situações e exercícios de poder são elementos importantes para estudos sobre as políticas públicas de água e esgoto, pois tais iniciativas, para além de um aparato técnico sistematizado, são resultantes de realidades de conflito de interesses que envolvem grupos políticos num dado contexto. Portanto, seu desdém tende a separação do “mundo do governo e da administração pública do mundo da política” (SOUZA, 2003, p. 17).

Diante desta perspectiva, o Estado do Paraná evidencia elementos interessantes, em especial, se circunscrevermos a SANEPAR, a empresa mista (estatal/privada) responsável pelo saneamento paranaense, fundada em 1963 e que, nas inúmeras disputas locais (políticas, eleitorais, econômicas, ambientais, etc.), tem presença constante na agenda de todos os grupos políticos regionais.

Para ilustrar a referida observação, a cúpula da SANEPAR se reuniu em 2011 e instituiu 30 cargos comissionados, os quais foram alcunhados como “consultores estratégicos”, e posteriormente mais 14 foram criados. Na interpretação do MP-PR, “para que um cargo comissionado em empresa pública exista, é necessário que haja uma lei”. Nessa lógica, em abril de 2014, o MP-PR, aceitando a denúncia oferecida pelo SENGE-PR, “recomendou que as funções fossem extintas, e que o Estatuto Social da empresa, que permite essa manobra, fosse alterado” (MARÉS, 2015, não p.).

Mas a recomendação do MP-PR foi ignorada pela SANEPAR. Assim, naquela conjuntura, permaneceram 44 funcionários, cujos salários poderiam chegar à R\$ 22 mil ao mês. E uma significativa quantidade desses cargos comissionados foi ocupada por pessoas ligadas ao grupo político do então governador Beto Richa (PSDB-PR); entre elas estão “ex-vereadores, ex-deputados, ex-prefeitos, esposa de secretário de Estado e dirigentes” da sucursal paranaense do PSDB (MORAIS, 2015, não p.). Diante do referido cenário, o MP-PR “ingressou em setembro (de 2014) com uma ação civil pública contra a companhia” (MARÉS, 2015, não p.).

As indicações políticas na SANEPAR são corriqueiras na política paranaense. Além de Beto Richa, nos governos Jaime Lerner (1994-2002 pelo antigo PFL) e Roberto Requião (2003-2010 pelo antigo PMDB) o mesmo expediente também foi utilizado (OLIVEIRA, 2012).

Outro ponto que também figura de maneira muito intensa é a lucratividade da parte privada da SANEPAR. A existência desse setor é prevista no estatuto social da companhia e, no ano de 2014, juntamente com “o aumento do lucro dos sócios privados da empresa de água e esgoto”, também veio um aumento da “oferta de ações como garantia de obrigações contratuais em Parcerias Público-Privadas” (MORAIS, 2015, não p.).

As situações descritas podem ser compreendidas como exemplos práticos do papel estratégico da SANEPAR na cena política paranaense, no que tange à sua utilização para exercício e permanência de poder. Nesse sentido, uma estrutura da SANEPAR merece atenção: o seu CAd. Conforme o estatuto da empresa (SANEPAR, 2012), o CAd aprova, delibera e retifica iniciativas em diversas áreas organizacionais (políticas públicas, contratações, mercado de ações, empréstimos, financiamentos, etc.). Assim sendo, o CAd da SANEPAR, à luz dos seus crivos burocráticos, é o arranjo que assegura medidas administrativas que transpassam uma gama de interesses políticos conjunturalmente prevalentes.

Diante de tal panorama, surgem dois questionamentos importantes acerca do CAd da SANEPAR: Quem são os agentes que exercem os cargos de conselheiros do CAd da SANEPAR? Quais os requisitos necessários para um agente tornar-se conselheiro do CAd da SANEPAR? Técnicos? Políticos? No intuito de responder tais interrogações, o presente estudo reside numa análise sistemática da atuação e da composição do CAd da SANEPAR entre 1998 e 2010; período que marca o ingresso da companhia no mercado financeiro, num contexto em que grupos políticos adversários estiveram à frente da administração da empresa.

Encaminhamos tais interrogações a sua ouvidoria, e juntamente, revelamos a intensão de realizar pesquisas biográficas acerca dos conselheiros do CAd da SANEPAR (1998-2010). Assim, a Ouvidoria da SANEPAR respondeu que:

[...] A indicação dos Diretores e Conselheiros da Companhia é de competência do Acionista Majoritário e também dos Acionistas Minoritários, conforme Acordo de Acionistas existentes. [...] Os critérios das indicações têm base no Estatuto da Companhia e desta forma, não temos como avaliar o grau de influência técnica e/ou política dos dirigentes que passaram pela Companhia no período considerado (SANEPAR, 2016, não p.).

No entanto, em termos de hipótese, é plausível afirmar que os conselheiros do CAd da SANEPAR (1998-2010) foram (em grande parte) agentes tradicionalmente dominantes da política paranaense (OLIVEIRA, 2012), que detiveram e mobilizaram um conjunto de capitais (correspondentes a seus respectivos campos sociais) com alto lastro de conversão, reconversão e transmissão (SAINT-MARTIN, 1995).

Também é verossímil sustentar que a predita sistematização foi imprescindível para a ocupação do cargo de conselheiro do CAd da SANEPAR entre 1998 e 2010, e definiu a dinâmica dos processos que envolveram as correntes demandas humanas pelos serviços de água e esgoto, num contexto de rupturas e continuidades de exercícios do poder político no Paraná, contemplando o CAd da SANEPAR num mecanismo a serviço dos interesses econômicos e políticos de uma classe dominante tradicional (OLIVEIRA, 2012).

O CAd da SANEPAR (1998-2010) será apreendido como uma estrutura burocrática oriunda de um conjunto de processos políticos, que transcende balizas ideológicas. No período em questão, dois grupos políticos com propósitos distintos figuraram no CAd da SANEPAR: o governo Jaime Lerner (1998-2002), que sustentava iniciativas de desregulamentação em prol da remuneração do setor privado da empresa junto ao mercado financeiro de ações, e o governo Roberto Requião (2003-2010) que, em oposição ao consórcio político que o antecedeu, almejava um contínuo e sistemático controle estatal da companhia, que seria voltado à compreensão expansão dos serviços paranaenses de água e esgoto como elementos estratégicos de desenvolvimento regional (LAIBIDA, 2015). Por meio dessa delimitação, as diferenças e semelhanças das referidas gestões serviram como subsídios norteadores na caracterização das atuações de seus respectivos conjuntos político-administrativos.

Previamente, compreenderemos as políticas públicas de saneamento básico como resultantes de um consenso social em torno da necessidade dos serviços de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário (HOCHMAN, 1998). Juntamente com essa caracterização, o fato de tais ofícios demandarem significativos recursos para suas formulações, implantações e administrações, também nos leva a apreender as situações de saneamento básico como importantes movimentações de fomento e mobilização de capitais (BOURDIEU, 1996) indispensáveis para o exercício de poder na cena política paranaense em questão.

Por meio de tais raciocínios, é plausível sustentar que, para além de seus atributos técnicos, a SANEPAR é uma instituição conjunturalmente política, ou seja, a SANEPAR será compreendida como uma organização permeada por tradicionais redes de relações que envolvem agentes, campos e capitais, numa lógica de

estabelecimento (institucionalização) de normas e interesses diversos, num contexto em que as políticas públicas de saneamento básico expressam um consenso social em torno da necessidade das mesmas (MONTEIRO, 2019). Nessa lógica, a peculiaridade política da SANEPAR é expressa pelo seu CAAd, nomeadamente, pelos agentes que ocupam os postos de conselheiros do CAAd da SANEPAR. Ao destacarmos tal atributo, o CAAd da SANEPAR foi abordado a partir dos conflitos políticos e das ações dos grupos politicamente hegemônicos (OLIVEIRA, 2012) que envolveram a companhia.

Os conselheiros do CAAd da SANEPAR do íterim 1998-2010 foram agentes escalados por uma pluralidade de interesses conflituosos, em detrimento de possíveis protagonismos técnicos. Nessa seleção, o conhecimento técnico foi de fato considerado somente quando acompanhado por outros recursos mobilizadores, ou seja, seu reconhecimento dependeu de um conjunto de capitais culturais, econômicos, políticos, simbólicos e sociais (THIRY-CHERQUES, 2006), que posicionava os conselheiros do CAAd da SANEPAR numa variedade de campos sociais e, conseqüentemente, delimitava suas respectivas atuações aos almejos dos arcaboços envolvidos (BOURDIEU, 1996). Assim sendo, os conselheiros do CAAd da SANEPAR tinham como requisitos para o cargo, o acesso a um contíguo de dotes “atuais e potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento” (BOURDIEU, 1998, p. 67).

A ausência de estudos que compreendem a SANEPAR enquanto instituição política pode ser considerada, de fato, a principal motivação no que tange à elaboração do presente trabalho. No intuito de expandir o “presente”, o conhecimento e a informação acerca de uma instituição com deliberações tão importantes como a SANEPAR, para além de atributos tradicionalmente técnicos e meramente formais, apresenta um potencial de ampliação da “realidade credível”, a qual, quanto mais ampla, “mais vasto é o campo dos sinais ou pistas credíveis e dos futuros possíveis e concretos”. A referida dilatação também abarca “multiplicidade e diversidade das experiências disponíveis e possíveis (conhecimentos e agentes)”, por meio “da ecologia dos saberes, dos tempos, das diferenças, das escalas e das produções” (SANTOS, 2002, p. 259). Nessa lógica, a proposta de uma apreensão

crítica e sistemática de conflitos, consensos e interesses que envolvem a estrutura do CAD da SANEPAR e seus componentes entre 1998-2010, privilegiando os capitais detidos e mobilizados pelos agentes politicamente enredados, diante da exiguidade vigente, pode ser considerado um ato de resistência, em especial, por se tratar de políticas públicas institucionalmente pactuadas (ROUSSEAU, 2002).

Alguns estudos na área de políticas públicas são pouco preocupados “com as questões políticas e fortemente” abancados “no pressuposto de que a formulação e a implementação de” tais iniciativas “são processos exclusivamente racionais e lineares” (SOUZA, 2003, p. 17). Nessa interpretação, uma política pública é definida como “um processo, que envolve decisões por parte de corpos e autoridades governamentais, e ações, realizadas por um ator ou um conjunto de atores, e é composto por metas e os meios para alcançá-las” (HELLER; CASTRO, 2007, p. 286). Assim, se tomarmos o saneamento básico como exemplo de política pública numa dada região, tal interpretação definirá essa atividade como um conjunto de obras, maquinários e serviços disponíveis para uma comunidade (BARROS, 1995). Nessa linha de pensamento, a funcionalidade de um sistema planejado que contempla a eficiência de serviços públicos é adotada como principal referência de análise, e os resultados de um conjunto racional e normativo figuram num primeiro plano e tendem a ficar desvinculados dos processos políticos.

Em contraponto a uma demasiada interpretação técnico-funcional, identificamos um estudo relacional envolvendo a CEDAE, as políticas públicas de saneamento no Estado do Rio de Janeiro e os recursos de poder utilizados e distribuídos por pessoas, grupos e organizações que atuaram no setor entre 1975 e 1996. Nesse panorama é proporcionada uma análise sistemática

(...) da rede de relações entre indivíduos, grupos e organizações que constitui a comunidade profissional do saneamento em nível local. Essa rede nos permite analisar a constituição da CEDAE como organização estatal ao longo dos anos, a dinâmica do poder no seu interior, e a sua inserção no ambiente político no qual ela opera, assim como explicar o padrão de contratação de empresas privadas responsáveis por obras e serviços de engenharia (MARQUES, 1999, p. 45).

A referida rede orienta as políticas estatais e pode ser delimitada pelos “capitais presentes em cada política” e pelos “atores estatais com ela envolvidos,

tendo a comunidade profissional da política como campo ou ambiente” (MARQUES, 1999, p. 46). A partir dessa interação, as iniciativas de saneamento são fundamentadas e grupos políticos passam a atuar sistematicamente na organização estatal. Tal lógica também orientou nossa pesquisa. No entanto, nosso enfoque residirá sobre o CAd da SANEPAR (1998-2010) e, conseqüentemente, sobre os agentes e os grupos políticos que influenciaram suas resoluções e iniciativas.

O presente estudo foi iniciado com um levantamento histórico – institucional do saneamento básico paranaense, com ênfase na criação e estabelecimento da SANEPAR enquanto a estrutura técnica, burocrática e política dos serviços de água e esgoto no estado. Tal arrolamento consiste numa sistematização de dados e informações oficiais coletadas a partir de documentos disponíveis para consulta na imprensa (impressa e digital), no Arquivo Público do Paraná, na BPP, na SANEPAR e nos sindicatos profissionais envolvidos na operação da companhia.

Após a sistematização oficial, um detalhamento do *modus operandi* dos conselheiros que compuseram o CAd da SANEPAR entre 1998 e 2010 foi realizado por meio de procedimentos prosopográficos (STONE, 2011).

O termo “prosopografia” pode ser compreendido como “a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas”, e sua finalidade “é dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social e descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos em seu interior” (STONE, 2011, p. 115-116). A prosopografia contempla as trajetórias sociais (LABACHE; SAINT-MARTIN, 2008) dos agentes em questão.

Tal método foi adotado devido ao fato de apresentar instrumentos que podem detalhar grupos sociais tanto nas suas composições, quanto nas suas atuações públicas. Assim, a ênfase da conjugação desses norteadores metodológicos residiu nas trajetórias familiares, intelectuais, profissionais e partidárias. Nesse sentido, as relações de parentesco e as alianças constituídas foram pontos explorados, novamente, por meio de consultas aos arquivos públicos (digitais e impressos) disponíveis.

Diante deste panorama, a investigação atravessou gerações e formou um conjugado de agentes a partir de suas biografias, carreiras e respectivas ocupações nos campos e espaços sociais. As fontes de imprensa digital (tanto a grande mídia corporativa, quanto o jornalismo alternativo) foram as principais referências. Nesse quesito é importante ressaltar que o mérito das informações levantadas não foi considerado, pois o critério adotado junto a tais fontes reside na condição de dado publicado, no intuito de identificar os capitais detidos pelos agentes pesquisados.

Contemplando a opção metodológica pela prosopografia, os agentes sociais estudados foram os conselheiros administrativos que estiveram à frente do CAd da SANEPAR entre setembro de 1998 e dezembro de 2010. Diante das atribuições do CAd da SANEPAR, é possível supor que seus conselheiros administrativos operam tecno-burocraticamente, “pela via do planejamento” (BRESSER PEREIRA, 1977, p. 80), consolidando uma hierarquia legalmente instituída junto aos serviços de água e esgoto no Paraná. Nesses processos, capitais e, conseqüentemente, interesses são sistematicamente mobilizados e consolidados.

Portanto cabe perguntar: Quem são os conselheiros administrativos do CAd da SANEPAR? O que fizeram além de administrarem a companhia? Como viveram e vivem? O que representam? O que almejam enquanto agentes do campos sociais estabelecidos? Buscaremos responder tais interrogações tendo como referência suas respectivas trajetórias (LABACHE; SAINT-MARTIN, 2008); antes, durante e depois da gestão sanepariana 1998/2002. Nessa almejada empreitada, serão referenciadas as seguintes variáveis: formação escolar, carreira profissional, vida social, polêmicas e relações familiares.

Por meio das opções metodológicas citadas, o primeiro capítulo apresenta um histórico dos serviços de saneamento no Brasil e, numa perspectiva mais específica, a cronologia dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto sanitário no Paraná, num período que circunscreveu da metade do século XIX até o ano de 2010. Com tais referências, é plausível sustentar que a experiência paranaense envolvendo os serviços de água e esgoto proporcionou uma significativa diversidade de agentes sociais, num contexto de sistêmicos conflitos no que diz respeito à premeditação, à implantação, à administração e à exploração dos ofícios em questão. Assim, os sistemas de abastecimento de água tratada e esgotamento

sanitário no Paraná proporcionam reflexões importantes. A ponto de afirmar a clara operação de um conjunto de campos e espaços sociais. Nessa realidade, os agentes sociais envolvidos agem conforme o montante de capitais mobilizados, fundamentando interesses e iniciativas oriundas dos ininterruptos processos de urbanização (e, conseqüentemente, de metropolização) que caracterizam as cidades a partir do início do século XX (LENCIONI, 2011).

A partir da delimitação de espaços de atuação e da mobilização de capitais envolvidos nesses processos, é possível identificar uma complexa dinâmica que abarca agentes sociais com interesses distintos que, tanto por meio de alianças, quanto mediante disputas políticas e burocráticas, buscaram conquistar, converter, preservar, transformar e transmitir seus respectivos capitais, no intuito de manter e/ou ascender posições em seus respectivos campos sociais, para fazer valer suas correspondentes influências nas desavenças vigentes e emergentes do circunscrito contexto de planejamento, implantação, administração e exploração dos serviços de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário.

Defronte das situações verificadas, a trajetória dos serviços de água e esgoto no Paraná chama atenção para um evento de significativa importância: a fundação da SANEPAR. Quando a companhia mista foi criada em meados da década de 60, os ofícios de água e esgoto passaram a ser compreendidos como elementos mercantilizáveis, ou seja, para além do atendimento às demandas humanas inerentes à sociedade urbano-industrial, a possibilidade de exploração financeira de tais serviços passou a ser institucionalmente reconhecida. Tal realidade evidenciou processos que dizem respeito à consolidação de engenharias, ao redimensionamento dos orçamentos públicos, às especulações financeira e imobiliária, entre outros andamentos característicos do capitalismo modernos. No entanto, mesmo com a fundação da SANEPAR, a precariedade dos serviços de água e esgoto permaneceu significativa por pelo menos três décadas. A escassez de recursos ainda perdurava em contextos de crises (econômicas e políticas) nacionais e internacionais. No entanto, a artificial estabilização econômica de meados dos anos 90 arrojou relativamente os ofícios de água e esgoto no Paraná, a ponto da SANEPAR ingressar no mercado financeiro de ações em 1998. Um novo patamar passou a vigorar. E nesse transcurso, tanto em sua fixidez até 2002, quanto

em seu questionamento a partir de 2003, o CAd da SANEPAR teve um papel decisivo.

No segundo capítulo, o período paranaense 1998-2002 foi objeto de análise. Nesse sentido, a visão política do governo Jaime Lerner, suas iniciativas junto ao setor de saneamento básico e a entrada da SANEPAR no mercado financeiros foram referencias significativas. Entre 1998 e 2002, a difusão dos serviços de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário tinham como condição o centuplicação dos lucros dos acionistas. Nessa lógica, será possível notar a influência do braço privado da SANEPAR, capitaneado pelo complexo empresarial Dominó Holdings S./A., com o predomínio de ofertas das ações da companhia no mercado financeiro.

No período 1998-2002, também foi possível concluir que os conselheiros do CAd da SANEPAR apresentaram posicionamentos e trajetórias que evidenciam a significativa harmonia de seus respectivos campos sociais junto às decisões da companhia acerca das diretivas de planejamento, implantação e administração dos serviços paranaenses de água e esgoto. Enquanto agentes sociais, os conselheiros do CAd da SANEPAR lançaram mão de uma constante interlocução de seus valores e interesses com a ampla (e complexa) estrutura da expansão dos ofícios em questão. Nesse raciocínio, suas respectivas vidas sociais, relações familiares e carreiras profissionais revelaram-se sintomáticas, pois os agentes sociais envolvidos emprenham estruturas objetivas que contemplam diversas estratégias de conservação de posições e posse de capitais numa diversidade de situações de poder. E no intuito de ilustrarmos esse panorama, os conselheiros que compuseram o CAd da SANEPAR (1998-2002) foram individualmente abordados.

No terceiro capítulo, foi averiguado o período paranaense 2003-2010, a partir do projeto político do governo Roberto Requião para o setor de saneamento (que por sinal foi oposta ao seu antecessor). Nessa perquirição, as disputas judiciais e políticas entre os braços estatal e privado da SANEPAR balizaram a explanação.

Os serviços de saneamento básico no estado do Paraná correspondentes aos governos estaduais de Roberto Requião proporcionaram uma diversidade de agentes sociais, que também atuou num conjunto de consensos e conflitos. Tal

conjugado revelou seus respectivos campos, bem como seus concernentes capitais mobilizados junto à institucionalização dos ofícios em questão. Nessa conjuntura, o CAd da SANEPAR (2003-2010) também deliberou as demandas do setor de água e esgoto.

A identificação dos capitais referentes aos conselheiros do CAd da SANEPAR (2003-2010) também ofereceu significativos subsídios para o reconhecimento de uma elaborada dicotomia Estado X mercado (SOUZA, 2015) que vigorou sistematicamente no período em apreço. Assim, ao depreendermos os capitais como recursos mobilizadores num contexto de disputas, os campos sociais no CAd da SANEPAR (2003-2010) sugerem interesses e posturas classistas variadas. Nessa ótica, os campos empresarial, jurídico, político e profissional engendraram a dinâmica dos embates na época.

E antes de concluir, à esteira metodológica dos capítulos anteriores, o quarto capítulo sistematizou estatisticamente as trajetórias sociais dos conselheiros do CAd da SANEPAR, entre 1998 e 2010, e seus respectivos capitais.

Visto que no período 1998-2010 figuraram consensos e conflitos que demandavam iniciativas e soluções jurídicas, políticas e técnicas, a maneira como as formações escolares e as trajetórias profissionais encontraram-se distribuídas nos campos que estiveram presentes no CAd da SANEPAR na época, mostra que tais capitais foram pré-requisitos para a defesa dos interesses arbitrados e pautados na época. Assim, o capital político-familiar foi imprescindível nas conflagrações em pauta. Presente nos campos empresarial, jurídico médico e político que constituíram o CAd da SANEPAR (1998-2010), o referido recurso pode ser igualmente vislumbrado como um vultoso elemento de conversão e reconversão acerca dos demais tipos de capital sondados. Tanto que, conforme as fontes disponíveis, nos campos jurídico e político foi possível averiguar apreciáveis percentuais de incidência.

1 - A PERSPECTIVA SOCIAL DO SANEAMENTO NO BRASIL E A CRIAÇÃO DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (SANEPAR).

1.1 – O PROTAGONISMO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO NO BRASIL.

No contexto vigente, a ideia de saneamento ambiental passa a fazer sentido, e torna-se material, quando o abastecimento de água tratada e própria para consumo, o manejo de águas pluviais, o sistema de esgotamento sanitário, o manejo de resíduos sólidos, a limpeza urbana e o controle de agentes patogênicos formam um conjunto de serviços que tem como objetivo promover a saúde das comunidades implicadas (RIBEIRO; ROOKE, 2010).

Os processos históricos de urbanização e desenvolvimento (fundamentais no incremento das sociedades urbanas e industriais) consolidaram a interdependência humana que consubstanciou feições sociais e espaciais. Assim, as realidades de cada grupo envolvido são compartilhadas no conjunto social. Desse modo, a precariedade das condições de vida fundamentou os problemas sociais em torno da ausência de políticas públicas de saneamento ambiental. Portanto, é plausível supor que tal situação possibilite a instituição de uma consciência coletiva social que define os serviços de saneamento ambiental como soluções indispensáveis, necessárias, visto que as consequências de sua falta atingem todas as comunidades envolvidas (HOCHMAN, 1998). Nessa lógica, tais ofícios passaram a ser paulatinamente compreendidos como elementos consensuais numa estrutura urbano-industrial que emergiria enquanto referência no Brasil em meados do século XX e, apresentando características de exterioridade, generalidade e independência em relação aos indivíduos que a compõem (DURKHEIM, 2007), constituíram a hodierna e indispensável unanimidade em seu entorno (OLIVEIRA, 2016, p. 1-2).

Diante de tal cenário, é plausível sugerir que há um consenso social (DURKHEIM, 2007) em torno do saneamento ambiental. Conforme a Constituição de 1988, as responsabilidades em torno da formulação e da implantação de serviços de saneamento ambiental estão distribuídas entre União, estados e municípios (BARROSO, 2007). Se observarmos as diretrizes nacionais acerca do tema,

instituídas pela lei 11445 de 05 de janeiro de 2007, é possível sustentar que a formulação e a implantação desses ofícios públicos estão sacramentadas como essenciais para o exercício da cidadania (BRASIL, 2007, não p.). Assim, poderia tal consenso, lavrado juridicamente, fomentar o exercício de poder e sustentar a vigência de determinado status quo (FAORO, 2001) numa determinada região? Na tentativa de responder a essa interrogação, é plausível sustentar que o âmbito social é constituído por campos sociais; os quais são definidos como espaços teóricos conjuntos, microcosmos relativamente autônomos que dispõem de lógicas próprias e emergem das diferenciações sociais (BOURDIEU, 1996).

Um campo é tanto um “campo de forças”, uma composição que compele os indivíduos, instituições e grupos (agentes sociais) nele enredados, quanto um “campo de lutas”, em que os agentes sociais obram conforme suas posições junto às relações de forças. Nessa dinâmica, os agentes operam no sentido de conservar ou transformar a estrutura do campo social a que cada um corresponde (THIRY-CHERQUES, 2006) (BOURDIEU, 1996).

O agente social (leia-se, indivíduo) é semiautônomo (ativo e passivo), incorpora as relações com a estrutura do campo e reproduz as mesmas por meio dos habitus; esses definidos enquanto produtos coletivos que orientam as ações dos agentes sociais; instrumentos capazes de auxiliar na reflexão acerca da relação (e da mediação) entre as sujeições sociais exteriores e a subjetividade dos agentes envolvidos (THIRY-CHERQUES, 2006). É justamente pelos habitus que os agentes interiorizam valores, normas e princípios sociais que asseguram a adequação entre suas ações e a realidade social objetiva (BOURDIEU, 1996).

Cada campo social apresenta interesses predominantes. Nesse sentido, tais proveitos correspondem aos agentes sociais que dominam o campo, e esse controle está condicionado às suas respectivas posses de capitais. O capital é compreendido enquanto um recurso mobilizador específico que proporciona hierarquia à estrutura de um campo social (MATOS, 2009). Interesses e distribuição desigual de capitais fundamentam circunstâncias que resultam em conflitos. Assim, os capitais podem ser classificados como:

“[...] econômico, que compreende a riqueza material, o dinheiro, as ações etc. (bens, patrimônios, trabalho), [...] cultural, que compreende o conhecimento, as habilidades, as informações, etc., [...] social, correspondente ao conjunto de acessos sociais, que compreende o relacionamento e a rede de contatos [e] [...] simbólico, correspondente ao conjunto de rituais de reconhecimento social, e que compreende o prestígio, a honra etc. O capital simbólico é uma síntese dos demais (cultural, econômico e social)” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 38-39).

Um campo social pode ser compreendido como um espaço social? Quando se almeja conceituar o espaço social, o ponto de partida é a realidade concreta. No entanto, esse real está em constante diálogo com pressupostos teóricos, e nessa interlocução é possível identificar a vigência descontínua de conteúdos díspares que expressam um conjugado de aparência e essência. Logo, dialeticamente, numa perspectiva que enfatiza a dimensão prática, é possível concluir que o espaço social apresenta uma totalidade aberta. Assim, sendo percebido e concebido, o espaço social oferece uma relação entre espaço de representação e representação do espaço, que o caracteriza enquanto um instrumento constituído de inúmeras lógicas. Não há espaço em si. O espaço social é um emprego de tempo, e o tempo é o uso do espaço. A produção social do espaço é compreendida como uma relação espaço-tempo que proporciona mediações e interações (LEFEBVRE, 2002). Nessa perspectiva, é aceitável sustentar que a experiência brasileira envolvendo os serviços de saneamento ambiental mobiliza uma significativa diversidade de agentes sociais, em contexto de sistêmicos conflitos perante a premeditação, a implantação, a administração e a exploração de tais ofícios. Assim sendo, os conceitos de “campo social” (BOURDIEU, 1996) e “espaço social” (LEFEBVRE, 2002) podem oferecer um diálogo sólido e muito interessante.

Diante da sistematização dos conceitos mencionados, é verossímil a comparência de campos e espaços sociais na trajetória do saneamento ambiental no Brasil. Nela, os serviços de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário tiveram significativo destaque.

Na conjuntura da passagem do século XIX para o século XX, apenas os serviços de abastecimento de água tratada e coleta de esgoto compunham, de modo um tanto disperso, a agenda dos poderes públicos e os anseios da sociedade desse período. A imprescindibilidade dos ofícios de água e esgoto evidenciou-se a

partir de problemas sociais que abarcaram as realidades dos grupos sociais desta época, num quadro em que insalubridades sanitárias foram compartilhadas.

No que diz respeito ao provimento de água:

Houve um tempo em que nem mesmo as melhores casas das maiores cidades brasileiras contavam com água encanada. Eram os chafarizes públicos que cumpriam o nobre papel de garantir aos moradores as condições mínimas de conforto, saúde e higiene, além de servir a muitos para seu trabalho e sustento – em um passado não tão distante (ALMEIDA, 2014, não p.).

Entre “1857 e 1877”, o governo provincial de São Paulo engenhou “o primeiro sistema” de “água encanada”. Já em “Porto Alegre, o sistema de abastecimento de água encanada foi concluído em 1861” (BARROS, 2014, não p.) e no “Rio de Janeiro, em 1876, o governo imperial contratou o engenheiro Antonio Gabrielli para a construção da rede de abastecimento de água a domicílio” (CASA DO RIO DE JANEIRO, 2006, p. 4). Nessa época, tais empreendimentos foram operacionalizados por empresas estrangeiras (em especial, companhias inglesas) e estatizados no início do século XX:

No final do século XIX, ocorreu a organização dos serviços de saneamento e as províncias entregaram as concessões às companhias estrangeiras, principalmente inglesas. [...] Com a péssima qualidade dos serviços prestados pelas companhias estrangeiras, o Brasil estatizou o serviço de saneamento no início do século XX (BARROS, 2014, não p.).

Sobre os serviços de esgoto, até a segunda metade do século XIX,

[...] o esgoto era retirado de cada casa de forma semelhante a como hoje é recolhido nosso lixo. Depositado em barris, o material era levado durante a noite e jogado no mar, à beira do cais, ou em fossas cavadas para despejo. Os homens que levavam à cabeça as vasilhas com os dejetos eram chamados de “tigres”¹, em função da sujeira que escorria dos barris e manchava suas roupas (ALMEIDA, 2014, não p.).

No âmbito em questão, tal precariedade remeteu a um impasse internacional em termos de comércio exterior. Diante dos “riscos de contaminação das tripulações” de seus navios, “as nações europeias ameaçaram retirar os portos

¹ “[...] escravos que na calada da noite transportavam barris com fezes e urina para jogá-los em praias e valas” (SANTOS, 2008, p. 88-89).

brasileiros das suas rotas de atracação”. Nesse ponto, temendo graves prejuízos devido à dependência econômica do Brasil, o imperador D. Pedro II concluiu que seria necessário elaborar e implantar “sistemas de esgotamento sanitário para os dois principais portos: Rio de Janeiro e São Paulo” (JORNAL ILHA CAPITAL, 2012, não p.).

Em 1879, o engenheiro militar estadunidense George Edwin Waring² projetou “um sistema de esgotos para a cidade de Memphis, no Tennessee, EUA”, que separava as águas residuais domésticas das “vazões pluviais”, denominado “Sistema Separador Absoluto”. No ano de 1912, por meio do engenheiro civil Francisco Saturnino Rodrigues de Brito³, tal mecanismo foi difundido no Brasil, passando “a ser adotado obrigatoriamente no país” (DEC/UFMG, [20--], não p.).

O mencionado cenário histórico abriu espaço para a instituição de uma consciência coletiva social que definiu os serviços de água e esgoto como soluções indispensáveis, visto que as consequências de suas faltas atingem todos os agentes sociais envolvidos (HOCHMAN. 1998).

No entanto, ao longo do século XX, é possível identificar uma ruptura entre o modelo de produção agrário e o início da formação de uma indústria de base; o que

² “Engenheiro civil e sanitaria estadunidense nascido em Pound Ridge, Westchester County, New York, USA, veterano da Guerra Civil e conhecido como The Colonel, consagrado como engenheiro civil sanitaria, projetista e construtor de sistemas de esgotamento e criador do sistema separador absoluto de esgotamento. Filho do rico industrial George E. Waring, foi educado em New York, formou-se em química e engenharia agrícola e começou a dar aulas na ciência agrícola. Passou a trabalhar na grande fazenda do fundador do Partido Republicano, Horace Greeley (1811-1872), em Chappaqua, Nova York (1855) e dois anos depois foi nomeado engenheiro agrícola e de drenagem da construção do New York’s Central Park. Construído onde a maior parte da área era alagada, era considerado o mais importante projeto de drenagem norte-americano do seu tempo. Com grande competência, ele projetou e supervisou a construção do sistema de drenagem e criou os lagos cênicos e os tanques do parque. Com o início da Guerra Civil Americana, aceitou uma comissão militar com a patente de major e participou de seis companhias da cavalaria no estado do Missouri” (DEC/UFMG, [20--] a, não p.).

³ “Francisco Saturnino Rodrigues de Brito nasceu em Campos, Rio de Janeiro, a 14 de julho de 1864. Formou-se pela antiga Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Depois da proclamação da República, dirigiu estudos para melhoramentos da cidade de Vitória, no Espírito Santo. No ano seguinte participou da Comissão de Saneamento do Estado de São Paulo, organizando os projetos de saneamento das cidades paulistas de Campinas, Ribeirão Preto, Limeira, Sorocaba e Amparo. Em 1898 encarregou-se dos projetos fluminenses de Petrópolis, Paraíba do Sul, Itacoara e Campos. Ainda realizou projetos parciais nas capitais de São Paulo e Pernambuco e foi Diretor da Repartição de Saneamento do Estado, em Santos. Faleceu em Pelotas, no Rio Grande do Sul, a 10 de março de 1929” (IHGS, [20--], não p.).

gerou a impossibilidade de administrar com qualidade todos os problemas que demandavam os serviços de água e esgoto, criando lacunas que pareciam irreversíveis. Tal fenômeno caracteriza aquilo que chamamos de processo de metropolização, no qual conflitos mais agudos veem à tona.

A metropolização é o desenvolvimento da sociedade urbana e também a expressão da mesma numa conjuntura complexa de embates e crescimento exponencial da população urbana (SILVEIRA, 2008). Ao mesmo tempo “os serviços urbanos [...] atendem cada vez mais precariamente as necessidades do público, e os sinais exteriores de miséria [...] se multiplicam” (SINGER, 1998, p. 63). Os serviços de água e esgoto no Brasil (e no restante da América Latina) do século XX estão inseridos nesse processo de “desenvolvimento urbano” que é caracterizado pela “emergência de um mundo dominado pelas cidades e pelos valores urbanos” (CLARK, 1991, p. 61).

A urbanização pode ser definida como

[...] um processo social e não espacial que se refere às mudanças nas relações comportamentais e sociais que ocorrem na sociedade, como resultado de pessoas morando em cidades. Essencialmente, isso se refere às mudanças complexas do estilo de vida, que ocorrem do impacto das cidades sobre a sociedade (CLARK, 1991, p. 61).

A cidade pode ser definida como um “[...] sistema dinâmico complexo no qual a forma espacial e o processo social estão em contínua interação” (HARVEY, 1980, p. 34). Nessa lógica, a cidade é um conceito central, pois é ao mesmo tempo negada e consolidada; evidenciando contradições e transformações, além de figurar enquanto realização da natureza humana e proporcionar a noção de “direito à cidade”. Portanto, o urbano se consolida nas relações humanas vigentes na cidade (LEFEBVRE, 2008). Aglomerando contradições, a cidade é uma mediação espaço-tempo entre um nível superior e outro inferior (LEFEBVRE, 2002). A urbanização desordenada que se verificou no Brasil (SILVEIRA, 2008) influenciou as deficiências nos serviços de água e esgoto, proporcionando um significativo campo de disputa no tocante ao uso de verbas, gerando disputas econômicas, políticas e simbólicas (MONTEIRO, 2019).

O consenso em torno do delineamento, da implantação e da administração dos serviços de água e esgoto proporciona condições de infraestrutura para o enaltecimento do espaço, contemplando a valorização imobiliária (LENCIONI, 2011, p. 57). Assim, a questão planejamento urbano contempla a dinâmica de reprodução de desigualdades. Diante de tal dinâmica, o planejamento urbano é uma tarefa sob a responsabilidade do Estado, e esse, por sua vez, ao lidar com as contradições vigentes, acaba expressando tal planificação de maneira ideológica, revelando-se um significativo campo/espaço de lutas (LEFEBVRE, 2002).

Há uma ideologia do planejamento urbano que mercantiliza espaço urbano, sendo esse consolidado por encontros, reuniões e informações acerca dos agentes sociais envolvidos em seus respectivos campos sociais. Assim predomina o espaço capitalista, no qual o espaço é concebido como uma mercadoria a ser consumida pelos habitantes da cidade. Os serviços de água e esgoto valorizam o espaço urbano, habilitando-o ao status de mercadoria (SIMÕES, 2017, não p.). Nesse processo de estabelecimento, a história das políticas públicas de água e esgoto no estado do Paraná apresenta episódios bem interessantes.

1.2 – A EXPERIÊNCIA PARANAENSE DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA TRATADA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO.

No Paraná, o desenvolvimento dos serviços de água e esgoto esteve exclusivamente voltado à cidade de Curitiba até o final do século XIX. Na virada do século XX, concomitantemente, os serviços de água e esgoto para o município de Curitiba passaram a ficar sob a responsabilidade do governo do Estado do Paraná, numa sistêmica perspectiva de expansão desses ofícios para além da capital paranaense (SCHUSTER, 1994).

Os chafarizes eram os equipamentos mais arrojados em termos de serviços de abastecimento de água no contexto averiguado. Seguindo o exemplo de outras capitais (como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife), as autoridades de Curitiba se mobilizaram para construir o seu primeiro chafariz público. Assim, no ano de 1871, diante da necessidade de melhorar o fornecimento de água potável em

Curitiba, é inaugurado no Largo da Ponte (local em que hoje fica a Praça Zacarias) um chafariz abastecido por meio de tubulação subterrânea pelo Campo do Olho d'Água na Praça da Misericórdia (hoje Praça Rui Barbosa) (ABDALLA, 2017, não p.).

Planejada em 1870, a pioneira obra foi projetada e executada pelo engenheiro Antônio Rebouças Filho⁴ com o aval de Venâncio José de Oliveira Lisboa, então Presidente da Província do Paraná (SCHUSTER, 1994) e tornou-se “uma das principais fontes de água potável na época”, abastecendo a população, “os aguadeiros profissionais e as carroças-pipa, que vendiam água de casa em casa” (GUIA GEOGRÁFICO CURITIBA, [20--], não p.).

Após o significativo impacto do empreendimento de Antônio Rebouças Filho, em 13 de fevereiro de 1877, um inovador sistema de abastecimento de água passa a ser almejado pelo município. Tal estrutura foi planejada pelo engenheiro alemão Gottlieb Wielland⁵ a mando do então Presidente da Província, Adolpho Lamenha Lins⁶. Mas o prógono projeto não se concretizou (SCHUSTER, 1994).

Três anos mais tarde, ainda no campo teórico, uma nova tentativa foi feita, agora sob a regência do Presidente João José Pedrosa⁷. Nessa segunda investida,

⁴ “Antônio Pereira Rebouças Filho nasceu em 13 de junho de 1839, na cidade de Cachoeira. Filho do conselheiro do Império, deputado e advogado baiano Antônio Pereira Rebouças. Tinha sete irmãos, incluindo André Pinto Rebouças. [...] Em 1864, Antônio seguiu para Curitiba, onde assumiu o cargo de engenheiro chefe da Estrada da Graciosa, concluída em 1873. Fundou a Companhia Florestal Paranaense, a primeira grande empresa madeireira do Paraná. Entre suas inúmeras realizações, projetou a estrada de ferro Curitiba-Antonina e a ponte sobre o rio Piracicaba, junto com seu irmão André, a primeira em concreto armado do País. Faleceu ao contrair malária, durante a construção da ponte, em maio de 1874” (GUIA GEOGRÁFICO BAHIA CACHOEIRA. [20--], não p.).

⁵ Engenheiro alemão “radicado em Curitiba há alguns anos e autor da igreja gótica luterana, templo que por vinte anos marcou a paisagem da cidade, até ser atingido por um raio. Wieland distribuiu as tarefas referentes ao prédio da Santa Casa (ou Hospital de Caridade, como também era chamado)” (MARTINS, 2013, não p.).

⁶ “Pernambucano, Lamenha Lins nasceu no Recife em 27 de junho de 1845, no seio de uma família abastada. Graduou-se em Direito e teve como primeira função política a promotoria pública da Província de Alagoas. Foi também secretário do governo e deputado provincial no Piauí, que também governou entre 1873 e 1874. Nomeado por carta imperial de 21 de abril de 1875 para governar o Paraná, Lins recebe o cargo em 8 de maio das mãos do vice-presidente provincial Agostinho Ermelino de Leão. Com apenas dois anos de mandato ele se tornaria uma das figuras mais importantes de toda a história araucariana” (PEREIRA, 2013, não p.).

⁷ “Natural de Belém no Pará, João José Pedrosa (1844 – 1882) se destacou ao angariar importantes cargos políticos durante sua trajetória profissional. Entre 1878 e 1879 desempenhou função de Presidente da Província de Mato Grosso; em 1880 e 1881 foi Presidente da Província do Paraná; e no ano de 1882 o mesmo cargo, porém na província do Pará” (CURITIBA SPACE, [20--], não p.).

um contrato que previa a realização de “estudos necessários” para viabilizar um novo projeto “para o abastecimento de água à população” de Curitiba foi assinado em 1880, sem “ônus algum para a Província”, sob a responsabilidade dos engenheiros Joaquim Rodrigues Antunes e Edson Mendes Gonçalves. O objetivo do convênio residia na “concessão de privilégio”, que “nada mais era do que o direito à exploração do serviço” por parte de uma empresa privada (SCHUSTER, 1994, p. 47-48).

Em meio a inúmeras controvérsias, a análise foi concluída em 1883 e um relatório foi entregue ao Presidente da Província daquele ano, Carlos Augusto de Carvalho⁸ que, devido aos altos custos da obra, rejeitou a proposta. Em seu relatório, o Presidente Carvalho conclui:

[...] por effeito do contracto celebrado com a província, o engenheiro Joaquim Rodrigues Antunes apresentou os estudos feitos para o abastecimento de agua potável á capital. [...] Creio que a vista do orçamento das obras e que se eleva a Rs 880:000\$000 (oitocentos e oitenta contos de réis) por emquanto não será prudente adaptar o projecto, que foi remetido, á directoria de obras públicas para dar parecer (PARANÁ, 1883, apud, SCHUSTER, 1994, p. 48).

Com o relatório do governo provincial de 1883, a CMC foi chamada à responsabilidade para administrar o serviço de abastecimento de água. Tarefa essa que ganhou seus primeiros traços formais somente em 6 de abril de 1885, quando a casa legislativa “celebrou contrato com o engenheiro Fernando de Mattos, prevendo o aproveitamento do Rio Barigui ou de seus afluentes para” garantir a quantidade de água necessária para atender a população da cidade (SCHUSTER, 1994, p. 52).

A municipalização do serviço de água, no contrato com Fernando de Mattos, não fugiu à regra das iniciativas anteriores e também fracassou. A recém-missão da CMC em prover o abastecimento da cidade figurava de maneira difusa. Além das dificuldades financeiras, políticas e técnicas⁹ que fulminaram a empreitada, é

⁸ Carlos Augusto de Carvalho “[...] foi presidente da província do Paraná de 6 de março de 1882 a 26 de maio de 1883. Ao assumir o cargo, logo verificou que a receita arrecadada era inferior às necessidades previstas pelo orçamento” (LUNA, [S/d], não p.).

⁹ “Segundo os documentos da época, os constantes fracassos tinham suas origens: as empresas eram fracas e o serviço muito grande. Além do que, ‘havia política de campanário e as rendas municipaes pingues” (SCHUSTER, 1994, p. 52).

possível observar que o novo papel da casa também foi permeado por diligências um tanto insólitas:

[...] Na sessão da Câmara Municipal do dia 10 de setembro de 1885, o vereador João Taborda apresentou uma indicação pedindo melhorias na “caixa d’água” que abastecia o chafariz da Zacarias. E, ao mesmo tempo, começaram a ser feitas gestões junto ao comendo dos soldados do 3º Regimento de Artilharia no sentido de se moralizar as “atitudes” dos soldados na “Praça da Misericórdia”, onde se localizava a fonte, já que estes, simploriamente, estavam utilizando o local como mictório. [...] enviado no dia 14 de dezembro de 1885, pelo vice-presidente da Câmara de Vereadores, Nicolao Pinto Rebello, ao comandante do 3º Regimento de Artilharia, tenente coronel Manoel José Pereira Júnior, [...] o ofício pedia ‘necessárias e urgentes providências’ para coibir o abuso dos praças daquele regimento (SCHUSTER, 1994, p. 50).

Do governo provincial do Paraná à CMC, o aperfeiçoamento do abastecimento de água permaneceu estagnado entre 1871 e 1888. Nesse ponto, cabe uma significativa pergunta: E os serviços de esgotamento sanitários? Fora da agenda dos presidentes de província, tais ofícios também estavam sob a batuta do legislativo curitibano. As condições sanitárias eram precárias naquela conjuntura. Pouquíssimas “casas do centro de Curitiba” dispunham de “sanitários internos” (um autêntico “luxo” na época). A maioria das residências “contava” com as famigeradas “casinhas”, que eram arquetizadas nos quintais, “sobre fossas livres e abertas, cujos dejetos eram simplesmente despejados em valetas que cruzavam os terrenos e desaguavam em riachos próximos” (MENDONÇA, 2014, não p.).

Diante deste panorama, e muito próximo à abolição da escravatura¹⁰, a CMC formalizou um convênio para a coleta de lixo e a limpeza de fossas e latrinas junto à Empresa Sanitária em dezembro de 1886 (SCHUSTER, 1994). Praticamente inexistem registros a respeito dos contratos municipais de coleta de esgoto, mas em

[...] julho de 1888, o único concessionário dessa empresa era Karl Westermann que, no dia 20 desse mês, pediu rescisão do contrato, alegando motivos pessoais. Segundo registros da Câmara, Westermann apresentou o “Sr. Boaventura Fernandes Clapp para efetuar os mesmos serviços”, ou seja, “limpeza de latrinas e remoção do lixo no quadro urbano”. [...] a Câmara Municipal contratou novos estudos para o abastecimento de água e serviços de esgoto com

¹⁰ Vale lembrar que os serviços de coletas de esgoto e lixo domésticos eram realizados por escravos (ALMEIDA, 2014, não p.).

Boaventura Fernandes Clapp. [...] Contrato que, a exemplo dos anteriores, deu com os burros n'água (SCHUSTER, 1994, p. 56).

Com o fim da escravidão e às vésperas da proclamação da República, o mais novo fracasso apresentou uma novidade: a integração dos ofícios de água e esgoto. Pela primeira vez ambos foram almejados conjuntamente. No entanto, tal compreensão não orientou suas administrações no pós-novembro de 1889. Tanto que em 23 de setembro de 1899, autorizado pela CMC, o então prefeito Cícero Gonçalves Marques¹¹ lançou o primeiro edital de concorrência para propostas de implantação de sistema de abastecimento de água potável, retirando a coleta de esgotos da agenda:

[...] o prefeito da cidade Cícero Gonçalves Marques lança o primeiro edital de “concorrência” para a realização das obras do sistema de abastecimento de água de Curitiba. O projeto previa a captação nos rios Campinha e Queimados, no município de Deodoro (atual município de Piraquara). O projeto nunca foi levado adiante (SANTOS, [201-], p. 2).

O novo malogro ocorreu pelo fato de “nenhuma proposta” ter sido “apresentada até o dia 22 de novembro” daquele ano, “quando seriam abertos os respectivos envelopes”. Assim, o prefeito Marques foi “obrigado a mandar publicar novo edital nos jornais, prorrogando” o prazo “até o dia 28 de fevereiro de 1900”. Mesmo com a prorrogação, a nova tentativa também não obteve sucesso (SCHUSTER, 1994, p. 65).

1.2.1 - O legislativo curitibano e o impasse dos “tostões”.

Diante dos inúmeros percalços que marcaram a experiência curitibana acerca do abastecimento de água e da coleta de esgotos entre 1871 e 1900, em relação ao abastecimento de água, ocorreu um impasse que envolveu os vereadores da CMC, a população local e “os chamados ‘pipeiros’, ou ‘aguadeiros’;

¹¹ “Cícero foi político de prestígio na Vila do Porto de Cima. Exerceu o mandato de Deputado Estadual, Juiz Distrital e Suplente de Juiz Seccional, chegando a exercer interinamente o cargo de Juiz Seccional Federal e de Prefeito da Capital paranaense, com Mandato de 1896 a 1900” (HUNZICKER, 2013, não p.).

aqueles que faziam o transporte e a venda de água pela capital paranaense” (MATHEUS, 2014, não p.).

Naquela conjuntura, a CMC

[...] achou por bem lançar o “imposto de um tostão” (100 réis) por pipa d’água¹². Os pipeiros retrucaram e aumentaram o preço do barrilote¹³ do precioso liquido. A Câmara não deixou por menos, e aumentou em mais um tostão o preço da pipa. O povo se revoltou. “Fatta la legge, trovato l’inganno (feita a lei, aventada a trapaça), pensavam os que passavam o tempo “semeando a cizânia” (semeando a discórdia). A situação chegou a tal ponto que soldados foram as ruas a fim de manter a ordem pública, principalmente junto ao chafariz da Praça Zacarias [...], onde os pipeiros sofriam ameaças de apedrejamento (SCHUSTER, 1994, p. 34).

Ocorreu uma “ciranda de aumentos” de impostos por pipa. O barrilote, que antes custava 40 réis, chegou a custar 100 réis. A população se revoltou e culpou os pipeiros. Nesse cenário, as autoridades da época acionaram as forças policiais para conter as brigas e os tumultos que por lá se sucederam. Com os preços das pipas altos, aqueles que não podiam pagar, passaram a buscar a água no chafariz, situação que proporcionou grandes aglomerações no Largo da Ponte (SCHUSTER, 1994, p. 36).

O clima de levante só foi amenizado com a chegada dos imigrantes poloneses na cidade. Nessa vinda, as mulheres polonesas, que “[...] afluíram em ondas das colônias à busca de colocação por via da procura que havia por quem baldeasse a prestasse outros serviços domésticos” (SCHUSTER, 1994, p. 36).

Neste ponto, duas questões interessantes podem ser assinaladas. A primeira diz respeito à anistia concedida pela população de Curitiba à CMC, responsável pelos aumentos do imposto. No julgamento dos curitibanos daquele tempo, os culpados pela situação foram os pipeiros e não os vereadores. Tal situação pode indicar que uma sistemática incompreensão da atuação legislativa municipal prevalecia na época.

¹² Barril reservatório, transportado pelas carroças, que comportava de 600 a 720 litros d’água (SCHUSTER, 1994, p. 35-36).

¹³ Um barril com “cerca de 30 a 36 litros d’água”, que na época “custava 40 réis” cada um (SCHUSTER, 1994, p. 36).

A segunda matéria refere-se aos imigrantes poloneses, mais especificamente, à inserção das mulheres dessa etnia em serviços manuais no ambiente urbano, para além do “uso do arado e da carroça de cabeçalho móvel, puxado a cavalo” (REIS, 2009, p. 6).

1.2.2 - A curiosa história de Francisco Castellano.

A regulamentação dos serviços de coleta de esgoto esteve praticamente fora da agenda de políticas públicas da cidade de Curitiba no período abordado no presente texto. Nem governo provincial e nem CMC trataram da questão de modo sistemático. Conforme as informações levantadas, apesar das precárias condições sanitárias da época, a questão do esgoto não figurou enquanto um grave problema, sendo abarcada na capital paranaense de forma efetiva somente no século XX.

No contexto que envolve o período 1871-1900, “somente algumas casas já possuíam sanitários, e na grande maioria das moradias era utilizada a famosa ‘casinha’ no quintal”. Mas ao final desse intervalo, com “o avanço das técnicas de construção, os sanitários foram inseridos dentro das casas, e o esgoto era despejado em fossas através de encanamentos”, proporcionando frequentes problemas de entupimentos, dada a vigente debilidade das instalações. E nesse panorama surgiu “um personagem curioso, Francisco Castellano, que viu no esgoto, uma forma de lucrar” (MATHEUS, 2014, não p.). O cidadão viabilizou um “sistema mecânico de sucção provido de alavanca instalada numa carroça, a qual abrigava uma barrica, aliás, uma engenhoca puxada por dois pacientes burricos” (SCHUSTER, 1994, p.58).

O empreendimento cresceu, e Francisco Castellano, conhecido pelos moradores por “Chico”, tornou-se um próspero empresário curitibano (SCHUSTER, 1994, p.58). Conforme o jornalista Dante Mendonça, Francisco

[...] era proprietário de uma empresa sanitária e limpa-fossas de Curitiba. “El bostero” enriqueceu trabalhando e conduzindo pessoalmente seus negócios, na boléia de uma carroça que recolhia os produtos e subprodutos dos penicos. Se fosse hoje, seria o maior acionista da Sanepar. Quando pobre, ou quando microempresário das fossas, era chamado de Chico Bosta. No início do século

passado, porém, ficou tão rico que os invejosos começaram a tratá-lo como Barão da Bosta. [...] enriqueceu: começou a se vestir com tecidos ingleses, dos melhores alfaiates. Contudo, não entregou as rédeas da empresa. Para os trabalhos mais fedorentos, contratou alguns ajudantes também chamados de “los bosteiros”. Os historiadores não confirmam, porém temos todos os indícios de que nasceu em Curitiba o dito popular: “A inveja é uma bosta!” (MENDONÇA, 2014, não p.).

A atonia dos ofícios de coleta de esgoto beneficiou Francisco Castellano economicamente. Mas esta pitoresca história também revela que, mesmo prosperando, Francisco (apelidado de “Chico Bosta”, antes de enricar) foi preterido pelos abastados da época¹⁴. Pejorativamente seu “título de nobreza” foi o de “Barão da Bosta”. Para a finesse curitibana daquele tempo, faltou glamour ao precursor do indispensável serviço de limpa-fossa na capital paranaense, pois

Para a burguesia da época que se encharcava de perfumes franceses e andava pelas ruas de “nariz empinado” (especialmente em função do cheirume) aquele foi um pobre coitado que, literalmente, “saiu da merda”: primeiro Castelhana de nome, depois Chico Bosta e, para os que morriam de inveja, Barão da Bosta (MENDONÇA, 2014, não p.).

1.3 – A CRIAÇÃO DA SANEPAR.

Em 02 de abril de 1903, por meio da Lei nº 506, de autoria do deputado Vicente Machado¹⁵, os ofícios de água e esgoto foram formalmente instituídos enquanto atributos do governo estadual (PARANÁ, 1905, p, 11-17). A construção de sistemas de abastecimento e redes de esgotos para a capital foi iniciada em 1905. Em 1928 é fundado o DAE. Após sua criação, o conjugado de serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto “ganha impulso com a instalação das

¹⁴ Os herdeiros destes ainda ocupam os mesmos postos na capital paranaense (OLIVEIRA, 2012).

¹⁵ “Vicente Machado da Silva Lima, ou simplesmente Vicente Machado, como historicamente ficou conhecido, nasceu no dia 09 de agosto de 1860 na cidade de Castro, Paraná. Era o primeiro filho do segundo matrimônio do capitão José Machado da Silva Lima, nascido em 1822. Pelo lado paterno seus ascendentes são perfeitamente conhecidos até o início, no Brasil, do século XVII, com nomes todos do maior respeito. Pelo lado materno (sua mãe, tendo sido Ana Guilhermina Laynes Pinheiro, irmã da primeira esposa do capitão José Machado da Silva Lima) era neto de Vicente Ferrer Pinheiro. Pelo lado paterno entra na história gloriosa do Paraná o seu parente, padre Chagas Lima, da fundação de Guarapuava, e na história da cidade de Curitiba, o padre Agostinho Lima, possuidor de uma grande chácara na parte norte da cidade, onde o Conselheiro Zacarias de Góes instalou o Centenário Municipal” (PARANÁ, 1994 a, não p.).

secções de água e esgotos em Ponta Grossa (1934), Jacarezinho (1938), Cambará (1941), Irati (1942) e Morretes (1942)” (SANEPAR, [201-], não p.).

Por meio da Lei 188 de 13 de janeiro de 1949 (sancionada por Moysés Lupion¹⁶, governador do Estado do Paraná na época) o DAE foi convertido em autarquia¹⁷:

A partir da Lei 188, ao DAE “estavam afetos técnicos, administrativa e financeiramente os serviços públicos de abastecimento de água e esgoto e sua exploração industrial e comercial, bem como os serviços de instalações sanitárias na Capital e em todas as cidades que já possuam ou venham a possuir aqueles serviços públicos explorados pelo Estado” (SCHUSTER, 1994, p. 138).

Neste novo formato, ao longo da década de 50, as iniciativas envolvendo as obras de água e esgoto pouco avançaram devido à escassez de recursos financeiros. Já nos primórdios dos anos 60, tal situação obrigou o governo estadual elaborar um novo plano de saneamento (SCHUSTER, 1994 p. 140-146). Assim, no ano de 1963, o governador Ney Braga¹⁸ sancionou a Lei Estadual 4.684; que permitia o Governo do Estado estabelecer uma sociedade de ações: a AGEPAR. No ano seguinte, por meio da Lei 4.878, foi modificada a razão social de AGEPAR para SANEPAR. A SANEPAR foi instituída

“[...] com o objetivo de abrir novos horizontes no setor de saneamento, até então estrangulado e carente de recursos face às

¹⁶ “Moysés Lupion nasceu em Jaguariaíva, Estado do Paraná, a 25 de março de 1908, filho de João Lupion de Troya e Carolina Döepfer Wille Lupion de Troya. Estudou em sua cidade natal, Castro, Curitiba, Rio de Janeiro e São Paulo. Nesta última formou-se em contabilidade pela Escola Álvares Penteado. Retornou ao Paraná e fixou-se em Piraí do Sul, onde iniciou suas atividades no comércio, indústria e agricultura” (PARANÁ, 1994, não p.).

¹⁷ “A administração pública no Brasil se divide em direta e indireta. No âmbito do Executivo Federal, a primeira é composta pela Presidência da República, os ministérios e as secretarias especiais. Já a administração indireta é composta por órgãos com personalidade jurídica própria, mas que desempenham funções do Estado de maneira descentralizada e em todas as esferas – federal, estadual, distrital e municipal” (BRASIL, 2012, não p.).

¹⁸ Ney Aminthas de Barros Braga: “Data de nascimento: 25 de julho de 1917, na Lapa; Data de morte: 6 de outubro de 2000, em Curitiba. De câncer ósseo; Profissão: militar e político; Cargos que ocupou: prefeito de Curitiba, deputado federal, senador e governador do Paraná. Foi ministro da Agricultura, ministro da Educação e presidente da Itaipu Binacional. No governo de Bento Munhoz da Rocha Netto foi nomeado como membro integrante do Conselho Regional de Desportos do Paraná. Em 1952, ocupou o cargo de chefe de Polícia, equivalente ao atual cargo de secretário de Segurança Pública. Encerrou sua carreira política como diretor-geral da Hidrelétrica de Itaipu Binacional, de 1985 a 1990” (PEREZ, 2008, não p.).

antiquadas normas adotadas. Por isso, a SANEPAR fixou uma nova política de saneamento, incumbindo-se de estudar, projetar, construir e administrar os serviços de abastecimento de água e sistemas de esgotos sanitários, mediante a efetiva colaboração de entidades municipais”. [...] Este texto, publicado no primeiro Relatório das Atividades da Companhia, continua atual, pois ainda é necessário manter equipes debruçadas em estudar, projetar, construir e administrar os serviços em estreita parceria com as prefeituras. [...] Diz o Relatório que as atividades, iniciadas em 1964, “com a regulação da Lei Estadual n.º 4.684/63, foi motivo para providências no sentido de estruturar a nova Empresa, [...] e, principalmente, de difundir a política de saneamento que se ia inaugurar no Paraná, a qual já vinha tendo grande aceitação no seio da opinião pública interiorana” (SANEPAR, 2013, não p.).

Sob a presidência do engenheiro Osiris Stenghel Guimarães¹⁹ (ex-diretor do antigo DAE), a SANEPAR emergiu enquanto uma empresa que deveria estruturar-se “a partir da obtenção dos recursos financeiros” (SCHUSTER, 1994, p. 153). Conforme Guimarães, a companhia “tinha como finalidade ser fomentadora do desenvolvimento” e do financiamento dos “sistemas de água e esgoto” (SCHUSTER, p. 156). Tal orientação pode ser observada no ano de 1967, quando a SANEPAR, então presidida pelo engenheiro Francisco Borsari Netto²⁰, serviu de instrumento para o Paraná se tornasse “o primeiro Estado a assinar um convênio” junto ao “Grupo Executivo de Financiamento” (BRASIL, 1965, não p.), que “foi criado para administrar recursos vindos do exterior, principalmente, para a aplicação no saneamento” (SCHUSTER, 1994, p. 162).

Nesta trajetória, em 23 de março de 1972, a SANEPAR aderiu ao PLANASA, “iniciando efetivamente suas atividades de operação, manutenção e administração dos sistemas de abastecimento de água e sistemas de esgotos do Paraná” (SANEPAR, [201-], não p.).

¹⁹ Osiris Stenghel Guimarães, herdeiro da tradicional família política do Guimarães (OLIVEIRA, 2012), “atuou na área de transportes no Paraná. Foi superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) e presidente da Ferroeste. Chefiou ainda a Codapar e fundou a Sanepar” (WILLE, 2016, não p.).

²⁰ “Francisco Borsari Netto, nascido em Jaboticabal, Estado de São Paulo, aos 3 dias de agosto de 1936, casado com Inez Brunetti Borsari, tem três filhos e um neto. Filhos: Paulo Francisco (Engenheiro Civil), casado com Berenice Maria Fioreze Borsari; Cássia Paulina (Fisioterapeuta) e Ana Paula (Terapeuta Ocupacional e Médica Veterinária). Neto: Paulo Francisco Borsari Filho. Engenheiro Civil, pela Universidade Federal do Paraná. Especialização em Saneamento”, Borsari exerceu dezenas de cargos públicos (MEMÓRIAS PARANÁ, 2016, não p.)

O PLANASA foi um redirecionamento de metas para as políticas brasileiras de saneamento, cujos recursos eram geridos pelo antigo BNH. Nessa proposta, os sistemas de água e esgoto passam a ser centralizados pelas empresas mistas de saneamento, eliminando a competência municipal em tais ofícios. Assim, organizações como a SANEPAR tornaram-se concessionárias estaduais “de serviços de implantação, ampliação e exploração dos serviços de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários” (SCHUSTER, 1994, p. 169-170).

Tal condição proporcionou, mesmo com o encarecimento dos empreendimentos da área a partir da crise do petróleo de 1973 (IPEA, 2010, não p.), grandes obras à controladora paranaense. Destacam-se a

Estação de Tratamento de Água do Rio Iguaçu, a Estação de Tratamento de Esgotos-Belém, ambas em Curitiba, a Barragem Piraquara, Barragem Passaúna, na Região Metropolitana de Curitiba, o Sistema de Água Tibagi, em Londrina – Cambé (SCHUSTER, 1994, p. 180).

Em junho de 1983, o Banco Central editou a Resolução 831 (COMITÊ MONETÁRIO NACIONAL, 1983), “que restringiu o repasse de recursos dos bancos estaduais às empresas de saneamento”. Nesse contexto, sob a presidência de Roque Pirágine²¹, a SANEPAR foi afetada pela extinção do BNH; o que praticamente sepultou o PLANASA. Como saldo desses encaminhamentos, a companhia chegou a ficar, em 1989, com 90% de suas obras paradas (SCHUSTER, 1994, p. 203-204).

Já diante das transformações econômicas da década de 90, na qual a orientação neoliberal monetarista (MARIANI, 2007), de renegociação de dívidas e ajuste fiscais dos Estados brasileiros, consolida-se como principal referência (RIGOLON; GIAMBIAGI, 1999), a SANEPAR buscou alinhar-se sistematicamente a tal realidade.

²¹ “Roque Pirágine, engenheiro da turma de 1969 da Universidade Federal do Paraná, foi o primeiro empregado da Sanepar a ocupar a presidência da empresa. Sanepariano da velha guarda, [...] viveu estas duas realidades: os anos de ouro, com a prodigalidade de recursos para o setor, e os períodos marcados pela restrição dos investimentos” (SCHUSTER, 1994, p. 203).

Sob o governo de Jaime Lerner²², por meio da “Lei Estadual no. 11.963” de dezembro de 1997, o Estado do Paraná obteve a autorização para “alienar ações de sua propriedade no capital social” da SANEPAR, “desde que mantivesse o controle da companhia” (XAVIER, 2002, não p.). No entanto, o conservado controle estatal figurou de uma maneira contraditória naquela época, pois a regulamentação por parte do Estado era compreendida enquanto um entrave para uma almejada expansão da empresa junto ao então badalado mercado de ações (RIGOLON; GIAMBIAGI, 1999). Assim, em 4 de setembro de 1998, sob a presidência de Giovani Gionédís²³, a SANEPAR tomou iniciativas no intuito de fortalecer o setor privado da companhia:

Com fundamento na autorização legislativa antes referida, em 8 de junho de 1998 o Estado do Paraná alienou 39,71% das ações ordinárias para a DOMINÓ HOLDINGS S/A, da qual fazem parte o grupo francês Vivendi (hoje denominado SANEDO), a Construtora Andrade Gutierrez, o Banco Opportunity e a Copel Participações. As ações foram vendidas em reais, ao preço de R\$ 2,17 por ação, num total de R\$ 249.780.612,41. Na época, o valor patrimonial da ação era de R\$ 2,95. [...] Foi um bom negócio para a DOMINÓ, que comprou as ações com um deságio de 25%. Aliás, um grande negócio: até a presente data, a DOMINÓ já retirou da SANEPAR nada menos do que R\$ 127.610.358,12. Em cinco anos, recuperou mais da metade do que valor aplicado, num empreendimento de risco mínimo (XAVIER, 2003, não p.).

A Dominó Holdings (um conglomerado empresarial ligado a interesses econômicos transnacionais) enquanto braço privado da SANEPAR foi sistemática e conjunturalmente favorecida (XAVIER, 2002, não p.), pois ao consórcio Dominó foi atribuído o papel de “parceiro estratégico”, cuja principal atribuição “seria [...] alavancar a captação de recursos e coibir ineficiências decorrentes de ingerência política na administração da” companhia (MOREIRA, 1998, p. 197). No entanto, ao assumirem dimensões globais na virada do século XX (FILGUEIRAS, 2000), as

²² “Jaime Lerner, nascido em Curitiba em 17 de dezembro de 1937 é arquiteto e planejador urbano, formado pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná em 1964. Responsável pela criação e estruturação do Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc) em 1965, participou do desenvolvimento do Plano Diretor de Curitiba que resultou no processo de transformação física, econômica e cultural da cidade. Foi prefeito de Curitiba em três mandatos: nos períodos de 1971/75, de 1979/83 e de 1989/92” (PARANÁ, [20--], não p.).

²³ “Sócio Diretor de Pereira Gionédís Advogados; Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná; Inscrição na OAB sob nº OAB 8.128-PR; Inscrições suplementares: 19.339-A-SC, 79.596-A-RS, 17.233-MS, 37.704-A-GO, 17.424-A-MT, 39.722-BA, 40.737-DF e 363.307-SP”. Giovani Gionédís exerceu inúmeros cargos de Estado (PEREIRA GIONÉDIS ADVOGADOS, [201-], não p.).

crises financeiras daquele contexto questionaram a ambicionada liquidez das ações da companhia (VALOR ONLINE, 2002, não p.) e frustraram a avareza dos investidores privados da SANEPAR (VALOR ONLINE, 2002 a, não p.).

1.4 - A DISPUTA ENTRE O GOVERNO DO PARANÁ E A DOMINÓ HOLDINGS PELO CONTROLE DA SANEPAR.

A partir de janeiro de 2003, após a eleição de Roberto Requião²⁴ para o governo do Estado do Paraná, o predomínio da Dominó Holdings junto à companhia passa a ser juridicamente contestado:

[...] a DOMINÓ procurou proteger seus interesses através de um acordo de acionistas, firmado, por um lado, pelos representantes da Vivendi, do Opportunity e da Andrade Gutierrez e, por outro, pelo sr. Giovanni Gionédis, à época Secretário da Fazenda do Paraná. [...] Malsinado acordo nasceu juridicamente viciado desde a origem. Primeiro, porque é nulo. Nos termos do artigo 87 da Constituição, a celebração de contratos e acordos é atribuição privativa e indelegável do Chefe do Executivo. Portanto, só o Governador poderia ter assinado o acordo de acionistas. Assinado por outrem padece de nulidade insanável. [...] Segundo, porque é ilegal. Na medida em que retirou do Estado o poder-dever de manter o controle da SANEPAR violou de modo flagrante os termos da Lei Estadual 11.963. [...] Terceiro, porque é contrário ao interesse público. Dito acordo tornou letra morta à maioria estatutariamente atribuída ao ESTADO DO PARANÁ na composição do Conselho de Administração e na Diretoria Executiva da Companhia (XAVIER, 2003, não p.).

O embate envolvendo o Governo do Estado do Paraná e a Dominó Holdings fundamentava-se nas indicações de conselheiros para o CA²⁵ da SANEPAR.

²⁴ “Roberto Requião de Mello e Silva nasceu em 5 de março de 1941, em Curitiba (Paraná), filho do médico e ex-prefeito de Curitiba Wallace Thadeu de Mello e Silva e Lucy Requião de Mello e Silva. Casado com Maristela Quarenghi de Mello e Silva, pai de Maurício Thadeu e Roberta. Formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná e em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, cursou Urbanismo pela Fundação Getúlio Vargas. [...] Sempre pelo PMDB, foi Deputado Estadual (1983-85), Prefeito de Curitiba (1986-89), Secretário do Desenvolvimento Urbano do Estado do Paraná (1989-90), Governador do Paraná (1991-95), Senador da República (1995-2002), Governador do Paraná (2003-2007) e eleito novamente Governador (2007-2011). Em uma nova disputa por uma vaga no Senado Federal, foi eleito para um mandato de oito anos, cargo que ocupa atualmente” (REQUIÃO, 2010, não p.).

²⁵ “Art. 15 – O Conselho de Administração da Companhia será composto de no mínimo 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) membros titulares e igual número de suplentes, dentre os quais um será o seu

Nesse processo, o executivo paranaense indica 5 (cinco) dos 9 (nove) integrantes do CAD. Ao braço privado da companhia caberiam 3 (três) indicações e aos funcionários da empresa, a eleição, 1 (um) conselheiro, fechando a estrutura dirigente. No entanto, para as mais importantes deliberações da SANEPAR era exigido um quórum qualificado de 7 (sete) conselheiros. Na prática, as iniciativas do Governo do Paraná dependiam “da concordância dos representantes da” Dominó Holdings, “desde contratos, pagamento de dividendos até a fixação das tarifas de água e esgoto”. A mesma lógica se estendia para a composição da Diretoria Executiva²⁶, onde os “Diretores indicados pelo acionista minoritário detinham o comando real da Companhia”. Cabia a Dominó Holdings definir, “ante os termos do acordo de acionistas, [...] os Diretores Superintendente (hoje denominado Diretor-Presidente), de Operações e Financeiro”. Assim, “a gestão da Companhia” (XAVIER, 2003, não p.) foi orientada por um plano de negócio e por um orçamento anual,

[...] ambos elaborados por 3 (três) diretores, a saber, o Diretor de Operações (indicado pela DOMINÓ), o Diretor Financeiro (idem) e o Diretor Administrativo (este indicado pelo ESTADO DO PARANÁ) (XAVIER, 2003, não p.).

A disputa entre Governo do Estado do Paraná e Dominó Holdings acirra-se ao longo das administrações do governador Roberto Requião (eleito em 2002 e reeleito em 2006). O principal argumento do Executivo paranaense daquela época reivindicava a exclusividade da figura do governador na formalização de acordos junto à companhia (o que já era previsto na lei estadual 11.963, de 1997), visto que o pacto cerne da disputa foi oficializado pelo Secretário da Fazenda antecessor (Giovanni Gionédís). Assim, com Paulo Henrique Xavier²⁷, Sérgio Botto de Lacerda²⁸

presidente e outro, vice-presidente, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para um mandato unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos” (SANEPAR, 2012, p. 4).

²⁶ “Art. 22 – A Diretoria Executiva será constituída por até 9 (nove) diretores, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, designados Diretor- Presidente, Diretor Financeiro, Diretor de Relações com os Investidores, Diretor de Operações, Diretor Administrativo, Diretor Comercial, Diretor de Investimentos, Diretor de Meio Ambiente e Ação Social e Diretor Jurídico” (SANEPAR, 2012, p. 7).

²⁷ “Entre os principais conselheiros do Governador Requião, encontra-se Pedro Henrique Xavier, cognominado de “PHX”, advogado, colecionador de carros de luxo, que costuma ir ao trabalho no Palácio Iguazu, guiando uma de suas duas ferraris vermelhas, ou um BMW Z4, um Jaguar ou um Mercedes Benz. PHX é o Presidente do Conselho de Administração da SANEPAR, Companhia de Saneamento do Paraná, onde se decidem os grandes gastos e investimentos da Companhia” (OLIVEIRA, 2007, p. 159).

e Marco Antonio Lima Berberi²⁹ exercendo a presidência do CAd, e Cáo Júlio César Brandão³⁰, Stênio Sales Jacob³¹ e Hudson Calefe³² alternando a incumbência de Diretor Presidente, a era Requião (2003-2010) consolidou-se enquanto principal obstáculo para os propósitos do setor privado da empresa.

Ocorreram intensas alterações na arena judicial. Em 13 de fevereiro de 2003, por meio do Decreto 452, o Governo do Paraná declarou a ineficácia do acordo dos acionistas de 1998 classificando-o como “um ato bilateral que atribui ao

²⁸ “[...] Sérgio Botto de Lacerda, sobrinho do ex-Ministro da Educação no período da Ditadura Militar e ex-reitor da UFPR, Flávio Suplicy de Lacerda, também parente de Ney Braga” (OLIVEIRA, 2007, p. 167).

²⁹ “Graduado na Universidade Federal do Paraná - UFPR (1993). Pós-graduado pelo Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos (1994). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil desde 1994. Procurador do Estado concursado desde 1996. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (2002). [...] Professor do Centro Universitário Autônomo do Brasil - UniBrasil desde 2002. Coordenador do Curso de Direito do UniBrasil, Coordenador Geral da Academia de Direito do Centro Europeu. [...] Foi Procurador Geral do Estado, Diretor Geral da Secretaria de Segurança Pública, Chefe da Coordenadoria Técnica-Jurídica da Casa Civil do Governo do Paraná, Presidente do Instituto de Pesos e Medidas - IPEM (autarquia estadual), Presidente do Conselho Administrativo da Sanepar, Membro do Conselho Administrativo da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR. Atualmente é Membro da Comissão da Diversidade Sexual e da Comissão da Verdade da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraná” (BERBERI, 2019, não p.).

³⁰ “[...] mais conhecido como Caio Brandão, nasceu em 1950 e tem o prefixo PY4CB. Reside na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Advogado, administrador de empresas e jornalista, trabalhou em empresas multinacionais e na administração pública. Em Minas Gerais foi presidente da Fundação Ruralminas, instituição responsável pela implantação do Projeto Jaíba II, o maior projeto de irrigação da América Latina, e no Estado do Paraná foi presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR. Atualmente é sócio majoritário do Escritório Caio Brandão Advogados Associados, especializado em direito administrativo, com atuação voltada especialmente para as Licitações Públicas” (QRZ.COM, 2017, não p.).

³¹ Formado em Administração pela Faculdade de Administração e Economia da PUC-PR, Jacob foi “Serventuário da Justiça - Oficial Substituto - Curitiba-PR (1971/1972), Gerente Comercial - Auto-Paraná Importadora S.A. (1972/1974), Consultor da PAZ - Agência de Publicidade (1974/1977), Diretor da AMPLA S.A. (1977/1982); Chefe das Equipes de Administração, Planejamento e Controlador do ITCF - Inst. Terras, Cart. e Florestas do Paraná (1983/1985), Diretor-Presidente da URBS - Companhia de Urbanização de Curitiba (1986/1988), Secretário da Secretaria Municipal de Transportes da Prefeitura Municipal de Curitiba (1988), Presidente do ITCF - Inst. Terras, Cart. e Florestas do Paraná (1989/1990); Diretor-Presidente da SANEPAR (1991/1994), Diretor-Presidente da Fundação Hospitalar de Blumenau-SC (1997/1998), Secretário da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de Blumenau-SC (1988/2000), Diretor Superintendente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, de 10/03/2003a 09/06/2003, Diretor Comercial da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR entre 2003 e 2004” (CVM, 2008, p. 7).

³² “[...] formado em Economia, foi diretor de Transportes da Prefeitura de Curitiba, diretor administrativo financeiro do IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), supervisor administrativo financeiro da Famepar, diretor administrativo financeiro do Departamento de Construção de Obras e Manutenção do Estado do Paraná, diretor geral do Departamento de Administração de Materiais do Estado do Paraná, e foi diretor administrativo financeiro da Sanepar, entre 1994 e 1995” (SANEPAR, 2010, p. 2).

acionista privado um poder de mando, controle e administração incompatível com o porte de sua participação acionária” (PARANÁ, 2003, não p.). Em contrapartida, no ano de 2004, a Dominó Holdings obteve uma liminar que restabeleceu “o pacto de acionistas firmado entre o consórcio e o governo Jaime Lerner” (SAIS, 2004, não p.). Mas “Requião revogou o decreto que anulava o acordo, de modo a eliminar o motivo da ação, e em setembro deste ano”, a 2.^a Vara da Fazenda Pública de Curitiba outorgou liminar dependurando novamente o pacto de acionistas (CASTRO, 2004, não p.), sendo esse anulado em 2005 pela Assembleia Legislativa do Paraná (TRIBUNA DO PARANÁ, 2005, não p.).

Com a reeleição de Requião em 2006, o embate Governo do Estado X Dominó Holdings seguiu firme. Em dezembro, suspeitas de corrupção num contrato da companhia com a empreiteira Pavibrás abalou a hegemonia do Governo na gestão da SANEPAR³³. Tal situação frustrou a tentativa de anular “o leilão de venda de 39,71% das ações” da empresa à Dominó Holdings em 1998 (BASILE, 2007, não p.), gerou desentendimentos entre integrantes governistas na cúpula sanepariana (CAMPANA, 2007, não p.) e a suspensão do decreto legislativo que anulou o acordo de acionistas em 2005 (SANTOS, 2007, não p.).

Entre os anos de 2008 e 2010, a tensão entre os setores estatal e privado da SANEPAR intensificou-se ainda mais, a ponto do governador Requião asseverar a devolução de R\$ 744 milhões investidos na companhia pela administração estadual por meio de empréstimos internacionais e a criação de uma nova estatal para os serviços de água e esgoto no Paraná (PAULA, 2009, não p.). No entanto, as referidas tentativas foram barradas pelo STJ (CASTRO, 2009, não p.) consolidando a estagnação do setor de saneamento no Paraná (LAGINSKI, 2009, não p.) e um desgaste político que resultaria no retorno da oposição ao Executivo estadual após as eleições de 2010.

³³ “A bancada de oposição ao governo Requião na Assembleia Legislativa está reunindo documentos e já estuda a possibilidade da criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o contrato firmado entre a Sanepar e a empresa Pavibrás para execução de obras de saneamento no Litoral do Estado. O contrato foi assinado em 2002, depois que a Pavibrás venceu a licitação. O valor inicialmente previsto para execução da obra era de R\$ 69 milhões, mas a Sanepar, devido a atrasos e prorrogações contratuais, já repassou cerca de R\$ 110 milhões para a empresa” (BENÍCIO, 2007, não p.).

Os eventos descritos podem ser compreendidos como exemplos práticos do papel estratégico da SANEPAR na cena política paranaense e da utilização dos serviços de água e esgoto enquanto meio de acumulação de capitais, com o objetivo de exercício e permanência de poder.

É plausível sustentar que a experiência paranaense envolvendo os serviços de água e esgoto proporcionou uma significativa diversidade de agentes sociais, num contexto de sistêmicos conflitos pela posse dos capitais mobilizados pela premeditação implantação, administração e exploração dos ofícios em questão.

O progressivo reconhecimento da necessidade dos serviços de água e esgoto no Paraná envolveu governantes, legisladores, engenheiros, comerciantes, imigrantes, funcionários públicos e, no geral, os usuários dos serviços. Da mesma maneira, instituições (e grupos) como os governos e casas legislativas (federal, estaduais e municipais), sindicatos, corpos funcionais, partidos políticos, empresas (nacionais e estrangeiras; estatais, mistas e privadas) e corporações financeiras. Há uma pluralidade de agentes sociais, habitus e interesses.

A partir destas referências, os sistemas de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário no Paraná proporcionam reflexões importantes. A ponto de afirmar a clara operação de um conjunto de campos e espaços sociais. Nessa realidade, os agentes sociais envolvidos agem conforme o montante de capitais mobilizados, fundamentando interesses e iniciativas oriundas dos ininterruptos processos de urbanização (e, conseqüentemente, de metropolização) que caracterizam as cidades a partir do início do século XX.

Diante de tal cenário, as questões e os impasses acerca do exercício de poder ficam evidentes. A partir da delimitação de espaços de atuação e da mobilização de capitais envolvidos nesses processos, é possível identificar uma complexa dinâmica que abarca agentes sociais com interesses distintos que, tanto por meio de alianças, quanto mediante disputas políticas e burocráticas, buscaram conquistar, converter, preservar, transformar e transmitir seus respectivos capitais, no intuito de manter e/ou ascender posições em seus respectivos campos sociais, para fazer valer suas correspondentes influências nas desavenças vigentes e emergentes do circunscrito contexto de planejamento, implantação, administração e

exploração dos serviços de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário; ofícios esses que, conforme assinalamos anteriormente, se destacaram no rol do saneamento ambiental paranaense.

Defronte das situações verificadas, a trajetória dos serviços de água e esgoto no Paraná chama atenção para um evento de significativa importância: a fundação da SANEPAR. Quando a companhia mista foi criada em meados da década de 60, os ofícios de água e esgoto passaram a ser compreendidos como produtos lucrativos, ou seja, para além do atendimento às demandas humanas, a probabilidade de exploração financeira de tais serviços passou a ser institucionalmente oficial. Tal realidade evidenciou processos que dizem respeito à consolidação de engenharias, ao redimensionamento dos orçamentos públicos, às especulações financeira e imobiliária, entre outros andamentos característicos do capitalismo modernos.

Mesmo com a fundação da SANEPAR, a precariedade dos serviços de água e esgoto permaneceu significativa por pelo menos três décadas. A escassez de recurso ainda perdurava em contextos de crises (econômicas e políticas) nacionais e internacionais. No entanto, a artificial estabilização econômica de meados dos anos 90 proporcionou relativas políticas públicas de saneamento ambiental que arrojaram os ofícios de água e esgoto no Paraná, a ponto da SANEPAR ingressar no mercado financeiro de ações em 1998. Um novo patamar passou a vigorar. E nesse transcurso, tanto em sua fixidez até 2002, quanto em seu questionamento a partir de 2003, o CAd da SANEPAR teve um papel decisivo.

No próximo capítulo, a atuação do CAd da SANEPAR no período 1998-2002 será abordada. Para tal almejo, necessariamente, os principais agentes sociais nas laborações da época devem ser igualmente percorridos. Assim, as formações, as iniciativas e as trajetórias dos conselheiros que integraram o CAd no referido período serão desnudadas. Por meio de tais instrumentalizações, os campos e os capitais (envolvidos nos exercícios de poder na temporada em questão) poderão ser apreendidos quantitativa e qualitativamente.

2 - AGÊNCIA, ESTRUTURA E PODER NOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO NO PARANÁ ENTRE 1998 E 2002.

2.1 - A SANEPAR NO CONTEXTO 1998-2002.

O abastecimento de água tratada e o esgotamento sanitário são serviços que demandam uma série de elementos na efetivação de suas respectivas infraestruturas. Nesse ponto, conhecimento técnico, materiais e equipamentos, linhas de financiamento, sensibilizações ambientais entre outras questões (que variam conforme contextos e circunstâncias vigentes), são objetos importantes aos referidos ofícios e os conectam numa diversidade de situações, que expressam consensos, conflitos, interesses e poder. Tal dinâmica contempla as vigências de campos sociais e, conseqüentemente, uma variedade de habitus referente aos agentes sociais envolvidos (BOURDIEU, 1996).

A mobilização de inúmeros agentes sociais, juntamente com seus respectivos habitus, torna evidente a existência (e a operação) de campos sociais em conjunturas que envolvem o planejamento, a implantação e a execução de serviços de água e esgoto, ao movimentar significativos capitais. Assim, há um constante diálogo, uma contínua interlocução que fundamenta sistêmica disputa entre iniciativas de regulamentação e desregulamentação junto à estrutura estatal, destacando as relações de poder no campo político (BOURDIEU, 1996) (MONTEIRO, 2019). Desse modo, os sistemáticos embates (bem como os lavrados acordos) que dizem respeito à detenção, à valorização e ao intercâmbio dos capitais envolvidos (econômico, cultural, social, simbólico) (MATOS, 2009) (THIRY-CHERQUES, 2006), podem ser compreendidos como processos que permeiam os serviços de água e esgoto, num recontro pelo papel do Estado (SOUZA, 2015).

Num panorama de campos, capitais e conflitos, a temática do poder é inerente. Nesse cenário vigora um campo do poder. Não sendo “um campo como os outros”, o campo do poder, “que não deve ser confundido com o campo político”, é definido como “o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes

tipos de capital”, cujo propósito é “dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão” (BOURDIEU, 1996, p. 52).

A função do campo do poder consiste nos controles dos capitais mobilizados e dos conflitos proporcionados. Nessa proposição,

[...] sua configuração determina, em cada momento, a estrutura de posições, alianças e oposições, tanto internas ao campo, quanto entre agentes e instituições do campo com agentes e instituições externos (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 40).

A experiência paranaense oferece elementos para identificar a SANEPAR enquanto expressão do campo de poder junto aos espaços sociais (LEFEBVRE, 2008) proporcionados pelo desenvolvimento dos serviços de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário, e aos demais campos que permearam tais situações. Nesse sentido, uma estrutura da SANEPAR merece atenção: o seu CAd.

Conforme o estatuto da empresa (SANEPAR, 2012), tal departamento tem a função de aprovar, deliberar e retificar iniciativas que dizem respeito à sua atuação como empresa público-privada (mista) nas diversas áreas organizacionais (políticas públicas, contratações, mercado de ações, empréstimos, financiamentos, etc.), bem como eleger os diretores da companhia. Desse modo, o CAd da SANEPAR, do alto dos seus crivos burocráticos, é o setor que avaliza as medidas administrativas da empresa, e essas permeiam um universo que envolve interesses políticos (e econômicos) contextualmente hegemônicos, perante uma diversidade de agentes sociais, habitus e proveitos, em que operam e entrelaçam-se uma significativa quantidade de campos sociais (BOURDIEU, 1996), como por exemplo, os campos político, empresarial, médico, profissional, jurídico entre outros.

Do consenso em torno dos serviços de água e esgoto, paradoxalmente, emerge um espaço onde uma numerosidade de agentes sociais trava lutas conforme o modo com que os capitais envolvidos são mobilizados. Nessa contradição, a temática do poder é intrínseca.

Com o neoliberalismo monetarista (MARIANI, 2007) se consolidando como principal orientação político-econômica no Brasil da década de 90 (RIGOLON;

GIAMBIAGI, 1999), a SANEPAR, sob o governo de Jaime Lerner, adaptou-se a tal realidade. O Estado do Paraná, enquanto sócio majoritário da companhia conseguiu autorização para transferir parte de suas ações nominais ao complexo empresarial Dominó Holdings S/A (acionista minoritário e braço privado da SANEPAR) sob a condição de manter o seu controle acionário:

Até 1998, a empresa era integralmente controlada pelo Estado do Paraná. Em junho de 1998, um consórcio privado constituiu a Dominó Holdings e adquiriu 39,71 de nossas ações ordinárias. Os atuais acionistas da Dominó Holdings são: (i) Sanedo Ltda., uma controlada indireta da Vivendi Environnement S.A., a maior empresa prestadora de serviços de abastecimento de água do mundo e uma das maiores empresas prestadoras de serviços de esgotamento sanitário no mundo; (ii) Andrade Gutierrez Concessões S.A., controlada pela Andrade Gutierrez S.A., pertencente a um dos maiores conglomerados brasileiros, em termos de ativos e receitas, que administra serviços de construção no Brasil e em Portugal, além de administrar concessões de serviços públicos em infraestrutura e telecomunicações; (iii) Opportunity Daleth S.A., holding para investimentos em saneamento básico do CVC/Opportunity, fundo de *private equity* brasileiro; e Copel Participações S.A., uma controlada da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, a principal concessionária de energia do Estado do Paraná e uma das maiores estatais prestadoras de serviços públicos do Brasil. [...] A legislação estadual em vigor determina que pelo menos 60% de nossas ações ordinárias sejam detidas pelo Estado do Paraná (SANEPAR, 2002, p. 6).

E diante desse novo formato:

[...] Em 4 de setembro de 1998, o Estado do Paraná, acionista majoritário e controlador da Sanepar, e Dominó Holdings S/A, acionista minoritária, celebraram um acordo de acionistas. [...] No caso, a pretexto de regular o exercício do direito de voto dos acionistas Estado do Paraná e Dominó Holdings S/A, o que se fez foi formalizar um pacto pelo qual o Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, abdicou das prerrogativas inerentes à sua condição de pessoa administrativa, e na prática tornou nenhum o poder-dever de controle decorrente de sua participação majoritária no capital social da companhia mista. [...] impôs ao Estado do Paraná [...] os interesses da Dominó Holdings S/A em qualquer alteração estatutária relativa ao objeto social, emissão de novas ações, competência, composição e fundamento dos órgãos sociais (Assembleia Geral, Conselho de Administração e Diretoria Executiva) e apuração dos resultados da Companhia (Incluindo a formação de reservas, fixação e distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio); emissão de debêntures; fusão, cisão, dissolução ou liquidação da Companhia; distribuição de dividendos em percentuais diverso do obrigatório; e remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva (XAVIER, 2002, não p.).

Tais deliberações, ao mesmo tempo em que mantiveram a regulamentação estatal da companhia, abriram caminho para o ingresso da SANEPAR no mercado financeiro de ações, bem como para uma nova dinâmica acerca de financiamentos de recursos para o setor de água e esgoto. Essa abertura foi sistematicamente expressa na reunião extraordinária do CAD da SANEPAR de 25 de abril de 2002. No referido sínodo, alguns pontos foram formalmente elencados:

a) a proposta de aumento do capital social da Companhia, através da emissão pública de 144.000.000 (cento e quarenta e quatro milhões) de ações preferenciais³⁴ nominativas, sem valor nominal e em tudo mais idênticas às ações preferenciais anteriormente existentes (Ações Preferenciais ou simplesmente Ações). A efetiva emissão das ações, bem como o valor do aumento do capital social da Companhia e preço de emissão por Ação Preferencial, serão deliberados através de outra reunião do Conselho de Administração a se realizar oportunamente; b) as Ações Preferenciais a serem emitidas serão integralizadas à vista em moeda corrente nacional, não terão direito a voto, não serão conversíveis em ações ordinárias e gozarão das seguintes vantagens: (i) participação nos lucros líquidos de cada exercício, que assegure a cada Ação Preferencial dividendo anual 10% (dez por cento) superior ao atribuído a cada ação ordinária; (ii) prioridade no reembolso de capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade, até o valor da parcela de capital social representado por essas Ações Preferenciais; (iii) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias, nos aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas e de lucros; c) um eventual acréscimo no aumento de capital social acima citado, no montante de 21.591.000 (vinte e um milhões, quinhentas e noventa e uma mil) Ações Preferenciais [...] poderá se realizar a critério exclusivo dos coordenadores da Oferta Internacional, a saber, Credit Suisse First Boston Corporation, Salomon Smith Barney Inc. e ABN Amro Rothschild LLC (Coordenadores da Oferta Internacional)” (SANEPAR, 2002 a, p. 2).

Em 18 de outubro de 2002, o CAD da SANEPAR decidiu

[...] por unanimidade pelos Conselheiros encaminhar à Assembleia Geral Extraordinária a seguinte proposta de primeira emissão de debêntures³⁵ simples com garantia flutuante, para o financiamento complementar do Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná -

³⁴ “As ações preferenciais (PN) conferem ao titular prioridades na distribuição de dividendo, fixo ou mínimo, e no reembolso do capital. Entretanto, as ações PN não dão direito a voto ao acionista na Assembleia Geral da empresa, ou restringem o exercício desse direito” (O GLOBO, 2006, não p.).

³⁵ “A debênture é um título de dívida que gera um direito de crédito ao investidor. Ou seja, o mesmo terá direito a receber uma remuneração do emissor (geralmente juros) e periodicamente ou quando do vencimento do título receberá de volta o valor investido (principal). No Brasil, as debêntures constituem uma das formas mais antigas de captação de recursos por meio de títulos” (BM&FBOVESPA, 2016, não p.).

PARANASAN (“Projeto”) com as seguintes características: datas de emissão e colocação: (a) a data de emissão das debêntures de todas as séries será a que for definida pela Assembleia Geral; (b) a data de colocação da primeira série ficará condicionada à obtenção do respectivo registro junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM; (c) as debêntures das séries posteriores serão colocadas mediante comprovação da realização de investimentos no Projeto, relativos à série em questão, nos termos definidos na escritura de emissão das debêntures (“Escritura”) e respectiva obtenção de registro junto à CVM; valor total da emissão: o valor total da emissão é de R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), sendo: (a) R\$95.000.000,00 (noventa e cinco milhões de reais) correspondentes à primeira série; (b) R\$55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais) correspondentes à segunda série; (c) R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) correspondentes à terceira série; e (d) R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) correspondentes à quarta série; valor nominal unitário: o valor nominal unitário de cada debênture será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) (“Valor Nominal Unitário”); quantidade de debêntures: serão emitidas 220 (duzentas e vinte) debêntures, sendo: (a) 95 (noventa e cinco) debêntures na primeira série; (b) 55 (cinquenta e cinco) debêntures na segunda série; (c) 50 (cinquenta) debêntures na terceira série; e (d) 20 (vinte) debêntures na quarta série; número de séries: a emissão das debêntures será efetuada em quatro séries, cujos termos e condições serão idênticos, exceto pela data de colocação e pela quantidade de debêntures que será diferente para cada uma das séries; tipo e forma: as debêntures serão do tipo simples, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas e certificados, não endossáveis e não conversíveis em ações da Companhia; espécie: As debêntures serão da espécie com garantia flutuante; garantias adicionais: as debêntures gozarão de garantia adicional de vinculação de 20% das receitas da Companhia provenientes da prestação de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. A Companhia constituirá e manterá, também, até a liquidação da totalidade das debêntures em circulação, uma conta reserva, na qual serão depositados recursos financeiros suficientes para o pagamento de 3 (três) parcelas vincendas relativas às debêntures de todas as séries emitidas (incluindo valores relativos ao pagamento de juros e amortização, conforme o caso) (“Conta Reserva”). A conta reserva só poderá ser utilizada pela Companhia para efetuar pagamentos de juros e/ou amortização das debêntures. Todas as séries gozarão das mesmas garantias (SANEPAR, 2002 b, p. 2).

Ainda na mesma reunião, o CA da SANEPAR também propôs

[...] que seja autorizada a Diretoria da Companhia a contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no sistema de distribuição de valores mobiliários, com a finalidade de coordenar a colocação pública das debêntures, referendar a contratação dos serviços de agente fiduciário e de instituição depositária, entre outros, bem como a celebrar a escritura de emissão das debêntures e seus instrumentos anexos, praticando todos os atos necessários para esses fins (SANEPAR, 2002 b, p. 3).

O pacto administrativo firmado empoderou o setor privado, mas as crises econômicas que se aprofundaram ao final da década de 90 (FILGUEIRAS, 2000) formaram expressivos embaraços ao desempenho da SANEPAR no mercado de ações. Naquela conjuntura, já em maio de 2002, a companhia adiou “a sua oferta global de ações preferências devido à deterioração das condições de mercado” (VALOR ONLINE, 2002, não p.). E no mês de julho do mesmo ano, a “agência de classificação de risco Moody’s colocou sob observação, para rebaixamento”, o crédito da SANEPAR junto à mercancia financeira. “A agência disse ter preocupação com a capacidade” da empresa “de executar seu planejamento estratégico, uma vez que o mercado financeiro do país” enfrentava relevantes turbulências (VALOR ONLINE, 2002 a, não p.).

A partir das informações até então levantadas, entre 1998 e 2002, a propalação dos serviços de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário tinham como condição o avolumamento dos lucros dos acionistas. Nessa lógica, a interferência do braço privado da SANEPAR, capitaneado pelo complexo empresarial Dominó Holdings S./A., torna-se evidente com o predomínio de ofertas das ações da companhia no mercado financeiro. Tal realidade indica um equilíbrio entre os interesses hegemônicos que permeiam os ofícios de água e esgoto no Paraná.

Ao identificarmos que a SANEPAR orientou suas decisões junto a uma maior abertura dos ofícios de água e esgoto para o setor privado, juntamente com uma atenção sistemática às ações da empresa no mercado financeiro, também foi possível observar que as decisões efetuadas pela SANEPAR foram formalmente lavradas por seus conselheiros administrativos do CAd. Cada um desses indivíduos (agentes sociais) agiu na empresa, conforme seus hábitos e capitais (BOURDIEU, 1996). É o que se conclui se prosoprografarmos (STONE, 2011) tais agentes.

2.2 – OS CONSELHEIROS DO CAd DA SANEPAR (1998-2002).

Os conselheiros do CAd da SANEPAR (entre 1998 e 2002) podem ser identificados nos campos político (o conjunto de agentes ligados ao governo

estadual, bem como à burocracia estatal e/ou às instituições políticas), empresarial (onde estão presentes as demandas de empreiteiras com vinculação direta e/ou indireta junto à SANEPAR), profissional (funcionários de carreira na SANEPAR) jurídico (advogados, procuradores de Estado e demais agentes ligados, direta ou indiretamente, aos escritórios jurídicos) e médico (agentes de instituições da área de Saúde).

O campo empresarial conta com 4 conselheiros, sendo 1 também do campo político. Os conselheiros do campo empresarial são: Ricardo Coutinho de Senna, José Carlos Irago Garcia, Rodrigo Bhering de Andrade e Ingo Henrique Hübert³⁶.

Ricardo Coutinho de Senna³⁷ é natural de Belo Horizonte - MG, engenheiro civil formado pela UFMG e um executivo de carreira junto A Construtora Andrade Gutierrez; empresa componente ao consórcio Dominó Holdings S/A (CVM, 1998, p. 16). Além da própria Andrade Gutierrez, a Dominó, juntamente com “o grupo francês Vivendi (hoje denominado SANEDO), [...] o Banco Opportunity e a Copel Participações”, representa o braço privado da SANEPAR (XAVIER, 2003, p. 1).

No currículo de Ricardo Coutinho de Senna também constam passagens pela CEMIG, Grupo CCR e Quiport - Concessionária do Aeroporto Internacional de Quito, no Equador; responsável pela construção, operação e gestão do Novo Aeroporto Internacional de Quito - Mariscal Sucre (CCR, 2019, não p.).

José Carlos Irago Garcia³⁸ é natural de Madri (Espanha), administrador (formado pela Escola de Comércio de Vigo – Espanha e pelo The London Business School – Inglaterra) e foi diretor do consórcio Dominó (CVM, 1998, p. 18). José já exerceu cargos em diversas empresas do setor de abastecimento de água. Na Espanha, especificamente na cidade de Torrelavega, Irago esteve envolvido num escândalo de corrupção acerca “de irregularidades na gestão da empresa mista Aguator” (formada pela Câmara Municipal de Torrelavega e pela Aqualia - uma

³⁶ Ver apêndices 2; 3; 4 e 8.

³⁷ Ver apêndice 3.

³⁸ Ver apêndice 4.

grande empresa europeia privada de gestão de águas), que era responsável pelo abastecimento de água daquela cidade entre 1999 e 2000 (ARMINIO, 2009, não p.).

Rodrigo Bhering de Andrade³⁹ é formado em Direito pela UnB e foi “diretor de empresas ligadas ao grupo Opportunity” (COELHO, 2009, não p.). Em 2009, Rodrigo foi denunciado por envolvimento no “escândalo de propinas e lavagem de dinheiro investigado Operação Satiagraha” da PF; a qual implicava executivos do Opportunity, e teve seu “pedido de prisão decretada, mas, juntamente com os demais executivos do Opportunity, conseguiu HC (habeas corpus) concedido por Gilmar Mendes, presidente do STF” naquela época (ARRUDA, 2016, não p.). Rodrigo também integrou o campo jurídico do CAd da SANEPAR no período em questão.

Entre Ricardo Coutinho de Senna, José Carlos Irago Garcia e Rodrigo Bhering de Andrade há uma característica em comum: os 3 são executivos ligados ao consórcio Dominó. Enquanto acionista privado da SANEPAR, o conglomerado foi beneficiado pela “Lei Estadual no. 11.963” de dezembro de 1997 (MURARA, 1998, não p.).

Fechando o campo empresarial, o conselheiro administrativo Ingo Henrique Hübert⁴⁰, que também integra o campo político. As atuações de Hübert nos campos empresarial e político são bem marcantes. Autor do livro “A Estatal eficaz: Mito ou Possibilidade?” (HÜBERT, 1983), Ingo é natural de Curitiba-PR, graduado em Engenharia Elétrica pela UFPR e pós-graduado na mesma área pela Universidade de Stuttgart (Alemanha) e na área de Administração pela Universidade Fontainebleau (França). Ao longo de sua carreira, Ingo ocupou vários cargos em estatais. Entre eles, vice-presidente e diretor de Recursos Humanos da antiga TELEPAR, diretor presidente e secretário executivo do Conselho de Administração da COPEL e diretor presidente e presidente do CAd da SANEPAR (CVM, 2000, p. 11).

³⁹ Ver apêndice 8.

⁴⁰ Ver apêndice 2.

Na iniciativa privada, Ingo Henrique Hübert foi diretor do Grupo Empresarial Tupi, Joinville, SC, diretor da INCEPA, diretor Geral da ABS – Indústria de Bombas Centrífugas Ltda (CVM, 2000, p. 11) e diretor da Câmara de Comércio Brasil Alemanha. Atualmente é dirigente de suas próprias empresas, a Planning International de Engenharia e o Consorcio Powerline, e também é Diretor de Patrimônio da AMIG (AMIG, 2019, não p.).

Em termos familiares, seus filhos (e sócios) (HÜBERT, 2019, não p.) Ivens Henrique Hübert e Andreas Martin Hübert são, respectivamente, advogado (graduado em Direito pela UFPR e mestre em Direito pela PUC-SP) e engenheiro elétrico formado pela USP e mestre em Finanças pela London Business School (Inglaterra) (HÜBERT, 2019 a, não p.). Ivens advoga junto ao escritório curitibano Andersen Ballão nas áreas cível, comercial, societário, investimento estrangeiro e comércio internacional, além de ser autor dos livros “Sociedade Empresária & Capital Social” e “Condomínios em geral e Incorporações Imobiliárias” (ANDERSON BALLÃO ADVOGADOS, 2019, não p.). Já Andreas atualmente reside na Inglaterra, mas também já morou na Finlândia, na Alemanha e nos EUA (HÜBERT, 2019 a, não p.).

Entre 2001 e 2002, Ingo Henrique Hübert acumulou os cargos de presidente do CAd da SANEPAR, presidente da COPEL e secretário da Fazenda do Paraná. Nessa época, o conselheiro se envolveu num escândalo que

[...] deu prejuízo de R\$ 80 milhões aos cofres do Estado do Paraná. Uma empresa falida, a Olvepar, vendeu créditos do ICMS para a Copel, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica. A Copel comprou os créditos com a autorização da secretaria estadual da Fazenda. Na época, o presidente da Copel era também o secretário da Fazenda do Paraná, Ingo Henrique Hubert (AEN, 2008, não p.).

Além do caso Olvepar, Ingo Henrique Hübert também foi pivô num processo que envolveu “a viabilização de um contrato” sem licitação entre a COPEL “e a ADIFEA. O contrato custou à estatal R\$ 16,8 milhões:

[...] o empresário Maurício Roberto Silva, dirigente da Empresa Brasileira de Consultoria (Embracon) [...] teria deixado de recolher R\$ 3,5 milhões em tributos federais (valor sem multa e juros) entre 1998 e 2002. Parte do montante sonogado se referia a um pagamento que o empresário recebeu por serviços prestados para a Associação dos Diplomados da Faculdade de Economia, Administração e

Contabilidade da Universidade de São Paulo (Adifea). A entidade foi contratada em outubro de 2002 pela Copel para fazer o levantamento de créditos tributários que poderiam ser compensados. Recebeu R\$ 16,8 milhões pelo serviço. Não houve licitação; na época, a Copel alegou que a Adifea tinha notório saber sobre o assunto, o que dispensava a concorrência. Mas o trabalho foi terceirizado à Embracon, que embolsou quase todo o valor – R\$ 16,6 milhões (FÉLIX, 2009, não p.).

Ingo Henrique Hübert foi um dos signatários do “o decreto 6.244/2002, que foi o instrumento legal da compensação de créditos tributários na forma proposta pela Adifea”. Diante de tal cenário, o conselheiro teve prisão decretada em 2004 (CASTRO, 2004, não p.).

A atuação político-empresarial de Ingo Henrique Hübert e as ligações diretas dos conselheiros Ricardo Coutinho de Senna, José Irago Garcia e Rodrigo Bhering de Andrade com a Dominó Holdings S/A são evidências de uma significativa sintonia entre os campos político e empresarial no período 1998/2002. Tal harmonia indica o empenho do braço privado da SANEPAR em prol da exploração especulativa dos serviços de água e esgoto junto ao mercado financeiro (CVM, 2002, p. 1-4).

Outro conselheiro que, assim como Ingo Henrique Hübert, também ocupou espaços no campo político é Giovanni Gionédis⁴¹. Integrando simultaneamente o campo jurídico, Giovanni é curitibano,

[...] graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná em 1979. Além de ter uma atividade profissional profícua, ele serviu o Estado do Paraná em muitas funções públicas relevantes. Ele era um assessor legislativo na Assembleia Legislativa do Estado (1987/1988), Procurador-Geral de Curitiba (1989/1994), o secretário de Estado do Paraná (1995/1996), secretário-chefe da Casa Civil do Paraná (1996/1997), Paraná Secretário de Estado da Fazenda (1997/2000), Presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO (1997/2000), Presidente do Conselho de Administração do Desenvolvimento Paraná Banco S/A - na dissolução (1997/2000), Presidente do Conselho de Administração da Agência de Desenvolvimento do Paraná S/A (1990/2000), Presidente do Conselho de Investimentos do Fundo de Desenvolvimento Econômico e do Paraná Fundo S/A - FDE (1997/2000) e Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR (1997/2000) (PEREIRA GIONÉDIS ADVOGADOS, 2018, não p.).

⁴¹ Ver apêndice 1.

Filho de Adelina Pereira Gionédís e Antenor Gionédís (ex-aluno do Colégio Medianeira, localizado em Curitiba-PR; e também formado em Medicina pela Faculdade Evangélica do Paraná em 1971) (OLIVEIRA, 2017, p. 86), Giovani Gionédís é casado com a advogada Louise Rainer Pereira Gionédís; que também é sua sócia no escritório curitibano de advocacia Pereira & Gionédís. Juntos possuem sociedades “em 3 (três) empresas que acumulam um capital de” R\$ 17.400.000,00 (Dezesseite milhões e quatrocentos mil reais), “nos setores imobiliário, financeiro e jurídico” (GIONÉDIS, 2019, não p.). Entre seus sócios também está o filho do casal: Giovani Gionédís Filho; que por sua vez é casado com Natália Patrocínio (CARNASCIALI, 2010, não p.). Praticante de golfe (CBG, 2016, não p.), Giovani Filho é sócio de “8 (oito) empresas no estado de Paraná e de 2 (duas) em São Paulo”. Suas sociedades acumulam o capital de R\$ 20.460.500,00 (vinte milhões, quatrocentos e sessenta mil e quinhentos reais), “nos setores imobiliário, médico, financeiro e jurídico” (GIONÉDIS FILHO, 2019, não p.).

Em tais associações, a família Gionédís é sócia de Roberto Cordeiro Justus, atual prefeito de Guaratuba-PR e filho do atual deputado estadual (e também ex-presidente da ALEP) Nelson Justus (JUSTUS, 2015, não p.); ambos filiados ao partido DEM. Tal ligação foi além da iniciativa privada, pois em 2014, Giovani Gionédís Filho doou R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais) à campanha do deputado estadual Nelson Justus (DEM), e R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) à campanha do governador Beto Richa do PSDB (MEU CONGRESSO NACIONAL, 2014, não p.).

Em 4 de setembro de 1998, enquanto presidente do CAAd da SANEPAR, Giovani Gionédís (o pai) tomou iniciativas no intuito de fortalecer o setor privado da companhia por meio da Lei Estadual no. 11.963 de 1997, alienando “39,71% das ações ordinárias” ao conglomerado empresarial Dominó Holdings S/A com preços abaixo dos praticados no mercado (SANEPAR, 2003, p. 1). Assim, o consórcio Dominó foi favorecido por meio de um “acordo de acionistas” que “na prática tornou nenhum o poder-dever de controle” do Estado do Paraná, “decorrente de sua participação majoritária no capital social da” SANEPAR (XAVIER, 2002, não p.). No entanto, mesmo com o empoderamento do setor privado, as crises econômicas que se aprofundaram ao final da década de 90 (FILGUEIRAS, 2000) formaram

expressivos embaraços ao desempenho da SANEPAR no mercado financeiro de ações (VALOR ONLINE, 2002, não p.).

A trajetória de Giovani Gionédís nos campos político e jurídico contemplam suas orientações administrativas no CAd da SANEPAR entre 1998 e 1999. Já fora do CAd da SANEPAR, Giovani esteve à frente da privatização do BANESTADO em 2000, sendo condenado, em 2008, a 4 anos e meio de prisão, e multado em 1500 salários mínimos por lavagem de dinheiro. O MPF conclui que Giovani utilizou de maneira fraudulenta a estrutura do banco para viabilizar a realização de uma doação eleitoral não contabilizada, de cerca de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para a campanha de reeleição do então governador Jaime Lerner (antigo PFL) no ano de 1998 (PEREIRA, 2008, não p.).

Giovani Gionédís rompe com o governo Lerner e se opõe à tentativa de privatização da COPEL em 2001 (RIPARDO, 2001, não p.). O que num primeiro momento pareceu contraditório pode ser relativizado pelo fato de Giovani ter sido candidato a governador do Paraná nas eleições de 2002 pelo PSC. No pleito, Giovani não se elegeu e conquistou 26567 votos (UOL, 2002, não p.). Finalizando sua trajetória, em 2015, a empresa de seguros de crédito EBCP, de propriedade de Giovani, esteve envolvida no escândalo de corrupção conhecido como “Lista de Furnas” (BRITO, 2015, não p.).

No campo político, a presença junto aos níveis (municipal, estadual e federal) da burocracia estatal paranaense, seja por meio de relações institucionais via instituições políticas (partidos, federações, sindicatos, associações, etc.) e/ou por meio de relações pessoais e/ou familiares, revela-se uma condição significativa para possibilidades de acúmulo de uma variedade de capitais. Nessa lógica, dos 11 agentes que ocuparam o cargo de conselheiro do CAd da SANEPAR (1998-2002), 6 compuseram o campo político⁴². Nesse campo, todos chegaram a assumir secretarias de Estado no Paraná. Além de Ingo Henrique Hübert e Giovani Gionédís, outros 4 conselheiros administrativos do CAd da SANEPAR também estiveram à

⁴² Ver apêndice 36.

frente de Secretarias de Estado: Miguel Salomão, José Antonio Andreguetto, Armando Martinho Bardou Raggio e Hitoshi Nakamura⁴³.

Nascido em 02 de dezembro de 1938 e falecido em 09 de março de 2016, Miguel Salomão⁴⁴ era natural de Curitiba, graduado em Ciências Sociais pela PUC-PR, Ciências Econômicas pela FESP e pós-graduado em Economia Internacional pela USP. Miguel foi funcionário de carreira do Banco do Brasil (1961/1967), funcionário do Banco Central do Brasil (1967/1990), delegado do Banco Central do Brasil para os estados do Paraná e Santa Catarina (1981/1990), consultor de Política Monetária do FMI (1991/1994), secretário de Estado da Fazenda (1995/1997), secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (1998/2002) e professor do UNIFAE (1968/1998) (CVM, 1999, p. 13).

Como consultor indicado pelo FMI, Miguel Salomão teve participação importante na criação do Banco Central de Angola (LERNER, 2016, não p.), a ponto de garantir que seus filhos Miguel Salomão Júnior (mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR) (UFPR, 2019, não p.) e Fabio Salomão fossem nomeados consultores do Ministério de Finanças do Governo de Angola em 2011 (AUDICONTA, 2013, não p.).

Juntamente com seu filho Fábio Salomão, Miguel Salomão esteve polemicamente envolvido no escândalo das contas CC5 do BANESTADO (FETEC-PR, 2003, não p.) (O POVO ONLINE, 2018, não p.), ocorrido no ano 2000. Em 2004, Miguel foi denunciado pelo MPF (CASTRO, 2004 a, não p.). No mês de setembro, o MPF denunciou 72 pessoas por crimes contra o sistema financeiro; nessa lista também constam os ex-presidentes do BANESTADO, Domingos de Tarço Murta Ramalho, Manoel Campinha Garcia Cid e Giovani Gionédis (AML, 2011, não p.).

O conselheiro José Antonio Andreguetto⁴⁵ é natural de Curitiba, graduado em Economia pela UFPR. Em seu currículo constam passagens na direção de

⁴³ Ver apêndices 5; 6; 7 e 10.

⁴⁴ Ver apêndice 5.

⁴⁵ Ver apêndice 10.

transportes da URBS, na presidência do IAP, na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (na qual foi secretário estadual na segunda gestão de Jaime Lerner), no CONESA e no CONAMA. Também presidiu o Conselho de Administração do IAP, o Conselho de Administração da SUDERHSA, o CEMA e o COLIT (CVM, 2000, p. 13). Em 2017, José foi presidente da URBS na vigente gestão de Rafael Greca de Macedo (DEM-PR) (PEREIRA; OLIVEIRA, 2017).

José Antonio Andreguetto esteve à frente da desativação do aterro da Caximba, na periferia de Curitiba-PR (BOREKI, 2010, não p.). No ano de 2011 foi chefe de gabinete do então prefeito de Curitiba-PR Luciano Ducci, (PSB-PR). Quando Luciano se elege deputado federal nas eleições de 2014, José segue para Brasília e assume a chefia de seu gabinete na Câmara Federal (CAMPANA, 2011, não p.). Também filiado ao PSB, José chegou a ser cogitado para o cargo de vice-prefeito da capital paranaense na chapa de Rafael Greca de Macedo nas eleições de 2016 (MORAIS, 2016, não p.). Mas a vaga acabou ocupada por Eduardo Pimentel Slaviero (PEREIRA; OLIVEIRA, 2017).

Em termos familiares, Jose Antonio Andreguetto é filho do advogado Christiano Osvaldo Andreguetto, falecido em 2 de abril de 2017 (TRIBUNA DO PARANÁ, 2017, não p.). Christiano assumiu cargo comissionado na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, em abril de 2007, no segundo governo de Roberto Requião, do antigo PMDB (PARANÁ, 2007), e foi casado com Elizabete Maria Neiva Negrão (TJ-PR, 2014, não p.), madrasta de José.

Outros membros da família Andreguetto estão presentes no funcionalismo público direta e indiretamente. Carlos Alberto Andreguetto é executivo da empresa Solis Tecnologia Ltda. e foi indiciado por peculato, formação de quadrilha e falsidade ideológica em investigação da Operação Sinapse da PF; que apurava desvios de recursos do IFPR em 2013 (MJ, 2013, p. 5). Carlos é casado com Monica Utri Andreguetto (ANDREGUETTO, 2019, não p), que já trabalhou na Prefeitura de Curitiba (UTRI, 2019, não p.). O filho do casal, Renan Utri Andreguetto é funcionário do IAP (ANDREGUETTO, 2019 a, não p).

Rafael Andreguetto (ANDREGUETTO, 2019 b, não p) é sobrinho de Carlos Alberto Andreguetto e Monica Utri Andreguetto. Rafael é consultor na área de

Turismo vinculado à empresa RCL Planejamento e já prestou serviços na SEET e diretor “Executivo da Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná (ADETUR LITORAL)” (RCL, 2017, não p.). Casou-se com a advogada Luciana Maria Negrão Gandra, filha de Elizabete Maria Neiva Negrão Andreguetto, madrasta de Jose Antonio Andreguetto. Luciana foi coordenadora de projetos da Fundação Araucária, e já trabalhou nos escritórios Bettega, Mafra & Sperandio Advogados e Abdala, Brandalize & Gandra Advocacia (ANDREGUETTO, 2019 c, não p). Também identificamos Paulo Andreguetto como médico do TJ-PR (TJ-PR, 2015, p. 1).

Integrante dos campos médico e político, Armando Martinho Bardou Raggio⁴⁶ é natural de Itapetininga-SP e formado em Medicina pela UFPR. Armando também é mestre em Bioética pela Faculdade de Ciências da Saúde da UnB, especialista em Economia da Saúde pela UNICAMP, em Saúde Pública pela USP e doutor em Políticas Públicas de Saúde pela FIOCRUZ (RAGGIO, 2019, não p.).

O currículo de Armando Martinho Bardou Raggio é vasto tanto no campo médico, quanto no campo político. Ao longo de sua carreira, Armando já foi diretor de divulgação da Associação Paranaense de Médicos Residentes (1977-1978), diretor de Saúde do Departamento de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Curitiba (1979/1983), diretor geral do Hospital Universitário de Brasília (2012), diretor executivo da FEPECS (desde 2015) e médico legista no IML (desde 1982). Também já exerceu os cargos de assessor da Vice-Reitoria da UFPR - Projeto Centro de Articulação Docência-Serviço (1987), gerente geral de Assistência Integral a Saúde da CSN em Volta Redonda-RJ (1988), assistente de Direção do Centro de Apoio ao Desenvolvimento das Ações Integradas de Saúde - Secretaria da Saúde de São Paulo (1989), assistente de Direção da Coordenadoria dos Institutos de Pesquisa - Secretaria da Saúde de São Paulo (1990) e professor auxiliar de Ensino da FURB nas disciplinas: Patologia Geral e Saúde Coletiva (1991) (CVM, 2001, p. 14).

Casado com Nathalie Beghin, “economista formada pela Université Libre de Bruxelles (ULB), com mestrado e doutorado em Políticas Sociais pela Universidade

46

de Brasília (UnB)” (OUTRAS PALAVRAS, 2019, não p.), Armando Martinho Bardou Raggio foi um gestor público que teve intensa atuação na área da saúde; organizando e participando de conferências e eventos. Autor de diversas publicações acadêmicas na área de ciências da saúde, Armando foi agraciado pela Medalha de Mérito Oswaldo Cruz, concedida pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, e pelo então ministro da Saúde, José Gomes Temporão do PMDB (BESSA, 2009, não p.).

Na sua trajetória pela administração pública, além de conselheiro do CAd da SANEPAR, Armando Martinho Bardou Raggio foi Secretário Municipal de Saúde de Curitiba-PR (1992/1994), presidente do Conselho Municipal de Saúde de Curitiba-PR (1992/1994), presidente da APASEMS (1993), presidente do CONASEMS (1994), Secretário de Estado da Saúde do Paraná (1995) presidente do CONASS (1996) (CVM, 2001, p. 14), Secretário Municipal de Saúde da Prefeitura de São José dos Pinhais-PR (2009-2011) e Secretário Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Sorocaba-SP (2013-2014).(RAGGIO, 2019, não p.).

Em 2015 foi acusado de desvio de recursos públicos do município de São José dos Pinhais, na “Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado do Paraná (...) no intuito de nulificar 21 procedimentos de dispensa de licitação firmados com ‘COOPERGS’, ‘BMJ’ e ‘Viva Saúde’ entre 2009 e 2011”, tendo seus bens bloqueados (LIMA, 2015, não p.).

Por fim, o campo político é fechado com a participação de Hitoshi Nakamura⁴⁷. Formado em Engenharia Agrônoma pela Faculdade de Agricultura da Universidade da Prefeitura de Osaka/Japão, Hitoshi também é mestre em Paisagismo pela mesma instituição; na qual integrou o Grupo de Trabalho que analisou os efeitos da poluição sobre a arborização urbana daquela cidade (CVM, 1999, p. 14).

Com significativa atuação junto à comunidade japonesa do Paraná e coautor de diversos projetos ligados ao uso do solo e a questão ambiental, entre 1967 e 1969, na Prefeitura de Osaka, Hitoshi Nakamura iniciou a implantação do programa

⁴⁷ Ver apêndice 6.

de desenvolvimento e sustentação com propostas ambientais dentro da Prefeitura Municipal de Curitiba em 1970. Com atuação destacada em iniciativas denominadas ambientalmente sustentáveis, Hitoshi Nakamura foi responsável pelo

[...] plano do estabelecimento de uma rede de ônibus na forma de uma teia de aranha, que liga as avenidas radiais com linhas de ligação e paradas dos veículos, que também servem como centros para coleta de lixo reciclável, onde é trocado por plantas (YOKOTA, 2014, não p.).

Tal iniciativa o credenciou para os cargos de Secretário Municipal do Meio Ambiente de Curitiba (1989/1996) e Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (1996/2000) (CVM, 1999, p. 14).

A trajetória social de Hitoshi Nakamura apresenta algumas polêmicas. Em dezembro de 2013, foi condenado a devolver R\$ 1,5 milhão aos cofres públicos:

Os gastos realizados no empreendimento "Portal Paisagístico e Complexo Paisagístico e Turístico de Foz do Iguaçu", na gestão do ex-secretário de Meio Ambiente do Estado, Hitoshi Nakamura (1996/2000), foram considerados irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR). O pedido de impugnação das despesas, feito pela Segunda Inspeção de Controle Externo do Tribunal, foi parcialmente aprovado pelo relator do processo, conselheiro Nestor Baptista (TCE-PR, 2013, não p.).

Em termos familiares, Sandra Mayumi Nakamura, arquiteta e sócia da empresa Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda. (NAKAMURA, 2019, não p.), já prestou consultoria ambiental no Estado do Tocantins (COTRIM, 2014, não p.). Nesse sentido, a suposição de tradição familiar no setor ambiental é bem plausível.

As informações biográficas levantadas sobre esses 6 agentes evidenciam a importância do campo político no CAd da SANEPAR entre 1998 e 2002.

O campo profissional completa o CAd da SANEPAR (1998/2002) com os conselheiros Hamilton Aparecido Gimenes e Carlos Afonso Teixeira de Freitas⁴⁸.

Hamilton Aparecido Gimenes⁴⁹ é sindicalista, formado em Pedagogia pelo Centro Técnico-Educacional Superior do Oeste Paranaense e funcionário da

⁴⁸ Ver apêndices 9 e 11.

⁴⁹ Ver apêndice 9.

SANEPAR desde 1983. Foi o conselheiro administrativo escolhido pelo corpo funcional da companhia, sendo reeleito para o cargo em 2003, 2008 e 2011 (SEAMAC, 2011, não p.).

Hamilton Aparecido Gimenes também é dirigente da ASSESA (ASSESA, 2019, não p.). Em 2015 a ASSESA foi alvo de processo que elucidou “irregularidades na contratação” da associação “para o envase de água potável. Embalado em copos plásticos, o produto era distribuído gratuitamente a órgãos públicos, escolas e em eventos promovidos pelo Governo do Estado” (BETO, 2015, não p.).

O conselheiro Carlos Afonso Teixeira de Freitas⁵⁰ é natural de Curitiba-PR e funcionário de carreira na SANEPAR. Formou-se em Engenharia Civil pela UFPR, Engenharia Sanitarista pela USP e já exerceu os cargos de presidente da ABES - Seção Paraná (1981/1983) (1989/1993), diretor-presidente da AESBE (1996/1997) e coordenador geral da COMEC (1988/1989). Além de conselheiro do CAD da SANEPAR de 1998 a 2002, Carlos também acumulou o cargo de “Diretor-Presidente”⁵¹ da companhia no mesmo período. Ainda na SANEPAR, Carlos foi engenheiro do Setor de Projetos (1970), chefe da Divisão de Produção (1971/1973), superintendente de Operações (1973/1975), coordenador operacional (1975/1979), diretor de operações (1979), diretor técnico (1979/1983), gerente de

⁵⁰ Ver apêndice 11.

⁵¹ Conforme o estatuto da SANEPAR, “as atribuições” do “Diretor-Presidente” são: a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva; b) propor matérias ao Conselho de Administração; c) coordenar as atividades de auditoria interna; d) acompanhar a programação executiva e a avaliação final dos resultados; e) desenvolver e coordenar a política de comunicação social; f) representar a Companhia perante o poder concedente e empresas afins; g) representar a Companhia perante outras empresas congêneres do setor de saneamento para o estabelecimento de políticas conjuntas; h) representar a Companhia em juízo e fora dele, ativa e passivamente; i) apresentar o relatório anual de administração da Companhia ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral Ordinária; j) coordenar a elaboração do Plano Diretor de Saneamento da Companhia elaborado pelos diretores de Operações e de Investimentos, bem como acompanhar a aplicação das metas estabelecidas, promovendo sua constante atualização; k) propor metas, instrumentos normativos e decisórios que definam as políticas de planejamento do sistema de saneamento da Companhia; l) coordenar, em conjunto com o Diretor de Operações, a contratação de empresa de serviços de saneamento básico, visando adquirir novas tecnologias operacionais para a Companhia; m) definir as diretrizes da política da Companhia referente a licitações e contratos para o fornecimento de bens, serviços e obras; n) nomear, em conjunto com o Diretor Administrativo, as comissões de licitação; o) prospectar e coordenar, em conjunto com o Diretor Financeiro, as atividades inerentes a projetos financiados por entidades e organismos internacionais; p) propor ao Conselho de Administração, em conjunto com o diretor da área interessada, e mediante parecer do Diretor Financeiro, a criação e a extinção de cargos na estrutura da Companhia (SANEPAR, 2012, p. 9-10).

desenvolvimento técnico (1985/1987) e Superintendente Administrativo (1987/1990) (CVM, 1999, p. 5).

Em 2001, Carlos Afonso Teixeira de Freitas foi inquirido por uma comissão investigativa instaurada na ALEP, cujo objetivo era esclarecer a atuação do consórcio Dominó na SANEPAR, após o acordo de acionistas de 1998. Na ocasião:

“O presidente da Sanepar, Carlos Afonso Teixeira de Freitas, foi a nocaute na noite de quarta-feira, diante das inquirições da Comissão Especial de Investigação, instaurada na Assembleia Legislativa do Estado para averiguar denúncias de irregularidades na gestão da Sanepar. Teixeira de Freitas entregou o jogo da maracutaia na Sanepar, ao confessar que dentro da estrutura de administração da empresa, cujo acionista majoritário é o Estado do Paraná, com 52% das ações com direito a voto, quem manda mesmo é o sócio privado, denominado Dominó Holdings”. [...] o presidente da Sanepar, Carlos Afonso Teixeira de Freitas, jogou a toalha, ao admitir que somente o governo do Estado dava bens em garantia de empréstimo para financiar obras da companhia” (SANEAMENTO BÁSICO *apud* OLIVEIRA, 2017, p. 92-93).

Diante da comissão da ALEP, as respostas de Carlos Afonso Teixeira de Freitas confirmam as intenções e os entendimentos acerca dos representantes dos campos político e empresarial no CAd da SANEPAR; sobretudo em relação à abertura da companhia ao mercado financeiro e, conseqüentemente, ao fortalecimento do consórcio Dominó nas decisões administrativas da empresa mista paranaense. Assim, Carlos cerra o campo profissional no CAd da SANEPAR no período em questão.

No período 1998-2002, os conselheiros do CAd da SANEPAR apresentaram posicionamentos e trajetórias que evidenciam a significativa harmonia de seus respectivos campos sociais junto às decisões da companhia acerca das diretivas de planejamento, implantação e administração dos serviços paranaenses de água e esgoto. Tais resoluções dizem respeito ao montante de capitais mobilizados (políticos, econômicos, culturais, técnicos, acadêmicos, familiares, etc.) numa conjuntura em que a importância e a necessidade desses ofícios são elementos de um consenso historicamente edificado (HOCHMAN, 1998).

Enquanto agentes sociais, os conselheiros do CAd da SANEPAR lançaram mão de uma constante interlocução de seus valores e interesses com a ampla (e

complexa) estrutura da expansão dos serviços de água e esgoto no Paraná. Nesse raciocínio, suas respectivas vidas sociais, relações familiares e carreiras profissionais são bem sintomáticas, pois os agentes sociais envolvidos emprenham estruturas objetivas que contemplam diversas estratégias de conservação de posições e posse de capitais numa diversidade de situações de poder.

No próximo capítulo, os conselheiros do CAd da SANEPAR que atuaram na companhia entre 2003 e 2010. Em termos de comparação com o intervalo 1998-2002, o intuito dessa empreitada reside em testar padrões de continuidade e ruptura. Primeiramente, é possível identificar que no período 2003-2010 um acirramento de disputas entre os campos sociais que vigoraram na época.

3 – AGÊNCIA, ESTRUTURA E PODER NOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO NO PARANÁ ENTRE 2003-2010.

3.1 - O GOVERNO DO PARANÁ X DOMINÓ HOLDINGS: PELO CONTROLE DA SANEPAR ENTRE 2003-2010

Com a eleição de Roberto Requião para o governo do Estado do Paraná em 2002, o predomínio do consórcio Dominó Holdings junto à SANEPAR passou a ser juridicamente contraditado a partir de janeiro de 2003. A desavença entre o governo Requião e o conglomerado Dominó Holdings residia na compreensão, defendida pelo Executivo estadual, de que a expansão dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto seria um elemento estratégico de desenvolvimento regional. Nessa lógica, os referidos ofícios deveriam ir além dos processos de oferta e procura, sendo seus financiamentos regulamentados pela estrutura estatal, por meio de instrumentos administrativos previstos no estatuto da SANEPAR, bem como por uma tarifação progressiva acerca de seus usuários (XAVIER, 2003, não p.).

No acordo de acionistas de 1998, o complexo empresarial Dominó Holdings ampliou sua participação no CAAd da SANEPAR. Após a posse do novo governo estadual, o celebrado conchavo passou a ser objeto de sistemáticas tentativas de impugnação. O Governo do Estado do Paraná argumentou que o pacto dos acionistas “[...] retirou do Estado o poder-dever de manter o controle da SANEPAR”, e assim desrespeitou a “Lei Estadual 11.963” ao proporcionar ao braço privado (e minoritário) da companhia um desproporcional poderio acerca da “[...] composição do Conselho de Administração e na Diretoria Executiva da Companhia” (XAVIER, 2003, não p.).

Tal predomínio materializava-se nas indicações de conselheiros para o CAAd da SANEPAR. Assim, uma significativa pugna entre os braços estatal e privado da companhia foi sistematicamente declarada; um confronto que pautou os debates acerca dos serviços de saneamento básico no Paraná entre 2003 e 2010.

Institucionalmente, cabe ao Governo do Estado do Paraná a indicação de cinco nomes, ao consórcio Dominó Holdings a designação de outros três nomes, e

ao corpo funcional da SANEPAR a eleição de um único conselheiro, totalizando nove componentes, que serão confirmados (ou não) por uma assembleia geral de acionistas (SANEPAR, 2012, p. 3-7). Mas, no entanto, na vigência do pacto de acionistas de 1998, as principais decisões da companhia só teriam efeito mediante votações com um número mínimo de sete conselheiros. Casuisticamente, o Executivo paranaense tinha a acedência dos representantes do braço privado Dominó Holdings como principal pré-requisito de suas iniciativas de acionista majoritário:

O Estado do Paraná passou a depender da anuência do grupo privado: a) para deliberar previamente à sua celebração sobre os contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou empresas controladoras; b) alienação ou constituição de ônus reais; c) empréstimos e financiamentos; d) manifestar-se sobre relatório de administração e contas da Diretoria; e) escolha e destituição dos auditores independentes; f) destinação dos lucros; g) aprovação do plano de cargos e salários; h) voto em coligadas; l) distribuição de dividendos; j) pagamento de juros sobre capital próprios; k) reconhecer a dispensa ou inexigibilidade de licitação; i) aprovar tarifas; m) todos os demais casos omissos nos estatutos (XAVIER, 2002, não p.).

A hegemonia do consórcio Dominó Holdings também lavrada junto aos processos que tratavam diretamente da nomeação de membros da “Diretoria Executiva” (SANEPAR, 2012, p. 7). Nesse dispositivo, os “Diretores indicados pelo acionista minoritário detinham o comando real da Companhia”, pois, “ante os termos do acordo de acionistas”, o grupo Dominó Holdings gozava da prerrogativa de indicar candidato aos cargos de diretores Presidente, de Operações e Financeiro (XAVIER, 2003, não p.). Tal formato limitava ainda mais as possibilidades interventoras do Executivo paranaense na SANEPAR:

[...] por um estratagema decorrente do acordo de acionistas, os Diretores Indicados pelo acionista minoritário detêm o comando real da Companhia. Senão, vejamos. A gestão corrente da Companhia vem estatutariamente fixada num Plano de Negócios e Orçamento anual, ambos elaborados por 3 (três) diretores, a saber, o Diretor de Operações (indicado pelo acionista minoritário), o Diretor Financeiro (idem) e o Diretor Administrativo (este indicado pelo Estado do Paraná). Não havendo consenso entre estes 3 diretores a decisão será tomada por maioria (acordo, item 4.7.1). A maioria, porém, não dos membros da Diretoria Executiva; a maioria, porém, não dos membros do Conselho de Administração; a maioria, porém, não do capital votante. Mas uma estranha “maioria”, artificialmente criada pelo acordo de acionistas: a maioria dos 3 diretores encarregados da

elaboração do plano de negócios e do orçamento. E esta “maioria” pertence ao acionista minoritário (XAVIER, 2002, não p.).

O confronto entre o Governo do Estado do Paraná e complexo empresarial Dominó Holdings seguiu ao longo da primeira administração Requião. Tendo como referência a lei estadual 11.963, de 1997, o governo estadual postulava a unicidade do cargo de governador no que diz respeito ao estabelecimento de acordos, convênios e diretrizes que envolvessem a SANEPAR. Na ótica do Executivo paranaense da época, tal jurisprudência já seria mais do suficiente para a anulação do acordo de acionistas de 1998, já que tal pacto havia sido articulado e assinado por Giovani Gionédís, que naquela situação, além de conselheiro do CAAd da SANEPAR, também ocupava o mister de secretário da Fazenda da segunda administração (1998-2002) do então governador Jaime Lerner (XAVIER, 2003, não p.).

Diante do referido imbróglio jurídico, o governo Requião solidifica-se como o principal alçoz da remuneração dos acionistas minoritários da SANEPAR. E uma série de contendas surgiu a partir dessa alcunha. Por exemplo, o Decreto 452, datado e sancionado em 13 de fevereiro de 2003. Com esse atributo burocrático, o governo estadual expediu a nulidade do pacto de acionistas de 1998, alegando a inadequação do arsenal decisório do consórcio Dominó Holdings, com base no estatuto da SANEPAR, e na lei estadual 11.963, de 1997 (PARANÁ, 2003, não p.).

A intervenção governamental junto ao pacto de 1998 gerou reações do braço privado. No ano de 2004, o grupo Dominó consegue liminar junto a Justiça que tornava sem efeito o Decreto 452 de 13 de fevereiro de 2003 (SAIS, 2004, não p.). No entanto, numa demonstração de astúcia, o governo Requião revoga o decreto, retira o motivo que fundamentou a decisão provisória e, na sequência, obteve um novo desembaraço liminar junto à 2.^a Vara da Fazenda Pública de Curitiba, que mais uma vez atestou a invalidez do acordo de acionista de 1998 (CASTRO, 2004, não p.). O desfecho dessa batalha acabou ocorrendo em 2005 na CCJ da ALEP. Na ocasião, o Legislativo paranaense oficializou a ilegalidade do acordo de acionistas de 1998:

A Assembleia Legislativa aprovou por unanimidade, nesta quarta-feira, o decreto legislativo que anula o pacto de acionistas firmado, em 1998, entre a Sanepar e o consórcio Dominó Holdings. [...] Os

deputados acompanharam o parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), deputado Barbosa Neto (PDT), que considerou que o acordo criou uma maioria forjada, incompatível com o total de ações que o consórcio Dominó detém na Companhia. [...] O governo do Estado e a Assembleia Legislativa tinham interesse em anular o pacto firmado após a venda de parte das ações da empresa à Dominó porque, embora tendo adquirido apenas 39,7% das ações, o consórcio por meio do acordo passou a exercer o comando da Sanepar. (TRIBUNA DO PARANÁ, 2005, não p.).

Num contexto de aumento de recursos federais para planejamento, financiamento, execução e administração dos serviços de água e esgoto no Brasil (LEONETI *et al*, 2011), Roberto Requião é reeleito ao Governo do Estado do Paraná em 2006 (G1, 2006, não p.).

Tal epílogo acirrou ainda mais o embate entre o Executivo paranaense e o complexo empresarial Dominó Holdings. Em 2006, irregularidades num contrato da SANEPAR com a empreiteira Pavibrás fomentaram um significativo escândalo de corrupção que desestabilizou o conjunto de alianças que viabilizava as intervenções estatais do governo Requião junto à companhia:

A Pavibrás foi contratada em maio de 2002, no governo Lerner, para realizar obras do programa Paranasan em Guaratuba, Guaraqueçaba, Matinhos, Morretes e Pontal do Paraná. Porém, em dezembro do mesmo ano, alegando dificuldades financeiras em decorrência da alta de preços de insumos, a empresa pediu um aumento de 27% para fazer o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Segundo o ex-procurador-geral do Estado Sérgio Botto de Lacerda, durante o ano de 2003, o pedido foi analisado duas vezes pelo Conselho de Administração da Sanepar, sendo negado. Botto também diz que, ainda em 2004, a empresa fez um terceiro pedido de reequilíbrio financeiro, sob o argumento de que, como havia pedido concordata, se a reivindicação não fosse atendida, as obras parariam. Em maio daquele ano, a Sanepar fez um acordo extrajudicial com a empresa, pagando R\$ 5,88 milhões e, em dezembro, uma segunda negociação fez com que a Pavibrás recebesse outros R\$ 37 milhões. De acordo com fontes da Sanepar, os valores negociados foram menores do que os reivindicados pela empresa, que queria, respectivamente, R\$ 14 milhões e R\$ 41 milhões. [...] Novas dificuldades na execução do contrato das obras do litoral ocorreram em fevereiro de 2006, quando a Pavibrás paralisou os trabalhos. Botto explica que um reajuste de R\$ 9,95 milhões foi aprovado pelo Conselho. Segundo ele, o valor não foi pago, porque, a pedido do governador Roberto Requião, o contrato foi submetido à apreciação da Corregedoria Geral do Estado e do Tribunal de Contas. "O TC afirmou a legalidade do reajuste, que foi então pago em dezembro de 2006, quando entramos na Justiça pela rescisão do contrato." (DEDA, 2007, não p.).

O caso Pavibrás causou um desconforto com proporções que inviabilizaram a derrogação do “leilão de venda de 39,71% das ações” da SANEPAR ao seu braço empresarial privado no ano de 1998 (BASILE, 2007, não p.), e a vigência do decreto legislativo de 2005, que invalidou o pacto de acionistas firmado pelo governo Lerner (SANTOS, 2007, não p.).

Além disso, uma série de querelas entre conselheiros do CAd sanepariano (que até então estavam organicamente alinhados ao governo estadual de Requião) vieram à tona. Em julho de 2007, o conselheiro Rogério Distéfano⁵² declarou em entrevista à imprensa local que o governo Requião era “trágico”, sem “nenhum projeto”, nem “coordenação”. Na ocasião, Rogério asseverou que “[...] no governo Requião as pessoas são escolhidas para os cargos devido a vínculos de amizade ou a outro tipo de interesse, e não devido à qualificação”, e considerou a SANEPAR como “um exemplo muito sugestivo” do “modus operandi deste governo” (CAMPANA, 2007, não p.).

A contenda entre o governo Requião e consórcio empresarial Dominó Holdings seguiu intensa entre 2008 e 2010. Em 2009, o governador Requião enviou um ofício junto à presidência do CAd da SANEPAR, solicitando que a companhia devolvesse R\$ 744 milhões, referentes a empréstimos que acabaram quitados pelo Executivo paranaense. No rogo, Requião deu um mês (“30 dias”) de dilação “[...] para o pagamento de R\$ 285 milhões — já quitados pelo Estado juntos aos bancos que emprestaram o dinheiro”, e preceituou que os “R\$ 458 milhões restantes” deveriam “ser devolvidos em até seis meses” (PAULA, 2009, não p.). Nessa iniciativa:

Um dos objetivos do governo é criar uma nova estatal. “Vamos criar uma nova empresa de saneamento para suprir as necessidades de investimento estatal em saneamento básico”, argumentou Requião, durante a Escola de Governo, realizada no auditório do Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba (PAULA, 2009, não p.).

Mas tais diligências acabaram sendo judicialmente preteridas (CASTRO, 2009, não p.). Diante desse panorama, uma inércia nos serviços paranaense de água e esgoto foi estabelecida (LAGINSKI, 2009, não p.), bem como uma

⁵² As informações biográficas de Rogério Distéfano serão tratadas no próximo tópico deste capítulo.

desarticulação política que, nas eleições estaduais de 2010, dimanaria na volta de grupos opositoristas ao Executivo paranaense.

No referido desfecho, as resoluções e as trajetórias dos conselheiros do CAd da SANEPAR apresentam elementos convergentes ao estado de crise institucional da companhia entre 2003 e 2010.

4.3 – OS CONSELHEIROS DO CAd DA SANEPAR (2003-2010)

Primeiramente, assim como no ínterim 1998-2002, o CAd da SANEPAR também foi protagonista nas deliberações da companhia entre 2003 e 2010. No entanto, os despachos acerca dos ofícios de abastecimento de água e esgotamento sanitário deram-se em meio de entraves políticos que drasticamente opuseram os braços estatal (governo estadual) e privado (consórcio Dominó Holdings) da SANEPAR em termos de interesses econômicos e institucionais.

Os serviços de saneamento básico (água e esgoto) no estado do Paraná entre 2003-2010 (período correspondente aos governos estaduais de Roberto Requião) proporcionaram uma diversidade de agentes sociais que atuou num conjunto de consensos e conflitos que revelam seus respectivos campos e capitais mobilizados junto à institucionalização dos ofícios em questão.

Em tais processos, a SANEPAR novamente pode ser compreendida como uma expressão de poder, em especial, na atuação (e composição) do CAd da companhia no ínterim 2003-2010, visto que esse arranjo burocrático deliberou as demandas do setor de água e esgoto na época. Nesse raciocínio, a identificação dos capitais referentes aos agentes sociais enredados ao longo do intervalo temporal em questão oferece significativos subsídios no que diz respeito à importação e reprodução de habitus, correspondentes a tais agentes e seus respectivos campos (BOURDIEU, 1996), junto ao CAd da SANEPAR naquela época.

No decurso 2003-2010, o CAd da SANEPAR contou com agentes dos campos empresarial, jurídico, político e profissional. No entanto, os campos jurídico

e político salientaram-se substancialmente, e engendraram a dinâmica dos embates averiguados na época.

Os agentes oriundos do campo jurídico no CAD da SANEPAR entre 2003 e 2010 foi composto pelos seguintes agentes: Altevir Rocha de Andrade, Caio Julio Cesar Brandão Pinto, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Heron Arzua, Izabel Cristina Marques, Jozélia Nogueira Broliani, Kevin Michael Altit, Luiz Fernando Ferreira Delazari, Marco Antonio Lima Berberi, Nestor Celso Imthon Bueno, Pedro Henrique Xavier, Rodrigo Bhering de Andrade, Rogério Distefano e Sergio Botto de Lacerda⁵³.

. No período em questão, os agentes do campo jurídico no CAD da SANEPAR integraram os campos político e empresarial.

*Altevir Rocha de Andrade*⁵⁴. Portador do RG nº 276.481 (JUSBRASIL, 2018, não p.) e nascido em 03 de outubro de 1934, Alteviro Rocha de Andrade é graduado em Direito e já ocupou os cargos de oficial-maior do Registro de imóveis de Pitanga-PR (1962) (NOVO, 1962, p. 4), cartorário e vereador de Ivaiporã-PR, eleito pela ARENA em 1972 (ARENA, 1972, p. 5).

Altevir Rocha de Andrade também foi serventuário da Justiça no TJ-PR, entre 1976 e 2000, assistente da presidência da FAMEPAR, entre 1980 e 1983, e assessor de Diretoria da EMOPAR, entre 1984 e 1985, onde também foi chefe do Departamento de Contratos – Coordenador do PRORURAL em 1985 (SANEPAR, 2010, p.175).

Na continuidade de sua carreira, Alteviro Rocha de Andrade foi assessor parlamentar de relações com os municípios da SEED-PR entre 1987 e 1994, e delegado regional da DEMEC-PR entre 1995/1998. Nesse mesmo período, Alteviro foi conselheiro do SENAC e conselheiro do IEL-PR (SANEPAR, 2010, p.175).

⁵³ Ver apêndices 8; 12; 13; 14; 15; 18; 19; 20; 27; 28; 29; 30; 32 e 34.

⁵⁴ Ver apêndice 32.

Entre 1999 e 2000, Altevir Rocha de Andrade foi consultor de Educação do IES-PR. E no período 2003-2007, Altevir foi diretor administrativo-financeiro da FUNDEPAR e diretor da Paraná Esporte (DE PAULA, 2010, não p.) (SANEPAR, 2010, p.175).

Mesmo sem ter um currículo Lattes registrado, Altevir Rocha de Andrade foi diretor geral da SEED-PR, e Secretário de Educação do Estado do Paraná em 2010 (AEN, 2010, não p.). Altevir foi um agente político próximo ao ex-governador Orlando Pessuti (GAZETA DO POVO, 2010, não p.). Nesse mesmo período, Altevir exerceu o cargo de conselheiro do CAd da SANEPAR (SANEPAR, 2010, p.175).

Em 2018 Altevir Rocha de Andrade foi nomeado “representante do Estado do Paraná, a função de Conselheiro junto ao Conselho de Administração do” BRDE, pela então governadora Cida Borghetti (PP) (JUSBRASIL, 2018, não p.). Mas no ano de 2019, com a eleição de Carlos Massa Ratinho Júnior (PSD) para o governo do Paraná, Altevir foi exonerado do cargo (JUSBRASIL, 2019, não p.).

Altevir Rocha de Andrade é casado com Cleonice Miranda de Andrade. Cleonice ocupou cargo comissionado no Palácio Iguazu (PARANÁ, 2006, não p.). O filho do casal, André Renato Miranda Andrade, é advogado, professor universitário e ex-procurador do Estado do Paraná (ANDRADE, 2019, não p.). Na PGE, André foi “[...] demitido por abandono de emprego em 2008” (CAMPANA, 2010 a, não p.).

*Cáio Julio Cesar Brandão Pinto*⁵⁵. Bacharel em Direito pela Universidade de Itauna-MG (1974) e Administração de empresas pela União de Negócios e Administração (1977), Cáio Julio Cesar Brandão Pinto nasceu em 1 de março de 1950 na cidade de Belo Horizonte-MG. Cáio é advogado (OAB/MG 22.694) e jornalista (Reg. N° MG014675P) (CVM, 2002, p. 5).

Em seu currículo, Cáio Julio Cesar Brandão Pinto foi superintendente na Construtora Odebrecht (1978-1980), diretor da Construtora Andrade Gutierrez (1980-1995), presidente da Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário (RURALMINAS) (1998-2002), membro dos Conselhos de

⁵⁵ Ver apêndice 27.

Administração do BMG e do Banco Credito Real, e secretário de Comunicação do município de Contagem-MG. Cáio também atuou na construção do Aeroporto Afonso Penna em São José dos Pinhais-PR, na construção da estação de tratamento de esgoto de Florianópolis-SC e na construção do sistema de abastecimento de água do Passaúna, que abastece Curitiba-PR e Região Metropolitana. Cáio exerceu os cargos de diretor presidente e diretor administrativo da SANEPAR, e esteve no CAAd em 2003 (CVM, 2002, p. 5). Atualmente é sócio-proprietário do escritório de advocacia Caio Brandao Advogados Associados (BRANDÃO PINTO, 2019, não p.).

Cáio Julio Cesar Brandão Pinto revelou-se engajado no que diz respeito à moralidade na administração pública. Em 2010, por suposta fraude licitatória, Cáio denunciou a Prefeitura Municipal de Itaúna-MG ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) (TCE-MG, 2012, não p.). No ano seguinte, Cáio apontou sinais “de irregularidades na transferência de recursos federais, através do Ministério da Integração Nacional, à” RURALMINAS (CAIO BRANDÃO ADVOGADOS ASSOCIADOS, 2011, p. 1).

Em termos familiares, Cáio Julio Cesar Brandão Pinto é casado com Maria das Graças Portugal Brandão Pinto, que já trabalhou como assessora de Comunicação na Federação das Indústrias de Minas Gerais e no Governo do Estado de Minas Gerais (PORTUGAL, 2019, não p.). O casal teve ao menos três filhos: Janaína Portugal Pinto, Daniel Portugal Pinto e Nicole Brandão. Nicole já visitou a Austrália (BRANDÃO, 2017, não p.). Janaína é advogada, morou no Canadá e estudou nos EUA e na Inglaterra (PINTO, 2019, não p.). Por sua vez, Daniel também é advogado (CONSTRUTORA ALMEIDA, 2011, não p.) e sócio das seguintes empresas: Portugal & Gaetani Sociedade de Advogados, CNPJ 18.471.186/0001-22; Cae South America Flight Training do Brasil Ltda, CNPJ 03.538.995/0001-37; Cae-Lider Training do Brasil Ltda., CNPJ 13.558.731/0001-07; Sim-Industries Brasil Administracao de Centros de Treinamento Ltda., CNPJ 16.700.622/0001-62 (PORTUGAL PINTO, 2019, não p.).

*Carlos Frederico Marés de Souza Filho*⁵⁶. Nascido em 2 de outubro de 1946, Carlos Frederico Marés de Souza Filho é natural de União da Vitória-PR. Bacharel (1969), mestre (1988) e doutor em Direito pela UFPR, Carlos foi secretário municipal de Cultura de Curitiba-PR (de 1987 a 1989), membro do Conselho Diretores do Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos (a partir de 1992) e do Instituto Socioambiental (de 1994 a 1998), presidente da FUNAI (de 1999 a 2000) e Procurador Geral do INCRA em 2003 (CVM, 2008, p.18).

Na sequência de sua trajetória profissional, Carlos Frederico Marés de Souza Filho foi diretor do BRDE (2004), conselheiro do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, Procurador Geral do Estado do Paraná em 2008 e vice-presidente do CAd da SANEPAR entre 2008 e 2010. Carlos é advogado de povos indígenas desde 1980 (CVM, 2008, p.18), também faz parte do Programa de Mestrado e Doutorado da PUC-PR, “onde é professor titular de Direito Agrário e Socioambiental” (SOUZA FILHO, 2019, não p.). Escreveu os livros: “Bens culturais e sua proteção jurídica” (SOUZA FILHO, 2005); “O renascer dos povos indígenas para o direito” (SOUZA FILHO, 2000) e “A função social da terra” (SOUZA FILHO, 2003).

Carlos Frederico Marés de Souza Filho teve uma significativa militância no movimento estudantil de resistência à ditadura militar que foi imposta por um golpe de Estado no Brasil em 1964. Nessa trajetória, Carlos “[...] teve o primeiro contato com integrantes do Partido Comunista Brasileiro ainda no movimento secundarista, mais especificamente, no último ano no Colégio Estadual do Paraná, em 1964”, participou de atos da UNE (SOUZA FILHO, 2016, não p.) e foi exilado político no Uruguai, Chile, Dinamarca e São Tomé e Príncipe, de 1970 a 1979. No exílio, Carlos

[...] trabalhou como tradutor, professor de língua portuguesa e consultor jurídico. Com a anistia, em 1979, retornou ao Brasil e conheceu o atual ministro da Justiça, José Carlos Dias, que advogou em seu favor, providenciando a regularização de sua situação no país. No contexto da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), colaborou na formulação do Capítulo VIII, “Dos Índios”, inscrito na Constituição Federal de 1988, tendo sido um dos coordenadores da campanha “Povos Indígenas na Constituinte”. Foi fundador do Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) em 1989, do qual foi diretor técnico, e do Instituto Socioambiental (ISA) em 1994, do qual foi presidente e conselheiro (ISA, 1999, não p.).

⁵⁶ Ver apêndice 29.

Em 2013, juntamente Roberto Requião, “o ex-presidente do BNDES Carlos Lessa, o diretor-executivo da CUT Roni Barbosa, [...] os deputados estaduais Gilberto Martin e Antonio Anibelli Neto, entre outros”, Carlos Frederico Marés de Souza Filho “entrou com Ação Popular contra a privatização do pré-sal” (VIOLIN, 2013, não p.). Carlos também foi um dos organizadores do “Circo da Democracia”; evento que se opunha ao golpe jurídico-midiático-parlamentar deferido contra a ex-presidenta Dilma Rousseff (PT)⁵⁷, no ano de 2016 (SOUZA, 2017).

Carlos Frederico Marés de Souza Filho “trouxe de casa o interesse pelos livros, especialmente os de sociologia e filosofia” (SOUZA FILHO, 2016, não p.). Seu pai, Carlos Frederico Marés de Souza (1915-2000), “conhecido como Carlito Marés”, formou-se “em Direito pela Universidade do Paraná em 1942, foi Advogado, Promotor de Justiça e Secretário de Governo do Estado do Paraná” (MACHADO E MARÉS ADVOCACIA, 2019, não p.).

Carlos Frederico Marés de Souza Filho casou-se com Maria Dirce Botelho Marés de Souza, bibliotecária do IPARDES e companheira de militância (SOUZA FILHO, 2016, não p.). Theo Botelho Marés de Souza é um dos filhos do casal. Theo é graduado “em Direito pela PUC-PR em 1997, [...] especialista e mestre em Direito pela” mesma instituição, e também é “procurador do Município de Pinhais/PR desde 2013”, docente “do curso de Direito das Faculdades da Indústria” e da “Pós-Graduação em Direito Ambiental da PUC-PR”. No currículo de Theo também constam experiências como “Assessor Jurídico na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná, Presidente do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências e Ouvidor Agrário do INCRA no Paraná” (MACHADO E MARÉS ADVOCACIA, 2019, não p.).

Além de Theo Botelho Marés de Souza, é possível identificar outros dois filhos do casal: Fernando Marés de Souza e Francisco Botelho Marés de Souza.

⁵⁷ “É um momento de abrir e aprofundar a reflexão, porque todos nós temos certeza que se abre no Brasil um novo processo de discussão longo, profundo e denso”, afirma Carlos Frederico Marés de Souza Filho, professor de Direito na PUC/PR e membro da articulação Advogados pela Democracia. “Nada é mais simbólico do que um circo para representar a cultura popular, que se expressa como arte, consciência e transformação”, explica, sobre o formato escolhido pelos movimentos para contrapor o cenário de violação à democracia e de avanço do conservadorismo (VIOLIN, 2016, não p.).

Fernando é roteirista de cinema (SOUZA, 2019, não p.) e Francisco é jornalista, sendo alvo “de ao menos 37 processos judiciais movidos [...] por magistrados e dois promotores do Ministério Público do Estado” do Paraná, depois da publicação de “um especial sobre os salários que juízes e promotores locais receberam [...] e que, na prática, superavam o teto constitucional do funcionalismo público” (COUTINHO, 2016, não p.).

*Heron Arzua*⁵⁸. Graduado em Direito pela UFPR, pós-graduado em Direito, Política e Administração Tributária pela FGV (1967), Direito Tributário (1972) e Direito Administrativo (1972) pela PUC-SP, Heron Arzua nasceu no dia 14 de junho de 1939. Aos 30 anos, Heron foi estagiário no Ministério de Finanças da França, em Paris. Antes disso, Heron foi assessor tributário da Secretaria da Fazenda do PR (1967) e membro da Comissão de Reforma Tributária do Ministério da Fazenda (1968) (CVM, 2004, p. 27).

Ao longo de sua vida pública, Heron Arzua exerceu os cargos de Procurador-Geral do Município de Curitiba-PR (1972/1978), Procurador-Geral da Fazenda Nacional em Brasília (1979/1980), conselheiro da OAB-PR (1984/1985), Secretário da Fazenda do Paraná (1991/1994), Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-PR (1999/2000), conselheiro do CAAd da SANEPAR (2003 e 2004), Secretário estadual da Fazenda (2003-2006) (CVM, 2004, p. 27) e, considerado “homem de confiança do governador Roberto Requião”, assumiu os cargos “de secretário especial” no Executivo paranaense em 2007 (SCORTECCIE; DUARTE, 2007, não p.) e secretário parlamentar do gabinete do então senador Requião em 2016 (SENADO FEDERAL, 2016, não p.).

Em “março de 2009”, Heron Arzua propôs o fechamento da “ParanáPrevidência”, no intuito de “transformá-la numa superintendência da Secretaria da Fazenda” (CAMPANA, 2014, não p.). No ano de 2011, após Beto Richa ser eleito governador do Paraná em 2010, a “Secretaria da Fazenda do Paraná divulgou comunicado” que revogava “a Resolução 118/2010, publicada no Diário Oficial do dia 30 de dezembro de 2010, por suspeitar de uma ‘fraude’”. Tal publicação tratava da “implantação da carreira de agente fazendário estadual” e teve

⁵⁸ Ver apêndice 15.

Heron, secretário de Estado na época, como um de seus signatários (FADEL, 2011, não p.). Na ocasião, Heron “declarou em cartório que sua assinatura na resolução que regulamentou a carreira dos agentes da fazenda é falsa” (CAMPANA, 2011 a, não p.).

Heron Arzua foi coordenador de “finanças da campanha de Requião ao governo [...] responsável pelo plano de governo na área tributária” (CAMPANA, 2014 a, não p.). Em 2014, Heron foi “multado em R\$ 1.450,98 pelo” TCE, “por irregularidades no recolhimento das contribuições do” PASEP “nos anos de 2009 e 2010” (POLÍTICA EM DEBATE, 2014, não p.). Em 2016, o nome de Heron foi citado em “supostas irregularidades cometidas pela Receita Estadual”. Naquele átimo, a diretoria da ACP manifestou “publicamente seu apoio ao advogado” (ACP, 2016, não p.).

A trajetória estatal de Heron Arzua revela capitais político-familiares (MONTEIRO, 2016). Heron é filho de Guido Arzua, conhecido como “Mr. Rotary”, “[...] detentor de um luminoso patrimônio de relevantes serviços rotários”, e Stela Camargo Arzua. Sua mãe “foi fundadora e primeira Presidente da Associação de Senhoras de Rotarianos” (PEREIRA, 2000, não p.). Heron casou-se com Marina de Souza Arzua, com quem teve “duas filhas”: Mylene Arzua e Cláudia Arzua. Claudia “fez concurso para a prefeitura de Curitiba, e hoje é advogada da Instituição” (ARZUA, 2015, não p.).

Seu tio, Ivo Arzua Pereira (falecido em 2012):

Em seus 87 anos de vida, Ivo Arzua se destacou como engenheiro, político e como benfeitor da Santa Casa de Curitiba / 1925 – nasce em 29 de abril em Palmeira, no interior do Paraná, Ivo Arzua Pereira / 1948 – forma-se engenheiro civil pela Universidade Federal do Paraná / 1953 – foi encarregado pelo governador Bento Munhoz da Rocha Neto de tocar, como engenheiro responsável, a construção do Palácio Iguazu / 1962 a 1967 – como prefeito de Curitiba, criou o Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba (IPPUC) e um novo plano diretor para a cidade. Foi responsável pelo alargamento das ruas Mal. Deodoro, Mal. Floriano e da XV de Novembro. Criou o primeiro espaço exclusivo para uso dos pedestres na Travessa Oliveira Belo, entre a Praça Zacarias e a Avenida Luiz Xavier / 1967 a 1969 – foi ministro da Agricultura, quando criou três institutos de pesquisa e desenvolveu o primeiro avião agrícola nacional / Foi professor da UFPR e da PUCPR e autor de diversas obras / Durante muitos anos foi provedor da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba”

e também foi signatário do AI-5 em 1968 (GAZETA DO POVO, 2012, não p.).

Ivo Arzua Pereira era casado com Maria Helena Sotto Maior Pereira. Os dois integram clãs familiares do Judiciário paranaense. Ivo e Maria tiveram 3 filhos: “Regina Elisabeth Zantedeschi, Elaine Maria Sottomaior Pereira e Sergio Luiz Sottomaior Pereira” (GAZETA DO POVO, 2014, não p.).

No que diz respeito às atividades privadas, Heron Arzua atualmente advoga em Curitiba-PR no escritório “Arzua & Schmitt Advogados Associados” (ARZUA & SCHMITT ADVOGADOS ASSOCIADOS, 2019, não p.). Heron também é consultor jurídico da ACP, palestrante e conferencista em Seminários de Direito Tributário, autor de livros e artigos sobre matéria tributária e financeira (Revista de Direito Tributário e Revista de Dialética de Direito Tributário - SP) (CVM, 2004, p. 27) e “ex-Presidente do Rotary Club de Curitiba Norte” (PEREIRA, 2000, não p.).

*Izabel Cristina Marques*⁵⁹. Natural de Foz do Iguaçu-PR e nascida em 03 de março de 1966, Izabel Cristina Marques é graduada em Direito pela UFPR (fevereiro de 1989), especialista em Direito Processual Civil e Direito Comercial pela Faculdade de Direito de Curitiba (respectivamente em 1993 e 1995), Direito Contemporâneo e suas Instituições Fundamentais pelo IBEJ e pela Faculdade Positivo (1997) e Direito Societário pela UFPR (2000). (CVM, 2005, p. 19).

Izabel Cristina Marques foi advogada na Imobiliária Gosch Ltda., de março a agosto de 1989 e é Procuradora do Estado do Paraná, desde 07 de março de 1990. Também foi professora das disciplinas de Direito Comercial I e II na PUC-PR (de março de 1994 a setembro de 1995) (CVM, 2005, p. 19), funcionária do TCU em 2011 (TCU, 2011, p. 2), chefe de Gabinete da PGE em 2012 (PGE, 2012, não p.), integrante da Comissão de Advocacia Pública da OAB do Paraná em 2016 (OAB-PR, 2016, não p.) e presidente da Comissão Eleitoral para a gestão 2016-2018 da APEP (RITZMANN, 2016, não p.). Na SANEPAR, Izabel foi conselheira do CAde entre 2005 e 2006 (CVM, 2005, p. 4).

⁵⁹ Ver apêndice 20.

Jozélia Nogueira Broliani. Nascida em 19 de março de 1964, Jozélia é formada em Direito pela antiga Faculdade de Direito de Curitiba (1988), especialista em Direito Tributário e Processual Tributário pela PUC-PR (1997) e Direito Contemporâneo pelo IBEJ em 1995, e mestra em Direito Tributário pela UFPR no ano de 2003 (CVM, 2005, p. 20). Jozélia também é procuradora do Estado do Paraná desde 07 de março de 1990, e ocupou o cargo de conselheira do CAd da SANEPAR entre 2005 e 2006, e também integrou o campo político nessa estrutura (CVM, 2005, p. 20).

Em abril de 2007, o “governador Roberto Requião assinou a nomeação” de Jozélia Nogueira Broliani “para o cargo de procuradora-geral do Estado” (AEN, 2007, não p.). Mas em 2008, após “[...] ter sido destratada em público” por Requião, Jozélia pede demissão do cargo (MACEDO, 2008, não p.).

Em 2012, Jozélia Nogueira Broliani foi anunciada pelo então prefeito Reni Pereira como a nova “Procuradora-Geral do município” de Foz do Iguaçu (BOCA MALDITA, 2012, não p.). Em setembro de 2013, Jozélia volta a ser procuradora-geral do Estado, desta vez nomeada pelo então governador Beto Richa (PSDB) (JORNAL DO ÔNIBUS DE CURITIBA, 2013, não p.), e no mês de outubro de 2013, assume a Secretaria de Estado da Fazenda (AEN, 2013, não p.).

Jozélia Nogueira Broliani é cônjuge (e sócia) do empresário Carlos Roberto Broliani (BROLIANI, 2019, não p.). Jozélia e Carlos foram acometidos por uma terrível perda. O estudante universitário Miguel Broliani, filho do casal, morreu tragicamente aos 19 anos de idade (GERON, 2010, não p.).

*Kevin Michael Altit*⁶⁰. Nascido em 19 de maio de 1963 na cidade do Rio de Janeiro-RJ. Kevin é graduado em Direito pela UFRJ e mestre em Direito pela University of California (EUA) (CVM, 2008, p. 25).

Ao longo de sua carreira profissional, Kevin Michael Altit foi diretor jurídico e vice-presidente da Azurix do Brasil Ltda, diretor Jurídico da Light Serviços de Eletricidade S.A e da Trikem S.A, integrante do Departamento Jurídico da Odebrecht

⁶⁰ Ver apêndice 34.

S/A, vice-presidente do Conselho de Daleth Participações S/A, membro titular dos Conselhos de Administração de Quigley Company, Inc. (Grupo Pfizer – NY), Dominó Holdings S/A e Brasil Telecom Participações S/A, e presidente dos conselhos de Administração de Zain Participações S/A, Newtel Participações S/A, Mem Celular Participações S/A, Oeste Participações S.A, Sorocaba Empreendimentos e Participações S/A, Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S/A, Invitel S/A, Telpart Participações S/A, Capitalpart Participações S.A, Serranby Participações S/A, Selectpart Participações S/A e Sul 116 Participações S/A (CVM, 2008, p. 25).

No campo empresarial, Kevin Michael Altit também foi diretor presidente da Serranby Participações S/A, compôs a diretoria executiva da Mem Celular Participações S/A, da Futuretel S/A, da Daleth Participações S/A, da Oeste Participações S/A, da Sorocaba Empreendimentos e Participações S/A, da Newtel Participações S/A, da Zain Participações S/A, da Invitel S/A, da Capitalpart Participações S/A, da Sul 116 Partic. S/A, de Solpart Participações S/A, da Ret Participações S/A e Capitalpart Participações S/A e da Selectpart Participação S/A (CVM, 2008, p. 25).

No campo jurídico, Kevin Michael Altit foi sócio do escritório Garcia & Keener Advogados e advogado visitante do escritório Baker, Brown, Parker & Leahy (localizado em Houston, nos EUA) (CVM, 2008, p. 25). Em 2015, Kevin foi advogado do empresário Eike Batista (GANDRA, 2015, não p.). Atualmente Kevin é sócio do escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados (MATTOS FILHO, 2018, não p.).

O vasto currículo de Kevin Michael Altit lhe rendeu muito reconhecimento e diversos prêmios, entre eles, o “Chambers Global – Projects (2015-2016)”, o “Chambers Latin America – Projects (2015-2016)”, o “IFLR 1000 Financial and Corporate – Private Equity; M&A (2017)”, o “Notable Practitioner: Private Equity; M&A (2018)” e o “LACCA Approved – Corporate/M&A (2016-2019)” (MATTOS FILHO, 2018, não p.).

Kevin Michael Altit é sócio de 14 empresas (“1 empresa no Distrito Federal, 4 em São Paulo e 7 no Rio De Janeiro”) que totalizam um capital de. “R\$ 18.976.145,00” (ALTIT, 2019, não p.).

Entre os sócios de Kevin Michael Altit consta Ilona Sydenstricker Altit. Ilona é advogada do escritório Garcia & Keener. Fundado em 1959 e com sede no Rio de Janeiro, o escritório Garcia & Keener foi o primeiro do Brasil a atender clientes estrangeiros (GARCIA & KEENER, 2011, não p.) e já teve Kevin como integrante do quadro societário (CVM, 2008, p. 25).

*Luiz Fernando Ferreira Delazari*⁶¹. Nascido em 21 de janeiro de 1971, Luiz Fernando Ferreira Delazari é bacharel em Direito pela PUC-SP e mestre em Direito pela UniBrasil. Luiz ingressou no Ministério Público em 1993, tendo trabalhado nas comarcas de Jaguariaíva, Apucarana, Foz do Iguaçu e Curitiba (DELAZARI, 2018, não p.). Na SANEPAR, Luiz integrou o CAd entre 2008 e 2011 (CVM, 2008, p. 4).

Na sua trajetória profissional, Luiz Fernando Ferreira Delazari foi assessor do Procurador Geral do MP-PR, atuou na Promotoria de Investigações Criminais, membro integrante do Grupo Nacional de Combate a Ações Criminosas, presidente do Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública do Brasil, promotor de Justiça no MP-PR (2003-2010), secretário da Segurança Pública do Paraná (2004-2008), presidente do CONSESP entre 2007 e 2010, presidente do CETRAN no mesmo período, membro do Conselho de Administração da ELEJOR entre 2011-2013 (DELAZARI, 2018, não p.) e diretor jurídico da Itaipu Binacional em 2016 (MORAIS, 2016, não p.). Luiz também foi assessor Técnico do Senado Federal, cargo comissionado junto ao gabinete do então senador Roberto Requião (DELAZARI, 2018, não p.) e tesoureiro do diretório estadual do antigo PMDB paranaense (TRE-PR, 2019, não p.).

Atualmente, Luiz Fernando Ferreira Delazari é sócio e administrador das empresas Luiz Fernando Ferreira Delazari - Sociedade Individual de Advocacia (CNPJ: 26.905.140/0001-00 / Razão social: Luiz Fernando Ferreira Delazari - Sociedade Individual de Advocacia) e Lfd Apoio Operacional A Empresas Ltda. (CNPJ: 30.234.755/0001-11 / Razão social: Lfd Apoio Operacional A Empresas Ltda) (DELAZARI, 2019, não p.), e professor da UniBrasil (DELAZARI, 2018, não p.).

⁶¹ Ver apêndice 30.

Em 2003, Luiz Fernando Ferreira Delazari a “foi afastado do cargo” de secretário de Segurança Pública do Paraná “com base em duas sentenças do STF e no artigo 128, parágrafo 5.º, inciso II da Constituição Federal, que impede os integrantes do Ministério Público de exercer qualquer função pública” (TRIBUNA DO PARANÁ, 2003, não p.). Tal situação foi confirmada em 2007, pelo STF, por meio de liminar concedida pelo ministro Ricardo Lewandowski, que concluiu ser “vedado ao promotor exercer outra função a não ser uma de magistério” (PINHEIRO, 2007, não p.). No entanto, Luiz pediu exoneração do MP-PR, sendo “renomeado secretário de Estado da Segurança Pública” (DUARTE, 2007, não p.).

Quando Roberto Requião deixa o governo do Paraná para candidatar-se ao Senado Federal em 2010, Luiz Fernando Ferreira Delazari perde os cargos de secretário de Segurança Pública e conselheiro da ELEJOR por decisão de Orlando Pessuti, vice-governador que, na ocasião, assumiu o Executivo paranaense (BERTHOLDO, 2010, não p.) (CAMPANA, 2010, não p.).

Em 2017, juntamente com outros 59 advogados, Luiz Fernando Ferreira Delazari assinou a nota “Em defesa da advocacia e da democracia: Nota de repúdio a reportagem da Tribuna da Massa e pedido de providências”; a qual criticava um arremedo jornalístico local (veiculado diariamente pela Rede Massa, afiliada do SBT e de propriedade da família do atual governador do Paraná, Ratinho Júnior, do PSD), que injuriou a atuação de um coletivo de advogados num protesto contra o aumento da tarifa de ônibus em Curitiba-PR (FÓRUM, 2017, não p.).

Em fevereiro de 2018, Luiz Fernando Ferreira Delazari, “ingressou com ação popular contra o governador Beto Richa”. A referida ação tratava dos “prejuízos causados ao estado pela contratação de serviços de empresas privadas para fiscalizar obras rodoviárias sob concessão, no valor total de R\$ 26 milhões” (CONTRAPONTO, 2018, não p.).

Apelidado no meio político de “Lulinha” (MORAIS, 2016, não p.) e amigo pessoal do ex-juiz federal de primeira instância (e atual ministro da Justiça no governo de Jair Bolsonaro) Sérgio Moro (HISAYASU, 2016, não p.), Luiz Fernando Ferreira Delazari possui significativas raízes familiares na política paranaense. Seu pai, Luiz Carlos Delazari ingressou

[...] no Ministério Público do Estado do Paraná por concurso, sendo nomeado em 29 de junho de 1970, assumindo em 7 de julho do mesmo ano. Atuou inicialmente como Promotor de Justiça Substituto nas Comarcas de Cascavel, Formosa do Oeste e como Promotor de Justiça de entrância inicial na Comarca de Colorado; na sequência, passou por Paranacity (1975); promovido à entrância intermediária na Comarca de Paranavaí (1977), Maringá (1978); entrância final na 2ª Vara de Família e Menores da Comarca de Ponta Grossa e, mais tarde, removido novamente para Maringá (1983). Esteve à disposição da Secretaria de Estado da Justiça como chefe de gabinete (1985). Também foi assessor do Prefeito Roberto Requião para Assuntos de Segurança e Justiça em nível de Secretário Municipal (1986-1988). Foi removido de Maringá para a 12ª Seção Judiciária em Curitiba (1988). Tornou-se Procurador de Justiça em 8 de agosto de 1990. [...] Em 20 de março 1992, foi nomeado ao cargo de Procurador-Geral de Justiça. Aposentou-se em 24 de maio de 1995. Faleceu em 23 de outubro de 2014 (MP-PR, 2019, não p.).

Luiz Carlos Delazari também foi “chefe de gabinete da Secretaria de Justiça no Governo José Richa e [...] integrante da Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Apucarana, nos anos 70”. No ano de 2003 também assumiu “a Ouvidoria Geral e Corregedoria do Estado”, presidindo em 2008 “a Comissão Especial de Indenização a ex-Presos Políticos”, cujos trabalhos analisaram “84 pedidos de reparação financeira, feitos por pessoas que foram presas em dependências do Estado durante a ditadura militar” e decidiram “pela indenização em 45 casos, num valor total de R\$ 893 mil” (MORAIS, 2014, não p.).

Luiz Carlos Delazari foi casado com Aldaides Ferreira Delazari (MP-PR, 2019, não p.), com quem teve, além de Luiz Fernando Ferreira Delazari, outros dois filhos: a advogada Fabíola Ferreira Delazari (DELAZARI, 2019 a, não p.) e o advogado Carlos Emeliano Ferreira Delazari (DELAZARI, 2019 b, não p.). Em 2008, Carlos “foi nomeado [...] pela portaria 352-08 para alto cargo do Tribunal de Contas” (CAMPANA, 2008, não p.).

*Marco Antonio Lima Berberi*⁶². Natural de Paranaguá-PR e nascido em 28 de abril de 1971, Marco Antonio Lima Berberi é graduado em Direito pela UFPR (1993), especialista em Direito Contemporâneo e seus Institutos Fundamentais pelo IBEJ (1994), mestre em Direito das Relações Sociais (2002) e doutor em Direito pela UFPR (2018) (BERBERI, 2019, não p.).

⁶² Ver apêndice 28.

Em sua trajetória profissional, Marco Antonio Lima Berberi foi estagiário da Procuradoria Regional do Trabalho 9ª Região (1992-1993), pesquisador do Instituto de Pesquisa Jurídica BoniJuris (1994), advogado na Secretaria de Estado e da Justiça (1994-1996), professor titular da PUC-PR (1996-2001) (BERBERI, 2019, não p.), diretor geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública (2003-2004), coordenador jurídico da Casa Civil do Governo do Paraná (2004) (CVM, 2005, p. 25), presidente do IPEM-PR (O ESTADO DO PARANÁ, 2006, não p.), membro do Conselho Administrativo da COHAPAR, Membro da Comissão da Diversidade Sexual e da Comissão da Verdade da OAB, seccional Paraná (2015) (BERBERI, 2019, não p.), Procurador Geral do Estado do Paraná (OAB-PR, 2010, não p.) e diretor de convênios da APEP (2015-2016) (APEP, 2014, não p.). Atualmente, Marco é procurador do Estado do Paraná (desde 1996), professor da UniBrasil (desde 2002) e da Academia de Direito do Centro Europeu (desde 2013) (BERBERI, 2019, não p.).

Autor do livro *Os Princípios na Teoria do Direito* (BERBERI, 2003) e co-autor do livro *Crítica à teoria geral do direito processual penal - Reflexos da pós-modernidade no sistema processual penal brasileiro* (BERBERI, 2019 a), Marco Antonio Lima Berberi foi nomeado interventor do município de Paranaguá-PR pelo então governador Roberto Requião “por determinação do Tribunal de Justiça em razão do descumprimento de ordem judicial de pagamento de precatórios trabalhistas” por parte da administração de José Baka Filho (PDT), prefeito na época (PEREIRA, 2008, não p.). No entanto, a intervenção não aconteceu, e Marco “ficou no meio do caminho” (CAMPANA, 2008 c, não p.). No mesmo ano, Marco foi multado por irregularidades referentes a contratos de terceirização firmados pelo IPEM-PR (TCU, 2014, p. 19).

Em 2014, Marco Antonio Lima Berberi assinou manifesto de apoio à presidenta Dilma Rousseff (PT) nas eleições presidenciais daquele ano (JUSTIFICANDO, 2014, não p.). Dois anos mais tarde, Marco foi multado novamente por improbidade administrativa. O TCE-PR

[...] julgou irregular a edição do Decreto nº 7774/10 do Governo do Estado do Paraná, que concedeu progressão por tempo de serviço sem previsão legal e em período vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e pela

legislação eleitoral (Lei nº 9.504/97). Em função disso, o ex-governador Orlando Pessuti, o ex-procurador-geral do Estado Marco Antônio Lima Berberi e os ex-secretários estaduais Maria Marta Renner Weber Lunardon (Administração e Previdência) e Ney Amilton Caldas Ferreira (Casa Civil) deverão restituir R\$ 3.133.133,53 ao cofre estadual. [...] Berberi, Caldas e Maria Marta Lunardon receberam, individualmente, a multa proporcional ao dano, fixada em 15%, de R\$ 469.970,03 e outras duas de R\$ 1.450,98, somando de R\$ 472.871,99 para cada um (TRIBUNA DO PARANÁ, 2016, não p.).

Marco Antonio Lima Berberi é filho de Miguel Berberi e Anete Lima Berberi. Miguel “[...] nasceu em Paranaguá, em 19 de Maio de 1931”, e faleceu “em novembro de 2005”. Na sua trajetória, Miguel foi “Agente Fiscal do Estado do Paraná, carreira que encerrou como Delegado da 2ª Delegacia Regional da Receita”, e “formou-se em Direito, pela Faculdade de Direito de Curitiba, em 1979”. Durante sua formação superior, Miguel foi “chefe da agência de rendas do Porto de Paranaguá” (CULTURA DE MATINHOS, 2011, não p.). Anete foi filiada ao PT de Matinhos-PR (PT, 2016, não p.).

Marco Antonio Lima Berberi também é casado com a advogada Giovanna Sandrini Berberi (BERBERI, 2019 b, não p.).

*Nestor Celso Imthon Bueno*⁶³. Nascido em 5 de março de 1929 e falecido em 10 de julho de 2011, Nestor Celso Imthon Bueno era natural de Ponta Grossa-PR. Nestor curso Ciências Contábeis na Escola Técnica de Comércio Pontagrossense na segunda metade da década de 1940, graduou-se (bacharelado e licenciatura) em Geografia e História (1952 e 1953) pela UEPG. Pela mesma instituição, bacharelou-se em Direito no ano 1962, e concluiu uma especialização em Direito Administrativo e Tributário pela PUC-SP em meados da década de 1970 (CVM, 2006, p. 17).

Advogado especializado em Direito Tributário desde 1975, Nestor Celso Imthon Bueno teve uma destacada trajetória profissional no setor estatal. Foi diretor da Diretoria da Despesa da Prefeitura Municipal de Curitiba-PR (1965-1967), assessor Jurídico-Tributário do Departamento da Fazenda da Prefeitura Municipal de Curitiba-PR (1967), auditor fiscal do Município de Curitiba-PR (1967-1971) e

⁶³ Ver apêndice 18.

membro do Conselho Municipal de Contribuintes da Prefeitura Municipal de Curitiba-PR (1971-1981). Nestor também acumulou os cargos de procurador da Prefeitura Municipal de Curitiba-PR e diretor geral do Departamento da Fazenda de Curitiba-PR entre 1971 e 1983, e foi assessor Jurídico do Prefeito de Curitiba-PR, Rafael Greca de Macedo, de 1995 a 1997 (CVM, 2006, p. 17).

No âmbito estadual, Nestor Celso Imthon Bueno foi diretor geral da Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná (de 1991 a 1994), membro do Conselho Estadual de Contribuintes do Estado do Paraná (de 1995 a 1998) (CVM, 2006, p. 17), conselheiro do antigo BANESTADO (CONJUR, 2004, não p.), além de ter sido

[...] secretário do Planejamento (2006-2008) em três momentos diferentes na gestão de Roberto Requião. Ele substituiu o atual deputado federal Reinhold Stephanes, quando o peemedebista assumiu o Ministério da Agricultura no governo Lula e, por duas vezes, substituiu o deputado estadual Enio Verri que se licenciou da secretaria para disputar as eleições para prefeito de Maringá - no Norte do estado - e para assumir a presidência do diretório estadual do PT (DIONÍSIO, 2011, não p.).

Em 2004 Nestor Celso Imthon Bueno foi denunciado pelo “por crimes de gestão fraudulenta” enquanto era conselheiro fiscal do antigo BANESTADO. “[...] De acordo com o MPF, os denunciados fizeram uma série de operações financeiras irregulares que beneficiaram 107 empresas” (CONJUR, 2004, não p.). Nestor foi conselheiro do CAAd da SANEPAR entre 2005 e 2007, sendo vice-presidente no último ano (CVM, 2006, p. 17).

Nestor Celso Imthon Bueno era um estudioso da cultura indígena paranaense (CARNASCIALI, 2010, não p.) e, conforme o governador Roberto Requião, “nos 12 anos em que ele esteve à frente do governo do Paraná, Bueno foi o ‘homem chave no estado’” (DIONÍSIO, 2011, não p.).

No que diz respeito aos seus familiares, Nestor Celso Imthon Bueno foi casado com Arlette Cenovicz Bueno, falecida em 2007 (SANEPAR, 2007, p. 2). Tiveram ao menos três filhos: Sergio Cenovicz Bueno, Celso Cenovicz Bueno e Beatriz Cenovicz Bueno Marinoni. Sergio foi “Consultor Técnico”, da CRE da SEFA (CAMPANA, 2008 a, não p.). Já Celso e Beatriz são sócios na empresa Be&Ce

Administradora de bens Ltda. (BE & CE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA, 2019, não p.). Beatriz também é educadora (GRUPO EXPOENTE, 2009, não p.) e esposa de Luiz Guilherme Bittencourt Marinoni, advogado e professor de Direito UFPR (MEIRELLES, 2012, não p.).

Nelson Imthon Bueno era irmão de Nestor Celso Imthon Bueno. Nelson foi advogado homenageado pela OAB-PR (TRIBUNA DO PARANÁ, 2011, não p.) e “[...] presidente do Rotary Club de Curitiba Leste no ano rotário 1979-80, recebendo título Paul Harris em 01 de julho de 1985” (BONATO, 2015, não p.) e “Governador do Distrito 473” na mesma instituição entre 1987 e 1988 (ROTARY DE CURITIBA OESTE, 2019, não p.). Nelson faleceu em 2015 (TRIBUNA DO PARANÁ, 2015, não p.) e deu nome a uma “[...] casa modernista na Rua Itupava” que “[...] é considerada uma Unidade de Interesse de Preservação” (ORTOLAN, 2017, não p.).

*Pedro Henrique Xavier*⁶⁴. Foi um dos homens de confiança do governador Roberto Requião ao longo de sua gestão estadual entre 2003-2010 (OLIVEIRA, 2007, p. 159). Tanto que em dezembro de 2002, após a vitória de Requião nas eleições estaduais daquele ano, Pedro Henrique entregou um estudo jurídico ao governador “[...] apontando as alterações ocorridas no controle acionário da SANEPAR “[...] após a venda de 39,71% das ações da estatal, em 1997”, no intuito “[...] de desfazer um acordo de acionistas feito em 1998” (TRIBUNA DO PARANÁ, 2002, não p.), no qual o setor privado da SANEPAR assumia “o papel do investidor ou parceiro estratégico”, no intuito “de alavancar a captação de recursos e coibir ineficiências decorrentes de ingerência política” (MOREIRA, 1998, p. 196). Posteriormente, Pedro compôs o CAd da SANEPAR de 2003 a 2009 e presidiu o CAd entre 2003 e 2004 e entre 2007 e 2009 (CVM, 2008).

Pedro Henrique Xavier é graduado em Direito e especialista em Direito Público pela UFPR, com formação de extensão universitária em Consultoria Empresarial pela FAE. Em sua trajetória, Pedro Henrique exerce o ofício de advogado (OAB 6.511 PR) desde 1975. Também já foi Coordenador do Curso de Bacharelado em Direito da UFPR, professor da Disciplina de Direito Administrativo na UFPR, na FAE e na EMAP, e diretor do Instituto dos Advogados do Paraná entre

⁶⁴ Ver apêndice 12.

1983 e 1988 (CVM, 2008). Atualmente integra o escritório de advocacia P.H. Xavier & Advogados Associados (P.H. XAVIER & ADVOGADOS ASSOCIADOS, 2016, não p.), sendo advogado de defesa do empreiteiro “Erton Medeiros Fonseca, da Galvão Engenharia” nos processos desencadeados pela operação “Lava-Jato” a partir de dezembro de 2014 (VOITCH, 2014, não p.).

A frente da presidência do CAd da SANEPAR, em 2007, Pedro Henrique Xavier denunciou uma situação que envolveu o PARANASAN (programa de expansão dos serviços de água e esgoto vigente na época, que contou com financiamentos por parte do banco japonês JBIC) e a empreiteira Pavibrás, “[...] empresa contratada pela Sanepar para fazer as obras de saneamento no litoral do Paraná e que recebeu o dobro que estava previsto no contrato (R\$ 130 milhões), devido a aditivos contratuais”. Conforme Pedro, manipulações nas licitações da companhia resultaram em contratos que receberam aditivos contratuais, excedendo o valor das obras previstas. Diante de tal panorama, Pedro chegou a “[...] propor aos demais conselheiros da empresa uma nova fórmula para as licitações e contratos a serem executados pela empresa de abastecimento de água e esgoto do estado” (LIMA, 2007, não p.).

O presente currículo revela Pedro Henrique Xavier como um integrante do campo jurídico no CAd da SANEPAR entre 2003 e 2009. No entanto, sua atuação e proximidade junto ao Executivo paranaense o qualificaram para também integrar o campo político no CAd da SANEPAR nesse mesmo decurso. Nessa simultânea integração-participação, é notória uma tradição político-familiar. Seu pai, o advogado Júlio Rocha Xavier, foi promotor público municipal, “acumulando as funções de Delegado de Polícia e, a seguir, juiz de direito” de Carlópolis-PR “por concurso”, sendo prefeito desse município em 1942 (NICOLAS, 1954, não p.). Nas eleições de 1947, Júlio foi eleito deputado estadual pelo antigo PTB, reeleito em 1950 e ocupou a cadeira da presidência da ALEP em 1951 (BATISTELLA, 2016). O bordão “‘Julinho Rocha Xavier// é este que o povo quer’” (MAZZA, 2004, não p.) marcou suas campanhas. Júlio também foi diretor da Caixa Econômica Federal do Paraná em 1956 (RECONDUZIDO, 1956, p. 30), e presidente da Câmara Municipal de Antonina-PR em 1961 (VEREADORES, 1961, p. 2). Faleceu no dia 13 de dezembro de 1994 (LOPES, 2009, não p.).

Além de Júlio Rocha Xavier e Pedro Henrique Xavier, outros membros da família também já ocuparam cargos estatais. Também filho de Júlio e irmão de Pedro, o médico Cláudio Murilo Xavier “[...] foi secretário de Saúde do Paraná entre os anos de 2003 e 2007” e exerceu “a função de assessor especial do governador Roberto Requião” até 2010. Cláudio “comandou desde o projeto até a viabilização da construção do maior centro de reabilitação do país, que hoje leva o nome de sua filha que faleceu em 2008, Ana Carolina Moura Xavier”. Cláudio faleceu na manhã do dia 08 de março de 2010, vitimado por um infarto aos 48 anos de idade (GAZETA DO POVO, 2010, não p.).

Outro caso que combina parentesco e acesso aos recursos estatais na família Xavier é o empreiteiro, proprietário da CG Construtora, Alberto Maurício Barbosa Xavier; que é sobrinho de Pedro Henrique Xavier (SAIS, 2004, não p.). O cunhado e sócio de Alberto (UNRUH, 2019, não p.), Cornelius Unruh, foi “coordenador do Setor de Engenharia da” SESA (OLIVEIRA, 2007, p. 159).

Pedro Henrique Xavier “teve um significativo desentendimento com Sergio Botto de Lacerda e Jozélia Nogueira Broliani (agentes que também integraram o campo jurídico no CAD da SANEPAR)”. Conforme a imprensa da época, o “objeto da discórdia seria a omissão de Lacerda”, quando ocupava a presidência do CAD da SANEPAR entre 2005 e 2006, “na convocação de uma” AGE da SANEPAR (CAMPANA, 2007 a, não p.) que tornasse sem efeito o acordo dos acionistas firmado em dezembro de 1998. Nesse confronto, uma série de acusações, envolvendo ambas as partes, veio a público. Pedro afirmou em carta endereçada aos demais conselheiros da do CAD da SANEPAR, que Sérgio agiu para favorecer a empresa Sanedo/Vivendi, integrante do consórcio Dominó Holdings; o braço privado da companhia. E no que diz respeito à Jozélia, Pedro questionou sua postura como de Procuradora Geral do Estado, por Jozélia não ter recorrido de decisão judicial favorável ao pacto de acionistas do Dominó Holdings. Pelo outro lado, Jozélia e Sergio processaram Pedro por crime de “calúnia, injúria e difamação [...] em novembro de 2007” (TRIBUNA DO PARANÁ, 2008, não p.).

*Rodrigo Bhering de Andrade*⁶⁵ é formado em Direito pela UnB, e foi “diretor de empresas ligadas ao grupo Opportunity” (COELHO, 2009, não p.). Rodrigo também integrou o campo empresarial do CAd da SANEPAR entre 1998 e 2004, sendo um conselheiro remanescente do governo Jaime Lerner. Em 2009, Rodrigo foi denunciado por envolvimento no “escândalo de propinas e lavagem de dinheiro investigado Operação Satiagraha” da PF; a qual implicava executivos do Opportunity. O conselheiro teve seu “pedido de prisão decretada, mas, juntamente com os demais executivos do Opportunity, conseguiu HC (habeas corpus) concedido” pelo ministro Gilmar Mendes, na ocasião, “presidente do STF” (ARRUDA, 2016, não p.).

*Rogério Distéfano*⁶⁶. Outro agente componente do campo jurídico no CAd da SANEPAR na gestão estadual de Roberto Requião é Rogério Distéfano. Bacharel em Direito pela UFPR em março de 1972 e bolsista do governo português para pesquisas sobre História do Direito na Universidade de Lisboa em 1975, Rogério cumpriu os créditos do curso de mestrado em Direito da UFPR entre 1982 e 1985, e exerce advocacia cível desde 1972, Rogério é procurador do Estado do Paraná (atuando na área de Direito Público desde agosto de 1985), tendo sido membro do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado do Paraná (1991 a 1993, 1999 a 2001 e 2003 a 2005) (CVM, 2006). Leitor assíduo, sobretudo, das disciplinas de História e Sociologia (SANTOS, 2009, não p.), Rogério também foi editor do blog “Maxblog” (BETO, 2012, não p.).

Em sua trajetória profissional, Rogério Distéfano foi chefe da Procuradoria Administrativa da UFPR (1990 a 1991), coordenador de Recursos de Ações Rescisórias da UFPR (2003 a 2005) e membro do Conselho de Planejamento e Administração da UFPR (2003 a 2005). No que diz respeito a atividades docentes, Rogério foi professor de Direito Constitucional na PUC-PR, de Instituições de Direito Público, Direito Internacional Público e Direito Financeiro na UFPR, além de membro de bancas de concurso de professor substituto do centro de Ciências Jurídicas e orientador de monografias de graduação do curso de Direito da UFPR. Na

⁶⁵ Ver apêndice 8.

⁶⁶ Ver apêndice 14.

SANEPAR, Rogério foi diretor jurídico em 2003, e vice-presidente do CAd entre 2005 e 2006 (CVM, 2006). Com a diretoria jurídica sob seu comando, “a Sanepar entrou com uma ação para anular”, por inexigibilidade, “um contrato com um escritório de advocacia (Hilu, Custódio Filho e Caron Batista), firmado” ao final do governo Lerner (MORAIS, 2013, não p). Como procurador do Estado, Rogério conseguiu uma “liminar que restabeleceu o controle do Estado sobre a Sanepar. E reduziu a participação da Dominó no conselho de administração” (DISTÉFANO, 2007, não p).

Em 2007, Rogério Distéfano deixa o CAd da SANEPAR alegando cansaço “pela resistência da diretoria” a um “trabalho independente e de controle de legalidade” que, conforme Rogério, “tentava continuar desenvolvendo”, e frustração, “por perceber que nada disso interessava à diretoria, em particular, e ao governo, como um todo” (MENDONÇA, 2007, não p). A partir de então, Rogério passa a ser um ácido crítico por meio de seu blog:

Sanepar e sindicatos chegaram ao entendimento. Bom para o povo do Paraná - se é que isso conta, dado o histórico progresso e recente. Tudo que a imprensa levantou nestes seis meses continua: a gestão amadorística, o inchaço empreguista, a falta de visão estratégica, o aparelhamento político e o acobertamento de desvios administrativos. Nada indica que algo vai mudar e quem vai sofrer será o Tesouro do Estado, obrigado a tapar a falta de recursos pela manutenção da tarifa, dos subsídios e da estrutura inchada e cara (DISTÉFANO, 2007 a, não p).

Em entrevista concedida ao jornalista Fabio Campana, Rogério Distéfano declarou que a SANEPAR “foi, é e sempre será uma autarquia fantasiada de sociedade anônima” e que o “governador escolhe o culpado” e “enche a companhia [...] de cabos eleitorais” (CAMPANA, 2007, não p). E no ano de 2008, Rogério criticou práticas de nepotismo no Executivo estadual:

O procurador do Estado e ex-membro do conselho da Sanepar, Rogério Distefano, usou seu blog (Maxblog) para fazer duras críticas ao governador Roberto Requião (PMDB) em relação à questão do nepotismo. [...] Logo após o Supremo Tribunal Federal (STF) proibir o nepotismo também no executivo e no legislativo, Requião nomeou a esposa Maristela, e o irmão, Eduardo, como secretários especiais (TRIBUNA DO PARANÁ, 2008 a, não p).

Rogério Distéfano é “filho de ex-telegrafista e ex-gerente de Correio”, e também é casado “com Peggy Paciornick, uma das mais solicitadas tradutoras do

Paraná” (MENDONÇA, 2007, não p). A família Paciornick, da imigração russa, tem tradição na medicina brasileira. “Moysés Goldstein Paciornik (1914 –2008) foi médico ginecologista” e “fundou o Centro Paranaense de Pesquisas Médicas” em 1959, assumindo o cargo de diretor dessa instituição. “O centro dedicava-se à prevenção do câncer ginecológico e estendeu os serviços às reservas indígenas no sul do Brasil” (WILLE, 2017, não p).

*Sergio Botto de Lacerda*⁶⁷. Piloto de kart (ALLKART, 2012, não p.), Sergio Botto de Lacerda é graduado em Direito pela UFPR em 1983, e já exerceu os cargos de Procurador do Estado do Paraná (1988-2015), Procurador Geral do Estado (2003-2007 e 2015), conselheiro na ELEJOR (2005), no Paraná Previdência (2007), no Ministério dos Transportes-DF (2005-2007) e da COPEL (2005-2007) (CVM, 2005). Na SANEPAR, Sergio foi conselheiro do CAd entre 2003 e 2006, presidindo o mesmo entre 2005 e 2006 (CVM, 2006), deixando o cargo após desentendimentos com integrantes do governo Requião, entre eles, o conselheiro Pedro Henrique Xavier.

A passagem de Sergio Botto de Lacerda no governo Requião foi turbulenta. Mesmo tendo sido um “homem forte do governador”, em 2007, Sergio deixou à disposição seus cargos de conselheiro nas empresas estatais em que atuava. Na ocasião, declarou sua decepção com a falta de iniciativa de Requião em defendê-lo diante de componentes do governo do Estado:

“Saber do silêncio do Roberto Requião, de suas lamúrias e dúvidas sobre a minha pessoa, só me fazem concluir (o que é difícil para mim), que ele nunca acreditou na minha postura de, um dia, a alavanca de seu governo e como dizem, 'o homem forte'. Talvez só tenha confiado no Sérgio Botto de Lacerda antes dele ingressar no seu governo, enquanto seu advogado nunca remunerado profissionalmente, mas que o ajudou em poucas e boas”, desabafa. “Usou-me o quanto pode, mas nunca ousou ser leal e firme como diz ser em seu governo e em outras relações com seus subalternos que dele dependem” (BONDE, 2007, não p.).

Tal frustração foi oriunda da desconfiança de parte de integrantes do governo do Estado em relação a um “convite para advogar em prol do grupo Sanedo (que detinha 30% das ações da Dominó Holdings, sócia minoritária da Sanepar) na

⁶⁷ Ver apêndice 13.

intermediação de compra de ações pela própria Copel”; o qual foi recusado por Sergio Botto de Lacerda. (BONDE, 2007, não p.). O referido rompimento marca o início dos confrontos judiciais contra Pedro Henrique Xavier (CAMPANA, 2007 b, não p.).

Todavia, entre disputas e desavenças, em 2008, Sergio Botto de Lacerda foi advogado de Eduardo Requião, irmão do governador Roberto Requião, no “julgamento do pedido de liminar concedido pelo ministro Cesar Peluso”, do STF que admitiu a posse de Eduardo na Secretaria Estadual de Transportes (CASTRO, 2008, não p.). No mesmo ano, Sergio foi advogado de Nelize Dalprá (na época filiada ao PTB), prefeita cassada do município de Campina Grande do Sul-PR (CAMPANA, 2008, não p.).

Quando ainda apoiava o governo Requião, em 2006, Sergio Botto de Lacerda se opôs à PEC 40, que tipificava e proibia a prática de nepotismo no Paraná. (VENERI, 2006, não p.).

Membro de uma tradicional família política oriunda do município da Lapa-PR, Sérgio Botto de Lacerda é “sobrinho do ex-Ministro da Educação no período da Ditadura Militar e ex-reitor da UFPR, Flávio Suplicy de Lacerda, também parente de Ney Braga”, que foi prefeito de Curitiba-PR, governador e senador do Paraná (OLIVEIRA, 2007, p. 167). A trajetória de Flávio “é marcada pela ascendência nobre, portanto, detentora de títulos e de reconhecimento entre os grupos dominantes e governantes do Paraná”. O ex-ministro matrimoniou-se com Dalila Castro de Lacerda, cuja ascendência familiar “remonta ao Rei Afonso Henriques, no século XI, passando pelos reis Afonso II (séc. XII) e Afonso III (séc. XIII), portanto tem origem na nobreza portuguesa” (CAMPOS, 2013, p. 120).

Outro parente de Sergio Botto de Lacerda que seguiu carreira estatal é Dinorah Botto Portugal Nogara. Natural de Curitiba-PR e réu em cinco processos de justiça (NOGARA, 2019, não p.), Dinorah é funcionária “pública municipal de Curitiba desde 1983”. Nessa trajetória “foi secretária de Finanças, secretária de Administração, e também de Recursos Humanos”, além de presidente Instituto de Previdência e da CIC-S/A, e superintendente do IMAF. Já no Executivo paranaense, Dinorah “foi secretária de Estado da Administração e da Previdência, de janeiro de

2013 a março de 2016”, além de ter sido “assessora da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral”. Em 2016, Dinorah assumiu a presidência da ELEJOR (ELEJOR, 2016, não p.).

Uma boa parte dos conselheiros do campo jurídico na CAd da SANEPAR entre 2003 e 2010 também integrava o campo político que estava presente na companhia naquela época. Assim, além de Altevir Rocha de Andrade, Caio Julio Cesar Brandão Pinto, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Heron Arzua, Jozélia Nogueira Broliani, Luiz Fernando Ferreira Delazari, Marco Antonio Lima Berberi, Nestor Celso Imthon Bueno e Pedro Henrique Xavier, o campo político no CAd da SANEPAR nas gestões estaduais de Roberto Requião também contava com os seguintes agentes: Darcy Deitos, José Maria Ferreira, Júlio César de Souza Araújo Filho, Marcos Vinícius Ferreira Mazoni e Tatianna Cruz Bove Iatauro⁶⁸.

*Darcy Deitos*⁶⁹. Nascido em 20 de maio de 1944 e falecido em 08 de outubro de 2013, Darcy Deitos era natural de Jaborá-SC. Formado em Economia pela antiga Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná (hoje FESP) em 1966, Darcy iniciou sua carreira profissional atuando como técnico contábil no município de Campo Mourão-PR (TRIBUNA DO INTERIOR, 2013, não p.) e integrou o campo político no CAd da SANEPAR em 2010.

Darcy Deitos teve destacada trajetória política:

Em junho de 1974 Darcy Deitos foi um dos fundadores do diretório municipal do (antigo) Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em Campo Mourão. Em 1976 foi candidato a prefeito, mas não se elegeu. Em 1978 candidatou-se a deputado estadual e foi eleito. Concorreu novamente a prefeito de Campo Mourão em 1982, sem sucesso. Com 57.805 votos foi eleito deputado federal Constituinte em 1986 (BATHKE JUNIOR, 2013, não p.).

No MDB de Campo Mourão-PR, Darcy Deitos presidiu o partido entre 1975 e 1976. Em 1986 e 1987, já no antigo PMDB, Darcy foi delegado na Convenção Regional. No parlamento, Darcy exerceu mandatos de deputado estadual (pelo

⁶⁸ Ver apêndices 16; 23; 24; 25 e 31.

⁶⁹ Ver apêndice 31.

antigo MDB de 1978 a 1981) e deputado federal pelo antigo PMDB e pelo PSDB entre 1987 e 1990. Em Campo Mourão-PR, Darcy é considerado o “pai” do PSDB local (CRN ONLINE, 2013, não p.).

Darcy Deitos foi herdeiro-proprietário do Paraná Palace Hotel (PARANÁ PALACE HOTEL, 2011, não p.),

[...] diretor Administrativo e Financeiro do Departamento de Estradas de Rodagem (DER/Paraná), presidente do Instituto das Águas do Paraná (Sudhersa), membro efetivo do Conselho Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, assessor da Casa Civil e coordenador Administrativo-Financeiro da Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) (CATVE, 2013, não p.).

No rol das condecorações de Darcy Deitos constam as de Cidadão Honorário do Município de Iretama-PR em 1985, Cidadão Benemérito do Município de Araruna-PR, também em 1985, e Cidadão Honorário de Campo Mourão-PR, em 25 de julho de 2013 (CRN ONLINE, 2013, não p.). Há indícios de uma possível ligação de Darcy com a maçonaria de Campo Mourão-PR, pois seu corpo foi “velado na Loja Maçônica Luz do Oriente” (SAUER, 2013, não p.).

Em termos familiares, Darcy Deitos é filho de Sabino Deitos e Norma Perez Deitos. Sabino e Norma são “oriundos de Jaborá (Santa Catarina)”. O casal chegou ao município de Campo Mourão-PR, “acompanhado de nove filhos” em 1955. Sabino “trabalhou inicialmente como pintor em Campo Mourão. Porém, dois anos depois comprou o Hotel e Restaurante Paraná, que – em 1975 – ganhou novo prédio e transformou-se no Paraná Palace Hotel”, que no momento é gerenciado por Beatriz Deitos, filha do casal e irmã de Darcy. A filha de Darcy, Patrícia Deitos, é subgerente do Paraná Palace Hotel. Na mesma estrutura do hotel, funciona o restaurante “A Varanda”, cuja propriedade é de Ruth Deitos, igualmente, filha de Sabino e Norma, e irmã de Darcy (CRN ONLINE, 2015, não p.).

É plausível sustentar que a trajetória da família Deitos transcendeu o setor privado. Maximiliano Darcy David Deitos, filho de Darcy Deitos, é juiz titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Ji-Paraná-RO (EMERON, 2018, não p.), coordenador do CEJUSC (TJ-RO, 2017, não p.) e frequentador dos rituais do Santo Daime (MAISRO, 2015, não p.).

Outro filho de Darcy Deitos, Alexandre Raphael Deitos, é

[...] Perito Criminal Federal com experiência na área de Antropologia Forense e atuação pericial nas questões relativas aos Direitos Humanos - principalmente na identificação dos desaparecidos políticos do período da ditadura militar brasileira - e na área de Identificação de Vítimas de Desastres (DVI), sendo o representante brasileiro na INTERPOL (DEITOS, 2019, não p.).

Alexandre Raphael Deitos também integrou a equipe responsável pela exumação dos restos mortais do ex-presidente João Goulart (CNV, 2013, não p.).

*José Maria Ferreira*⁷⁰. Integrante do campo político no CAD da SANEPAR em 2007 (CVM, 2006, p. 4), José Maria Ferreira nasceu em 21 de julho de 1951 e é natural de Uraí-PR, graduado em Administração de Empresas pela UEL e especialista em Administração Financeira e Organizações e Métodos pela Escola Nacional de Administração. José foi vereador e presidente da Câmara de Ibiporã-PR, de 1977 a 1978, gerente Regional da Café do Paraná, de 1982 a 1983, Diretor Geral da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, de 1993 a 1994, Prefeito do Município de Ibiporã-PR (1989-1992; 2009-2012; 2013-2016), Deputado Estadual de 1995 a 2006 e sócio proprietário da Jomafer – Indústria e Comércio de Jóias Ltda; (CVM, 2006, p. 19).

Em 1992, José Maria Ferreira completou seu “mandato de prefeito [...] com 94,7% de aprovação popular” Nessa época, José “foi considerado o 5º melhor prefeito do Paraná. Exerceu, durante esse período, a presidência da AMEPAR” entre “1991 e 1992”. Com significativa atuação no intuito “de despoluir e repovoar o rio Tibagi”, José foi um dos fundadores do COPATI, “órgão que presidiu durante os quatro anos de mandato de prefeito” (PORTAL TUDO, 2019, não p.).

No entanto, a trajetória estatal de José Maria Ferreira também gerou polêmicas.

A série de reportagens Diários Secretos, da Gazeta do Povo e da RPC TV, mostrou em 2010 a existência de uma rede de influência e relações em municípios paranaenses do então presidente da

⁷⁰ Ver apêndice 23.

Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) Nelson Justus. Essa rede incluía o atual prefeito de Ibiporã, José Maria Ferreira (KOMARCHESQUI, 2013, não p.).

Diante de tal cenário, em 2013, a “[...] Justiça de Ibiporã, no Norte do Paraná, decretou em caráter liminar a indisponibilidade dos bens” de José Maria Ferreira, “do escritório de advocacia dos filhos do deputado estadual Nelson Justus, de um filho do parlamentar e de outras sete pessoas” Nessa ocasião, todos foram acusados “de participar de um esquema de direcionamento de licitação para a contratação de serviços de advocacia pelo município” (KOMARCHESQUI, 2013, não p.).

Em 2015, durante o terceiro mandato de José Maria Ferreira como prefeito de Ibiporã-PR, a “[...] A Justiça condenou” José “a devolver mais de R\$ 70 mil reais aos cofres públicos”, por “improbidade administrativa”. Além da devolução “do dinheiro, a condenação” previu “ainda a perda dos direitos políticos por cinco anos”. Conforme “o processo, em 2011”, José “publicou diversos conteúdos em revistas e jornais considerados pelo MP-PR como abusivos”. Tais materiais teriam custado “R\$ 37,5 mil”, sendo pagos “com o dinheiro público”. Em contrapartida, José “disse que a intenção era fazer um balanço de mil dias daquele mandato, uma vez que era de interesse da população”. Mas a referida explanação “não foi aceita e a Justiça considerou o material como uma propaganda indevida, [...] publicada às vésperas de ano eleitoral” (G1-PR, 2015, não p.).

Em 2017, o TCE-PR multou José Maria Ferreira por “irregularidades em termos de parceria, celebrados, em 2009”, primeiro ano de seu segundo mandato de prefeito, “entre o município de Ibiporã e o” CIAP (FREITAS, 2019, não p.). Posteriormente, o TCE-PR também asseverou que José devolvesse “ao cofre municipal” de Ibiporã-PR a quantia de “R\$ 55.351,44, referentes a encargos pagos pelo atraso no repasse de contribuições ao” INSS (TCE-PR, 2017, não p.).

Acerca das relações familiares, José Maria Ferreira é “primogênito dos cinco filhos de José Apolinário Ferreira e Maria José de Paula Ferreira” (PORTAL TUDO, 2019, não p.). Seu pai, José Apolinário Ferreira, nasceu no dia “23 de julho de 1927, em Ressaquinha, Minas Gerais”. Herdeiro de uma “tradicional família mineira que participou da formação da localidade de Serra Morena, município de Uraí”, mudou-

se para o município de Ibiporã-PR em 1960, “onde trabalhou como porteiro do Hospital Cristo Rei, e teve atuante participação nos movimentos comunitários” (PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPORÃ, 2015, não p.).

José Maria Ferreira “casou-se em 1983 com Eliana Eik Borges Ferreira, com quem tem três filhos – Rafael, Felipe e Lucas” (PORTAL TUDO, 2019, não p.); que já chegaram a participar de eventos promovidos pelos pais na Prefeitura de Ibiporã-PR (UNIÃO, 2015, não p.). Eliana tem “graduação em Psicologia pela Faculdade de Ciências e Letras de Santos (1978)”. Também é mestra em Educação pela UFPR e doutora “em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2010). Atualmente é professora titular da” UEL (FERREIRA, 2019). Eliana foi candidata à prefeita de Iporã-PR nas eleições municipais de 2004, mas não se elegeu (TRE-PR, 2004, p. 1). Na gestão do marido, Eliana assumiu a presidência da APMIF (PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPORÃ, 2010, não p.). Eliana é filha de “Olemário Mendes Borges, o 1º farmacêutico de Ibiporã e formado em Farmácia pela USP de Ribeirão Preto” (PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPORÃ, 2012, não p.). Os filhos do casal, Felipe (FERREIRA, 2019 a, não p.) e Rafael (FERREIRA, 2019 b, não p.), são advogados. Felipe é apoiador do deputado estadual Evandro Araújo, do PSC-PR (FERREIRA, 2019 a, não p.).

*Júlio César de Souza Araújo Filho*⁷¹. Nasceu em 30 de maio de 1959, graduou-se em Engenharia civil pela UFPR em 1983 e se pós-graduou em Finanças pela FAE em 1984 (CVM, 2008, p. 21). Sua carreira conta com passagens no primeiro escalão das esferas estatal e privada, o que lhe garantiu posições nos campos, empresarial e político junto ao CAd da SANEPAR entre 2008 e 2010 (CVM, 2008, p. 4).

Julio Cezar de Souza Araujo Filho foi sócio-gerente da Tecmetal Estruturas Metálicas Ltda. (1986-1994), presidente do SINDUSCON-PR (2004 a 2006) (CVM, 2008, p. 21), secretário de Estado de Obras Públicas (2007-2010) (LOPES, 2007, não p.), membro do Conselho Deliberativo do Club Athletico Paranaense (CLUB ATHLETICO PARANAENSE, 2011, não p.), membro do Conselho Deliberativo do

⁷¹ Ver apêndice 25.

SINDUSCON-PR, entre 2017 e 2019, (SINDUSCON-PR, 2019, não p.) e diretor da Arce Construtora e Incorporadora Ltda. em 2017 (CCIBJ-PR, 2017, não p.).

No ano de 2011, Júlio César de Souza Araújo Filho foi nomeado “responsável por assuntos relacionados às obras na Arena” do Club Athletico Paranaense para a Copa do Mundo de 2014, realizada no Brasil no mesmo ano, que contou com Curitiba-PR como cidade sede (BONASSOLI; COELHO, 2011, não p.). No exercício do ano de 2009, sob a responsabilidade de Júlio, a Secretaria de Estado de Obras Públicas teve suas contas estaduais reprovadas pelo TCE-PR. No entanto, em 2015, o tribunal decidiu pela aprovação com “ressalvas” (JUSBRASIL, 2014, não p.).

*Marcos Vinícius Ferreira Mazoni*⁷². Natural de Porto Alegre–RS, Marcos Vinícius Mazoni nasceu em 19 de dezembro de 1960. Graduado em Administração de Empresas e pós-graduado em Tecnologia da Informação pela FGV, e também pós-graduado em Gestão Empresarial pela UFRGS, Marcos foi chefe de Planejamento Operacional da Cia. De Telecomunicações do Rio Grande do Sul (1989/1991), diretor técnico da PROCEMPA (1993/1998), presidente da ASBEMI (1997/1998), vice-presidente da ABEP, em 1999, assessor do ex-prefeito de Porto Alegre, Olívio Dutra (PT-RS), presidente da PROCERGS (1999/2002), diretor da CELEPAR (2003/2006) e diretor-presidente do SERPRO entre 2007 e 2016. No CAd da SANEPAR, ocupou o cargo de conselheiro de 2003 a 2009 (CVM, 2008, p. 19). Em 2010, Mazoni é destituído do CAd da SANEPAR por Orlando Pessuti (CAMPANA, 2010, não p.), vice-governador que assumiu o governo do Paraná no lugar de Roberto Requião, quando esse decidiu renunciar “ao cargo de governador do Paraná para concorrer a uma vaga no Senado Federal” (LEITÓLES, 2010, não p.).

Marcos Vinícius Mazoni “é quadro técnico e político de importância no PT, embora pertença à fração neotrotskista chamada Democracia Socialista, que no RS tem como seus líderes o ex-deputado Raul Pont e Arno Augustin” (BRAGA, 2017, não p.). Marcos “é um dos precursores dos sistemas de informática em softwares livres no Brasil, tendo coordenado o I Fórum Internacional de Software Livre

⁷² Ver apêndice 16.

realizado em Porto Alegre em 2000” (CURITIBA LIVRE, 2014, não p.). Em sua passagem na CELEPAR, Marcos

[...] é considerado um dos principais responsáveis pela adoção de Software Livre na empresa. Aumentou o número de funcionários, mas gerou uma redução de custos com a adoção do uso do Software Livre. Um dos maiores avanços foi a criação do correio Expresso baseado em Software Livre e disponibilizado para população. [...] Foi contemplado com o prêmio Vôo Livre em 2006 entregue pela ONG BrOffice.org. [...] No dia 7 de maio de 2009, recebe das mãos do presidente Lula a medalha Cruzeiro do Sul, no grau de Grande Oficial, em reconhecimento aos relevantes serviços da organização na área de tecnologia da informação para a Administração Pública Federal (SENSAGENT, 2013, não p.).

Em 2012, o MPF passou a investigar a empresa It7 Sistemas “por supostas irregularidades na comercialização do” software “Oracle”. No inquérito, o SEPRO teria beneficiado irregularmente a It7. Na ocasião, Marcos Vinícius Ferreira Mazoni presidia o SEPRO, e “também é investigado no inquérito” (AUDI, 2015, não p.). Posteriormente, em 2015, Marcos foi retirado do “cargo de presidente” do SEPRO em maio, depois de oito anos, por iniciativa do então “ministro da Fazenda, Joaquim Levy”, que “não queria a renovação dos mandatos de direção” da estatal (QUEIRÓZ, 2015, não p.). No entanto, sua demissão não foi publicada e Marcos foi reconduzido à presidência do SEPRO uma semana depois (SEPRO, 2015, não p.).

Em junho de 2016, o TCE-PR decidiu que Marcos Vinícius Ferreira Mazoni deveria “ressarcir R\$ 44.963,62 de gastos com viagens realizadas em 2006”. No entendimento do tribunal, o “interesse público dessas viagens não ficou comprovado na prestação de contas daquele ano”, a qual foi “desaprovada pelo TCE-PR por esse motivo e também por irregularidade na contratação de consultoria para capacitação e gestão de sistemas informatizados” (TCE-PR, 2016, não p.).

Com a retirada da presidenta Dilma Rousseff pelo golpe jurídico-midiático-parlamentar de agosto de 2016 (SOUZA, 2017), uma “troca de comando no Serpro já era dada como certa” com Michel Temer assumindo a Presidência da República, e Henrique Meirelles, o Ministério da Fazenda. “No último fim de semana, já sabendo que seria demitido”, por meio de “sua conta do Twitter”, Marcos Vinícius Ferreira Mazoni “chamou o governo Temer de ‘golpista’ e de ‘canalha’”, asseverando que

ainda não tinha sido exonerado. Na ocasião Marcos postou: “Nenhum dos golpistas teve coragem de falar comigo... São golpistas e sem coragem” (FERNANDES; ALVES, 2016, não p.).

Em termos familiares, Marcos Vinícius Ferreira Mazoni é casado com a advogada (OAB 51662/RS) Emília Maria do Carmo Magalhaes Mazoni (MAZONI, 2019, não p.). Emília é provável descendente de uma tradicional família do Rio Grande do Sul (FRANCHI, 2017, não p.) e formada em Direito pela UNISINOS e natural da cidade do Porto (Portugal) (MAZONI, 2019 a, não p.). Também foi diretora da “CEEE-PAR, com sede no município de Porto Alegre”-RS (ANEEL, 2014) e “subchefe de Administração da Casa Civil” do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (BICUDO, 2013, não p.).

Emília Maria do Carmo Magalhaes Mazoni é sócia, juntamente com o filho Vinícius Magalhães Mazoni, na empresa Conatus Representação Comercial, Assessoria e Consultoria Ltda. (MAZONI, 2019 b, não p.). Vinicius foi jogador de futsal pelo Florianópolis Futsal em 2016 (LIGAFUTSAL, 2016, não p.). Casou-se com Priscila Rosa. Vinícius e Priscila passaram a “lua de mel” na Itália (ZANKYOU, 2013, não p.).

*Tatianna Cruz Bove latauro*⁷³. Nascida em 3 de setembro de 1967, Tatianna Cruz Bove latauro é graduada em Processamento de dados pela PUC-RJ em 1989, e tem MBA em Controle externo, obtido junto a FGV em 2002 (CVM, 2008, p. 20).

Em termos de carreira profissional, Tatianna Cruz Bove latauro foi analista de sistemas na Monasa Consultoria e Projetos Ltda. (de outubro de 1987 a outubro de 1989), monitora da cadeira de Análise Estruturada de Sistemas na PUC-RJ (de abril de 1988 a outubro de 1989), analista de sistemas da EPS (de outubro de 1989 a setembro de 1990), gerente de contrato da Itaipu Binacional (de outubro de 1990 a março de 1993) e professora da disciplina de Auditoria da Tecnologia da Informação na FGV. Tatianna também é analista de sistemas do TCE-PR desde 1993, onde já atuou como inspetora de Controle Externo (na 5ª e na 6ª Inspeção de Controle

⁷³ Ver apêndice 24.

Externo) e diretora de Tecnologia da Informação (CVM, 2008, p. 20). No CAd da SANEPAR, Tatianna foi conselheira de 2008 a 2010 (CVM, 2008, p. 4).

Em 2010, o TCE-PR “declarou a 5.^a Inspeção de Controle Externo impedida de fiscalizar as contas da Copel” Na época, o então presidente Hermas Brandão “avocou para a presidência do órgão a função de acompanhamento das contas da” COPEL. Tal iniciativa foi motivada “pelos vínculos pessoais entre a inspetora de Controle Interno da 5.^a Inspeção, Tatiana Cruz Bove Iatauro, e o diretor de Finanças e Relações com Investidores da” COPEL, “Rafael Iatauro” (CASTRO, 2010, não p.).

Tatianna Cruz Bove Iatauro é “[...] casada com Rafael Iatauro, nome dos mais conhecidos na política e administração paranaense” (IMPACTO PARANÁ, 2011, não p.). Rafael é “[...] conselheiro aposentado do” TCE, “[...] ex-chefe da Casa Civil do governo” Requião, “[...] presidente da Parana Previdência” no governo Beto Richa (AEN, 2015, não p.), presidente da ELEJOR, e sogro de Fábio Camargo; ex-deputado estadual e atual conselheiro do TCE-PR (IMPACTO PARANÁ, 2011, não p.). Assim, uma rede de parentescos pode ser identificada no TCE-PR, pois Fábio é casado

[...] com Giovana Maria de Medeiros Iatauro Camargo, e genro do [ex] Secretário da Casa Civil e ex-presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Rafael Iatauro. A cunhada de Fábio Camargo, Gracia de Medeiros Iatauro, já ocupou a Administração da Regional Matriz, uma das principais subdivisões da estrutura da Prefeitura de Curitiba (OLIVEIRA, 2012 apud CHRUSCINSKI, 2016, p. 43).

Além de Giovana Maria de Medeiros Iatauro Camargo e Gracia de Medeiros Iatauro, outra familiar, Rafaela Iatauro Bueno, também é funcionária do TCE-PR (OLIVEIRA, 2012, p. 236).

Fábio Camargo também

[...] é filho e neto de desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná e sobrinho de Cresus Camargo, titular de cartório em Curitiba e primos distantes do atual Deputado Federal Affonso Alves Camargo Neto, neto do Presidente do Paraná na Primeira República com o mesmo nome e primos distantes do Visconde Guarapuava, na época da monarquia, para não irmos ainda mais longe! (OLIVEIRA, 2009, p. 25).

No ano de 2011, um “[...] fato envolvendo uma modesta cidadã moradora do bairro da Barreirinha” abarcou Fábio Camargo e Tatianna Cruz Bove latauro, “além de dois policiais que teriam se passado por delegados no curso de uma ação policial, [...] os quais intimidaram e levaram à situação de constrangimento” a senhora Isolete Micheluzi de Lara (IMPACTO PARANÁ, 2011, não p.). Fábio foi processado por meio da “ação penal n. 0014000-28.2012816.0013”. No entanto, sua eleição para conselheiro do TCE foi garantida juridicamente (JUSBRASIL, 2015, não p.).

É possível identificar familiares de Tatianna Cruz Bove latauro no TJ-PR: Gianna Maria Cruz Bove Pereira, economista e secretária do Gabinete da Presidência do TJ-PR (TJ-PR, 2015 a, não p.), e Lucianna Cruz Bove, oficial judiciária no TJ-PR (TJ-PR, 2015 b, não p.) que, tal como Adrianna Cruz Bove, assumiu cargo de comissão no governo de Beto Richa (PSDB-PR) (OLIVEIRA, 2012, p. 236).

Os campos jurídico e político no CAd da SANEPAR entre 2003 e 2010 compartilharam membros com o campo empresarial: Caio Julio Cesar Brandão Pinto, Júlio César de Souza Araújo Filho, Kevin Michael Altit e Rodrigo Bhering de Andrade. Kevin e Rodrigo pertenciam ao campo jurídico, enquanto Caio pertencia ao campo jurídico, e também ao campo político. Caio foi único agente que compôs em três campos sociais no CAd da SANEPAR (2003-2010).

O campo empresarial no CAd da SANEPAR entre 2003 e 2010 também contou com os conselheiros Iwan Sabatella Filho, Jean-Marie D’asp, Marlik Bentabet, Renato Torres de Faria e Ricardo Coutinho de Senna⁷⁴.

*Iwan Sabatella Filho*⁷⁵. Nascido em 12 de abril de 1943 e natural de Ponta Grossa-PR, Iwan Sabatella Filho é formado em engenharia (mecânica e elétrica) pela UNIFEI, em 1965 (CVM, 2006, p. 4). Iwan esteve no CAd da SANEPAR em 2007 (CVM, 2006, p. 24).

⁷⁴ Ver apêndices 3;17; 21; 26 e 33.

⁷⁵ Ver apêndice 26.

Em seu currículo profissional, Iwan Sabatella Filho foi responsável pelos projetos, civil e eletromecânico, das usinas hidrelétricas de Volta Grande da CEMIG, Foz do Areia e Segredo da COPEL (em coautoria), Caçador, Saltinho, Salto Alemã, Iratim e Chapecozinho. Iwan também foi responsável técnico pelo projeto conceitual e de implantação dos laboratórios de alta tensão para ensaios de equipamentos elétricos – LAC Copel e UFPR, e pelos projetos de energia solar fotovoltaica no Brasil para a Golden Photon, Colorado, Aerovironment – Califórnia (CVM, 2006, p. 24). Atualmente é diretor da empresa Correcta Consultoria e Projetos de Engenharia S/C Ltda (FILHO, 2019, não p.).

Filiado ao MDB (PMDB, 2016, não p.), Iwan Sabatella Filho respondeu ao “Processo n. 0001263-81.2014.5.09.0008” do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª região (TRT-9) (JUSBRASIL, 2015, não p.).

Em termos familiares, Iwan Sabatella Filho é casado com Marilza Ribeiro Sabatella. Natural de Itajubá-MG, Marilza é atriz e pedagoga formada pela UTP (SABATELLA, 2019, não p.). Marilza também respondeu ao “processo 2004.70.08.0009604” do TRF4 (TRF4, 2014, não p.).

Conforme fontes disponíveis, Iwan Sabatella Filho e Marilza Ribeiro Sabatella tiveram ao menos dois filhos: Letícia Sabatella, atriz “global” e ativista de direitos sociais (EXTRA, 2015, não p.) e Iwan Ribeiro Sabatella, engenheiro com atuação na área ambiental (SABATELLA, 2019 a, não p.).

Além de Marilza Ribeiro Sabatella, Letícia Sabatella e Iwan Ribeiro Sabatella, também foi possível identificar outros parentes de Iwan Sabatella Filho: sua irmã Maria Lucia Prado Sabatella, professora da Faculdade Leocádio Correia em Curitiba-PR e fã da Operação Lava Jato (SABATELLA, 2019 b, não p.), e sua cunhada, a empresária Marcia Ribeiro Pereira (PEREIRA, 2019, não p.).

*Jean-Marie D’asp*⁷⁶. Nascido em 10/03/1949, Jean-Marie D’asp é natural de Marseille – França, e engenheiro civil graduado pela Ecole Nationale Superieure des Mines. Em sua trajetória profissional, Jean-Marie foi engenheiro gerente de

⁷⁶ Ver apêndice 17.

saneamento na Compagnie Generale des Eaux na França (1980-1998), responsável pelos Setores Caen (1980/1981) e Nice (1983/1989) na França, diretor de saneamento na Cidade de Toulouse na França (1990/1993), diretor regional da Região Sul da França (1993/1998), engenheiro de obras nas empresas de fundações especiais Soletanche Entreprise na França, e Solperse – Irã (1974/1980), e diretor técnico da Sté Martiniquaise des Eaux - França (1981/1983) (CVM, 1999, p. 8).

Jean-Marie D'asp também foi diretor de operações da SANEPAR (FOLHA DE LONDRINA, 2000, não p.) na época do governo estadual de Jaime Lerner, antecessor de Roberto Requião. “Portador do Passaporte nº 99LP25913-8”, Jean-Marie D indicou na época como seu domicílio: “Rua Edouard Delanglade 25, BP 29, 13254 Marseille Cedex 06, em França” (SANEPAR, 2003, p.15). No Cad da SANEPAR entre 2003 e 2004, Jean-Marie representou os interesses do grupo francês Vivendi.

*Marlik Bentabet*⁷⁷. O francês Marlik Bentabet é natural de Paris, tem graduação em engenharia elétrica pela Escola Superior de Eletricidade de Paris e doutorado em Ciências Físicas – Universidade de Paris Jussieu (CVM, 2006, p. 22).

Na trajetória profissional de Marlik constam os exercidos cargos de chefe de Projetos na empresa Thomson CSF no Chile, Peru e Líbia, entre 1978 e 1981, diretor de aeroportos de Paris, chefe responsável pela construção do Aeroporto de Jacarta - Indonésia, passando a ocupar o cargo de Diretor de Desenvolvimento Internacional, entre 1982 e 1990, diretor no Grupo VEOLIA na Espanha, entre 1991 e 2004, e presidente da Proactiva Brasil (filial da VEOLIA) (CVM, 2006, p.22). Na SANEPAR, Marlik integrou o CAd da companhia entre 2005 e 2008 (CVM., 2006, p. 4) como representante da Dominó Holdings (SANCHOTENE, 2007, não p.).

Em 2005, na reunião do CAd da SANEPAR, “foi apresentada proposta de remuneração do acionista Estado do Paraná por valores deixados na Companhia a título de AFAC”. Tal emolumento foi aprovado “por maioria, vencido o Conselheiro Marlik Bentabet” (o único voto contrário). Na defesa de seu posicionamento, Marlik

⁷⁷ Ver apêndice 21.

“manifestou sua preocupação quanto à proposta de remuneração, principalmente em relação às repercussões fiscais e financeiras que tal estratégia traria” (CVM, 2012, p. 5).

Em 2007, Marlik Bentabet representou institucionalmente “a multinacional francesa Vivendi/Sanedo”, integrante do consórcio Dominó Holdings, numa negociação que envolvia a venda de “ações da Sanepar em poder da” Sanedo (ROSSONI, 2007, não p.) à COPEL por “[...] um valor aproximado de 42 milhões de euros”. Na ocasião, Marlik tentou contratar Sergio Botto de Lacerda (que na época tinha deixado o CAd da SANEPAR e passado a integrar o CAd da COPEL) “como advogado para intermediar a venda das ações, com o pagamento de honorários de R\$ 200 mil”. Sergio não aceitou a proposta “alegando que os valores” oferecidos por Marlik “eram claramente insignificantes” (POMBO, 2007, não p.). A referida negociação veio a público e a repercussão negativa resultou na saída de Sérgio do governo Requião (CASTRO, 2007, não p.).

*Renato Torres de Faria*⁷⁸. Nascido em 11/01/1962 e natural de Belo Horizonte-MG, Renato Torres de Faria é graduado em Engenharia de Minas pela UFMG, no ano 1985. Renato também “recebeu um MBA da” USP, “[...] e um MBA da” UFES (DE FARIA, 2019, não p.).

Na sua trajetória profissional, Renato Torres de Faria foi engenheiro de minas da Mineração Boquira S/A, de 1985 a 1986, chefe de seção da mineração Morro Velho S/A, de 1986 a 1991, coordenador de projetos da Consulta Engenharia e Mineração, de fevereiro a setembro de 1991, coordenador de projetos da Andrade Gutierrez S/A, de 1991 a 1994, gerente industrial da Andrade Gutierrez Granitos S/A, 1995 a 1998, assistente de Diretor Superintendente e de Diretor Financeiro da SANEPAR em 1999, gerente de projetos da Andrade Gutierrez Concessões S/A, de 2000 a 2002, diretor da Andrade Gutierrez Concessões S/A e membro do Conselho da Dominó Holdings S/A, a partir de junho de 2002 (CVM, 2008, p. 22-23). Renato

[...] também faz parte da diretoria da AGC Energia S/A e diretor executivo da Parque Prado, diretor executivo da Busca Vida Resort, diretor executivo da Porto Real Resort, diretor executivo da Marina

⁷⁸ Ver apêndice 33.

Porto Real, diretor executivo da Terminal De Passageiros, diretor executivo da Terminais Intermodais Da Serra e Diretor Executivo do Flat Cidade Jardim. Anteriormente, foi Diretor Presidente da Water Port SA Engenharia e Saneamento (DE FARIA, 20019, não p.).

No CAd da SANEPAR, Renato Torres de Faria esteve como suplente de novembro de 2001 a abril de 2005 e, a partir de abril de 2007 a abril de 2008 (CVM, 2008, p. 22-23). Em 24 de abril de 2008, Renato foi eleito conselheiro titular do CAd da SANEPAR, para um mandato de 3 anos (CVM, 2008, p. 4). No ano de 2013, Renato fez parte do conselho de administração da fusão entre as telefônicas Oi e Portugal Telecom (ÚLTIMO SEGUNDO, 2013, não p.).

Em 2010, Renato Torres de Faria foi alvo de investigação da Operação Caixa Preta da Polícia Federal (PF), que averiguava fraudes nas licitações da INFRAERO entre 2003 e 2006 (MACEDO; TAVARES, 2010, não p.). Cinco anos mais tarde, Renato foi absolvido pela CVM de uma acusação de tráfico de “informações relevantes” sobre a SANEPAR, “não divulgadas ao mercado” entre 2012 e 2014, período em que ocupou a vice-presidência da companhia (CVM, 2017, não p.).

*Ricardo Coutinho de Senna*⁷⁹. Natural de Belo Horizonte - MG, engenheiro civil formado pela UFMG e um executivo de carreira junto A Construtora Andrade Gutierrez; empresa componente ao consórcio Dominó Holdings S/A (CVM, 1998, p. 16). Além da própria Andrade Gutierrez, a Dominó, juntamente com “o grupo francês Vivendi (hoje denominado SANEDO), [...] o Banco Opportunity e a Copel Participações”, representa o braço privado da SANEPAR (XAVIER, 2003, p. 1).

No currículo de Ricardo Coutinho de Senna também constam passagens pela CEMIG, Grupo CCR e Quiport - Concessionária do Aeroporto Internacional de Quito, no Equador; organização responsável pela construção, operação e gestão do Novo Aeroporto Internacional de Quito - Mariscal Sucre (CCR, 2019, não p.).

⁷⁹ Ver apêndice 3.

E finalizando com o campo profissional, tal espaço, no CAAd da SANEPAR entre 2003 e 2010, foi composto por Hamilton Aparecido Gimenez e Júlio César da Silva⁸⁰.

*Hamilton Aparecido Gimenez*⁸¹. É sindicalista, formado em Pedagogia pelo Centro Técnico-Educacional Superior do Oeste Paranaense e funcionário da SANEPAR desde 1983. Foi o conselheiro administrativo escolhido pelo corpo funcional da companhia, sendo reeleito para o cargo em 2003, 2008 e 2011 (SEAMAC, 2011, não p.).

Hamilton Aparecido Gimenez também é dirigente da ASSESA (ASSESA, 2019, não p.). Em 2015 a ASSESA foi alvo de processo que elucidou “irregularidades na contratação” da associação “para o envase de água potável. Embalado em copos plásticos, o produto era distribuído gratuitamente a órgãos públicos, escolas e em eventos promovidos pelo Governo do Estado” (BETO, 2015, não p.).

*Júlio César da Silva*⁸². Nascido em 30 de setembro de 1969, Júlio César da Silva é graduado em Ciências Contábeis pela FAE em 1995, e pós-graduado em Controladoria e Sistemas Gerenciais (1996) e em Gestão para Qualidade Total (2002) pela PUC-PR. Júlio é funcionário da SANEPAR “desde 17/03/1988, na função de Técnico de Contabilidade nas coordenações de Tesouraria e Planejamento Financeiro” (CVM, 2006, p. 23). Integrou o CAAd da SANEPAR, entre 2005 e 2008 (CVM, 2006, p. 4), como conselheiro “eleito pelos empregados” pelos empregados da companhia (ESTADÃO, 2014, não p.).

No ano de 2014, Júlio César da Silva, “recebeu multa pecuniária no valor de R\$ 300 mil, por ter aprovado remuneração retroativa dos valores contabilizados como” AFAC (ESTADÃO, 2014, não p.).

⁸⁰ Ver apêndices 9 e 22.

⁸¹ Ver apêndice 9.

⁸² Ver apêndice 22.

A partir dos arrolamentos prosopográficos (até então apresentados) acerca dos conselheiros do CAd da SANEPAR entre 1998 e 2010, os capitais de posse desses agentes, especificamente, suas formações escolares de nível superior e carreiras profissionais, bem como seus campos correspondentes, serão estatisticamente sistematizados no próximo capítulo.

4 - A SISTEMATIZAÇÃO ESTATÍSTICA DAS TRAJETÓRIAS SOCIAIS DOS CONSELHEIROS QUE COMPUSERAM O CAAd DA SANEPAR ENTRE 1998 E 2010

4.1 – OS CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (1998-2002): SEUS CAMPOS E CAPITALS.

A demanda constante por serviços de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário foi historicamente garantida pelo advento da urbanização e, conseqüentemente, pelo consenso social em torno da imprescindibilidade de tais ofícios. Nesse contexto, os ofícios de saneamento básico no estado do Paraná entre 1998-2002 (período correspondente ao segundo governo estadual de Jaime Lerner) atingiram um patamar até então nunca verificado em sua conturbada história: o de produtos fomentadores de mercados financeiros.

A possibilidade de exploração dos serviços de água e esgoto, a partir da comercialização dos mesmos, acabou sendo renovada pela especulação financeira, na qual tais ofícios também passaram a ser compreendidos como elementos fomentadores de recursos para a SANEPAR, em especial, no que diz respeito à remuneração de seu braço acionista minoritário, representado na época pelo consórcio empresarial Dominó. Nessa lógica, o acordo de acionistas de 1998 institucionaliza a referida iniciativa e revela, numa conjuntura de escassez de recursos estatais para o saneamento brasileiro, o desinteresse em socializar o acesso dos serviços de água e esgoto, em prol da equação mercantil de oferta e procura.

A decisão pela financeirização dos serviços de abastecimento de água tratada e coleta de esgoto sanitário no Paraná entre 1998 e 2002, para além dos aspectos conjunturais acerca do avanço de políticas neoliberais (RIGOLON; GIAMBIAGI, 1999), também contou com o crivo burocrático dos conselheiros que estiveram à frente do CAAd da SANEPAR. Tal aspecto revelou uma conjunção de capitais (culturais, econômicos, simbólicos, sociais, etc.) que, ao serem mobilizados, habilitaram tal estrutura como uma expressão de poder.

Diante do referido processo, a administração da SANEPAR (1998-2002), especificamente, o seu CAd, avalizou a emissão de ações da companhia, com o duplo objetivo de capitalizar a mesma e remunerar seus acionistas, em especial sua ala minoritária, representada pelo complexo empresarial Dominó. O CAd da SANEPAR é a estrutura diretora deliberada pelos acionistas da companhia, por meio de assembleia geral (SANEPAR, 2012), que fundamenta medidas administrativas da empresa, além de gerir o contíguo de conflitos que envolvem interesses políticos e econômicos conjuntamente hegemônicos. Entre 1998 e 2002, o CAd da SANEPAR protagonizou iniciativas que consolidaram a financeirização e a exploração dos serviços paranaenses de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário, revelando-se, em sua maior parte, como espaço ocupado por grupos tradicionalmente poderosos. Nesse raciocínio, a oficialidade de grupos dominantes

[...] é uma expressão histórica da formação social. [...] Mediante determinadas relações sociais de produção fundamenta-se um segmento social que, organizado pela propriedade e controle das forças produtivas e dos meios de produção, pode vir a dominar o poder político de uma sociedade. Nesse sentido, podemos nos referir a um grupo social que controla a propriedade da terra e a produção social como uma classe dominante que também poderá ser o grupo politicamente dominante. A lógica de funcionamento de uma sociedade apresentará as condições históricas de existência de sua classe dominante (OLIVEIRA, 2001, p. 2).

Torna-se importante apresentar sistematicamente, por meio de dados estatísticos, os posicionamentos sociais de cada conselheiro do CAd da SANEPAR nos campos sociais vigentes entre 1998 e 2002 (nesse caso, os campos empresarial, jurídico, médico, político e profissional), tendo como referência suas respectivas formações escolares, trajetórias profissionais e composições familiares. Tal propósito é justificado pela possibilidade de identificar os capitais detidos pelos conselheiros estudados.

Considerando que um campo social também pode ser apreendido “como um espaço onde são construídos saberes e desenvolvidas práticas em torno dos objetos que justificam sua existência” (LOPES et al, 2013, p. 820), os campos

empresarial, jurídico, médico, político e profissional foram representados no CAAd da SANEPAR entre 1998 e 2002.

A identificação dos campos no CAAd da SANEPAR (1998-2002) foi calculada a partir do número total de conselheiros que assinaram os Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 1998 a 2002 (CVM, 1998) (CVM, 1999) (CVM, 2000) (CVM, 2001) (CVM, 2002). Tais documentos formalizaram e materializaram decisões importantes na companhia

Vistos separadamente, os campos empresarial, jurídico, médico, político e profissional no CAAd da SANEPAR (1998-2002), contam, respectivamente com 4; 2; 1; 6 e 2 conselheiros⁸³. E no período em questão, também é possível observar que, dos 11 conselheiros pesquisados, 4 integravam mais de um campo no referido período. Um percentual de 36%⁸⁴.

4.2 – O CAMPO EMPRESARIAL NO CAAd DA SANEPAR ENTRE 1998-2002

O campo empresarial pode ser compreendido como um microcosmo fundamentado pelos interesses privados das grandes empresas que os agentes envolvidos representaram. As questões relacionadas aos financiamentos de obras, à captação de recursos, ao mercado financeiro e, principalmente, à remuneração dos acionistas minoritários da companhia, estiveram presentes nas pretensões do campo empresarial entre 1998 e 2002. Seus componentes junto ao CAAd foram: Ingo Henrique Hübert, José Carlos Irago Garcia, Ricardo Coutinho de Senna e Rodrigo Bhering de Andrade⁸⁵.

As formações profissionais são capitais importantes em qualquer campo. Nessa perspectiva, tais recursos enquadram-se nas categorias cultural (pelos conhecimentos científicos que as permeiam) e social (pelo prestígio do acesso

⁸³ Ver apêndice 35.

⁸⁴ Ver apêndice 36.

⁸⁵ Ver apêndices 2; 3; 4 e 8.

limitado de grande da população brasileira ao ensino superior) (THIRY-CHERQUES, 2006), e também apresentam formidáveis atributos de conversão e reconversão (SAINT-MARTIN, 2008, p. 50-57) em capitais econômicos (THIRY-CHERQUES, 2006). No campo empresarial que esteve presente no CAd da SANEPAR entre 1998-2002, a área tecnológica predomina nas formações profissionais verificadas⁸⁶.

A partir das formações profissionais, também é possível identificar as instituições escolares de ensino superior que proporcionaram tais instruções aos conselheiros pesquisados. Dessa forma, as instituições escolares de ensino superior figuram de modo variado⁸⁷.

É plausível concluir que “[...] a passagem por uma grande école (escola, universidade, centro de formação técnica, etc.) facilita amplamente o acesso aos grupos dirigentes” (SAINT-MARTIN, 2008, p. 50-57). Nesse raciocínio:

Estudar os sistemas de ensino secundário e superior e as relações das escolas ou universidades com o Estado surge como ponto de partida indispensável a um estudo sociológico das elites. A socialização e a formação dos membros das futuras elites dependem estreitamente das instituições educativas (escolas de elite, privadas ou públicas, grandes liceus, grandes écoles, etc.) que favorecem a estruturação dos grupos, a constituição de redes e a aprendizagem de modos de gestão das relações e do exercício da autoridade (SAINT-MARTIN, 2008, p. 52).

À face do exposto, é crível compreender a instituição escolar como um apetrecho de dominação de classe, na qual a “cultura escolar” figura como a sapiência “da classe dominante, transformada em cultura legítima, objetivável e indiscutível”, ou seja: “[...] ela é arbitrária e de natureza social, resultando de uma seleção que define o que é estimável, distinto, ou ao contrário, vulgar e comum” (BONNEWITZ, 2003, p. 114).

Juntamente com formações profissionais socialmente reconhecidas, as carreiras profissionais dos conselheiros do campo empresarial no CAd da SANEPAR (1998-2002)⁸⁸ também fornece um conjunto de informações importantes para a

⁸⁶ Ver apêndice 37.

⁸⁷ Ver apêndice 43

⁸⁸ Ver apêndices 2; 3; 4 e 8.

compreensão das iniciativas desses agentes. Afinal, um currículo exemplar é um capital com significativo poder de conversão (SAINT-MARTIN, 1995), sobretudo no que diz respeito à ocupação de cargos de Estado⁸⁹.

A presença de grandes empresas na política brasileira (CAMPOS, 2004) expõe um relacionamento consistente entre os campos empresarial e político (BOURDIEU, 1996). Assim, um número significativo de agentes compartilha posicionamentos nessas duas estruturas. No entanto, dos 4 conselheiros que compuseram o campo empresarial no CAd da SANEPAR (1998-2002), apenas 1 foi secretário de Estado no nível estadual (um percentual de 25%). Tal condição revela que esse agente também integrou o campo político operante na cúpula administrativa da empresa.

Seguindo a aludida linha de raciocínio, outro ponto acerca do predito campo também merece observação: 2 conselheiros já tinham exercido o cargo de conselheiro em outras instituições estatais ou mistas (um percentual de 50%). A referida constatação reforça os atributos tecnoburocráticos desses agentes (BRESSER PEREIRA, 1977). Todavia, conforme informações presentes nas fontes disponíveis, não foi possível estabelecer uma ligação orgânica de tais agentes com a ordenação política vigente no CAd da SANEPAR entre 1998 e 2002. Logo, é verossímil supor, pelo menos na época, que os interesses do complexo empresarial Dominó Holdings ofuscaram possíveis (e pessoais) ambições e/ou iniciativas político-partidárias de tais conselheiros junto aos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas estadual, federal e municipal.

4.3 - O CAMPO JURÍDICO NO CAd DA SANEPAR ENTRE 1998-2002.

Representado por Giovani Gionédis e Rodrigo Bhering de Andrade⁹⁰, o campo jurídico no CAd da SANEPAR entre 1998 e 2002 foi composto, respectivamente, por agentes dos campos político e empresarial, e correspondeu a

⁸⁹ Ver apêndice 48.

⁹⁰ Ver apêndices 1 e 8.

18% do total de conselheiros pesquisados⁹¹. Nesse espaço, os conhecimentos e trajetórias acerca dos complexos processos jurídicos são os capitais mais eficientes do campo, e a totalidade de seus componentes possui formação profissional em Direito⁹².

Sobre as instituições escolares de ensino superior que fomentaram o campo jurídico no período em questão, constam 2 instituições brasileiras e 1 estrangeira. Novamente, a exemplo do campo empresarial, as “grandes écoles” (SAINT-MARTIN, 2008, p. 52) também estiveram presentes⁹³.

As carreiras de Estado dos conselheiros do campo jurídico também oferecem números interessantes. Os 2 conselheiros do campo jurídico já exerceram cargos no funcionalismo estatal. Nessa plena lotação, constam os cargos de procurador de Estado, conselheiro em outras instituições estatais ou mistas, assessor parlamentar, dirigente e/ou servidor público estadual e secretário de Estado nos níveis estadual e municipal⁹⁴. Tal situação ilustra o compartilhamento de integrantes do campo jurídico (no caso, 1 conselheiro) com o campo político no CAd da SANEPAR entre 1998 e 2002, e reforça que os referidos campos, “assim como qualquer outro campo, se constituem a partir de processos de disputa”, nessa lógica, o campo jurídico no CAd da SANEPAR (1998-2002) “não pode ser compreendido sem a relação com o campo político (OLIVEIRA et al, 2017, p. 845).

4.4 - O CAMPO POLÍTICO NO CAd DA SANEPAR ENTRE 1998-2002.

O campo político é um microcosmo ligado diretamente às decisões do Governo do Estado do Paraná, visto que o controle administrativo da SANEPAR é garantido ao governo estadual conforme legislação vigente. Nessa perspectiva, o

⁹¹ Ver apêndice 36.

⁹² Ver apêndice 38.

⁹³ Ver apêndice 44.

⁹⁴ Ver apêndice 49.

campo político gerencia e materializa a regulamentação instituída junto ao setor de saneamento.

Os conselheiros Armando Martinho Bardou Raggio, Giovani Gionédis, Hitoshi Nakamura, Ingo Henrique Hübert, José Antonio Andreguetto e Miguel Salomão⁹⁵ foram os representantes do campo político no CAd da SANEPAR entre 1998 e 2003. Nessa composição, o campo político apresenta o maior número de conselheiros, compartilhando integrantes com os campos empresarial, jurídico e médico⁹⁶.

A formação em Economia se destaca no campo político que esteve presente no CAd da SANEPAR entre 1998 e 2002. Dos 6 conselheiros que integraram esse campo, 3 possuíam a referida graduação, proporcionando um percentual de 50% do total dos componentes⁹⁷.

O rol de especialidades do campo político no CAd da SANEPAR (1998 e 2002) foi fomentado por um significativo número de instituições escolares de ensino superior. No entanto, a UFPR foi responsável pela formação profissional de 67% dos conselheiros do campo⁹⁸.

Em termos de cargos de Estado, o campo político no CAd da SANEPAR (1998-2002) proporciona uma significativa variedade no período pesquisado. Assim como no campo jurídico, todos os conselheiros do campo político em questão também já exerceram cargos de Estado. Diante desse cenário, todos os conselheiros do campo já exerceram o cargo de secretário de Estado no nível estadual⁹⁹.

⁹⁵ Ver apêndices 1; 2; 5; 6; 7 e 10.

⁹⁶ Ver apêndice 36.

⁹⁷ Ver apêndice 40.

⁹⁸ Ver apêndice 46.

⁹⁹ Ver apêndice 51.

O campo político no CAd da SANEPAR (1998-2002) foi a estrutura com o maior número de integrantes. É plausível concluir que tais conselheiros assumiram uma função tutorial em relação aos demais campos. Nesse raciocínio, em especial se tomarmos suas posições dirigentes em secretarias de Estado, os preditos agentes travam “lutas simbólicas nas quais os adversários dispõem de armas desiguais, de capitais desiguais, de poderes simbólicos desiguais”. Assim sendo, o “poder político” pode ser compreendido como “um capital de reputação, ligado à notoriedade, ao fato de ser conhecido e reconhecido, notável” (BOURDIEU, 2011, p. 204).

4.5 - O CAMPO MÉDICO NO CAd DA SANEPAR ENTRE 1998-2002.

O campo médico pode ser definido como um grupo formado por agentes direta e indiretamente envolvidos nas atividades gerenciais da área de saúde. Essa estrutura também pode ser compreendida como um subcampo (THIRY-CHERQUES, 2006), tal como o subcampo da enfermagem, se o campo social da saúde for tomado como referência (LOPES et al, 2013).

No campo médico, a formação em medicina é uma característica comum dos agentes componentes. No CAd da SANEPAR entre 1998 e 2002, o campo médico contou com um único agente com formação acadêmica em Medicina e Saúde Pública (CVM, 1998, p. 15) (RAGGIO, 2019, não p.), que simultaneamente também integrou o campo político na época¹⁰⁰. Acerca da formação e da carreira profissional, o campo médico no CAd da SANEPAR (1998-2002) segue o padrão verificado nos campos empresarial, jurídico e político¹⁰¹.

A partir dos cargos de Estado ocupados pelo único agente do campo médico no CAd da SANEPAR entre 1998 e 2002, é possível comprovar sua simultânea participação no campo político vigente na época¹⁰².

¹⁰⁰ Ver apêndice 36.

¹⁰¹ Ver apêndice 39

¹⁰² Ver apêndice 50.

A referida constatação também pode possibilita compreender o campo médico no CAd da SANEPAR (1998-2002) como um subcampo (THIRY-CHERQUES, 2006) do campo político vigente, devido à ausência de capitais próprios (MONTEIRO, 2019); o que soa como uma contradição se considerarmos os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário enquanto elementos fundamentais de saúde pública (HOCHMAN, 1998).

4.6 - O CAMPO PROFISSIONAL NO CAd DA SANEPAR ENTRE 1998-2002.

Representado pelos conselheiros Carlos Afonso Teixeira de Freitas e Hamilton Aparecido Gimenez¹⁰³, o campo profissional no CAd da SANEPAR entre 1998 e 2002 foi o espaço ocupado por profissionais de carreira formalmente vinculados à SANEPAR. Nessa estrutura encontra-se o conselheiro eleito pelos funcionários da SANEPAR; tal processo é garantido pelas diretrizes estatutárias da companhia (SANEPAR, 2012). No campo profissional foram registradas formações profissionais em administração de empresas, pedagogia, engenharia civil e engenharia sanitária¹⁰⁴.

Acerca das instituições escolares de ensino superior que proporcionaram tais diplomas, constam o Centro Técnico-Educacional Superior do Oeste Paranaense, a UFPR e a USP¹⁰⁵. Sobre os cargos de Estado ocupados pelos conselheiros do campo profissional no CAd da SANEPAR (1998-2002), ambos ocuparam postos funcionais na esfera estadual¹⁰⁶.

A identificação quantitativa dos capitais verificados no CAd da SANEPAR (1998-2002), é verossímil concluir que os campos empresarial, jurídico, médico, político e profissional proporcionaram uma situação em que um conjunto de alianças

¹⁰³ Ver apêndices 9 e 11.

¹⁰⁴ Ver apêndice 41.

¹⁰⁵ Ver apêndice 47.

¹⁰⁶ Ver apêndice 52.

minimizou embates em torno dos serviços de água e esgoto no Paraná entre 1998 e 2002.

Na sequência, os processos acerca da conjuntura de expansão e financiamento dos serviços de água e esgoto, do estabelecimento de alianças e acordos, do acirramento de embates e das trajetórias sociais dos conselheiros do CAAd da SANEPAR entre 2003 e 2010 serão abordados e estatisticamente sistematizados. Tal conjuntura apresenta padrões semelhantes ao período 1998-2002 (sobretudo no que se refere à trajetórias sociais e capitais político-familiares), mas também características e eventos distintos, em especial no que diz respeito aos embates entre os braços estatal e privado da companhia.

4.7 – OS CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (2003-2010) E SEUS CAMPOS E CAPITAIS.

O governo estadual de Roberto Requião (2003-2010) foi palco de uma significativa tensão no setor de saneamento básico (água e esgoto) do Paraná. Nesse ponto, a SANEPAR expressou processos de poder que evidenciaram uma sistemática desavença entre o governo do Paraná (acionista majoritário) e o consórcio empresarial Dominó Holdings (acionista minoritário), fundamentada numa ideológica dicotomia entre Estado e mercado (SOUZA, 2015), visto que a remuneração do sócio inferior da companhia esteve no epicentro das disputas verificadas.

Tais diferenças foram formalizadas no CAAd da SANEPAR, e os campos vigentes entre 2003 e 2010 foram representados no CAAd da SANEPAR. Em separado, os campos empresarial, jurídico, político e profissional contam, respectivamente com 9; 14; 14 e 2 conselheiros¹⁰⁷. Os referidos números foram calculados a partir de 26 agentes; o número total de conselheiros que assinaram os Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 2003 a 2010 (CVM, 2004) (CVM, 2005) (CVM, 2006) (CVM, 2008). Também possível

¹⁰⁷ Ver apêndice 55.

observar que dos 26 conselheiros pesquisados, 12 integravam mais de um campo entre 2003 e 2010. Um percentual de 46%¹⁰⁸.

Quando os capitais são apreendidos como recursos mobilizadores (MATOS, 2009) num contexto de disputas, os campos sociais no CAd da SANEPAR (2003-2010) sugerem interesses e posturas classistas variadas. Nessa ótica, os campos empresarial, jurídico, político e profissional engendraram a dinâmica dos embates na época.

4.8 – O CAMPO EMPRESARIAL NO CAd DA SANEPAR ENTRE 2003-2010

A agenda do campo empresarial do CAd da SANEPAR (2003-2010) foi representada por Caio Julio Cesar Brandão Pinto, Iwan Sabatella Filho, Jean-Marie D'asp, Júlio César de Souza Araújo Filho, Kevin Michael Altit, Marlik Bentabet, Renato Torres de Faria, Ricardo Coutinho de Senna e Rodrigo Bhering de Andrade¹⁰⁹.

As formações profissionais são capitais em qualquer campo, sendo que, nesta perspectiva, enquadram-se nas categorias cultural e social. No campo empresarial do CAd da SANEPAR, a área tecnológica predomina nas formações profissionais verificadas¹¹⁰. A partir dessas instruções, também é possível identificar as instituições escolares de ensino superior em que os conselheiros pesquisados estudaram. Dessa forma, as instituições escolares de ensino superior figuram de modo variado¹¹¹.

Formações profissionais em estimadas instituições de ensino superior habilitam carreiras profissionais consistentes. Essa conjugação é reveladora acerca dos conselheiros do campo empresarial do CAd da SANEPAR (2003-2010), e

¹⁰⁸ Ver apêndice 56.

¹⁰⁹ Ver apêndices 3; 8; 17; 21; 25; 26; 27; 33 e 34.

¹¹⁰ Ver apêndice 57.

¹¹¹ Ver apêndice 62.

mantem o padrão de conversão (SAINT-MARTIN, 1995) (verificado no período 1998-2002 em termos de cargos de Estado. Tais agentes exerceram cargos de estado no Brasil e na França. As experiências em território francês devem-se ao fato de 2 conselheiros serem de nacionalidade francesa, e no seu país disporem de capitais que possibilitaram acesso a cargos no Estado¹¹². Dos 7 restantes, todos brasileiros, 4 ocuparam cargos de Estado no Brasil; um percentual 57%. Entre os 4 conselheiros brasileiros que ocuparam cargos estatais, 2 deles foram secretários (um no nível estadual, e outro no nível municipal); situação essa que habilita tais agentes ao campo político (um percentual de 50%)¹¹³. Nesse raciocínio, a participação empresarial do CAd da SANEPAR na política, entre 2003 e 2010, supera a laboração verificada entre 1998 e 2002, na qual apenas um agente esteve vinculado¹¹⁴.

4.9 – O CAMPO JURÍDICO NO CAd DA SANEPAR ENTRE 2003-2010

Representado por Altevir Rocha de Andrade, Caio Julio Cesar Brandão Pinto, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Heron Arzua, Izabel Cristina Marques, Jozélia Nogueira Broliani, Kevin Michael Altit, Luiz Fernando Ferreira Delazari, Marco Antonio Lima Berberi, Nestor Celso Imthon Bueno, Pedro Henrique Xavier, Rodrigo Bhering de Andrade, Rogério Distefano e Sergio Botto de Lacerda¹¹⁵, o campo jurídico (juntamente com o campo político) contou com o maior número de representantes no CAd da SANEPAR entre 2003 e 2010¹¹⁶. Dos 26 conselheiros pesquisados, 14 integraram essa estrutura; um percentual de 54% do total. Nesse espaço, os conhecimentos e trajetórias acerca dos complexos processos jurídicos são os capitais mais eficientes, mobilizando agentes sociais dos setores estatal e

¹¹² Ver apêndices 17 e 21.

¹¹³ Ver apêndice 66

¹¹⁴ Ver apêndice 36

¹¹⁵ Ver apêndices 8; 12; 13; 14; 15; 18; 19; 20; 27; 28; 29; 30; 32 e 34.

¹¹⁶ Ver apêndice 55.

privado. No campo jurídico no CAd da SANEPAR (2003-2010), todos os conselheiros possuem formação profissional em Direito¹¹⁷.

Sobre as instituições escolares de ensino superior que fomentaram o campo jurídico do CAd da SANEPAR (2003-2010), mais uma vez, a importância das as “grandes écoles” (SAINT-MARTIN, 2008, p. 52) pôde ser verificada. Nessa constatação, predomina o setor de ciências jurídicas da UFPR; que formou 57% dos conselheiros componentes do campo jurídico¹¹⁸.

O fundamento do predomínio de classes tradicionalmente dominantes (OLIVEIRA, 2001) nas instituições escolares não alcança um patamar de legitimidade por meio de uma iniciativa explicitamente excludente. De maneira oposta, tal processo deve ocorrer de maneira opaca (SOUZA, 2015), através de procedimentos que dizem respeito à seleção das temáticas curriculares, à formação dos docentes, aos sistemas de ensino e avaliação, e, por fim, à estipulação de paradigmas morais e habituais referentes à vivência cotidiana daqueles que exercem o poder estabelecido. Assim, vigora “[...] uma nobreza escolar hereditária de dirigentes de indústria, de grandes médicos, de altos funcionários e até de dirigentes políticos” (BOURDIEU, 1994 *apud* BONNEWITZ, 2003, p. 118).

As carreiras de Estado dos conselheiros do campo jurídico no CAd da SANEPAR (2003-2010) também oferecem números interessantes. Todos os 14 conselheiros do campo jurídico no CAd da SANEPAR (2003-2010) já exerceram no funcionalismo estatal. Nessa plena lotação, 8 conselheiros exerceram o cargo de Procurador de Estado, representando 57% do total do campo, 6 o de conselheiro em outras instituições estatais ou mistas e 5 o de secretário de Estado¹¹⁹. Diante de tal panorama, 9 conselheiros também integraram o campo político no referido período¹²⁰. Nessa laboração, novamente, a sistemática relação entre os campos

¹¹⁷ Ver apêndice 58.

¹¹⁸ Ver apêndice 63.

¹¹⁹ Ver apêndice 67.

¹²⁰ Ver apêndice 56.

jurídico e político (OLIVEIRA *et al*, 2017, p. 845) é reforçada. Nessa premissa, o campo jurídico

[...] em relação às demais esferas de dominação (militar, econômica, cultural), está na base da constituição do poder nos demais campos, mas dá condições, com a progressiva burocratização e divisão do trabalho nas sociedades ocidentais avançadas, de posicionar os juristas, e seus interesses específicos, como partícipes dos esquemas de dominação, de forma relativamente imune às lutas travadas em outros domínios, que só adentram ao “mundo do direito” pelos seus próprios termos, ou seja, como um conflito juridicamente classificado e juridicamente solucionável por um processo e uma decisão levado a cabo por juristas. Essa diferenciação de campos do poder, que como se viu está diretamente ligada à construção do Estado burocrático moderno, se deu em tempos diferentes, a depender das circunstâncias específicas dos processos de construção nacional em cada sociedade política, o que pode afetar diferencialmente a posição de juristas no Estado e na sociedade (ALMEIDA, 2010, p. 38).

Assim, o compartilhamento de conselheiros entre os campos jurídico e político no CAd da SANEPAR (2003-2010) ilustra a paisagem de embates na companhia (especificamente, entre seus braços estatal e privado), que marcou o período.

4.10 – O CAMPO POLÍTICO NO CAd DA SANEPAR ENTRE 2003-2010

Os conselheiros Altevir Rocha de Andrade, Caio Julio Cesar Brandão Pinto, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Darcy Deitos, Heron Arzua, José Maria Ferreira, Jozélia Nogueira Broliani, Júlio César de Souza Araújo Filho, Luiz Fernando Ferreira Delazari, Marco Antonio Lima Berberi, Marcos Vinícius Ferreira Mazoni, Nestor Celso Imthon Bueno, Pedro Henrique Xavier e Tatiana Cruz Bove Iatauro¹²¹ foram os representantes do campo político no CAd da SANEPAR entre 2003 e 2010.

O campo político no CAd da SANEPAR (2003-2010) é um microcosmo ligado diretamente às decisões do Governo do Estado do Paraná, visto que o controle administrativo da SANEPAR é garantido ao governo estadual conforme

¹²¹ Ver apêndices 12; 15; 16; 18; 20; 23; 24; 25; 27; 28; 29; 30; 31 e 32.

legislação vigente. Nessa perspectiva, o campo político gerencia e materializa a regulamentação instituída junto ao setor de saneamento básico no Paraná.

Entre 2003 e 2010, a formação jurídica dos referidos conselheiros se destaca. Dos 14 conselheiros que integram tal campo, 8 são formados em Direito, proporcionando um percentual de 64% do total dos componentes¹²².

O rol de especialidades do campo político no CAd da SANEPAR (2003-2010) foi fomentado por um significativo número de instituições escolares de ensino superior¹²³, sendo a UFPR foi responsável pela formação profissional de 43% dos conselheiros em questão.

Em termos de exercício de cargos de Estado, o campo político no CAd da SANEPAR (2003-2010) proporciona uma variedade interessante no período pesquisado. Assim como no campo jurídico no CAd da SANEPAR (2003-2010), no campo político, todos os conselheiros também já exerceram cargos de Estado. Diante desse cenário, dos 14 integrantes, 57% exerceram cargos no funcionalismo de nível estadual. Além disso, 6 já ocuparam pastas de secretário de Estado (percentual de 43% do total), 2 já foram procuradores de Estado (14%) e 1 foi promotor de justiça (7%)¹²⁴. Tais índices revelam a proximidade entre os campos jurídico e político no CAd da SANEPAR (2003-2010).

4.11 – O CAMPO PROFISSIONAL NO CAd DA SANEPAR ENTRE 2003-2010

Representado pelos conselheiros Hamilton Aparecido Gimenez e Júlio César da Silva¹²⁵, o campo profissional do campo social AE foi o espaço com menos integrantes no CAd da SANEPAR entre 2003 e 2010¹²⁶. Tal estrutura contemplou

¹²² Ver apêndice 59

¹²³ Ver apêndice 64.

¹²⁴ Ver apêndice 68.

¹²⁵ Ver apêndices 9 e 22.

¹²⁶ Ver apêndice 56.

atividades burocráticas da SANEPAR nos serviços de água e esgoto. Nesse campo encontra-se o conselheiro eleito pelos funcionários da SANEPAR; garantido pelas diretrizes estatutárias da companhia (SANEPAR, 2012).

No campo profissional no CAd da SANEPAR foram registradas formações profissionais em Pedagogia e Ciências contábeis¹²⁷, e as instituições escolares de ensino superior proporcionaram os referidos diplomas, figuram o Centro Técnico-Educacional Superior do Oeste Paranaense, a PUC-PR e a FAE¹²⁸.

Sobre os cargos de Estado ocupados pelos conselheiros do campo profissional no CAd da SANEPAR (2003-2010), a esfera estadual foi contemplada. Os ofícios técnico-administrativos do funcionalismo público estadual predominaram nesse campo profissional. Os 2 conselheiros integrantes assumiram cargos dessa natureza; um percentual de 100% do total do campo¹²⁹.

4.12 - O CAPITAL POLÍTICO-FAMILIAR NO CAd DA SANEPAR ENTRE (1998-2010).

Além dos capitais referentes às formações e trajetórias profissionais também é possível assinalar outro tipo de capital nos campos do CAd da SANEPAR (1998-2002) que pode ser compreendido como uma espécie de alicerce dos demais recursos mobilizadores, trata-se do capital político-familiar (MONTEIRO, 2016).

Por meio de tal raciocínio, “[...] a família enquanto uma palavra de ordem, uma categoria, princípio coletivo de construção da realidade coletiva, uma ficção bem fundamentada” (MONTEIRO, 2016, p. 562) que exerce uma significativa função de reprodução, no que tange os posicionamentos de seus membros numa dada realidade social e, conseqüentemente, ao acúmulo de capitais culturais, econômicos e sociais por parte dos familiares. Assim:

¹²⁷ Ver apêndice 60.

¹²⁸ Ver apêndice 65.

¹²⁹ Ver apêndice 69

O grupo familiar existe enquanto criação social que é capaz de reproduzir estruturas existentes. Os interesses dos grupos familiares são múltiplos. Numa ordem societária capitalista, a ampliação do capital econômico se torna um dos interesses centrais. E o capital político-familiar é um desses capitais que se converte em capital econômico. É a esfera da política um dos espaços em que a família se torna estratégica no sentido de ampliação dos capitais (MONTEIRO, 2016, p. 562).

Os apanágios de acúmulo, reprodução e conversão e reconversão estão fortemente presentes nos capitais político-familiares. Nessa conjectura, “as famílias mais ricas se caracterizam por uma «obsessão pela transmissão»”, na qual “a educação, as alianças matrimoniais dos filhos”, bem como “os espaços de residência e de encontro”, são empreendimentos e ambientes sistematicamente vigiados por matriarcas e patriarcas (SAINT-MARTIN, 2008, p. 50-57). Assim, é importante ressaltar que os vínculos que proporcionam os supramencionados predicados do capital político-familiar vão além dos laços consanguíneos. Nessa lógica, o conceito de “parentela” expressa presenças de agregados, amigos e apadrinhados, consolidando um conjunto de partidários de famílias políticas, ou seja, uma “rede política entrelaçada que assegura os interesses e garante a sustentação da oligarquia” (LEWIN, 1993, p. 10). Esses alinhamentos desnudam os privilégios que essas famílias ostentam, em especial “[...] a possibilidade de obterem altos salários que podem ser somados ao capital obtido na forma de lucros, dividendo, juros, aluguéis e outras rendas do capital”, os quais são “[...] conquistados, quase sempre, pelo acesso que lhes são permitidos ao Estado pelo capital político-familiar e pelo expressivo volume de capital econômico” (MONTEIRO, 2016, p. 573).

A ação familiar dentro do espaço social, especificamente, na diversidade de campos sociais vigente, exprime uma condição indispensável no que diz respeito aos demais capitais acastelados pelos agentes oriundos de famílias tradicionalmente dominantes (que integram a precitada classe dominante tradicional). Nessa lógica:

A família organiza o “habitus de classe dominante”, os comportamentos e valores dominantes dos grupos superiores, desde a infância, a escolarização, a educação em todos os níveis, o aprendizado e reprodução dos códigos e linguagens sociais, a profissionalização, a existência de redes sociais e políticas dos sujeitos e atores sociais. Ter família com posições empresariais, militares e políticas prepara e facilita bastante o acesso aos cargos em uma sociedade como a brasileira (OLIVEIRA, 2019, p. 1).

Os percentuais levantados acerca dos capitais político-familiares dos conselheiros do CAd da SANEPAR (1998-2010) e da presença de parentes em cargos de Estado foram obtidos por meio de consultas a fontes de imprensa. Nessa questão, apenas as preditas fontes figuraram como disponíveis para tal arrolamento. No entanto, não está descartada a vigência de capitais político-familiares junto aos agentes pesquisados que não constam nas estatísticas apresentadas. Assim, o capital político-familiar está presente em quase todos os campos do CAd da SANEPAR (1998-2010).

Na averiguação referente aos conselheiros do CAd da SANEPAR entre 1998 e 2002, os campos jurídico, médico e político, respectivamente, alcançam percentuais de 50%, 100% e 50% do total de conselheiros que integram cada campo¹³⁰. Um dado que reforça tais percentuais diz respeito à presença de familiares dos conselheiros do CAd da SANEPAR entre 1998 e 2002 em cargos de Estado. Nesse levantamento, destacam-se os campos médico e político, que alcançaram, respectivamente, percentuais de 100% e 50%¹³¹.

Já no que diz respeito aos conselheiros do CAd da SANEPAR (2003-2010), o capital político-familiar está presente nos campos empresarial, jurídico e político que atuaram no referido intervalo temporal, com os respectivos percentuais de 11%, 50% e 71%¹³². A referida incidência também avaliza a presença de familiares dos conselheiros pesquisados em cargos de Estado¹³³.

Presente nos campos empresarial, jurídico e político que constituíram o CAd da SANEPAR entre 2003 e 2010, o capital político familiar também pode ser igualmente vislumbrado como um vultoso elemento de conversão e reconversão (SAINT-MARTIN, 1995) acerca dos demais tipos de capital sondados. Tanto que,

¹³⁰ Ver apêndice 53.

¹³¹ Ver apêndice 54. Todavia, no precitado suplemento, não está especificado se as presenças de parentes dos conselheiros do CAd da SANEPAR (1998-2002) em cargos de Estado são consequências de capitais político-familiares “herdados” ou “transmitidos” (GRANATO, 2016).

¹³² Ver apêndice 70.

¹³³ Ver apêndice 71. No entanto, não está especificado se as presenças de parentes dos conselheiros do CAd da SANEPAR (1998-2010) em cargos de Estado são frutos de capitais político-familiares “herdados” ou “transmitidos” (GRANATO, 2016).

conforme as fontes disponíveis, nos campos jurídico e político foi possível averiguar apreciáveis percentuais de incidência.

CONCLUSÃO

Os serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto no Brasil suscitou uma expressiva diversidade de agentes sociais, num contexto de consenso social em torno desses sistemas, e de sistêmicos conflitos pela posse dos capitais mobilizados pela premeditação, implantação, administração e exploração acerca dos ofícios em questão.

Apesar da ausência de estudos sistemáticos de relações de poder, e da escassez e inacessibilidade de fontes acerca da temática, a experiência paranaense no setor não deixou de seguir este padrão.

A unanimidade em torno da necessidade dos serviços de água e esgoto no Paraná envolveu governantes, legisladores, engenheiros, comerciantes, imigrantes, funcionários públicos e, no geral, os usuários dos serviços. Da mesma maneira, instituições (e grupos) como os governos e casas legislativas (federal, estaduais e municipais), sindicatos, corpos funcionais, partidos políticos, empresas (nacionais e estrangeiras; estatais, mistas e privadas) e corporações financeiras. Diante desse panorama vigora uma numerosidade de agentes sociais, capitais, campos, habitus e interesses.

Os sistemas de abastecimento de água e esgoto no Paraná proporcionam ensaios interessantes. Primeiramente, foi possível observar o desempenho de agentes sociais em seus respectivos campos e espaços sociais. Tais agentes obraram conforme capitais detidos e mobilizados em seus campos sociais correspondentes, sendo que essas diligências acabaram fundamentando conveniências, demandas e iniciativas oriundas dos constantes fenômenos de urbanização (e metropolização) que tipificaram as cidades brasileiras a partir do início do século XX. Diante de tal cenário, as questões e os impasses acerca do exercício de poder ficam evidentes.

A partir da delimitação de espaços de atuação e da posse de capitais mobilizados, é possível identificar uma complexa dinâmica que abarca agentes sociais com interesses distintos que, tanto por meio de alianças, quanto mediante

disputas políticas e burocráticas, buscaram conquistar, converter, preservar, transformar e transmitir seus respectivos capitais, no intuito de manter e/ou ascender posições em seus respectivos campos sociais, para fazer valer suas correspondentes influências nas desavenças vigentes e emergentes do circunscrito contexto de planejamento, implantação, administração e exploração dos serviços de água e esgoto no Paraná.

Com a fundação da SANEPAR em 1963, os serviços de água e esgoto assumiram aspectos comerciais. Extrapolando o atendimento às demandas humanas inerentes à sociedade urbano-industrial, a exploração financeira de tais ofícios passou a ser burocraticamente reconhecida por meio consolidação de engenharias, ao redimensionamento dos orçamentos públicos, às especulações financeira e imobiliária, entre outros andamentos característicos do capitalismo moderno.

No entanto, mesmo com a SANEPAR, os serviços de água e esgoto permaneceram precários por pelo menos três décadas. A parcimônia de investimentos no setor marcou contextos de crises, econômicas e políticas, nos âmbitos nacionais e internacionais.

Nada obstante, a relativa estabilização econômica de meados dos anos 90 impulsionou políticas públicas de saneamento ambiental junto aos ofícios de água e esgoto no Paraná que legitimaram o ingresso da SANEPAR no mercado financeiro em 1998. Assim, uma nova lógica foi instituída. E nesse processo, tanto em sua fixidez até 2002, quanto em seu questionamento a partir de 2003, o CAd da SANEPAR (1998-2010) teve uma função crucial.

O CAd da SANEPAR foi entendido como uma estrutura de poder, e sua atuação no período 1998-2010 revela uma variedade de capitais arbitrados. Nesse sentido, as laborações da época, as formações, as iniciativas e as trajetórias dos conselheiros que integraram o CAd da SANEPAR no referido período foram abordadas quantitativa e qualitativamente.

Entre 1998 e 2002, a expansão dos serviços de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário tinham como pré-requisito a dilatação dos lucros dos

acionistas, Nessa lógica, a interferência do braço privado da SANEPAR, capitaneado pelo complexo empresarial Dominó Holdings S./A., cuja influência no CAd da SANEPAR ficou evidente com o pacto de acionistas de 1998; um acordo que firmou o predomínio de ofertas das ações da empresa no mercado financeiro. Tal panorama indica o predomínio dos campos político e empresarial no CAd da SANEPAR no referido período.

Ainda no período 1998-2002, os conselheiros do CAd da SANEPAR apresentaram posicionamentos e trajetórias que evidenciam a significativa harmonia de seus respectivos campos sociais junto às decisões da empresa no que se refere ao planejamento, à implantação e à administração dos serviços de água e esgoto no Paraná.

A referida regularidade revela um conjunto de capitais, detidos e mobilizados por estes agentes, que avalizou a admissão da SANEPAR no mercado especulativo de ações.

Enquanto agentes sociais, os conselheiros do CAd da SANEPAR lançaram mão de uma constante interlocução de seus valores e interesses com a ampla (e complexa) estrutura da expansão dos serviços de água e esgoto no Paraná. Nesse raciocínio, suas respectivas vidas sociais, relações familiares e carreiras profissionais revelaram estratégias de conservação de posições e posse de capitais em expressivas situações de poder, em torno dos agentes sociais envolvidos.

Por meio deste raciocínio, entre 1998 e 2002, os capitais verificados junto aos campos vigentes (empresarial, jurídico, médico, político e profissional), em meio a um conjunto de alianças e acordos, minimizaram os embates em torno das operações financeiras dos serviços paranaenses de água e esgoto no Paraná; o rendimento dessa conciliação remete aos capitais detidos, compartilhados e almejados pelos conselheiros do CAd da SANEPAR na época, a qualidade de requisito para o exercício do predito cargo.

Já entre 2003 e 2010, o perfil financista da SANEPAR passa a ser questionado. Em prol de uma compreensão dos ofícios de água e esgoto como elementos estratégicos de desenvolvimento econômico e social, uma iniciativa de

regulamentação a partir de tal diretiva estabeleceu intensos confrontos entre o governo estadual de Roberto Requião e o braço privado da SANEPAR, representado pelo consórcio empresarial Dominó Holdings S/A.

A identificação dos capitais referentes aos agentes sociais enredados entre 2003 e 2010 propiciou a identificação de uma artificial polarização entre Estado e mercado. Tal viés, de certa forma, também esteve presente entre 1998 e 2002, no entanto, com ausência de confrontos sistêmicos.

No período 2003-2010 imperaram conflitos que demandaram soluções jurídicas, políticas e técnicas. Diante de tal circunstância, as formações escolares e as trajetórias profissionais, distribuídas nos campos que estiveram presentes no CAd da SANEPAR na época, também foram capitais cruciais para a defesa dos interesses arbitrados e pautados no CAd da SANEPAR e, portanto, também podem ser compreendidos como condição para um agente tornar-se conselheiro.

As formações escolares e as trajetórias profissionais dos conselheiros arrolados entre 1998 e 2010 podem ser compreendidas como capitais culturais e sociais, que apresentam importantes atributos de conversão e reconversão no que diz respeito a capitais econômicos, pois uma reconhecida educação e um currículo bem-sucedido requerem investimentos materiais e almejados retornos por parte dos agentes sociais implicados.

Nos apanágios de conversão e reconversão de capitais (sobretudo em capitais econômicos), destaque aos capitais político-familiares.

Presente nos campos sociais que estiveram no CAd entre 1998 e 2010, o capital-político familiar pode ser igualmente vislumbrado como um vultoso elemento de conversão e reconversão acerca dos demais tipos de capital almejados. Assim, juntamente com saberes, rendimentos e reconhecimentos, o capital político-familiar no setor de saneamento básico paranaense foi um componente eficiente de reprodução de desigualdades, e também, igualmente necessário às metas estipuladas pelos agentes envolvidos.

Tal situação contempla os conselheiros do CAd da SANEPAR, em significativa parte, como integrantes de clãs políticos tradicionalmente poderosos.

Nesse sentido, até no consenso social em torno da necessidade dos serviços de água e esgoto num Estado como o Paraná, em termos de dominação, a família importa e, sobretudo, explica para muito além de aptidões institucionais, meritocráticas e técnicas.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, S. **Chafariz da Praça Zacarias guarda memórias de uma Curitiba “sem água”**. Curitiba, 2017. Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/haus/urbanismo/chafariz-da-praca-zacarias-guarda-memorias-de-uma-curitiba/>> Acesso em 04 jul. 2019.

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS – AEN. **Fraude na Copel foi ao ar em rede nacional no Fantástico, da TV Globo**. Curitiba, 2008. Disponível em <<http://www.historico.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=39843>> Acesso em 20 jul. 2019.

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS – AEN. **Governador nomeia novo secretário da Educação**. São José dos Pinhais, 2010. Disponível em <<http://www.guiasjp.com/noticias/educacao/governador+nomeia+novo+secretario+da+educacao/56624>> Acesso em 21 jun. 2019.

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS – AEN. **Jozélia Broliani assume o cargo de procuradora-geral do Estado**. Curitiba, 2007. Disponível em <http://www.tribunapr.com.br/noticias/jozelia-broliani-assume-o-cargo-de-procuradora-geral-do-estado/> Acesso em 28 abr. 2019.

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS – AEN. **Jozélia Nogueira Broliani é a nova secretária da Fazenda**. Curitiba, 2013. Disponível em <https://tnonline.uol.com.br/noticias/especial/7,218085,01,10,jozelia-nogueira-broliani-e-a-nova-secretaria-da-fazenda.shtml> Acesso em 28 abr. 2019.

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS – AEN. **Rafael Iatauro é o novo presidente da Parana Previdência**. Curitiba, 2015. Disponível em <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=85499>> Acesso em 7 mai. 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. **Terceiro aditivo contrato de concessão de prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica nº 081/1999-ANEEL** – Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D. Brasília, 2014. Disponível em <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/Contrato/Documentos_Aplicacao/Terceiro_Adiitivo_081_1999_CEEE-D.pdf> Acesso em 23 abr. 2019.

ALLKART. **Mais de 100 pilotos já confirmados em Cascavel**. [S/l], 2012. Disponível em <<http://www.allkart.net/newAllkart/2012/07/20/mais-de-100-pilotos-ja-confirmados-para-cascavel/>> Acesso em 15 abr. 2019.

ALMEIDA, F. N. R. **A nobreza togada** – As elites jurídicas e a política da justiça no Brasil. 2010. 329 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-08102010->

[143600/publico/2010_FredericoNormanhaRibeirodeAlmeida.pdf](#)> Acesso em 07 fev. 2020.

ALMEIDA, S. **Água pra dar ou vender**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/agua-pra-dar-ou-vender>> Acesso em 13 set. 2016.

ALTIT, K. M. **Kevin Michael Altit**. [S/l], 2019. Disponível em <<https://www.consultasocio.com/q/sa/kevin-michael-altit>> Acesso em 23 jun. 2019.

AML. **Caso Banestado rendeu R\$ 8 bilhões em autuações fiscais**. São Paulo, 2011. Disponível em <<https://www.amlreputacional.com.br/radar/caso-banestado-rendeu-r-8-bilhoes-em-autuacoes-fiscais>> Acesso em 20 jul. 2019.

ANDERSON BALLÃO ADVOGADOS. **Ivens Henrique Hübert**. Curitiba, 2019. Disponível em <<http://www.andersenballao.com.br/author/ivens-henrique-hubert/>> Acesso em 20 jul. 2019.

ANDRADE, A. R. M. **André Renato Mirando Andrade**. Curitiba, 2019. Disponível em <<https://www.escavador.com/sobre/4901379/andre-renato-mirando-andrade>> Acesso em 22 jun. 2019.

ANDREGUETTO, C. **Carlos Andreguetto**. Curitiba, 2019. Disponível em <<https://www.facebook.com/carlos.andreguetto.7>> Acesso em 21 jul. 2019.

ANDREGUETTO, L. G. **Luciana Gandra Andreguetto**. Curitiba, 2019 c. Disponível em <<https://www.facebook.com/luciana.gandra.9>> Acesso em 21 jul. 2019.

ANDREGUETTO, R. **Rafael Andreguetto**. Curitiba, 2019 b. Disponível em <<https://www.facebook.com/rafael.andreguetto?pnref=lhc>> Acesso em 21 jul. 2019.

ANDREGUETTO, R. U. **Renan Utri Andreguetto**. Curitiba, 2019 a. Disponível em <<https://www.facebook.com/renan.andreguetto?fref=ts>> Acesso em 21 jul. 2019.

ARENA ganhou mais uma prefeitura: Ivaiporã. **Diário de Paraná**, Curitiba, 20 dez. 1972, p. 5.

ARMINIO, J. I. **Varios directivos de Aqualia, imputados en el caso del 'escándalo del agua'**. Santander, 2009. Disponível <<https://www.eldiariomontanes.es/20090503/torrelavega/noticias/varios-directivos-aqualia-imputados-20090503.html>> Acesso em 20 jul. 2019.

ARRUDA, M. F. **A Justiça brasileira: a perplexidade provocada pela Justiça aviltada**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <<https://arquivo.correiodobrasil.com.br/a-justica-brasileira-a-perplexidade-provocada-pela-justica-aviltada/>> Acesso em 20 jul. 2019.

ARZUA & SCHMITT ADVOGADOS ASSOCIADOS. **Arzua & Schmitt Advogados Associados**. [S/l], 2019. Disponível em <<https://consultacnpj.com/cnpj/arzua-e->

schmitt-advogados-associados-arzua-e-schmitt-advogados-associados-13661485000106> Acesso em 22 abr. 2019.

ARZUA, H. **Memórias Paraná 2015** – Depoimento de Heron Arzua. Curitiba, 2015. Disponível em <<http://memoriasparana.com.br/2015-heron-arzua/>> Acesso em 22 abr. 2019.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ – ACP. **Nota pública**. Curitiba, 2016. Disponível em <<https://acpr.com.br/noticias/nota-publica-6/>> Acesso em 22 abr. 2019.

ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL – APEP. **APEP elege nova diretoria para o biênio 2015-2016**. Brasília, 2004. Disponível em <<http://anape.org.br/site/a pep-elege-diretoria-bienio-2015-2016/>> Acesso em 23 mai. 2019.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO GERMÂNICA – AMIG. **Diretor cultural**. Curitiba, 2019. Disponível em <<https://www.amigbrasil.org.br/ingo-henrique-hubert-diretor-cultural/>> Acesso em 20 jul. 2019.

AUDI, A. **Força-tarefa da Lava Jato mira contratos de órgãos estaduais**. Curitiba, 2015. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/forca-tarefa-da-lava-jato-mira-contratos-de-orgaos-estaduais-cok68b2czu7rjr6lq4s1qwrsp>> Acesso em 22 abr. 2019.

AUDICONTA. **Índice dos Diários da República de Angola – I Série – 2011**. Luanda, 2013. Disponível em: <http://www.audiconta-angola.com/?page_id=995>. Acesso em 12 out. 2016.

BARROS, R. T. V. **Saneamento** - Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios – vol. 2. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 1995.

BARROS, R. **A história do saneamento básico no Brasil**. São Paulo, 2014. Disponível em <<http://www.rodoinside.com.br/a-historia-do-saneamento-basico-no-brasil/>> Acesso em 02 jul. 2017.

BARROSO, L. R. Saneamento básico: competências institucionais da União, estados e municípios. **Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico**, [S/l], nº11, p.1-21, ago./set./out. 2007.

BASILE, J. **Decisão do STJ impede reestatização da Sanepar**. São Paulo, 2007. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,AA1641763-9356,00.html> Acesso em 02 jul. 2019.

BATHKE JUNIOR, W. **Morre Darcy Deitos em Campo Mourão**. Campo Mourão, 2013. Disponível em <<http://wibajucom.blogspot.com/2013/10/morre-daecy-deitos-em-campo-mourao.html>> Acesso em 15 jun. 2019.

BATISTELLA, A. O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 32, pp. 257-286, jan./jun. 2016

BE & CE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA. **Be&Ce Administradora de bens Ltda.** [S/I], 2019. Disponível em <<https://casadosdados.com.br/solucao/cnpj/be-and-ce-administradora-de-bens-ltda-18360068000147>> Acesso em 24 abr. 2019.

BENDLIN, A. C. **Ex-prefeito de Curitiba, Beto Richa (PSDB) é o novo governador do Paraná.** São Paulo, 2010. Disponível em <<https://eleicoes.uol.com.br/2010/parana/ultimas-noticias/2010/10/03/ex-prefeito-de-curitiba-beto-richa-psdb-e-o-novo-governador-do-parana.jhtm>> Acesso em 29 mar. 2018.

BENÍCIO, A. **Oposição estuda CPI para caso Pavibrás.** Curitiba, 2007. Disponível em <<https://www.bemparana.com.br/noticia/oposicao-estuda-cpi-para-caso-pavibras-17255#.XRtNoutKjIV>> Acesso em 02 jul. 2019.

BERBERI, G. S. **Giovanna Sandrini Berberi.** [S/I], 2019 b. Disponível em <<https://www.facebook.com/gberberi?pnref=about.overview.rel>> Acesso em 23 mai. 2019.

BERBERI, M. A. L. **Crítica à teoria geral do direito processual penal - Reflexos da pós-modernidade no sistema processual penal brasileiro.** São Paulo: Saraiva, 2019 a.

BERBERI, M. A. L. **Marco Antonio Lima Berberi.** [S/I], 2019. Disponível em <<https://www.escavador.com/sobre/6413719/marco-antonio-lima-berberi>> Acesso em 23 mai. 2019.

BERBERI, M. A. L. **Marco Antonio Lima Berberi.** Curitiba, 2019. Disponível em <<http://www.escavador.com/sobre/6413719/marco-antonio-lima-berberi>> Acesso em 02 jul. 2019.

BERBERI, M. A. L. **Os Princípios na Teoria do Direito.** [S/I]: Renovar, 2003.

BERBERI, R. **O atleta.** Curitiba, 2010. Disponível em <<http://raphaelvp.blogspot.com.br/2010/05/o-atleta.html>> Acesso em 23 mai. 2019.

BERBERI, R. **Raphael Berberi.** [S/I], 2019 c. Disponível em <<https://www.facebook.com/raphael.berberi>> Acesso em 23 mai. 2019.

BERTHOLDO, R. **Delazari em confronto com a Primeira Dama.** Curitiba, 2010. Disponível em <<http://www.fabio.campana.com.br/2010/04/delazari-em-confronto-com-a-1%C2%AA-dama/>> Acesso em 28 mai. 2019.

BESSA, R. **Peito de ouro.** Curitiba, 2009. Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/reinaldo-bessa/apertem-os-cintos-1-bzxthh3moagt01ho08fntz68e/>> Acesso em 21 jul. 2019.

BETO, Z. **Água “contaminada” - Sanepar fez contrato irregular para o envase de água em copos.** [S/I], 2015. Disponível em <<http://www.zebeto.com.br/2015/06/10/agua-contaminada/#.XTZ5bfJKjIV>> Acesso em 22 jul. 2019.

BETO, Z. **Para Rogério Distéfano.** [S/l], 2012. Disponível em <<http://www.zebeto.com.br/para-rogerio-distefano-2/#.Wfi2IFtSz-Y>> Acesso em 19 abr. 2019.

BICUDO, L. **Artigos em pedras preciosas poderão ser usados como lembranças pelo Governo do Estado.** Soledade, 2013. Disponível em <<http://www.clicsoledade.com.br/clicnews/?pg=ler&id=7064>> Acesso em 23 abr. 2019.

BLOOMBERG. **Company Overview of Dominó Holdings S.A.**. New York, 2018. Disponível em <<https://www.bloomberg.com/research/stocks/private/snapshot.asp?privcapId=41541797>> Acesso em 29 mar. 2018.

BM&FBOVESPA. **Debêntures.** São Paulo, 2016. Disponível em <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-fixa-privada-e-publica/debentures.htm> Acesso em 15 jul. 2019.

BOCA MALDITA. **Reni anuncia secretária da Família e secretário de Turismo.** [S/l], 2012. Disponível em <<http://www.bocamaldita.com/1119768237/reni-anuncia-secretaria-da-familia-e-secretario-de-turismo/>> Acesso em 28 abr. 2019.

BONASSOLI, L.; COELHO, S. **Dividido, Atlético pega fogo.** Curitiba, 2011. Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/esportes/dividido-atletico-pegafogo-aoukgcfovircam7ue00ivcj7y/ampgp/>> Acesso em 20 mai. 2019.

BONATO, L. **Distrito 4730 se despede do Governador 1987-88 Nelson Imthon Bueno.** Curitiba, 2015. Disponível em <<http://www.rotary4730.org.br/web/2015/11/30/1636/>> Acesso em 24 abr. 2019.

BONDE. **Botto de Lacerda deixa o governo definitivamente.** Londrina, 2007. Disponível em <<http://www.bonde.com.br/bondenews/politica/botto-de-lacerda-deixa-o-governo-definitivamente-78203.html>> Acesso em 17 abr. 2019.

BONNEWITZ, P. **Primeiras lições de sociologia de Pierre Bourdieu.** Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

BOREKI, V. A **Caximba em estado de graça.** Curitiba, 2010. Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-caximba-em-estado-de-graca-baq4kfdcu8xqwphdv272zdnim/>> Acesso em 20 jul. 2019.

BOURDIEU, P. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, A.; NOGUEIRA, M. A. (orgs). **Escritos de Educação.** Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política.** Brasília, n.5, pp.193-216, jul. 2011.

BRAGA, P. **O gaúcho Marcos Mazoni, ex-Serpro e ex-Procergs, é alvo da Lava Jato.** Porto Alegre, 2017. Disponível em <<http://polibiobraga.blogspot.com.br/2017/03/o-gaucha-marcos-mazoni-ex-serpro-e-ex.html>> Acesso em 22 abr. 2019.

BRANDÃO PINTO, C. J. C. **Caio Julio Cesar Brandão Pinto.** Belo Horizonte, 2019. Disponível em <<https://www.consultasocio.com/q/sa/caio-julio-cesar-brandao-pinto>> Acesso em 23 mai. 2019.

BRANDÃO, N. **Nicole Brandão.** [S/l], 2017. Disponível em <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1604222686274762&set=a.383152185048491.91424.100000611370664&type=3&theater>> Acesso em 23 mai. 2019.

BRASIL. Decreto nº 56.752, de 18 de Agosto de 1965. Dispõe sobre a criação do Grupo Executivo do Fundo Nacional de Financiamento para abastecimento d'Água (GEF) previsto no Convênio DNOS/USAID. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 ago. 1965 Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56752-18-agosto-1965-397271-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 01 jul. 2019.

BRASIL. Governo do Brasil. **Autarquias integram a administração pública indireta.** Brasília, 2012. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/04/autarquias>> Acesso em 02 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº. 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 05 jan. 2007. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm> Acesso em 01 jul. 2019.

BRESSER PEREIRA, L. C. Notas introdutórias ao modo tecnoburocrático ou estatal de produção. **Estudos Cebrap**, São Paulo, nº 20, p. 77-109, abr./jun. 1977.

BRITO, F. **Lista de Furnas conecta Aécio, Banestado, Youssef e...Sérgio Moro.** [S/l], 2015. Disponível em <<http://www.tijolaco.net/blog/lista-de-furnas-conecta-aecio-banestado-youssef-e-sergio-moro/>> Acesso em 20 jul. 2019.

BROLIANI, C. R. **Carlos Roberto Broliani.** [S/l], 2019. Disponível em <<https://www.consultasocio.com/q/sa/carlos-roberto-broliani>> Acesso em 28 abr. 2019.

CAIO BRANDÃO ADVOGADOS ASSOCIADOS. **Ao excelentíssimo senhor presidente do egrégio Tribunal de Contas da União, ministro Benjamin Zynler.** Belo Horizonte, 2011. Disponível em <<https://contas.tcu.gov.br/etcu/ObterDocumentoSisdoc?seAbrirDocNoBrowser=true&codArqCatalogado=1936043>> Acesso em 23 mai. 2019.

CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA BRASIL JAPÃO DO PARANÁ – CCIBJ-PR. **CCIBJ-PR recebe diretores da Arce construtora**. Curitiba, 2017. Disponível em <<http://www.ccibj.com.br/sem-categoria/ccibj-pr-recebe-diretores-da-arce-construtora/>> Acesso em 20 mai. 2019.

CAMPANA, F. **Alegria na casa dos Delazari**. Curitiba, 2008 b. Disponível em <<https://www.fabiocampana.com.br/2008/10/alegria-na-casa-dos-delazari/>> Acesso em 28 mai. 2019.

CAMPANA, F. **Andreguetto na chefia de gabinete de Luciano Ducci**. Curitiba, 2011. Disponível em <<https://www.fabiocampana.com.br/2011/01/andreguetto-na-chefia-de-gabinete-de-luciano-ducci/>> Acesso em 20 jul. 2019.

CAMPANA, F. **Berberi, o interventor que não interveio**. Curitiba, 2008 c. Disponível em <<https://www.fabiocampana.com.br/2008/09/berberi-o-interventor-que-nao-interveio/>> Acesso em 23 mai.2019.

CAMPANA, F. **Delazari também perde a boca na Elejor**. Curitiba, 2010. Disponível em <<http://www.fabiocampana.com.br/2010/04/delazari-tambem-perde-a-boca-na-elejor/>> Acesso em 28 mai. 2019.

CAMPANA, F. **Em 2009, Heron Arzua pensou em fechar a ParanáPrevidência**. Curitiba, 2004. Disponível em <<http://www.fabiocampana.com.br/2014/02/em-2009-heron-arzua-pensou-em-fechar-a-paranaprevidencia/>> Acesso em 22 abr. 2019.

CAMPANA, F. **Falsificaram a assinatura de Heron Arzua?** Curitiba, 2011 a. Disponível em <<https://www.fabiocampana.com.br/2011/01/falsificaram-a-assinatura-de-heron-arzua/>> Acesso em 22 abr. 2019.

CAMPANA, F. **Heron Arzua coordena finanças de Requião**. Curitiba, 2014. Disponível em <<https://www.fabiocampana.com.br/2014/07/heron-arzua-coordena-financas-de-requiao/>> Acesso em 22 abr. 2019.

CAMPANA, F. **Juíza cassa prefeita de Campina Grande**. Botto de Lacerda a chama de grosseira. Curitiba, 2008. Disponível em <<https://www.fabiocampana.com.br/2008/09/juiz-cassa-prefeita-de-campina-grande-botto-de-lacerda-a-chama-de-grosseira/>> Acesso em 18 abr. 2019.

CAMPANA, F. **O desabafo de Sérgio de Botto de Lacerda**. Curitiba, 2007 b. Disponível em <<https://www.fabiocampana.com.br/2007/10/o-desabafo-de-sergio-de-botto-de-lacerda/>> Acesso em 17 abr. 2019.

CAMPANA, F. **O imbróglio da Procuradoria**. Curitiba, 2010 a. Disponível em <<https://www.fabiocampana.com.br/2010/12/o-imbroglio-da-procuradoria/>> Acesso em 22 jun. 2019.

CAMPANA, F. **O que escondem decretos não publicados?**. Curitiba, 2008 a. Disponível em <<http://www.fabiocampana.com.br/2008/03/o-que-escondem-decretos-nao-publicados/>> Acesso em 24 abr. 2019.

CAMPANA, F. **Pessuti demite conselheiros da Sanepar do grupo de Requião.** Curitiba, 2010 b. Disponível em <<http://www.fabiocampana.com.br/2010/04/pessuti-demite-conselheiros-da-sanepar-do-grupo-de-requiao/>> Acesso em 22 abr. 2019.

CAMPANA, F. **Queixa-crime de Botto e Jozélia contra PHX.** Curitiba, 2007 a. Disponível em <<https://www.fabiocampana.com.br/2007/12/queixa-crime-de-botto-e-jozelia-contraphx/>> Acesso em 13 abr. 2019.

CAMPANA, F. **Tudo o que Requião não quer que você saiba sobre o escândalo na Sanepar.** Curitiba, 2007. Disponível em <<http://www.fabiocampana.com.br/2007/06/tudo-o-que-requiao-nao-quer-que-voce-saiba-sobre-o-escandalo-na-sanepar/>> Acesso em 02 jul. 2019.

CAMPOS, N. Flávio Suplicy de Lacerda: genealogia de um integrante da elite paranaense. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, vol.21, n.47, pp.113-132, set. 2013.

CAMPOS, P. H. P. **Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988.** Rio de Janeiro: EDUFF, 2004.

CANAL RURAL. **Celso Lisboa de Lacerda é anunciado novo presidente do Incra.** São Paulo, 2011. Disponível em <<https://canalrural.uol.com.br/noticias/agricultura/celso-lisboa-lacerda-anunciado-novo-presidente-incra-16479/>> Acesso em 15 abr. 2019.

CARNASCIALI, J. **O que se passa na sociedade.** Curitiba, 2010. Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/juril-carnasciali/o-que-se-passa-na-sociedade-3h99s3a8qx94rdofspvd0loi6/>> Acesso em 20 jul. 2019.

CARNASCIALI, J. **O que se passa na sociedade.** Curitiba, 2010. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/juril-carnasciali/o-que-se-passa-na-sociedade-1gn6zvhl7vy2w9c2uyppydxzi>> Acesso em 24 abr. 2019.

CASA DO RIO DE JANEIRO. **O Rio vai buscar água além dos seus limites.** Rio de Janeiro: Casa do Rio de Janeiro, 2006.

CASTRO, E. **Advogado alega que Eduardo teve privilégio.** Curitiba, 2008. Disponível em <<https://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/advogado-alega-que-eduardo-teve-privilegio/>> Acesso em 17 abr. 2019.

CASTRO, E. **Carta de Botto detona Requião e seu governo.** Curitiba, 2007. Disponível em <<https://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/carta-de-botto-detona-requiao-e-seu-governo/>> Acesso em 30 abr. 2019.

CASTRO, E. **Decreto anula pacto de acionistas da Sanepar.** Curitiba, 2004. Disponível em <<https://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/decreto-anula-pacto-de-acionistas-da-sanepar/>> Acesso em 02 jul. 2019.

CASTRO, E. **MPF no Paraná denuncia 62 por crimes financeiros**. Curitiba, 2004 a. Disponível em <<https://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/mpf-no-parana-denuncia-62-por-crimes-financeiros/>> Acesso em 20 jul. 2019.

CASTRO, E. **Presidente do TCE assume inspetoria da Copel**. Curitiba, 2010. Disponível em <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/presidente-do-tce-assume-inspetoria-da-copel/>> Acesso em 7 mai. 2019.

CASTRO, E. **Presos denunciados no caso Copel/Adifea**. Curitiba, 2004. Disponível em <<https://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/presos-denunciados-no-caso-copeladifea/>> Acesso em 20 jul. 2019.

CASTRO, E. **STJ anula medidas adotadas por Requião na Sanepar**. Curitiba, 2009. Disponível em <<https://www.fabiocampana.com.br/2009/10/stj-anula-medidas-adotadas-pelo-governo-na-sanepar/>> Acesso em 02 jul. 2019.

CATVE. **Morre Darcy Deitos, ex-deputado estadual e federal**. Campo Mourão, 2013. Disponível em <<https://catve.com/noticia/6/69357/morre-darcy-deitos-ex-deputado-estadual-e-federal>> Acesso em 15 jun. 2019.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A. – ELEJOR. **Dinorah Botto Nogara assume presidência da Elejor**. Curitiba 2016. Disponível em <<http://www.elejobr.com.br/dinorah-botto-nogara-assume-presidencia-da-elejobr/>> Acesso em 30 out. 2017.

CHRUSCINSKI, R. C. **Nepotismo e patrimonialismo no Paraná**: os efeitos da súmula vinculante 13. 53 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

CLARK, D. **Introdução à Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1991.

CLUB ATHLETICO PARANAENSE. **Atlético Paranaense define representante para assuntos referentes às obras da Copa 2014**. Curitiba, 2011. Disponível em <<https://athletico.com.br/noticia/23509-athletico-paranaense-define-representante-para-assuntos-referentes-s-obras-da-copa-2014/>> Acesso em 20 mai. 2019.

COELHO, W. **Concordo com a ministra Dilma Rousseff: os americanos não são burros**. [S/I], 2009. Disponível em <http://www.blogdoporfirio.com/2009_07_01_archive.html> Acesso em 17 out. 2016.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. **Extrato da sessão de julgamento de processo administrativo sancionador CVM nº 08/2012**. Brasília: CVM, 2012.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. **Gestores condenados por não cumprirem dever de diligência**. Brasília, 2017. Disponível em <<http://www.cvm.gov.br/noticias/arquivos/2017/20170510-1.html#sanepar>> Acesso em 23 jun. 2019.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. **Processo:** CVM Nº RJ 2001/11250 (RC Nº 3889/2002). Rio de Janeiro, 2002. Disponível em <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/decisooes/anexos/0001/3889-0.pdf>> Acesso em 20 jul. 2019.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. **Serviço Público Federal /** Comissão de Valores Mobiliários (CVM) / Informações Anuais (IAN) 1998 – Sanepar. Brasília: CVM, 1998.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. **Serviço Público Federal /** Comissão de Valores Mobiliários (CVM) / Informações Anuais (IAN) 1999 – Sanepar. Brasília: CVM, 1999.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. **Serviço Público Federal /** Comissão de Valores Mobiliários (CVM) / Informações Anuais (IAN) 2000 – Sanepar. Brasília: CVM, 2000.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. **Serviço Público Federal /** Comissão de Valores Mobiliários (CVM) / Informações Anuais (IAN) 2001 – Sanepar. Brasília: CVM, 2001.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. **Serviço Público Federal /** Comissão de Valores Mobiliários (CVM) / Informações Anuais (IAN) 2002 – Sanepar. Brasília: CVM, 2002.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. **Serviço Público Federal /** Comissão de Valores Mobiliários (CVM) / Informações Anuais (IAN) 2004 – Sanepar. Brasília: CVM, 2004.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. **Serviço Público Federal /** Comissão de Valores Mobiliários (CVM) / Informações Anuais (IAN) 2005 – Sanepar. Brasília: CVM, 2005.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. **Serviço Público Federal /** Comissão de Valores Mobiliários (CVM) / Informações Anuais (IAN) 2006 – Sanepar. Brasília: CVM, 2006.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. **Serviço Público Federal /** Comissão de Valores Mobiliários (CVM) / Informações Anuais (IAN) 2008 – Sanepar. Brasília: CVM, 2008.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE – CNV. **Entenda como será exumação, traslado e análise pericial dos restos mortais do ex-presidente Jango.** Brasília, 2013. Disponível em <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/m/outros-destaques/376-entenda-como-sera-exumacao-do-ex-presidente-joao-goulart.html>> Acesso em 16 jun. 2019.

COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS – CCR. **Conselho de administração.** São Paulo, 2019. Disponível em <<http://ri.ccr.com.br/faq/conselho-de-administracao-2/>> Acesso em 20 jul. 2019.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR. **Ata da 10ª/2007 reunião ordinária do Conselho de Administração**. Curitiba, 2007. Disponível em <[http://www.sanepar.com.br/sanepar/calandrakbx/filesmng.nsf/8A9B7F7E1EEEC5358325738A006CFA42/\\$File/ATA CAD ORD 10-07.pdf?OpenElement](http://www.sanepar.com.br/sanepar/calandrakbx/filesmng.nsf/8A9B7F7E1EEEC5358325738A006CFA42/$File/ATA CAD ORD 10-07.pdf?OpenElement)> Acesso em 24 abr. 2019.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR. **Ata da 3ª/2002 Reunião extraordinária do Conselho de Administração**. Curitiba, 2002 a. Disponível em <http://site.sanepar.com.br/sites/site.sanepar.com.br/files/investidoresarquivos/ata-da-3a2002-reuniao-extraordinaria-do-cad_2002-04-25.pdf> Acesso em 01 set. 2017.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR. **Ata da 3ª/2002 Reunião ordinária do Conselho de Administração**. Curitiba, 2002 b. Disponível em <http://site.sanepar.com.br/sites/site.sanepar.com.br/files/investidoresarquivos/ata-da-3a2002-reuniao-ordinaria-do-cad_2002-10-18.pdf> Acesso em 01 set. 2017.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR. **Ata da 89ª assembleia geral extraordinária**. Curitiba: SANEPAR, 2003.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR. Conselho de Administração. **Diálogo**, Curitiba, ano 33, nº 387, pp. 2-3, jul. 2010.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR. **Estatuto social consolidado**. Curitiba, 2012. Disponível em <http://site.sanepar.com.br/sites/site.sanepar.com.br/files/perfil_investidores_2012/estatuto_social_26032014.pdf> Acesso em 02 jul. 2019.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR. **Formulário de referência – 2010**. Curitiba, 2010. Disponível em <[http://sanepar.pr.gov.br/sanepar/calandrakbx/filesmng.nsf/10B3B05A2CC4C4E68325775B006314D8/\\$File/FORMLARIO_DE_REFERENCIA.pdf?OpenElement](http://sanepar.pr.gov.br/sanepar/calandrakbx/filesmng.nsf/10B3B05A2CC4C4E68325775B006314D8/$File/FORMLARIO_DE_REFERENCIA.pdf?OpenElement)> Acesso em 21 jun. 2019.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR. **Meio século de saneamento no Paraná**. Curitiba, 2013. Disponível em <<http://site.sanepar.com.br/noticias/meio-seculo-de-historia-do-saneamento-no-parana>> Acesso em 02 jul. 2019.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR. **Memória**. Curitiba, [201-]. Disponível em <<https://site.sanepar.com.br/memoria-linhadotempo>> Acesso em 02 jul. 2019.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR. **Plano municipal de saneamento básico**. Curitiba, 2020. Disponível em <<http://site.sanepar.com.br/prefeituras/plano-municipal-de-saneamento-basico>> Acesso em 30 jan. 2020.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR. **Prospecto de oferta pública de debêntures simples com garantia flutuante** – 1ª emissão. Curitiba: SANEPAR, 2002.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR. **Ouvidoria Sanepar** - Resposta do Protocolo SN05676/2016-2K. [Mensagem de trabalho]. Mensagem recebida por <mr_olivei@yahoo.com.br>. 28 jun. 2016.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE GOLFE – CBG. **68º aberto cidade de Curitiba**. São Paulo, 2016. Disponível em <<https://cbg.bluegolf.com/bluegolf/cbg16/event/cbg1611/contest/1/profile/ggionedisfil/results.htm>> Acesso em 20 jul. 2019.

CONSTRUTORA ALMEIDA. **Procuração**. Belo Horizonte, 2011. Disponível em <<https://contas.tcu.gov.br/etcu/ObterDocumentoSisdoc?seAbrirDocNoBrowser=true&codArgCatalogado=3865844>> Acesso em 23 mai. 2019.

CONSULTOR JURÍDICO – CONJUR. **MPF denuncia diretores e membros de conselhos do Banestado**. São Paulo, 2004. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2004-set-06/mpf-denuncia-diretores-membros-conselhos-banestado>> Acesso em 24 abr. 2019.

CONTRAPONTO. **Ação popular cobra responsabilidade de Richa**. Curitiba, 2018. Disponível em <<https://contraponto.jor.br/acao-popular-cobra-responsabilidade-de-richa/>> Acesso em 28 mai. 2019.

COTRIM, M. J. **Secretaria-de-meio-ambiente-faz-contrato-milionario-de-consultoria-estado-faz-licitacao-para-medicamentos-e-servicos-laboratoriais**. Palmas, 2014. Disponível em <<https://conexaoto.com.br/2014/11/14/secretaria-de-meio-ambiente-faz-contrato-milionario-de-consultoria-estado-faz-licitacao-para-medicamentos-e-servicos-laboratoriais>> Acesso em 22 jul. 2019.

COUTINHO, M. **Juízes processam jornalistas que revelaram seus vencimentos**. São Paulo, 2016. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/juizes-processam-jornalistas-que-revelaram-seus-supersalarios/>. Acesso em 25 mai. 2019.

CRN ONLINE. **Falece o pioneiro mourãoense Darcy Deitos**. Campo Mourão, 2013. Disponível em <<http://crn1.com.br/noticias/30177/Falece-o-pioneiro-mouraoense-Darcy-Deitos.html>> Acesso em 15 jun. 2019.

CRN ONLINE. **Família Deitos: quase seis décadas dedicadas à hotelaria**. Campo Mourão, 2015. Disponível em <<http://crn1.com.br/noticias/37273/Familia-Deitos:-quase-seis-decadas-dedicadas-a-hotelaria.html>> Acesso em 16 jun. 2019.

CULTURA DE MATINHOS. **Indústria do Conhecimento é inaugurada com uma grande homenagem**. Matinhos, 2011. Disponível em <<http://culturadematinhos.blogspot.com/2011/05/industria-do-conhecimento-e-inaugurada.html>> Acesso em 23 mai. 2019.

CURITIBA LIVRE. **Mais palestrantes confirmados**. Curitiba, 2014. Disponível em <<http://curitibalivre.org.br/blog/mais-palestrantes-confirmados/>> Acesso em 22 abr. 2019.

CURITIBA SPACE. **Quem foi: João José Pedrosa**. Curitiba, [20--]. Disponível em <<https://curitibaspace.com.br/quem-foi-joao-jose-pedrosa/>> Acesso em 04 jul. 2019.

DE FARIA, R. T. **Renato Torres de Faria**. Disponível em <<https://www.marketscreener.com/business-leaders/Renato-Torres-de-Faria-09PWB6-E/biography/>> Acesso em 22 jun. 2019.

DE PAULA, J. **Pessuti anuncia novo Secretário Estadual da Educação**. Paranaíba, 2010. Disponível em <<http://joaquimdepaula.com.br/index.php/tag/altevir-rocha-de-andrade/>> Acesso em 21 jun. 2019.

DEDA, R. **Sanepar explica, nesta semana, o caso Pavibrás**. Curitiba, 2007. Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/sanepar-explica-nesta-semana-o-caso-pavibras-ag99uw2una0ubvupwdf8bf232/>> Acesso em 12 set. 2019.

DEITOS, A. R. **Alexandre Raphael Deitos**. Disponível em <<https://www.escavador.com/sobre/3023187/alexandre-raphael-deitos>> Acesso em 16 jun. 2019.

DELAZARI, C. E. F. **Carlos Emiliano Ferreira Delazari**. [S/I], 2019 b. Disponível em <<https://www.escavador.com/sobre/346303408/carlos-emiliano-ferreira-delazari>> Acesso em 29 mai. 2019.

DELAZARI, F. F. **Fabiola Ferreira Delazari**. [S/I], 2019 a. Disponível em <<https://www.escavador.com/sobre/346642740/fabiola-ferreira-delazari>> Acesso em 28 mai. 2019.

DELAZARI, L. F. F. **Luiz Fernando Ferreira Delazari**. [S/I], 2018. Disponível em <<https://www.escavador.com/sobre/4981626/luiz-fernando-ferreira-delazari>> Acesso em 28 mai. 2019.

DELAZARI, L. F. F. **Luiz Fernando Ferreira Delazari**. Curitiba, 2019 a. Disponível em <<https://www.consultasocio.com/q/sa/luiz-fernando-ferreira-delazari>> Acesso em 28 mai. 2019.

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – DEC/UFMG. **Evolução dos Sistemas de Esgotamento (I)**. Campina Grande, [20--]. Disponível em <<http://www.dec.ufcg.edu.br/saneamento/Historia.html>> Acesso em 14 jan. 2017.

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – DEC/UFMG. **George Edwin Waring**. Campina Grande, [20--] a. Disponível em <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/GeoEWrig.html>> Acesso em 14 set. 2016.

DIÁRIO DOS CAMPOS. **São João do Triunfo tem três concorrentes à Prefeitura.** Ponta Grossa, 2012. Disponível em <<http://www.diariodoscamos.com.br/geral/2012/10/sao-joao-do-triunfo-tem-tres-concorrentes-a-prefeitura/976098/>> Acesso em 19 abr. 2019.

DIONÍSIO, B. Morre Nestor Bueno, ex-secretário de Planejamento do governo do PR. Curitiba,, 2011. Disponível em <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2011/07/morre-nestor-bueno-ex-secretario-de-planejamento-do-governo-do-pr.html>> Acesso em 24 abr. 2019.

DISTÉFANO, R. **E a Sanepar? Fica como está?.** Curitiba, 2007 a. Disponível em <<http://rogerio-distefano.blogspot.com.br/2007/06/e-sanepar-fica-como-est.html>> Acesso em 19 abr. 2019.

DISTÉFANO, R. **Obrigado, governador.** Curitiba, 2007. Disponível em <http://rogerio-distefano.blogspot.com.br/2007_06_02_archive.html> Acesso em 19 abr. 2019.

DUARTE, M. **MP aceita pedido de exoneração e Delazari reassume Segurança.** Londrina, 2007. Disponível em <<https://www.folhadelondrina.com.br/politica/mp-aceita-pedido-de-exoneracao-e-delazari-reassume-seguranca-612396.html>> Acesso em 28 mai. 2019.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico.** São Paulo: Martin Claret, 2007.

ESCOLA DE MAGISTRATURA DO ESTADO DE RONDÔNIA – EMERON. **Homologação da lista de magistrados inscritos para o Programa de Residência Judicial 2018.** Porto Velho, 2018. Disponível em <<http://emeron.tjro.jus.br/noticias/328-homologacao-da-lista-de-magistrados-inscritos-para-o-programa-de-residencia-judicial-2018>> Acesso em 16 jun. 2019.

ESTADÃO. **CVM multa ex-administradores da Sanepar em R\$ 2,5 milhões.** São Paulo, 2014. Disponível em <<https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20141216/cvm-multa-ex-administradores-sanepar-milhoes/217426>> Acesso em 30 abr. 2019.

EXTRA. **Mãe de Leticia Sabatella, Marilza Sabatella estreia como atriz aos 70 anos em “Amorteamo”.** Rio de Janeiro, 2015. Disponível em <<https://extra.globo.com/tv-e-lazer/mae-de-leticia-sabatella-marilza-sabatella-estrela-como-atriz-aos-70-anos-em-amorteamo-16077686.html>> Acesso em 23 mai. 2019.

FADEL, E. **Governo do PR revoga medida por suspeita de fraude.** São José do Rio Preto, 2011. Disponível em <http://www.diariodaregiao.com.br/index.php?id=/politica/materia.php&cd_matia=963780> Acesso em 22 abr. 2019.

FAORO, R. **Os donos do poder - Formação do patronato político brasileiro.** Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CRÉDITO DO PARANÁ – FETEC-PR. **Investigação organiza banco de dados contra o crime organizado**. Curitiba, 2003. Disponível em: <<http://www.fetecpr.org.br/investigacao-organiza-banco-de-dados-contra-ocrime-organizado/>> Acesso em 20 jul. 2019.

FÉLIX, R. **Empresário é condenado no caso Copel-Adifea**. Curitiba, 2009. Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/empresario-e-condenado-no-caso-copel-adifea-bg4kpz8hldij5uolzcs9v9qvi/>> Acesso em 20 jul. 2019.

FERNANDES, A.; ALVES, M. R. **Temer demite presidente e diretores do Serpro**. São Paulo, 2016. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,temer-demite-presidente-e-diretores-do-serpro,10000053051>> Acesso em 23 abr. 2019..

FERREIRA, E. E. B. **Eliana Eik Borges Ferreira**. [S/l], 2019. Disponível em <<https://www.escavador.com/sobre/2621460/eliana-eik-borges-ferreira>> Acesso em 5 mai. 2019.

FERREIRA, F. E. B. **Felipe Eik Borges Ferreira**. Iporã, 2019 a. Disponível em <<https://www.facebook.com/felipe.eikborgesferreira/timeline?lst=100002217403410%3A100002101804571%3A1513137764>> Acesso em 5 mai. 2019 [a].

FERREIRA, R. E. B. **Rafael Eik Borges Ferreira**. Iporã, 2019 b. Disponível em <<https://www.facebook.com/rafaeik?pnref=about.family>> Acesso em 5 mai. 2019.

FILGUEIRAS, L. **História do Plano Real** - Fundamentos, Impactos e Contradições. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

FILHO, I. S. **Iwan Sabatella Filho**. [S/l], 2019. Disponível em <<http://www.sociosbrasil.com/nome/iwan-sabatella-filho/>> Acesso em 21 mai. 2019.

FOLHA DE LONDRINA. Estado não pretende cumprir ordem. Londrina, 2004. Disponível em <<https://www.folhadelondrina.com.br/geral/estado-nao-pretende-cumprir-ordem-490069.html>> Acesso em 15 abr. 2019.

FOLHA DE LONDRINA. **Para Sanepar, medida pode comprometer qualidade do serviço**. Londrina, 2000. Disponível em <<https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/para-sanepar-medida-pode-comprometer-qualidade-do-servico-273598.html>> Acesso em 21 set. 2019.

FOLHA ONLINE. **Roberto Requião segue no governo do Paraná; veja perfil**. São Paulo, 2006. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u86084.shtml>> Acesso em 23 mar. 2018.

FÓRUM. **Advogados vão processar emissora de Ratinho após reportagem que fez insinuações sobre sua atuação profissional**. Porto Alegre, 2017. Disponível em <<https://www.revistaforum.com.br/advogados-vao-processar-rede-massa-apos->

[reportagem-que-fez-insinuacoes-sobre-sua-atuacao-profissional](#)> Acesso em 28 mai. 2019.

FRANCHI, D. **O Visconde de Ribeiro Magalhães**. Bagé, 2017. Disponível em <<http://www.jornalfolhadosul.com.br/noticia/2017/01/13/o-visconde-de-ribeiro-magalhaes->> Acesso em 23 abr. 2019.

FREITAS, A. **Ex. prefeito de Ibiporã José Maria Ferreira é multado pelo Tribunal de Contas do Paraná**. Assaí, 2019. Disponível em <<http://augustofreitasnoticias.blogspot.com.br/2017/09/ex-prefeito-de-ibipora-jose-maria.html>> Acesso em 3 abr. 2019.

G1. **Por diferença de dez mil votos, Requião é reeleito no Paraná**. São Paulo, 2006. Disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/Eleicoes/0,,AA1330338-6301,00-POR+DIFERENCA+DE+DEZ+MIL+VOTOS+REQUIAO+E+REELEITO+NO+PARAN A.html>> Acesso em 12 set. 2019.

G1-PR. **Prefeito de Ibiporã é condenado a devolver R\$ 70 mil aos cofres públicos**. Curitiba, 2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2015/08/prefeito-de-ibipora-e-condenado-devolver-r-70-mil-aos-cofres-publicos.html>> Acesso em 3 abr. 2019.

GANDRA, A. **Primeiros julgamentos da CVM multam Eike Batista em R\$ 800 mil**. Brasília, 2015. Disponível em <<http://www.ebc.com.br/noticias/economia/2015/03/primeiros-julgamentos-da-cvm-multam-eike-batista-em-r-800-mil>> Acesso em 23 jun. 2019.

GARCIA & KEENER. **Ilona Sydenstricker Altit**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <<http://www.garciakeener.com.br/pt/advogados/ilona-sydenstricker-altit>> Acesso em 23 jun. 2019.

GAZETA DO POVO. **Altevir Rocha de Andrade é o novo secretário de Educação**. Curitiba, 2010. Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/altevir-rocha-de-andrade-e-o-novo-secretario-de-educacao-18p5v4j6mza75ziqq2terhtn2/>> Acesso em 21 jun. 2019.

GAZETA DO POVO. **Homenagem a Arzua**. Curitiba, 2014. Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/colunistas/mercado-em-alta/experiencia-no-comando-do-nucleo-egxqcj9vjd6c8rm5hjxwl7mmm/>> Acesso em 22 abr. 2019.

GAZETA DO POVO. **Morre Cláudio Xavier, ex-secretário de Saúde do governo Requião**. Curitiba, 2010. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/morre-claudio-xavier-ex-secretario-de-saude-do-governo-requiao-ceyrrd254sq5veck0eygym1ji>> Acesso em 10 abr. 2019.

GAZETA DO POVO. **Morre o ex-prefeito de Curitiba Ivo Arzua Pereira**. Curitiba, 2012. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/morre-o-ex-prefeito-de-curitiba-ivo-arzua-pereira-3ck2cmd2tqz6nb2xzvlocle6>> Acesso em 22 abr. 2019.

GERON, V. (2010). **Universitário morre ao cair de navio em SP**. Curitiba, 2010. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/universitario-morre-ao-cair-de-navio-em-sp-1laddl17lte0q83ngr13cdky6>> Acesso em 28 abr. 2019.

GIONÉDIS FILHO, G. **Giovani Gionédis Filho**. São Paulo, 2019. Disponível em <<https://www.consultasocio.com/q/sa/giovani-gionedis-filho>> Acesso em 20 jul. 2019.

GIONÉDIS, G. **Giovani Gionédis**. São Paulo, 2019. Disponível em <<https://www.consultasocio.com/q/sa/giovani-gionedis>> Acesso em 20 jul. 2019.

GRANATO, N. C. **O campo político paranaense no contexto do golpe de 1964 e suas lutas políticas**. 2016. 276 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016. Disponível em <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/43268/R%20-%20D%20-%20NATALIA%20CRISTINA%20GRANATO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 02 set. 2019.

GRUPO EXPOENTE. **Professora desenvolve a arte de contar histórias**. Curitiba, 2009. Disponível em <<http://www.expoente.com.br/noticia/1146>> Acesso em 24 abr. 2019.

GUIA GEOGRÁFICO BAHIA CACHOEIRA. **Antônio Rebouças (1839-1874)**. Cachoeira, [20--]. Disponível em <<http://www.bahia-turismo.com/cachoeira/antonio-reboucas.htm>> Acesso em 04 jul. 2019.

GUIA GEOGRÁFICO CURITIBA. **Chafariz da Praça Zacarias**. Curitiba, [20--]. Disponível em <<http://www.curitiba-parana.net/patrimonio/chafariz.htm>> Acesso em 04 jul. 2019.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HELLER, L.; CASTRO, J. E. Política pública de saneamento: apontamentos teórico-conceituais. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, Rio de Janeiro, vol.12, nº 3, p.284-295, set. 2007.

HISAYASU, A. **Amigo de Moro encontra defensor de Lula**. São Paulo, 2016. Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,amigo-de-moro-encontra-defensor-de-lula,10000085761>> Acesso em 28 mai. 2019.

HOCHMAN, G. **A era do saneamento**: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998.

HÜBERT, A. M. **Andreas Martin Hübert**. Varsóvia, 2019 a. Disponível em <<https://www.facebook.com/andreas.huebert>> Acesso em 20 jul. 2019.

HÜBERT, I. H. **A Estatal Eficaz - Mito ou Possibilidade?** Curitiba: Cultura, 1983.

HÜBERT, I. H. **Ingo Henrique Hübert**. São Paulo, 2019. Disponível em <<https://www.consultasocio.com/q/sa/ingo-henrique-hubert>> Acesso em 20 jul. 2019.

HUNZICKER, E. J. **Conhecendo nossa história** - Cícero Gonçalves Marques. Morretes, 2013. Disponível em <<http://ohistoriadormorretense.blogspot.com/2013/07/conhecendo-nossa-historia.html>> Acesso em 04 jul. 2019.

IMPACTO PARANÁ. **Exclusivo! Deputado e dama da sociedade denunciados por diversos crimes.** Curitiba, 2011. Disponível em <<http://impactoprdiario.blogspot.com/2011/11/exclusivo-deputado-e-dama-da-sociedade.html>> Acesso em 7 mai. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Petróleo: da crise aos carros flex.** Brasília, 2010. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2321:catid=28&Itemid=23> Acesso em 02 jul. 2019.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTOS – IHGS. **Francisco Saturnino Rodrigues de Brito.** Santos, [20--]. Disponível em <<http://www.ihgs.com.br/cadeiras/patronos/franciscosaturninobrito.html>> Acesso em 02 jul. 2019.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA. **Quem é o novo presidente da Funai.** São Paulo, 1999. Disponível em <https://site-antigo.socioambiental.org/website/parabolicas/edicoes/edicao55/b_mares.htm> Acesso em 25 mai. 2019.

JORNAL DO ÔNIBUS DE CURITIBA. **Jozélia Nogueira assume Procuradoria-geral.** Curitiba, 2013. Disponível em <<http://www.jornaloonibusdecuitiba.com.br/noticia/12889/jozelia-nogueira-assume-procuradoria-geral.html>> Acesso em 28 abr. 2019.

JORNAL ILHA CAPITAL. **Esgoto** – uma pequena história. Florianópolis, 2012. Disponível em <http://www.ilhacap.com.br/edicao_janeiro13/esgotos1.html> Acesso em 14 jan. 2017.

JUSBRASIL. **Andamento do Processo n. 0001263-81.2014.5.09.0008** - RTOrd - 18/06/2015 do TRT-9. Curitiba, 2015. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/200002519/andamento-do-processo-n-0001263-8120145090008-rtord-18-06-2015-do-trt-9?ref=topic_feed> Acesso em 21 mai. 2019.

JUSBRASIL. **Andamento do Processo n. 2013/0289373-0 - Inquérito - 06/08/2015 do STJ.** Curitiba, 2015. Disponível em <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/216909882/andamento-do-processo-n-2013-0289373-0-inquerito-06-08-2015-do-stj?ref=topic-lawsuit>> Acesso em 8 mai. 2019.

JUSBRASIL. **Página 10 da Normal Executivo do Diário Oficial do Estado do Paraná (DOEPR) de 2 de Maio de 2019.** Curitiba, 2019. Disponível em <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/239799200/doespr-caderno-normal-executivo-02-05-2019-pg-10>> Acesso em 21 jun. 2019.

JUSBRASIL. **Página 11 da Normal Executivo do Diário Oficial do Estado do Paraná (DOEPR) de 25 de Maio de 2018**. Curitiba, 2018. Disponível em <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/192231948/doespr-caderno-normal-executivo-25-05-2018-pg-11>> Acesso em 21 de jun. 2019.

JUSBRASIL. **Tribunal de Contas do Estado do Paraná TCE-PR: 1386212010**. Curitiba, 2014. Disponível em <<https://tce-pr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/425863264/1386212010>> Acesso em 20 mai. 2019.

JUSTIFICANDO. **Juristas assinam manifesto em apoio à Dilma Rousseff**. São Paulo, 2014. Disponível em <<http://justificando.cartacapital.com.br/2014/10/09/juristas-assinam-manifesto-em-apoio-dilma-rousseff/>> Acesso em 23 mai. 2019.

JUSTUS, N. **Nelson Justus participa da Posse do novo Secretário de Administração de Guaratuba, Roberto Cordeiro Justus**. Guaratuba, 2015. Disponível em <<http://www.nelsonjustus.com.br/index.php?Secao=Nelson.Mostra&news=1178>> Acesso em 20 jul. 2019.

KLINK, J.; SOUZA, M. B. Financeirização: conceitos, experiências e a relevância para o campo do planejamento urbano brasileiro. **Cadernos Metr pole**, São Paulo, v. 19, n. 39, pp. 379-406, mai./ago. 2017.

KOMARCHESQUI, B. **Justiça bloqueia bens de prefeito e do escritório de filhos de deputado**. Curitiba, 2013. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-bloqueia-bens-de-prefeito-e-do-escritorio-de-filhos-de-deputado-0adeco0wl2j0wuowlk4j0n7ta>> Acesso em 5 mai. 2019.

LABACHE, L.; SAINT-MARTIN, M. Fronteiras, trajetórias e experiências de ruptura. **Educa o e Sociedade**, Campinas, vol 29, n  103, pp. 333-354, mai./ago. 2008.

LAGINSKI, F. **Saneamento básico está estagnado**. Curitiba, 2009. Disponível em <<https://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/saneamento-basico-esta-estagnado/>> Acesso em 02 jul. 2019.

LAIBIDA, D. C. R. **Requião tem razão?** Homem político e discursos: um estudo sobre a trajetória política de Roberto Requião de Melo e Silva. 329 f. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

LAIBIDA, L. D. J. **Raposas e outsiders no futebol paranaense**: um estudo sobre rela es de poder e genealogia. 288 f. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

LEFEBVRE, H. **A revolu o urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEITÓLES, F. **Orlando Pessuti toma posse como governador do PR**. Curitiba, 2010. Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/orlando-pessuti-toma-posse-como-governador-do-pr-0lcsxskctcm8u9zrfvslit7bi/>> Acesso em 22 abr. 2019.

LENCIONI, S. Referências analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana. In: LENCIONI, S.; VIDAL-KOPPMAN, S.; PEREIRA, P.C.X. (orgs). **Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago**. São Paulo: FAU-USP, 2011.

LEONETI, A. B.; PRADO, E. L.; OLIVEIRA, S. V. W. B. Saneamento básico no Brasil: considerações sobre investimentos e sustentabilidade para o século XXI. **RAP**, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 2, pp. Mar./abr. 2011.

LERNER, J. **Legados de Miguel Salomão**. Curitiba, 2016. Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/legados-de-miguel-salomao-8kv8q03wj6dnq3dkldj7ppyms/>> Acesso em 20 jul. 2019.

LEWIN, L. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIGAFUTSAL. **Atletas / #7 Vinícius Mazoni**. São Paulo, 2016. Disponível em <<http://ligafutsal.com.br/atletas/vinicius-magalhaes-mazoni/>> Acesso em 23 abr. 2019.

LIMA, C. C. **Caso Pavibrás deve forçar Sanepar a mudar licitações**. Curitiba, 2007. Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/caso-pavibras-deve-forcar-sanepar-a-mudar-licitacoes-aflb5ryds7ditt7ruenv5qp8u/>> Acesso em 13 abr. 2019.

LIMA, C. **Ex-prefeito Ivan sofre dois bloqueios judiciais**. São José dos Pinhais, 2015. Disponível em <<http://www.cristianolima.com/2015/10/ex-prefeito-ivan-sofre-dois-bloqueios-judiciais/>> Acesso em 21 jul. 2019.

LOPES, J. M. **Sócios acusam o Jockey de fraude**. Curitiba, 2009 Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/socios-acusam-o-jockey-de-fraude-bk1dw0zfqwsgf9phvu5q1no7i>> Acesso em 10 abr. 2019.

LOPES, M. E. L.; SOBRINHO, M. D.; COSTA, S. F. G. Contribuições da sociologia de Bourdieu para o estudo do subcampo da enfermagem. **Texto contexto**, Florianópolis, vol.22, nº 3, pp.819-825, jul./set. 2013.

LOPES, R. **Presidente do Sinduscon deve assumir Obras**. Londrina, 2007. Disponível em <<https://www.folhadelondrina.com.br/politica/presidente-do-sinduscon-deve-assumir-obras-600822.html>> Acesso em 20 mai. 2019.

LUNA, C. **Carvalho, Carlos Augusto de**. Rio de Janeiro, [S/d]. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARVALHO,%20Carlos%20Augusto%20de.pdf>> Acesso em 04 jul. 2019.

MACEDO, F. **TRF dá decisão contra Requião**. São Paulo, 2008. Disponível em <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,trf-da-decisao-contrarequiiao,117922>> Acesso em 28 abr. 2019.

MACEDO, F.; TAVARES, B. **Ex-assessor da Infraero ganhou até apartamento de empreiteira, diz PF**. São Paulo, 2010. Disponível em <<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,ex-assessor-da-infraero-ganhou-ate-apartamento-de-empreiteira-diz-pf,504541>> Acesso em 23 jun. 2019.

MACHADO E MARÉS ADVOCACIA. **Machado e Marés Advocacia**. Curitiba, 2019. Disponível em <https://www.maresadvocacia.com/>. Acesso em 24 mai. 2019.

MAISRO. **Domingo no Fantástico e Super Star: Rondônia mostrada de forma positiva de novo!** Porto Velho, 2015. Disponível em <<https://maisro.com.br/domingo-no-fantastico-e-super-star-rondonia-mostrada-de-forma-positiva-de-novo/>> Acesso em 16 jun. 2019.

MARÉS, C. **MP aponta 84 cargos comissionados ilegais na Sanepar e na Cohapar**. Curitiba, 2015. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/mp-aponta-84-cargos-comissionados-ilegais-na-sanepar-e-na-cohapar-c1e5dqpprnuz4qqufn2kgib3t>> Acesso em 23 set. 2019.

MARIANI, E. J. A trajetória da implantação do neoliberalismo. **Revista Urutágua**, Maringá, nº 13, pp.1-7, ago./set./out./nov. 2007.

MARQUES, E. C. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 14, nº 41, p. 45-67, out. 1999.

MARTINS, J. C. **O prédio da Santa Casa de Misericórdia**. Curitiba, 2013. Disponível em <https://www.cmc.pr.gov.br/ass_det_print.php?not=20589> Acesso em 04 jul. 2019.

MATHEUS, R. B. **Um barão inusitado: A história de Chico Castellano**. [S/I], 2014. Disponível em <<http://parquedaciencia.blogspot.com/2014/05/um-barao-inusitado-historia-de-chico.html>> Acesso em 07 jul. 2019.

MATOS, H. **Capital social e comunicação: interfaces e articulações**. São Paulo: Summus, 2009.

MATTOS FILHO. **Kevin Michael Altit**. São Paulo, 2018. Disponível em <<https://www.mattosfilho.com.br/pages/curriculo/nID/225/Advogado/kevin-michael-altit>> Acesso em 23 jun. 2019.

MAZONI, E. M. C. M. **Emilia Maria do Carmo Magalhaes Mazoni**. [S/I], 2019. Disponível em <<https://www.escavador.com/sobre/351883946/emilia-maria-do-carmo-magalhaes-mazoni>> Acesso em 23 abr. 2019..

MAZONI, E. M. C. M. **Emília Maria Do Carmo Magalhaes Mazoni**. [S/l], 2019 b. Disponível em <<https://www.consultasocio.com/q/sa/emilia-maria-do-carmo-magalhaes-mazoni>> Acesso em 23 abr. 2019.

MAZONI, E. M. **Emilia Magalhaes Mazoni**. [S/l], 2019 a. Disponível em <<https://www.facebook.com/emilia.magalhaesmazoni/about?lst=100002217403410%3A100003694256918%3A1556031268§ion=relationship>> Acesso em 23 abr. 2019.

MAZZA, L. G. **Derradeira esperança**. Londrina, 2004. Disponível em <<http://www.folhadelondrina.com.br/politica/luiz-geraldo-mazza-502606.html>> Acesso em 09 abr. 2019.

MEIRELLES, S. **Pós-Graduação em Direito comemora 30 anos**. Curitiba, 2012. Disponível em <<http://www.ufpr.br/portalufpr/blog/noticias/pos-graduacao-em-direito-comemora-30-anos-2/>> Acesso em 24 abr. 2019.

MEMÓRIAS PARANÁ. **Francisco Borsari Netto (2016) Engenharia – Jaboticabal – São Paulo**. Curitiba, 2016. Disponível em <<http://memoriasparana.com.br/francisco-borsari-netto-2016/>> Acesso em 02 jul. 2019.

MENDONÇA, D. **Barão da bosta**. Curitiba, 2014. Disponível em <<https://www.tribunapr.com.br/blogs/dante-mendonca/barao-da-bosta/>> Acesso em 07 jul. 2019.

MENDONÇA, D. **Por que saiu, saiu por quê?**. Curitiba, 2007. Disponível em <<https://www.tribunapr.com.br/blogs/dante-mendonca/por-que-saiu-saiu-por-que/>> Acesso em 19 abr. 2019.

MEU CONGRESSO NACIONAL. **Candidatos eleições 2014**. [S/l], 2014. Disponível em <<http://meucongressonacional.com/eleicoes2014/empresa/WZGJHLHLGIX>> Acesso em 20 jul. 2019.

MILLS, C. W. **Anatomia do poder**. Marselha, 2012. Disponível em <<https://diplomatie.org.br/anatomia-do-poder/>> Acesso em 06 fev. 2020.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – MJ. **Relatório (Operação Sinapse)**. Curitiba, 2013. Disponível em <<https://pt.slideshare.net/arykara7002/relatorio-sinapse>> Acesso em 21 jul. 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ – MP-PR. **Luiz Carlos Delazari**. Curitiba. Disponível em <<http://www.memorial.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=48>> Acesso em 28 mai. 2019.

MONTEIRO, J. M. **10 lições sobre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2019.

MONTEIRO, J. M. Parentesco e representação política: a força do capital político familiar na 54ª legislatura no Congresso Nacional. **Revista NEP**, Curitiba, v.2, nº 2, p. 561-579, mai. 2016.

MORAIS, E. **Lulinha assume diretoria na Itaipu**. Curitiba, 2016. Disponível em <<https://www.esmaelmorais.com.br/2016/04/lulinha-assume-diretoria-na-itaipu>> Acesso em 28 mai. 2019.

MORAIS, E. **Ministério Público confirma farra com cargos comissionados na Sanepar**. Curitiba, 2015. Disponível em <<http://www.esmaelmorais.com.br/2015/04/ministerio-publico-confirma-farra-com-cargos-comissionados-na-sanepar/>> Acesso em 23 set. 2019.

MORAIS, E. **Morre Luiz Carlos Delazari, advogado de ex-presos políticos do Paraná**. Curitiba, 2014. Disponível em <<https://www.esmaelmorais.com.br/2014/10/morre-luiz-carlos-delazari-advogado-de-ex-presos-politicos-do-parana/>> Acesso em 28 mai. 2019.

MORAIS, E. **Professores na miséria, já o sobrinho de Flávio Arns...** Curitiba, 2013. Disponível em <<https://www.esmaelmorais.com.br/2013/02/professores-na-miseria-ja-o-sobrinho-de-flavio-arns/>> Acesso em 19 abr. 2019.

MORAIS, E. **Vice de Greca será do PSB**. Curitiba, 2016. Disponível em <<https://www.esmaelmorais.com.br/2016/07/vice-de-greca-sera-do-psb/>> Acesso em 20 jul. 2019.

MOREIRA, T. A hora e a vez do saneamento. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 5, nº10, pp. 189-216, dez. 1998.

MOREIRA, T. A hora e a vez do saneamento. **Revista do BNDES**, vol.5, n.10, pp.186-216, dez. 1998.

MURARA, C. **Sanepar começa a vender ações até julho**. Curitiba, 1998. Disponível em <<https://www.folhadelondrina.com.br/economia/sanepar-comeca-a-vender-acoes-ate-julho-59200.html>> Acesso em 17 out. 2016.

NAKAMURA, S. M. **Sandra Mayumi Nakamura**. São Paulo, 2019. Disponível em <<https://www.consultasocio.com/q/sa/sandra-mayumi-nakamura>> Acesso em 22 jul. 2019.

NICOLAS, M. **Julio Rocha Xavier**. Curitiba, 1954. Disponível em <<http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/88-julio-rocha-xavier>> Acesso em 09 abr. 2019.

NOGARA, D. B. P. **Dinorah Botto Portugal Nogara – Processos**. [S/l], 2019. Disponível em <<https://www.escavador.com/sobre/285167612/dinorah-botto-portugal-nogara/processos>> Acesso em 15 abr. 2019.

NOVO processo contra Lupion: negociata com banco paulista. **Última hora**, Curitiba, 3 out. 1962, p. 4.

NOVO processo contra Lupion: negociata com banco paulista. **Última hora**, Curitiba, 3 out. 1962, p. 4.

O ESTADO DO PARANÁ. **Berberi assume a presidência do Ipem**. Curitiba, 2006. Disponível em <<https://www.tribunapr.com.br/noticias/economia/berberi-assume-a-presidencia-do-ipem/>> Acesso em 23 mai. 2019.

O GLOBO. **Entenda a diferença entre ações preferenciais e ordinárias**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/economia/entenda-diferenca-entre-acoes-preferenciais-ordinarias-4549107>> Acesso em 13 jul. 2019.

O POVO ONLINE. **Entenda o caso Banestado, ponto de partida da série "O Mecanismo", da Netflix**. Fortaleza, 2018. Disponível em <<https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2018/03/entenda-o-que-foi-o-caso-do-banestado-narrado-em-o-mecanismo.html>> Acesso em 20 jul. 2019.

OLIVEIRA, M. R. **A regulamentação dos serviços de água e esgoto no século XIX: uma abordagem sobre o desempenho institucional da Câmara Municipal de Curitiba (1871-1900)**. In: CONFERÊNCIA MEMÓRIA POLÍTICA DE CURITIBA, 1, **Anais...** Curitiba: Câmara Municipal de Curitiba / Escola do Legislativo, 2016, pp. 189-211.

OLIVEIRA, M. R. Dirigentes e dominantes: considerações sobre os integrantes do Conselho de Administração (CAAd) da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR). **Revista NEP**, Curitiba, v.3, n.3, p. 77-205, ago. 2017.

OLIVEIRA, M. R. Grupos políticos dominantes e políticas públicas: um estudo sobre o corpo administrativo da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) entre 2003 e 2014. **Revista NEP**, Curitiba, v. 2, nº 2, pp. 415-432, 2016.

OLIVEIRA, R. C. **Genealogia e prosopografia familiar dos candidatos presidenciais e do ministério Bolsonaro: as entranhas sociais e políticas do Brasil**. Curitiba, 2019. Disponível em: <https://www.academia.edu/39462906/Genealogia_e_Prosopografia_Familiar_dos_Candidatos_Presidenciais_e_do_Minist%C3%A9rio_Bolsonaro_as_entranhas_sociais_e_pol%C3%ADticas_do_Brasil?auto=download> Acesso em 14 fev. 2020.

OLIVEIRA, R. C. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. **Sociologias**, Porto Alegre, n.18, pp.150-169, jun./dez. 2007.

OLIVEIRA, R. C. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. **Sociologias**, Porto Alegre, n.18, pp.150-169, jun/dez 2007.

OLIVEIRA, R. C. **Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil**. Curitiba: Insigth, 2012.

OLIVEIRA, R. C. **O silêncio dos vencedores**. Genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho de Vento, 2001.

OLIVEIRA, R. C. Redes de Nepotismo como processo de produção e reprodução de desigualdades. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS, 33, 2009, Caxambu. **Anais, Resumos, Proceedings, entre outros**. Caxambu: ANPOCS,

2009. p. 1-30. Disponível em <<https://anpocs.com/index.php/papers-33-encontro/gt-28/gt14-20/1921-ricardooliveira-redes/file>> Acesso em 8 mai. 2019.

OLIVEIRA, R. C.; MONTEIRO, J. M.; GOULART, M. H. H. S.; VANALI, A. C. Operação “Lava-jato” e o primeiro Ministério Temer. In.: VANALI, A. C.; OLIVEIRA, R. C. (orgs). **Instituições e poder político**. Curitiba: Prismas, 2017.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL / PARANÁ – OAB-PR. **Tomam posse os novos membros da Comissão de Advocacia Pública**. Curitiba, 2016. Disponível em <<https://www.oabpr.org.br/tomam-posse-os-novos-membros-da-comissao-de-advocacia-publica/>> Acesso em 28 abr. 2019.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-SECCIONAL PARANÁ / OAB-PR. **Governador Orlando Pessuti nomeia novo procurador-geral do Estado**. Curitiba, 2010. Disponível em <<https://www.oabpr.org.br/governador-orlando-pessuti-nomeia-novo-procurador-geral-do-estado/>> Acesso em 23 mai. 2019.

ORTOLAN, F. A. **Casa Nelson Imthon Bueno**. Curitiba, 2017. Disponível em <http://www.fotografandocuritiba.com.br/2017/03/casa-nelson-imthon-bueno.html>; Acesso em 24 abr. 2019.

OUTRAS PALAVRAS. **Nathalie Beghin**. São Paulo, 2019. Disponível em <<https://outraspalavras.net/author/nathalie-beghin/>> Acesso em 21 jul. 2019.

P.H. XAVIER & ADVOGADOS ASSOCIADOS. **Advogados**. Curitiba, 2016. Disponível em <<http://www.phxavier.com.br/advogados.html>> Acesso em 09 abr. 2019.

PARANÁ (Estado). Decreto nº 452, de 13 de fevereiro de 2003. Declara a ineficácia da indevida apropriação do controle de gestão da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR por um grupo privado. **Legislação do Estado do Paraná**, 15 julho 2003. Disponível em <<http://www.leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-452-2003-parana-declara-a-ineficacia-da-indevida-apropriacao-do-controle-de-gestao-da-companhia-de-saneamento-do-parana-sanepar-por-um-grupo-privado>> Acesso em 02 jul. 2019.

PARANÁ PALACE HOTEL. **Paraná Palace Hotel**. Campo Mourão, 2011. Disponível em <<http://paranapalace.com.br/wp/>> Acesso em 15 jun. 2019.

PARANÁ. Casa Civil. **Jaime Lerner**. Curitiba, [20--]. Disponível em <<http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=91>> Acesso em 02 jul. 2019.

PARANÁ. Casa Civil. **Moysés Lupion**. Curitiba, 1994. Disponível em <<http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=57>> Acesso em 02 jul. 2019.

PARANÁ. Casa Civil. **Vicente Machado da Silva Lima**. Curitiba, 1994 a. Disponível em <<http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=36>> Acesso em 02 jul. 2019.

PARANÁ. **Decreto nº 6557, de 10 de maio de 2006**. Curitiba, 2006. Disponível em <<http://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-6557-2006-parana-nomeacao-de-cleonice-miranda-de-andrade-para-o-cargo-de-assistente-da-casa-civil-cc-e-exoneracao-de-arnalda-mello?r=p>> Acesso em 21 jun. 2019.

PARANÁ. Secretaria d'Estado e Negócios de Obras Públicas e Colonização. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Vicente Machado da Silva Lima, Presidente do Estado do Paraná, pelo Secretário d'Estado e Negócios de Obras Públicas e Colonização Joaquim P. Pinto Chichorro Júnior**. Curitiba: Typographia d'A Republica, 1905.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB. **Filiação partidária ao PMDB** – Partido do Movimento Democrático Brasileiro em Curitiba/PR. Curitiba, 2016. Disponível em <<http://curitiba.pr.filiaweb.com/filiados/pmdb?page=4>> Acesso em 21 mai. 2019.

PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT. **Filiação Partidária ao PT** – Partido dos Trabalhadores em Matinhos/PR. Curitiba, 2016, Disponível em <<http://matinhos.pr.filiaweb.com/filiados/pt>> Acesso em 23 mai. 2019.

PAULA, J. **Requião quer fechar a Sanepar e abrir estatal para o setor**. Paranaíba, 2009. Disponível em <<http://joaquimdepaula.com.br/index.php/2009/07/requiao-quer-fechar-a-sanepar-e-abrir-estatal-para-o-setor/>> Acesso em 02 jul. 2019.

PEREIRA F. M.; OLIVEIRA, M. R. Estruturas familiares na Prefeitura Municipal de Curitiba: uma prosopografia do secretariado de primeiro escalão do governo de Rafael Greca de Macedo no início de 2017. **Revista NEP**, Curitiba, v.3, n.1, p. 238-267, ago. 2017.

PEREIRA GIONÉDIS ADVOGADOS. **Giovani Gionédis**. Curitiba, [201-]. Disponível em <<http://www.pereiragionedis.com.br/advogado.php?adv=98>> Acesso em 02 jul. 2019.

PEREIRA, F. M. Classes sociais e hereditariedade: fundamentos sociológicos. In: OLIVEIRA, R. C. (org). **Família importa e explica**: Instituições políticas e parentesco no Brasil. Curitiba: Liber Ars, 2018.

PEREIRA, I. A. **Homenagem a Guido Arzua**: O 'MR. Rotary". Curitiba, 2000. Disponível em <<http://www.curitibaoste.org.br/web.asp?RotaSource=1&gestao=0&categ=padrao&id=15>> Acesso em 22 abr. 2019.

PEREIRA, M. **Biografia de Adolpho Lamenha Lins**. Morretes, 2013. Disponível em <<http://triquimmalucelli.blogspot.com/2013/06/adolpho-lamenha-lins.html>> Acesso em 04 jul. 2019.

PEREIRA, M. **Marcia Pereira**. São José dos Campos, 2019. Disponível em <<https://www.facebook.com/marcia.pereira.1401?lst=100002217403410%3A100002090854550%3A1518050436>> Acesso em 23 mai. 2019.

PEREIRA, R. **Intervenção vira grande confusão em Paranaguá.** Paranaguá, 2008. Disponível em <<https://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/intervencao-vira-grande-confusao-em-paranagua/>> Acesso em 23 mai. 2019.

PEREIRA, R. **Justiça condena Giovani Gionédís a 4 anos e meio de prisão.** Curitiba, 2008. Disponível em <<https://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/justica-condena-giovani-gionedis-a-4-anos-e-meio-de-prisao/>> Acesso em 20 jul. 2019.

PEREZ, A. **Ney Braga, ou a arte de fazer amizades.** Curitiba, 2008. Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/ney-braga-ou-a-arte-de-fazer-amizades-bcj5hykkiowfvo26qg83erpe6/>> Acesso em 02 jul. 2019.

PINHEIRO, A. **Secretário de Segurança Pública do Paraná deve ser afastado.** São Paulo, 2007. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2007-ago-03/secretario_seguranca_parana_afastado>. Acesso em 28 mai. 2019.

PINTO, J. P. **Janaina Portugal Pinto.** Londres, 2019. Disponível em <<https://www.facebook.com/janaina.portugal/about?lst=100002217403410%3A678180482%3A1518120162>> Acesso em 23 mai. 2019.

POLÍTICA EM DEBATE. **Coordenador financeiro de campanha de Requião é multado pelo TCE.** Curitiba, 2014. Disponível em <<https://www.bemparana.com.br/blog/politicaemdebate/post/coordenador-financeiro-de-campanha-de-requiao-e-multado-pelo-tce#.XL4faTBKjIV>> Acesso em 22 abr. 2019.

POMBO, L. **Empresa francesa põe ações da Sanepar à venda.** Londrina, 2007. Disponível em <<http://www.folhadelondrina.com.br/politica/empresa-francesa-poe-acoes-da-sanepar-a-venda-621449.html>> Acesso em 30 abr. 2019.

PORTAL TUDO **Relembre quem foram os prefeitos de Ibiporã.** Ibiporã, 2019. Disponível em <<http://portaltudo.com.br/relembre-quem-foram-os-prefeitos-de-ibipora/>> Acesso em 5 mai. 2019.

PORTUGAL PINTO, D. **Daniel Portugal Pinto.** [S/I], 2019. Disponível em <<https://www.consultasocio.com/q/sa/daniel-portugal-pinto>> Acesso em 23 mai. 2019.

PORTUGAL, M. G. **Maria das Graças Portugal.** [S/I], 2019. Disponível em <<https://www.facebook.com/mariadasgracas.portugal.7/about?lst=100002217403410%3A1511862632%3A1518120322>> Acesso em 23 mai. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPORÃ. **APMIF tem programa de formação para as mães.** Ibiporã, 2010. Disponível em <<http://www.ibipora.pr.gov.br/noticia/detalhar/6509>> Acesso em 5 mai. 2019..

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPORÃ. **Inauguração da UBS do John Kennedy.** Ibiporã, 2012. Disponível em <<http://www.ibipora.pr.gov.br/noticia/detalhar/20176>> Acesso em 5 mai. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPORÃ. **Nota de falecimento**. Ibiporã, 2015. Disponível em <<http://www.ibipora.pr.gov.br/noticia/detalhar/28981>> Acesso em 4 mai. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO TRIUNFO. **Galeria de prefeitos**. São João do Triunfo, 2019. Disponível em <<http://sjtriunfo.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368gpb0>> Acesso em 19 abr. 2019.

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO – PGE. **Em reunião no Palácio do Iguçu, Procurador Geral do Estado apresenta as realizações da PGE em 2012, e o planejamento para 2013**. Curitiba, 2012 Disponível em <<http://www.pge.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=265>> Acesso em 28 abr. 2019.

QRZ.COM. **PY4CB**. [S/l], 2017. Disponível em <<https://www.qrz.com/db/PY4CB/?mlab>> Acesso em 02 jul. 2019.

QUEIRÓZ, L. Marcos Mazoni deixa o Serpro depois de oito anos no comando da estatal. [S/l], 2015. Disponível em <<http://www.convergenciadigital.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=site&inford=39530&sid=11&utm%25252525252525255Fmedium>> Acesso em 22 abr. 2019.

RAGGIO, A. M. B. **Armando Martinho Bardou Raggio**. [S/l], 2019. Disponível em <<https://www.escavador.com/sobre/1190152/armando-martinho-bardou-raggio>> Acesso em 21 jul. 2019.

RCL. **Rafael Andreguetto**. Curitiba, 2017. Disponível em <<http://www.rclplanejamento.com.br/rafael-andreguetto/>> Acesso em 27 abr. 2017.

RECONDUZIDO o Dr. Evandro de Menezes como presidente da Caixa Econômica do Paraná. Novo diretor o Dr. Júlio Rocha Xavier. **A divulgação**, Curitiba, set. 1956, p. 30.

REIS, A. L. C. **Imigração polonesa no território paranaense** – Aspectos culturais e distribuição espacial das colônias polonesas no espaço geográfico paranaense. Curitiba, 2009. Disponível em <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1756-8.pdf>> Acesso em 07 jul. 2019.

REQUIÃO, R. **Trajectoria**. Curitiba, 2010. Disponível em <<http://www.robertorequiiao.com.br/trajectoria-2/>> Acesso em 21 jul. 2019.

RIBEIRO, J. W.; ROOKE, J. M. S. **Saneamento básico e sua relação com o meio ambiente e a saúde**. 36 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Análise Ambiental), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

RIGOLON, F.; GIAMBIAGI, F. A Renegociação das Dívidas e o Regime Fiscal dos Estados. In: GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. (orgs.). **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

RIPARDO, S. **Liminar suspende o leilão de privatização da Copel**. São Paulo, 2001. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u34028.shtml> Acesso em 20 jul. 2019.

RITZMANN, B. **Eleita nova diretoria da APEP**. Curitiba, 2016. Disponível em <http://www.tribunapr.com.br/blogs/bebel-ritzmann/eleita-nova-diretoria-da-apep/> Acesso em 28 abr. 2019.

ROSSONI, V. **Oposição vai avaliar negócio suspeito da Sanepar**. Brasília, 2007. Disponível em <http://www.valdirrossoni.com.br/sala-de-imprensa/noticias/oposicao-vai-avaliar-negocio-suspeito-da-sanepar> Acesso em 30 abr. 2019.

ROTARY DE CURITIBA OESTE. **História do Distrito 4730**. Curitiba, 2019. Disponível em <http://www.curitibaoeste.org.br/web.asp?RotaSource=3&gestao=0&categ=distrito4730&id=1> Acesso em 24 abr. 2019.

ROUSSEAU, J. **Do contrato social**. Natal, 2002. Disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_rousseau_contrato_social.pdf Acesso em 30 jan. 2020.

SABATELLA, I. R. **Iwan Ribeiro Sabatella**. Curitiba, 2019 a. Disponível em <https://br.linkedin.com/in/iwan-ribeiro-sabatella-217189> Acesso em 23 mai. 2019.

SABATELLA, M. L. P. **Maria Lucia Prado Sabatella**. Curitiba, 2019 b. Disponível em <https://www.facebook.com/msabatella?pnref=about.family> Acesso em 23 mai. 2019.

SABATELLA, M. R. **Marilza Ribeiro Sabatella**. Curitiba, 2019. Disponível em <https://www.facebook.com/profile.php?id=100008393685375&lst=100002217403410%3A100008393685375%3A1518049858> Acesso em 21 mai. 2019.

SAES, R. **CPI do Porto investiga tráfico de influência**. Londrina, 2004. Disponível em <http://www.folhadelondrina.com.br/politica/cpi-do-porto-investiga-traffic-de-influencia-493413.html> Acesso em 10 abr. 2019.

SAINT-MARTIN, M. Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França. **TOMO**, Aracaju, nº 13, p. 43-73, jul./dez. 2008.

SAINT-MARTIN, M. Reversões e reestruturações das elites: o caso da aristocracia francesa. **Análise Social**, Lisboa, vol xxx, nº 134, p. 1023-1039, [S/d] 1995.

SAIS, R. **STJ mantém controle da Dominó na Sanepar**. Londrina, 2004. Disponível em <<https://www.folhadelondrina.com.br/politica/stj-mantem-controle-da-domino-na-sanepar-501021.html>> Acesso em 02 jul. 2019.

SANCHOTENE, M. **Denúncia contra Sanepar será apurada em um mês**. Curitiba, 2007. Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/denuncia-contra-sanepar-sera-apurada-em-um-mes-aet8ah3v9952hrihr688pv1ou/>> Acesso em 30 abr. 2019.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, nº 63, p. 237-280, out. 2002.

SANTOS, F. V. Tampe bem o seu tonel. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, pp. 88-89, out. 2008.

SANTOS, I. **Requião perde mais uma na briga com o Dominó**. Curitiba, 2007. Disponível em <<https://www.bemparana.com.br/noticia/requiao-perde-mais-uma-na-briga-com-o-domino-46522#.XRtSButKjIU>> Acesso em 02 jul. 2019.

SANTOS, M. C. **Evolução histórica e tecnológica do saneamento do Paraná**. Curitiba, [201-]. Disponível em <http://www.rioiguacu.pr.gov.br/arquivos/File/Historia_Saneamento_Parana.pdf> Acesso em 04 jul. 2019.

SANTOS, M. R. **Do tamanho do mundo**. Curitiba, 2009. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/do-tamanho-do-mundo-blvp4h8gteudv4yy3qzsl9aoe>> Acesso em 19 abr. 2019.

SAUER, S. **Morre Darcy Deitos, o deputado constituinte**. Campo Mourão, 2013. Disponível em <<http://www.bocasanta.com.br/index.php?p=YWxyb3RsaXMvbWlyb3RhaUB6aHo6666YWQ9NjY2MDk3Jmx1bW90ZV9vZGFjaWU9OTkyNkA>> Acesso em 15 jun. 2019.

SCHUSTER, Z. L. L. **Sanepar ano 30: resgate da memória do saneamento básico do Paraná**. Curitiba: Logos Press, 1994.

SCORTECCIE, C.; DUARTE, M. **Heron Arzua vai para assessoria especial e Bueno assume Fazenda**. Londrina, 2007. Disponível em <<http://www.folhadelondrina.com.br/politica/heron-arzua-vai-para-assessoria-especial-e-bueno-assume-fazenda-605175.html>> Acesso em 22 abr. 2019.

SENADO FEDERAL. **Transparência / Roberto Requião – PR**. Brasília, 2016. Disponível em <<http://www6g.senado.leg.br/transparencia/sen/72/pessoal/?local=escritorio&ano=2016>> Acesso em 22 abr. 2019.

SENSAGENT. **Marcos Vinícius Ferreira Mazoni**. [S/I], 2013. Disponível em <<http://dicionario.sensagent.com/Marcos%20Vin%C3%ADcius%20Ferreira%20Mazoni/pt-pt/>> Acesso em 22 abr. 2019.

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SEPRO (2015). **Marcos Mazoni é reconduzido à presidência do Serpro**. Brasília, 2015. Disponível em <<http://www.serpro.gov.br/menu/noticias/noticias-antigas/noticias-2015/mazoni-reconduzido-a-presidencia-do-serpro>> Acesso em 23 abr. 2019.

SILVEIRA, M. L. Metrôpoles do terceiro mundo: da história ao método, do método à história. In: DA SILVA, C. A.; CAMPOS, A. (orgs.). **Metrôpoles em mutação**: dinâmicas territoriais, relações de poder e vida coletiva. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2008.

SIMÕES, D. **Saneamento básico trouxe R\$ 146 bilhões de benefício econômico em dez anos**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em <<http://epoca.globo.com/economia/noticia/2017/05/saneamento-basico-trouxe-r-146-bilhoes-de-beneficio-economico-em-dez-anos.html>> Acesso em 02 jul. 2019.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO DO PARANÁ / SINDUSCON-PR. **Diretoria SINDUSCON-PR triênio 2017/2019**. Curitiba, 2019. Disponível em <<https://sindusconpr.com.br/diretoria>> Acesso em 20 mai. 2019.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SANEAMENTO – SEAMAC. **Companheiro Hamilton continua no CAd**. Cascavel, 2011. Disponível em <<http://saemac.blogspot.com/2011/04/companheiro-hamilton-continua-no-cad.html#>> Acesso em 22 jul. 2019.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Contexto, 1998.

SIQUEIRA, T. **Vice-prefeito de São Mateus do Sul Clóvis Distéfano é pré-candidato a prefeito pelo PSC**. São Mateus do Sul, 2016. Disponível em <<http://www.gazetainformativa.com.br/vice-prefeito-de-sao-mateus-do-sul-clovis-distefano-e-pre-candidato-a-prefeito-pelo-psc/>> Acesso em 19 abr. 2019.

SOUZA FILHO, C. F. M. **A função social da terra**. Porto Alegre: SAFE, 2003.

SOUZA FILHO, C. F. M. **Bens culturais e sua proteção jurídica**. Curitiba, Juruá, 2005.

SOUZA FILHO, C. F. M. **Carlos Frederico Mares de Souza Filho**. Curitiba, 2019. Disponível em <https://www.escavador.com/sobre/8339474/carlos-frederico-mares-de-souza-filho>. Acesso em 24 mai. 2019.

SOUZA FILHO, C. F. M. **Depoimento para a História - A resistência à ditadura militar no Paraná**. Curitiba, 2016. Disponível em <http://www.dhpaz.org/dhpaz/depoimentos/detalhe/77/depoimento-para-a-historia-a-resistencia-a-ditadura-militar-no-parana>. Acesso em 25 mai. 2019.

SOUZA FILHO, C. F. M. **O renascer dos povos indígenas para o Direito**. Curitiba: Juruá, 2000.

SOUZA, C. Estado do campo' da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol.18, nº 51, p.15-20, fev. 2003.

SOUZA, F. M. **Biografia**. Curitiba, 2019. Disponível em <http://www.roteirodecinema.com.br/fernando/biografia.html>. Acesso em 25 mai. 2019.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira – ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: LeYa, 2015.

STONE, L. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, vol. 19, nº 39, pp. 115-137, jun. 2011.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, vol.40, n.1, pp.27-53, 2006.

TRIBUNA DO INTERIOR. **C. Mourão se despede de Darcy Deitos**. Campo Mourão, 2013. Disponível em <<https://www.tribunadointerior.com.br/noticia/c-mourao-se-despede-de-darcy-deitos>> Acesso em 15 jun. 2019.

TRIBUNA DO PARANÁ. **AL aprova, por unanimidade, fim do pacto de acionistas da Sanepar**. Curitiba, 2005. Disponível em <<https://www.tribunapr.com.br/noticias/al-aprova-por-unanimidade-fim-do-pacto-de-acionistas-da-sanepar/>> Acesso em 02 jul. 2019.

TRIBUNA DO PARANÁ. **Ex-governador Pessuti e ex-secretários devem restituir R\$ 3,13 milhões**. Curitiba, 2016. Disponível em <<https://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/ex-governador-pessuti-e-ex-secretarios-devem-restituir-r-313-milhoes/>> Acesso em 23 mai. 2019.

TRIBUNA DO PARANÁ. **Falecimentos do dia (02/04/2017)**. Curitiba, 2017. Disponível em <<https://www.tribunapr.com.br/noticias/falecimentos/falecimentos-02042017/>> Acesso em 20 jul. 2019.

TRIBUNA DO PARANÁ. **Falecimentos**. Curitiba, 2015. Disponível em <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/falecimentos/falecimentos-do-dia-30112015/>> Acesso em 24 abr. 2019.

TRIBUNA DO PARANÁ. **Homenagem a advogados com 50 anos de profissão**. Curitiba, 2011. Disponível em <<https://www.tribunapr.com.br/noticias/homenagem-a-advogados-com-50-anos-de-profissao/>> Acesso em 24 abr. 2019.

TRIBUNA DO PARANÁ. **Jurista questiona acordo para administrar Sanepar**. Curitiba, 2002. Disponível em <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/jurista-questiona-acordo-para-administrar-sanepar/>> Acesso em 09 abr. 2019.

TRIBUNA DO PARANÁ. **Justiça rejeita queixa-crime contra presidente do Conselho da Sanepar**. Curitiba, 2008. Disponível em <<https://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/justica-rejeita-queixa-crime-contra-presidente-do-conselho-da-sanepar/>> Acesso em 13 abr. 2019.

TRIBUNA DO PARANÁ. **Procurador critica nepotismo no Executivo estadual.** Curitiba, 2008 a. Disponível em <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/procurador-critica-nepotismo-no-executivo-estadual/>> Acesso em 19 abr. 2019.

TRIBUNA DO PARANÁ. **Procuradora se posiciona sobre Delazari.** Curitiba, 2003. Disponível em <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/procuradora-se-posiciona-sobre-delazari/>> Acesso em 28 mai. 2019.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU. **Acórdão nº 3186/2011** - TCU - 1ª Câmara. Brasília: TCU, 2011.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU. **Grupo II** – Classe I – Segunda Câmara TC 011.415/2006-2 [Apensos: TC 011.440/2006-5, TC 033.989/2010-9]. Brasília, 2014. Disponível em <<https://contas.tcu.gov.br/sagas/SvVisualizarRelVotoAcRtf?codFiltro=SAGAS-SESSAO-ENCERRADA&seOcultaPagina=S&item0=485532>> Acesso em 23 mai. 2019.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCE-MG. **Acórdão** – Segunda Câmara / Processo: 837140. Belo Horizonte, 2012. Disponível em <<http://tcjuris.tce.mg.gov.br/Nota/BuscarArquivo/185792>> Acesso em 23 mai. 2019.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ - TCE-PR (2016). **TCE pune ex-presidente da Celear por viagens contrárias ao interesse público.** Curitiba, 2016. Disponível em <<http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-pune-ex-presidente-da-celear-por-viagens-contrarias-ao-interesse-publico/4057/N>> Acesso em 23 abr. 2019.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ - TCE-PR. **Ex-prefeito de Ibiporã deve bancar R\$ 55,3 mil de encargos por atrasar repasses ao INSS.** Curitiba, 2017. Disponível em <[https://www1.tce.pr.gov.br/noticias/ex-prefeito-de-ibipora-deve-bancar-r\\$-553-mil-de-encargos-por-atrasar-repasses-ao-inss/5179/N](https://www1.tce.pr.gov.br/noticias/ex-prefeito-de-ibipora-deve-bancar-r$-553-mil-de-encargos-por-atrasar-repasses-ao-inss/5179/N)> Acesso em 3 abr. 2019.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ – TCE-PR. **Ex-secretário Hitoshi Nakamura terá de devolver R\$ 1,5 milhão, confirma TCE.** Curitiba, 2013. Disponível em <[http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/ex-secretario-hitoshi-nakamura-tera-de-devolver-r\\$-15-milhao-confirma-tce/2278/N](http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/ex-secretario-hitoshi-nakamura-tera-de-devolver-r$-15-milhao-confirma-tce/2278/N)> Acesso em 22 jul. 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA – TJ-RO. **Juíza recebe homenagem por legado de conciliação em Ji-Paraná.** Porto Velho, 2017. Disponível em <<https://www.tudorondonia.com/noticias/juiza-recebe-homenagem-por-legado-de-conciliacao-em-ji-parana,6449.shtml>> Acesso em 16 jun. 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ – TJ-PR. **Diário PR** - Tribunal de Justiça. Curitiba, 2014. Disponível em <<http://www.radaroficial.com.br/d/6356314003341312>> Acesso em 21 jul. 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ – TJ-PR. **Item V - Membros e Agentes Públicos.** Curitiba, 2015 a. Disponível em <https://portal.tjpr.jus.br/transparencia/AnexoV_1406_243.html> Acesso em 8 mai. 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ – TJ-PR. **Item V - Membros e Agentes Públicos.** Curitiba, 2015 b. Disponível em <https://portal.tjpr.jus.br/transparencia/AnexoV_1406_254.html> Acesso em 8 mai. 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ – TJ-PR. **Programação2.pdf** (versão 1.0). Curitiba, 2015. Disponível em <https://www.tjpr.jus.br/home?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&101_returnToFullPageURL=%2F&101_assetEntryId=5423009&101_type=document&redirect=https%3A%2F%2Fwww.tjpr.jus.br%2Fhome%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_groupId%3D0%26_3_keywords%3DAndreguetto%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch%26_3_redirect%3D%252F> Acesso em 21 jul. 2019.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ – TRE-PR **Tribunal Regional Eleitoral do Paraná 22/03/2019.** Curitiba, 2019. Disponível em <<https://www.escavador.com/diarios/840080/TRE-PR/trepr-padrao/2019-03-22?page=8>> Acesso em 28 mai. 2019.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ – TRE-PR. **Justiça Eleitoral - Eleições Municipais 2004.** Curitiba: TRE-PR, 2004.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO - TRF4. **Informações do processo 2004.70.08.0009604.** Paranaguá, 2014. Disponível em <<https://www.escavador.com/processos/71088997/processo-200470080009604-do-tribunal-regional-federal-da-4-regiao>> Acesso em 23 mai. 2019.

ÚLTIMO SEGUNDO. **Oi e Portugal Telecom anunciam fusão.** São Paulo, 2013. Disponível em <<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-10-02/oi-e-portugal-telecom-avancam-em-fusao.html>> Acesso em 23 jun. 2019.

UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADOS DA SANEPAR – ASSESA. **Diretoria** – gestão 2017/2020. Curitiba, 2019. Disponível em <<http://assesa.sanepar.com.br/institucional>> Acesso em 22 jul. 2019.

UNIÃO. **Ibiporã: José Maria recebe representantes de empresa sul-coreana.** Londrina, 2015. Disponível em <<https://www.jornaluniao.com.br/noticias/ibipora/ibipora-jose-maria-recebe-representantes-de-empresa-sulcoreana-2015-05-15/>> Acesso em 5 mai. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR. **Dissertações defendidas.** Curitiba, 2019. Disponível em <<http://www.economia.ufpr.br/?q=node/112>> Acesso em 20 jul. 2019.

UNIVERSO ONLINE – UOL. **Giovani Gionedis** (2002). São Paulo, 2002. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil/2002/governador/1141955-giovani-gionedis.jhtm>> Acesso em 10 jul. 2017.

UNRUH, C. **Cornelius Unruh**. [S/l], 2019. Disponível em <<https://www.consultasocio.com/q/sa/cornelius-unruh>> Acesso em 10 abr. 2019.

UTRI, M. **Monica Utri**. Curitiba, 2019. Disponível em <<https://www.facebook.com/monica.utri>> Acesso em 21 jul. 2019.

VALOR ONLINE. **Moody's coloca em observação ratings da Copel, CEB, Sanepar e Cemig**. São Paulo, 2002 a. Disponível em <<http://www.valor.com.br/arquivo/300451/moody%C2%B4s-coloca-em-observacao-ratings-da-copel-ceb-sanepar-e-cemig>> Acesso em 02 jul. 2019.

VALOR ONLINE. **Sanepar adia oferta global de ações preferenciais**. São Paulo, 2002. Disponível em <<https://www.valor.com.br/arquivo/283663/sanepar-adia-oferta-global-de-acoes-preferenciais>> Acesso em 02 jul. 2019.

VENERI, T. **Deputados aprovam projeto do nepotismo em primeiro turno**. Curitiba, 2006. Disponível em <<http://www.tadeuveneri.com.br/noticias/3/noticias/408/deputados-aprovam-projeto-do-nepotismo-em-primeiro-turno>> Acesso em 18 abr. 2019.

VEREADORES irão ao Congresso. **Última hora**, Curitiba, 08 jul. 1961, p. 2.

VIOLIN, T. C. **Curitiba sediará o circo da democracia com a participação de mais de 100 entidades**. Curitiba, 2016. Disponível em <<https://blogdotarso.com/tag/carlos-frederico-mares-de-souza-filho/>>. Acesso em 25 mai. 2019.

VIOLIN, T. C. **Requião, Carlos Lessa e Carlos Marés entram com ação popular contra a privatização do pré-sal**. Curitiba, 2013. Disponível em <<https://blogdotarso.com/2013/10/20/requiao-carlos-lessa-e-carlos-mares-entram-com-acao-popular-contr-a-privatizacao-do-pre-sal/>>. Acesso em 25 mai. 2019.

VOITCH, G. **Escritório curitibano representa Petrobras na Lava Jato**. São Paulo, 2014. Disponível em <<https://jota.info/advocacia/escritorio-curitibano-representa-petrobras-na-lava-jato-04122014>> Acesso em 09 abr. 2019.

WILLE, J. **O médico Moisés Paciornik foi um defensor do “parto de cócoras”**. Curitiba, 2007. Disponível em <<https://paranaportal.uol.com.br/colunas/memoria-paranaense/o-medico-mois-es-paciornik-foi-um-defensor-do-parto-de-cocoras/>> Acesso em 19 abr. 2019.

WILLE, J. **Osiris Stenghel Guimarães e a história do transporte**. Curitiba, 2016. Disponível em <<http://paranaportal.uol.com.br/blogs-memoria-paranaense/osiris-stenghel-guimaraes-e-a-historia-do-transporte/>> Acesso em 02 jul. 2019.

XAVIER, P. H. **Acordo de acionistas e o princípio da indisponibilidade**. Curitiba, 2002. Disponível em <<https://www.tribunapr.com.br/noticias/acordo-de-acionistas-e-o-principio-da-indisponibilidade/>> Acesso em 02 jul. 2019.

XAVIER, P. H. **Sem medo de defender o interesse público**. Curitiba, 2003. Disponível em <[http://www.sanepar.com.br/sanepar/calandrakbx/filesmng.nsf/48E08D0BEF31E0B983257036006BD6AF/\\$File/COMUNICADO090704.pdf?OpenElement](http://www.sanepar.com.br/sanepar/calandrakbx/filesmng.nsf/48E08D0BEF31E0B983257036006BD6AF/$File/COMUNICADO090704.pdf?OpenElement)> Acesso em 02 jul. 2019.

YOKOTA, P. **Um Japonês Contribuindo Para o Verde de Curitiba**. São Paulo, 2014. Disponível em <<http://www.asiacomentada.com.br/2014/06/um-japons-contribuindo-para-o-verde-de-curitiba/>> Acesso em 22 jul. 2019.

ZANKYOU. **O casamento de Vinicius e Priscila**. [S/l], 2013. Disponível em <<https://viniepri.zankyou.com/br/album-fotos/album/id/39115>> Acesso em 23 abr. 2019.

APÊNDICE 1: GIOVANI GIONÉDIS

	PRESIDENTE DO CAAd
	Nascido em 11/04/1955
	Natural de Curitiba/PR
Formação	- Direito – Universidade Federal do Paraná em 1978.
Carreira	<ul style="list-style-type: none"> - Conselheiro do 3 Marias Clube de Campo (1981). - Assessor legislativo na Assembleia Legislativa do Estado (1987/1988). - Procurador Geral do Município de Curitiba (1989/1994). - Secretário de Estado do Governo (1995/1997). - Chefe da Casa Civil do Estado do Paraná (nomeado em 1996). - Secretário de Estado da Fazenda (nomeado em 1997). - Presidente do Conselho de Administração do Banestado. - Presidente do Conselho de Administração da Banestado S/A - Participações, Administração e Serviços – BISA. - Presidente do Conselho de Administração do Desenvolvimento Paraná Banco S / A - na dissolução (1997/2000). - Presidente do Conselho de Administração da Paraná Investimentos S/A. - Presidente do Conselho Estadual de Política de Pessoal – CEPP. - Membro do Conselho de Administração da CELEPAR - Companhia de Informática do Paraná. - Membro do Conselho de Administração do DER – Departamento de Estradas e Rodagens.

	<ul style="list-style-type: none"> - Membro do Centro de Integração do Paraná Tecnologia - CITPAR (1997/2000). - Membro do Departamento de Estado dos Transportes - DETRAN / PR (1997/2000). - Membro do Paraná Housing Company - COHAPAR (1997/2000). - Membro do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente. - Membro do Conselho de Administração da FUNDEPAR - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná. - Membro do Conselho de Administração do PARANACIDADE - vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano. - Membro do Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária – CONESA. - Membro do Conselho de Administração da APPA – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina. - Membro do Conselho de Administração da Renault do Brasil Automóveis S/A. - Membro do Conselho de Administração da PARANAEDUCAÇÃO - vinculado à Secretaria de Estado da Educação. - Membro (convidado) do Conselho de Investimentos do IPD - Instituto Paraná Desenvolvimento. - Presidente do Coritiba Foot Ball Club (2002-2007)
<p><i>Vida social e polêmicas</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - Pratica golfe e futebol. - Possui sociedade em 3 (três) empresas que acumulam um capital de R\$ 2.200.000,00 (Dois milhões e duzentos mil reais), nos setores imobiliário, financeiro e jurídico. Figuram entre seus sócios: Louise Rainer Pereira Gionedis, Giovani Gionedis Filho, Uriel Reis Pereira Gionedis, Carmen Gloria Arriagada Andrioli, Emiliana Silva Sperancetta, Roberto Cordeiro Justus, Sandro Rafael Bonatto, Maria Amelia Cassiana Mastrorosa Vianna, Fernando O Reilly Cabral Barrionueno, Marcio Antonio Sasso, Andre Da Costa Ribeiro, Ricardo Polesello

	<p>(http://www.consultasocio.com/q/sa/giovani-gionedis; acesso em 08/11/2016).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Esteve à frente da privatização do Banestado em 2000. - Foi réu no caso de corrupção envolvendo a privatização do Banestado (Contas CC5). - Também em 2000, Gionédís foi sistematicamente questionado acerca do destino de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF) e da liberação de créditos de ICMS pela Lei Kandir (situação essa que envolvia o seu escritório de advocacia Pereira & Gionédís). - Rompe com o governo Lerner e se opõe à tentativa de privatização da COPEL em 2001. - Foi candidato a governador do Paraná nas eleições de 2002 pelo PSC. - Em 2008, foi condenado a 4 anos e meio de prisão e 1500 salários mínimos de multa por lavagem de dinheiro. O MPF conclui que Gionédís utilizou de maneira fraudulenta a estrutura do banco Banestado para viabilizar a realização de uma doação eleitoral não contabilizada, de cerca de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para a campanha de reeleição do então governador Jaime Lerner (antigo PFL) no ano de 1998. - Em 2015, a empresa de seguros de crédito EBCP (Empresa Brasileira de Consultoria Econômica e Participações Ltda.), de propriedade de Gionédís, esteve envolvida no escândalo de corrupção conhecido como “Lista de Furnas”.
Familiares	<ul style="list-style-type: none"> - Filho de Adelina Pereira Gionédís e Antenor Gionédís (Medicina pela Faculdade Evangélica do Paraná em 1971; estudou no Colégio Medianeira, em Curitiba-PR). - Sua esposa, Louise Rainer Pereira Gionédís, é autora do livro “Liminares – aspectos práticos”, da editora Jurua. Possui 3 (três) sociedades em empresas no estado de Paraná, com capital de R\$ 15.200.000,00 (quinze milhões e duzentos mil reais), nos setores imobiliário, financeiro e jurídico. Figuram entre seus sócios: Giovani Gionedis, Giovani Gionedis Filho, Uriel Reis Pereira Gionedis, Carmen Gloria Arriagada Andrioli, Emiliana Silva Sperancetta, Roberto Cordeiro Justus, Sandro Rafael Bonatto, Maria

Amelia Cassiana Mastroso Vianna, Fernando O Reilly Cabral Barrionueno, Marcio Antonio Sasso, Andre Da Costa Ribeiro, Ricardo Polesello

(<http://www.consultasocio.com/q/sa/louise-rainer-pereira-gionedis>; acesso em 08/11/2016).

- Giovani Gionedis Filho, casado com Natália Patrocínio, é assíduo praticante de golfe e sócio de 8 (oito) empresas no estado de Paraná e 2 (duas) em São Paulo, acumulando capital de R\$ 20.460.500,00 (vinte milhões, quatrocentos e sessenta mil e quinhentos reais), nos setores imobiliário, médico, financeiro e jurídico. Entre seus sócios figuram; Giovani Gionedis Filho: Louise Rainer Pereira Gionedis, Giovani Gionedis, Uriel Reis Pereira Gionedis, Everson Eduardo Fontana, Eduardo Ponticelli Pinto, Moema Silva Michaelis, Amilton Fontana, Luiz Cezar Fernandes, Marco Antonio Ceravolo, Walter Alves De Souza, Paxton Sp Participacoes Ltda, Sandro Rafael Bonatto, Carmen Gloria Arriagada Andrioli, Emiliania Silva Sperancetta, Roberto Cordeiro Justus, Maria Amelia Cassiana Mastroso Vianna, Fernando O Reilly Cabral Barrionueno, Marcio Antonio Sasso, Andre Da Costa Ribeiro, Ricardo Polesello (<http://www.consultasocio.com/q/sa/giovani-gionedis-filho>; acesso em 08/11/2016).

- Em 2014, Giovani Gionedis Filho doou R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais), para a campanha do deputado estadual Nelson Justus (DEM), e R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para a campanha do governador Beto Richa (PSDB)

(<http://meucongressonacional.com/eleicoes2014/empresa/WZGJHLHLGIX>; acesso em 08/11/2016).

APÊNDICE 2: INGO HENRIQUE HÜBERT

	PRESIDENTE DO CAAd
	Nascido em 17/04/1948
	Natural de Curitiba-PR
Formação	<ul style="list-style-type: none"> - Engenharia Elétrica – Universidade Federal do Paraná. - Pós-graduação em Engenharia Elétrica – Universidade de Stuttgart – Alemanha. - Pós-graduação em Administração de Empresas – Fontainebleau, França. - Curso de Extensão em Desenvolvimento Econômico, Político e Social – Universidade da Califórnia, E.U.A.
Carreira	<ul style="list-style-type: none"> - Vice-Presidente da Telecomunicações do Paraná S.A. – TELEPAR (1976/1979). - Diretor Presidente da SANEPAR (1979/1983). - Diretor de Recursos Humanos da Telecomunicações do Paraná S.A. – TELEPAR (1984/1985). - Diretor do Grupo Empresarial Tupi, Joinville, SC (1985/1988) - Diretor da INCEPA – Indústria Cerâmica Paraná S.A. (1988/1991). - Diretor Geral da ABS – Indústria de Bombas Centrífugas Ltda. (1991/1995). - Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, desde 1995. - Secretário Executivo do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia – COPEL. - Secretário da Fazenda do Paraná (2001-2002). - Atuou também como Diretor da Câmara de Comércio Brasil

	<p>Alemanha.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atualmente é dirigente de sua própria empresa, a Planning International de Engenharia e Consorcio Powerline. - Também é Diretor de Patrimônio da AMIG (Associação Pró-Memória da Imigração Germânica).
<p>Vida social e polêmicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - No ano de 1983 escreveu o livro “A Estatal Eficaz - Mito ou Possibilidade?”. - “Youssef se tornou pivô de outro caso rumoroso no Paraná. Em 2002, câmeras do circuito interno de uma agência do Banco do Brasil em Curitiba o flagraram acompanhando dois pagamentos de R\$ 13,2 milhões da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Outro pagamento foi realizado dias depois, totalizando R\$ 39,6 milhões. Segundo o Ministério Público do estado do Paraná e da Procuradoria Geral do Estado, os recursos se referiam à compra de créditos de ICMS de uma empresa falida, a Óleos e Vegetais Paraná S/A (Olivepar). A transação foi autorizada pelo então secretário da Fazenda (que acumulava o cargo de presidente da Copel), Ingo Henrique Hubert. Youssef e outros envolvidos foram denunciados pelo MP por formação de quadrilha” (http://oglobo.globo.com/brasil/do-banestado-ao-mensalao-longa-ficha-corrída-de-youssef-12122724; acesso em 06/09/2016; http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2202200315.htm; acesso em 07/09/2016). - “(...) rombo que houve na Copel no início dos anos 2.000, na época noticiado em R\$ 80 milhões. Depois de denúncias feitas pelo deputado estadual Tadeu Veneri (PT), no início de 2003, o Ministério Público do Paraná (MP-PR) investigou o caso e descobriu que uma empresa falida, a Olivepar, vendeu créditos de ICMS para a Copel. Essa compra teria sido autorizada pela Secretaria Estadual da Fazenda, que na época tinha Hubert como secretário” (ele acumulou as funções de secretário e presidente da Copel entre 2001 e 2002) (http://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/requiao-e-condenado-por-ofensas-a-ingo-hubert/; acesso em 07/09/2016). - Em 2000 e 2001, foi um dos principais articuladores da tentativa de privatização da COPEL; a qual foi suspensa pela Justiça em outubro de 2001. - Em 2004, Hubert (juntamente com José Cid Campêlo) foi pivô do caso de corrupção Copel / Adifea, chegando a ter

	<p>prisão preventiva decretada. A fraude deixou um rombo de R\$ 16,8 milhões nos cofres públicos.</p> <p>(http://www.historico.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=39843; acesso em 07/09/2016).</p>
Familiares	<ul style="list-style-type: none">- Filho de Lílian Hübert e Henrique Hübert- Casado com Margit Hübert- Seu filho, e sócio, Ivens Henrique Hübert é mestre em Direito pela PUC-SP, advogado (com atuação nas áreas cível, comercial, societário, investimento estrangeiro, importação e exportação, comércio internacional) e autor dos livros “Sociedade Empresária & Capital Social” e “Condomínios em geral e Incorporações Imobiliárias”.- Andreas Martin Hübert, sócio e filho, engenheiro elétrico formado pela USP. Atualmente reside na Inglaterra, mas também já morou na Finlândia, na Alemanha e nos EUA.- Marcus Hübert, irmão, engenheiro pela UFPR.

APÊNDICE 3: RICARDO COUTINHO DE SENNA

Cargo na SANEPAR	VICE-PRESIDENTE DO CAde E CONSELHEIRO DO CAde
Data de nascimento	Nascido em 04/03/1948
Cidade onde nasceu	Natural de Belo Horizonte – MG
Formação	- Engenharia Civil - Universidade Federal de Minas Gerais em 1973.
Carreira	<p>- Auxiliar Técnico da Seta Construtora Ltda. - SECON – MG (1971/1972).</p> <p>- Auxiliar Técnico da M. Roscoe S.A. Engenharia, Indústria e Comércio - B.Hzte. - MG (1972/1973).</p> <p>- Engenheiro de Orçamentos da M. Roscoe S.A. Engenharia Indústria e Comércio - B.Hzte. - MG (1973/1974).</p> <p>- Diretor Administrativo-Financeiro da M. Roscoe do Paraná S.A. – Construções Industriais na sede em Curitiba - PR (1974/1976).</p> <p>- Diretor Administrativo-Financeiro da M. Roscoe do Paraná S.A. – Construções Industriais na filial em Campinas - SP (1976).</p> <p>- Gerente Financeiro da M. Roscoe S.A. Engenharia, Indústria e Comércio - B.Hzte. - MG (1976/1977).</p> <p>- Gerente de Orçamentos da M. Roscoe S.A. Engenharia, Indústria e Comércio - B.Hzte. - MG (1977/1981).</p> <p>- Chefe do Departamento de Orçamento da Construtora Andrade Gutierrez S.A. - B.Hzte. - MG (1981/1992).</p> <p>- Superintendente de Concessões da Construtora Andrade Gutierrez S.A. - B.Hzte. - MG desde 1993.</p> <p>- Membro do Conselho de Administração das seguintes empresas, onde a Andrade Gutierrez S.A. tem participação acionária:</p> <p>- AUTOBAN - Concessionária do Sistema Anhaguera</p>

	<p>Bandeirantes S.A.</p> <ul style="list-style-type: none">- Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.- RODONORTE - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.- Concessionária Via Lagos.- Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A.- Barcas S.A.- Dominó Holdings S.A. <p>De 2000 até 2013, como Presidente executivo e membro de Conselho de Administração da Andrade Gutierrez Concessões S.A.* (grupo que atua na gestão e/ou no desenvolvimento de investimentos nos segmentos de arenas, desenvolvimento imobiliário, energia, engenharia e construção, portos, saúde e saneamento, tecnologia e transporte e logística), liderou dezenas de projetos no Brasil e América Latina em parceria com sócios canadenses, americanos, franceses, portugueses e brasileiros. Foi membro dos Conselhos de Administração da CEMIG S.A., CEMIG GT S.A. e CEMIG D S.A. (sendo as três companhias atuantes no segmento de energia elétrica) de agosto/2010 a abril/2015. Foi membro do Conselho de Administração da CCR S.A. (companhia que atua no setor de concessão de infraestrutura nos segmentos de concessão de rodovias, mobilidade urbana e serviços) no período de junho/2000 até julho/2015. Já exerceu os cargos de conselheiro de administração, da Quiport - Concessionária do Aeroporto Internacional de Quito - Equador (concessionária responsável pela construção, operação e gestão do Novo Aeroporto Internacional de Quito - Mariscal Sucre) e da Light e Light Serviços de Eletricidade S.A. - concessionária de serviços de energia elétrica do Rio de Janeiro. Foi membro dos Conselhos de Administração da Telemar Participações S.A. (companhia que atua no setor de telecomunicações) de abril/2011 até novembro/13, da CTX Participações S.A. (companhia que atua no setor de telecomunicações e tecnologia da informação) de abril/2011 até novembro/13. Membro do Conselho de Administração da Andrade Gutierrez Concessões S.A.* (grupo que atua na gestão e/ou no desenvolvimento de investimentos nos segmentos de arenas, desenvolvimento imobiliário, energia, engenharia e construção, portos, saúde e saneamento, tecnologia e transporte e logística), companhia que presidiu desde sua fundação até o início de 2013. Desde março de 2013 é</p>
--	--

	<p>Presidente da Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (companhia que atua no setor de engenharia e construções), acumulando, desde julho de 2015, a presidência da Holding AG S.A. e, a partir de 2016, a presidência do Conselho de Administração do Grupo AG. Membro dos Conselhos de Administração da CEMIG S.A., CEMIG GT S.A. e CEMIG D S.A. (todas as três companhias atuantes no segmento de energia elétrica)</p> <p>http://ri.ccr.com.br/grupoccr/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=47156&conta=28#2;acesso em 25/12/2016).</p>
--	---

APÊNDICE 4: JOSÉ CARLOS IRAGO GARCIA

Cargo na SANEPAR	VICE-PRESIDENTE DO CAAd E CONSELHEIRO DO CAAd
Data de nascimento	Nascido em 23/02/1937
Cidade onde nasceu	Natural de Madri – Espanha
Formação	<ul style="list-style-type: none"> - Perito Mercantil pela Escola de Comércio de Vigo, Espanha em 1956. - Direção de Empresas pelo Instituto de Empresa, Madrid e; The London Business School em 1981.
Carreira	<ul style="list-style-type: none"> - Diretor na Venezuela de INDUCRET S.A. Indústria de Préfabricados de Concreto (1960/1968). - Diretor de INPLAUCA, Indústria Planificada de la Vivienda na Venezuela (1960/1968). - Delegado no Brasil e na América do Sul da OTI – Oficina Técnica de Empresas de Ingenieria (1968/1979). - Diretor Geral de TEDESA, Técnica de Depuración S.A. na Espanha (1980/1993). - Diretor do Centro Regional do Grupo General de Águas, da CIE. GÉNÉRALE DES EAUX (VIVENDI) na Espanha (1993/1998). - Diretor Administrativo de TEDESA, Técnica de Depuración S.A. na Espanha (1993/1998). - Membro do Conselho Diretor de ÁGUAS TORRELA VEJA (1993/1998). - Diretor Administrativo da CIA. DE ÁGUAS DE PUERTO DE LA CRUZ (1993/1998). - Delegado no Brasil de PROACTIVA MEDIO AMBIENTE (GRUPO VIVENDI) desde janeiro de 1999. - Diretor Geral de E.G.S. – Empresa Geral de Serviços (Grupo VIVENDI) desde janeiro de 1999.

	<p>- Membro da Diretoria de DOMINÓ HOLDINGS S.A. em representação da VIVENDI, desde janeiro de 1999.</p> <p>- Membro do Conselho Deliberativo da IG Inmeubles S.A. desde 2013</p> <p>- Membro do Conselho Deliberativo da Algete Norte S.A. desde 2010.</p>
<p><i>Vida social e polémicas</i></p>	<p>Na Espanha, especificamente na cidade de Torrelavega, Irago esteve envolvido num escândalo de corrupção acerca de uma empresa de abastecimento de água: “O escândalo eclodiu quando a detecção de irregularidades na gestão da empresa mista Aguator (formada pela Câmara Municipal de Torrelavega e pela Aqualia - uma empresa europeia privada de gestão de águas), encarregado do abastecimento de água municipal, em especial nos anos de 1999 e 2000. Em 2007, foi resolvido o processo administrativo, com o apoio judicial a decisão do plenário da Corporação Aguator de intervir administrativamente. [...] Os crimes imputados a ver com a alegada manipulação de medidores de vazão, contratação irregular para trabalhos diferentes filiais e lojas desvio de carvão ativado para outros municípios, principalmente. A carga é destinada exclusivamente para ex-administradores e diretores de Aguator, tendo sido excluídos ex-conselheiros inicialmente cobrados para a sua participação no Conselho de Administração” http://www.eldiariomontanes.es/20090503/torrelavega/noticias/variados-directivos-aqualia-imputados-20090503.html; acesso em 10/10/2016).</p>

APÊNDICE 5: MIGUEL SALOMÃO

	CONSELHEIRO DO CAAd
	Nascido em 02/12/1938; falecido em 09/03/2016
	Natural de Curitiba-PR
Formação	<ul style="list-style-type: none"> - Ciências Sociais - PUC/PR. - Ciências Econômicas - FESP. - Pós-graduação em Economia Internacional – FIPE/USP.
Carreira	<ul style="list-style-type: none"> - Funcionário de carreira do Banco do Brasil (1961/1967). - Funcionário do Banco Central do Brasil (1967/1990). - Delegado do Banco Central do Brasil para os Estados do Paraná e Santa Catarina (1981/1990). - Consultor de Política Monetária do Fundo Monetário Internacional (1991/1994). - Professor da FAE (1968/1998). - Secretário de Estado da Fazenda (1995/1997). - Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (1998/2002).
Vida social e polêmicas	<p>“Indicado pelo FMI, tinha sido um dos que reorganizaram a economia de Angola, destroçada por 30 anos de guerra civil. Como tal, foi um dos criadores do Banco Central de lá. [...] Atuou intensamente na atração das montadoras e dos grandes investimentos que, naquela segunda metade dos anos 90, mudaram radicalmente o perfil econômico do nosso estado”</p> <p>(http://www.gazetadopovo.com.br/opinia0/artigos/legados-de-miguel-salomao-8kv8q03wj6dnq3dkldj7ppyms; acesso em 11/10/2016).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em 2004, foi denunciado pelo MP-PR no escândalo de corrupção do Banestado.

	<p>(http://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/mpf-no-parana-denuncia-62-por-crimes-financeiros/; acesso em 11/10/2016). No mês de setembro, “o MPF, em duas ocasiões, denunciou outras 72 pessoas, entre doleiros e empresários, por crimes contra o sistema financeiro. Foram denunciados o doleiro Toninho da Barcelona e os ex-presidentes do Banestado Domingos de Tarço Murta Ramalho e Manoel Campinha Garcia Cid, além do ex-presidente do Conselho do Banco do Estado do Paraná e secretário de Estado de Fazenda do Estado, Giovani Gionédis, e o ex-secretário de Estado da Fazenda, Miguel Salomão” (http://www.prpr.mpf.mp.br/news/23-02-2011-autuacoes-fiscais-do-caso-banestado-chegam-a-mais-de-r-8-bilhoes; acesso em 12/10/2016).</p> <p>- Autor do livro “Política econômica no Brasil - Inflação, até quando?”, de 1990.</p>
<p>Familiares</p>	<p>- Fábio Salomão - filho envolvido no escândalo do Banestado (http://www.fetecpr.org.br/investigacao-organiza-banco-de-dados-contr-o-crime-organizado/; acesso em 11/10/2016).</p> <p>- Miguel Salomão Júnior (filho - Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR).</p> <p>- Em 2011, Miguel Salomão Júnior e Fabio Salomão foram consultores do Ministério de Finanças do Governo de Angola. “Despacho n.º 146/11; Ministério das Finanças: Subdelega ao Secretariado Geral, Américo Miguel da Costa, plenos poderes para representar o Ministério das Finanças na negociação e assinatura de contratos de prestação de serviços de consultoria, que vinculam os consultores Miguel Salomão Júnior e Fábio Salomão, ambos de nacionalidade brasileira; 42; Mar-03-2011” (http://www.audicon-ta-angola.com/?page_id=995; acesso em 12/10/2016).</p>

APÊNDICE 6: HITOSHI NAKAMURA

	CONSELHEIRO DO CAD
	Nascido em 22/10/1944
Formação	<ul style="list-style-type: none"> - Formado em Engenharia Agrônômica pela Faculdade de Agricultura da Universidade da Prefeitura de Osaka/Japão, com matéria principal em Paisagismo. - Curso de Mestrado em Paisagismo pela Universidade da Prefeitura de Osaka/Japão.
Carreira	<ul style="list-style-type: none"> - Integrou o Grupo de Trabalho que analisou os efeitos da poluição sobre a arborização urbana em Osaka no Japão. - A partir de 1970 iniciou a implantação do programa de desenvolvimento sustentação com propostas ambientais dentro da Prefeitura Municipal de Curitiba. - Secretário Municipal do Meio Ambiente de Curitiba entre 1989 a 1996. - Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (1996/2000).
Vida social e polêmicas	<ul style="list-style-type: none"> - Coautor de diversos projetos ligados ao uso do solo e a questão ambiental, entre 1967 e 1969, na Prefeitura de Osaka no Japão. - Significativa atuação junto à comunidade japonesa do Paraná. - Em dezembro de 2013, foi condenado à devolver R\$ 1,5 milhão aos cofres públicos: “ Os gastos realizados no empreendimento "Portal Paisagístico e Complexo Paisagístico e Turístico de Foz do Iguaçu", na gestão do ex-secretário de Meio Ambiente do Estado, Hitoshi Nakamura (1996/2000), foram considerados irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR). O pedido de impugnação das despesas, feito pela Segunda Inspeção de Controle Externo do Tribunal, foi parcialmente aprovado pelo relator do processo,

	<p>conselheiro Nestor Baptista (http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/ex-secretario-hitoshi-nakamura-tera-de-devolver-r\$-15-milhao-confirma-tce/2278/N; acesso em 12/10/2016).</p> <p>- Atuação destacada em iniciativas denominadas ambientalmente sustentáveis: “É dele o plano do estabelecimento de uma rede de ônibus na forma de uma teia de aranha, que liga as avenidas radiais com linhas de ligação e paradas dos veículos, que também servem como centros para coleta de lixo reciclável, onde é trocado por plantas” (http://www.asiacomentada.com.br/2014/06/um-japons-contribuindo-para-o-verde-de-curitiba/; acesso em 12/10/2016).</p>
--	--

APÊNDICE 7: ARMANDO MARTINHO BARDOU RAGGIO

	CONSELHEIRO DO CAAd
	Nascido em 14/04/1949
	Natural de Itapetininga – SP
Formação	<ul style="list-style-type: none"> - Medicina - Universidade Federal do Paraná em 1976. - Concluiu mestrado em Bioética pela Faculdade de Ciências da Saúde em 2011 pela Universidade de Brasília (UnB), especializações em Economia da Saúde em 2007, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e Saúde Pública em 1982, pela Universidade de São Paulo (USP). - Doutor em Políticas Públicas de Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (2015).
Carreira	<ul style="list-style-type: none"> - Diretor de Divulgação da Associação Paranaense de Médicos Residentes (1977-1978). - Diretor de Saúde do Departamento de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Curitiba (1979/1983). - Diretor Superintendente da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha (atual Instituto de Saúde do Paraná) - Secretaria de Estado da Saúde e do Bem Estar Social do Paraná (1983/1987). - Assessor da Vice-Reitoria da Universidade Federal do Paraná - Projeto Centro de Articulação Docência-Serviço (1987). - Gerente Geral de Assistência Integral a Saúde – Companhia Siderúrgica Nacional - Volta Redonda/RJ (1988). - Assistente de Direção do Centro de Apoio ao Desenvolvimento das Ações Integradas de Saúde - Secretaria da Saúde de São Paulo (1989). - Assistente de Direção da Coordenadoria dos Institutos de Pesquisa - Secretaria da Saúde de São Paulo (1990). - Professor Auxiliar de Ensino da Fundação Universidade

	<p>Regional de Blumenau, disciplinas: Patologia Geral e Saúde Coletiva (1991).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vice-Presidente da APASEMS – Associação Paranaense de Secretários Municipais de Saúde (1992/1993). - Presidente da APASEMS - Associação Paranaense de Secretários Municipais de Saúde (1993). - Secretário Municipal de Saúde de Curitiba (1992/1994). - Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Curitiba (1992/1994). - Vice-Presidente do CONASEMS – Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (1993). - Presidente do CONASEMS - Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (1994). - Secretário de Estado da Saúde do Paraná (1995). - Presidente do CONASS - Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (1996). - Secretário Municipal de Saúde da Prefeitura de São José dos Pinhais (2009-2011). - Membro do Conselho de Saúde do Distrito Federal (2011). - Diretor Geral do Hospital Universitário de Brasília (2012). - Secretário Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Sorocaba (2013-2014). - Diretor Executivo da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – FEPECS (desde 2015). - Médico Legista no Instituto Médico Legal – IML (desde 1982).
<p>Vida social e polêmicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Enquanto gestor público teve intensa atuação na área da saúde; organizando e participando de conferências e eventos. - Autor de diversas publicações acadêmicas na área de ciências da saúde. - “[...] teria ocorrido em 2000, uma suposta prática de

	<p>apropriação indébita de verbas do Fundo Nacional de Saúde (FNS), proveniente do Sistema Único de Saúde (SUS)”. Raggio refuta as acusações. http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/496146/mpf-recebe-denuncias-contr-o-secretario-municipal-da-saude; acesso em 15/10/2016).</p> <p>- Medalha de Mérito Oswaldo Cruz concedida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro da Saúde, José Gomes Temporão (2009).</p> <p>- Em 2015 foi acusado de desvio de recursos públicos do município de São José dos Pinhais, na “Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado do Paraná (...) no intuito de nulificar 21 procedimentos de dispensa de licitação firmados com ‘Coopergs’, ‘BMJ’ e ‘Viva Saúde’ entre 2009 e 2011”, tendo seus bens bloqueados http://www.cristianolima.com/2015/10/ex-prefeito-ivan-sofre-dois-bloqueios-judiciais/; acesso em 15/10/2016).</p>
<p>Familiares</p>	<p>- Casado com Nathalie Beghin, “economista formada pela Université Libre de Bruxelles (ULB), com mestrado e doutorado em Políticas Sociais pela Universidade de Brasília (UnB). Atuou como assessora do presidente do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan). Foi pesquisadora do Programa de Estudos da Fome, do Núcleo de Estudos em Saúde Pública (Nesp), da UnB; e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) nas áreas de combate à fome e a pobreza, alimentação e nutrição, segurança alimentar e nutricional, desigualdade racial e ação social das empresas. Ocupou o cargo de assessora do representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no Brasil e fez parte do quadro da organização não governamental Oxfam Internacional no Brasil. Em 2011, integrou a equipe do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome responsável pela elaboração e implementação do Plano Nacional para Superação da Pobreza Extrema, o ‘Brasil Sem Miséria’” (http://www.inesc.org.br/quem-somos/equipe; acesso em 15/10/2016).</p>

APÊNDICE 8: RODRIGO BHERING DE ANDRADE

Cargo na SANEPAR	CONSELHEIRO DO CAAd
Data de nascimento	Nascido em 08/08/1958
Formação	<ul style="list-style-type: none"> - Direito - Universidade de Brasília. - Mestrado em Direito - Yale School
Carreira	<ul style="list-style-type: none"> - Advogado Sênior na Empresa Pinheiro Neto Advogados Associados (1985/1990). - Vice-presidente do Grupo de Incorporações e Fusões para América Latina da J P Morgan (1990/1995). - Executivo de investimentos da G P Investimentos (1995/1997). - Membro do Conselho de Administração da Fratelli Vida; J. Macedo Alimentos; Super Mar Supermercados e da Ferrovia Centro Atlântica (1995/1997). - Diretor acionista e membro do Conselho de Administração da empresa Santos Brasil S.A. - Diretor da Brasil Telecom SA desde 10 de fevereiro de 2003. Ele atuou como Diretor de Tele Norte Celular Participações SA. e da Telemig Celular Participações SA Atuou como Diretor da Oi SA desde 10 de fevereiro de 2003.
Vida social e polêmicas	<p>“Rodrigo Bhering Andrade, diretor de empresas ligadas ao grupo Opportunity: participação no crime de gestão fraudulenta de instituição financeira” http://www.blogdoporfirio.com/2009_07_01_archive.html; acesso em 17/10/2016).</p> <p>“O Ministério Público Federal (MPF) em São Paulo fez uma nova denúncia contra o banqueiro Daniel Dantas e mais 13 pessoas ligadas ao grupo Opportunity, do qual ele era controlador”. Denúncia feita em 2009, referente ao escândalo de propinas e lavagem de dinheiro investigados pela Operação Satiagraha https://politicaetica.com/category/rodrigo-bhering-andrade/; acesso em 16/10/2016;</p>

	<p>http://www.terra.com.br/noticias/infograficos/operacao-satiagraha/organizacao.htm; acesso em 16/10/2016).</p> <p>Chegou a ter pedido de prisão decretada, mas, juntamente com os demais executivos do Opportunity, conseguiu HC concedido por Gilmar Mendes, presidente do STF na época (http://www.correiodobrasil.com.br/a-justica-brasileira-a-perplexidade-provocada-pela-justica-aviltada/; acesso em 16/10/2016).</p> <p>- Oliveira Lima informou que Amaral prestou consultoria a Daniel Dantas até 2005. Nos próximos dias ele vai definir os passos da defesa "para cessar esse constrangimento ilegal suportado pelo dr. Roberto Amaral". O advogado Alberto Zacharias Toron, que defende Rodrigo Bhering, declarou que considera o indiciamento "um verdadeiro abuso". Bhering trabalhou para empresas do Opportunity. Ele foi indiciado por evasão de divisas. Segundo Toron, o advogado indiciado está desligado do grupo de Dantas "há mais de 3 anos e não teve sequer participação nos fatos que se reputam criminosos" (https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/339353/noticia.htm?sequence=1; acesso em 16/10/2016).</p> <p>“A Trindade Investimentos foi fundada em São Paulo em 2010 por quatro sócios: os advogados Danilo Amaral (ex-CEO da BRA Transportes Aéreos) e Rodrigo Bhering Andrade (ex-JP Morgan, GP Investimentos e CVC/Opportunity Equity Partners), e os administradores de empresa Bárbara Alvim Raymundo (ex- Rio Bravo Investimentos) e Luiz Carlos Giannini Tanisho (ex-Invest Tech e Ersa, do grupo Pátria)” (http://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2013/08/28/fischer-volta-a-ter-socio-investidor.html); acesso em 17/10/2016).</p>
--	---

APÊNDICE 9: HAMILTON APARECIDO GIMENES

	CONSELHEIRO DO CAd
	Nascido em 27/11/1961
Formação	- Pedagogia - Centro Técnico-Educacional Superior do Oeste Paranaense em 1994.
Carreira	<p>- Empregado da SANEPAR desde 03/11/1983.</p> <p>- Presidente da União das Associações de Empregados da empresa (Assesa) – 2000-2006 / 2009-2017.</p> <p>- Vice-presidente da União das Associações de Empregados da empresa (Assesa) – 2006-2009. (“Como a idéia de uma Associação única não foi bem aceita pelas Associações, em 2001 houve a primeira reforma estatutária, transformando a Assesa numa congregação de todas as Associações de Empregados da Sanepar do Estado, preservando a autonomia de cada sede regional, passando a chamar-se Assesa – União das Associações de Empregados da Sanepar. [...] Seu objetivo ainda era a captação de recursos para posterior distribuição entre as Associações do Estado, a promoção e incentivo à prática de eventos sociais, artísticos, culturais, recreativos, cívicos, comunitários, de proteção ao meio-ambiente e esportivos, além de promover convênios junto a entidades, clubes ou similares” (http://assesa.sanepar.com.br/institucional; acesso em 25/10/2016).</p>
Vida social e polêmicas	<p>- HAMILTON APARECIDO GIMENES, brasileiro, casado, agente técnico administrativo, portador da Carteira de Identidade nº 3.392.469-0/PR e do CIC/MF nº 408.520.249-91, residente e domiciliado na Rua Goiânia, 770, Cajuru, cidade de Curitiba, estado do Paraná</p> <p>- Sindicalista e representante dos funcionários da SANEPAR no Conselho de Administração.</p> <p>- “O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) apurou irregularidades no repasse de R\$ 841.073,71 feito</p>

pela Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) à União das Associações de Empregados da empresa (Assesa), entre os anos de 2010 e 2012. As falhas estão ligadas a atrasos na prestação de contas e à falta do envio de informações obrigatórias sobre a aplicação dos recursos ao Sistema Integrado de Transferências (SIT) do Tribunal. O tema é regido pela Resolução 28/2011. Em processo de Tomada de Contas Extraordinária, o Pleno do TCE julgou irregulares as contas do convênio. O presidente da Assesa no período, Hamilton Aparecido Gimenes, recebeu três multas, previstas no Artigo 87 da Lei Orgânica do TCE (Lei Complementar Estadual nº 113/2005). As sanções, que somam R\$ 2.901,94, são relativas a atrasos no envio das contas de 2010 (592 dias) e de 2011 (266 dias) e pela omissão no encaminhamento de dados obrigatórios ao SIT” (<http://catve.com/noticia/6/82289/convenio-entre-sanepar-e-associacao-e-considerado-irregular>; acesso em 17/10/2016).

- “O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) aplicou seis multas a ex-gestores e um servidor da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), em consequência de irregularidades na contratação de sua associação de empregados para o envase de água potável. Embalado em copos plásticos, o produto era distribuído gratuitamente a órgãos públicos, escolas e em eventos promovidos pelo Governo do Estado” (<http://www.zebeto.com.br/agua-contaminada/#.WA7zkeUrLIU>; acesso em 25/10/2016).

- “Em função da nova decisão, foram afastadas seis multas aplicadas a Hamilton Gimenes pelo atraso na alimentação do Sistema Integrado de Transferências (SIT) do Tribunal. Assim, foram mantidas outras duas multas a ele aplicadas, nos valores de R\$ 725,48 e R\$ 1.450,98, somando R\$ 2.176,46” (<http://cgn.uol.com.br/noticia/149557/tce-mantem-desaprovacao-de-convenio-da-sanepar-com-associacao-de-servidores>; acesso em 25/10/2016).

APÊNDICE 10: JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO

	CONSELHEIRO DO CAAd
	Nascido em 06/07/1959
	Natural de Curitiba-PR
Formação	- Ciências Econômicas – Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Carreira	<ul style="list-style-type: none"> - Funcionário do ITCF/IAP – Instituto de Terras, Cartografia e Florestas/Instituto Ambiental do Paraná. - Funcionário da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. - Diretor Presidente do Instituto Ambiental do Paraná – IAP (1995/2000). - Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos a partir de 2000. - Membro do Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária – CONESA. - Membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. - Vice-Presidente da ABEMA Sul – Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente. - Representante do Paraná na ABEMA – Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente. - Presidente do Conselho de Administração do Instituto Ambiental do Paraná – IAP. - Presidente do Conselho de Administração da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental – SUDERHSA (2000). - Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEMA (2000). - Presidente do Conselho de Desenvolvimento do Litoral

	<p>Paranaense – COLIT (2000)</p> <p>- De abril de 2005 a março de 2006 foi diretor de transporte da URBS (Urbanização de Curitiba S.A) (Disponível em http://www.thecities.com.br/Brasil/Paran%C3%A1/Curitiba/Poder-P%C3%BAblico/Poder-Executivo-Municipal/Mandato-2013-2016/Administra%C3%A7%C3%A3o/Secretarias/Meio-Ambiente/840/; acesso em 27/04/2017.).</p> <p>- Chefe de gabinete do então prefeito de Curitiba Luciano Ducci (PSB) em 2011 (http://www.fabio.campana.com.br/2011/01/andreguetto-na-chefia-de-gabinete-de-luciano-ducci/; acesso em 06/11/2016).</p> <p>- Chefe de gabinete do Deputado Federal Luciano Ducci em 2015.</p> <p>- Presidente da URBS em 2017.</p>
<p>Vida social e polêmicas</p>	<p>- “O encerramento da safra de cana-de-açúcar 2001/02 no Paraná, que atingiu este ano um total de 23 milhões de toneladas, reunirá dirigentes das 27 unidades produtoras de álcool e açúcar do Estado em Maringá para uma homenagem a duas personalidades: o secretário estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, José Antonio Andreguetto, e o superintendente da Administração do Porto de Paranaguá e Antonina, Osiris Stenghel Guimarães (<i>Osiris Stenghel Guimarães atuou na área de transportes no Paraná. Foi superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) e presidente da Ferroeste. Chefiou ainda a Codapar e fundou a Sanepar</i>). O evento, programado para às 20h no Maringá Clube, é organizado pela Alcopar (Associação dos Produtores de Álcool e Açúcar do Estado do Paraná) e os homenageados receberão o Prêmio Paraná Açúcar e Álcool/2001, criado este ano pela entidade em parceria com o Jornal Paraná Açúcar e Álcool. Segundo informou o presidente da Alcopar, Anísio Tormena, os nomes de Andreguetto e Guimarães foram escolhidos após consulta aos associados” (http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/70886-70886; acesso em 06/11/2016).</p> <p>- Esteve à frente da desativação do aterro da Caximba, na periferia de Curitiba (http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-caximba-em-estado-de-graca-baq4kfdcu8xqwphdv272zdnim; acesso em 07/11/2016).</p>

	<p>- Filiado ao PSB e cogitado para o cargo de vice-prefeito de Curitiba para a chapa de Rafael Greca (PMN) nas eleições de 2016 (a vaga acabou ocupada por Eduardo Pimentel (PSDB)) (http://www.esmaelmorais.com.br/2016/07/vice-de-greca-sera-do-psb/; acesso em 06/11/2016).</p>
<p>Familiares</p>	<p>- CHRISTIANO OSVALDO ANDREGUETTO (pai), falecido em 2 de abril de 2017, foi casado com Elizabete Maria Neiva Negrão Andreguetto (http://www.radaroficial.com.br/d/6356314003341312; acesso em 22/01/2017).</p> <p>- “A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei: Art. 1º É concedido o título de Vulto Emérito ao Doutor CHRISTIANO OSVALDO ANDREGUETTO. Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO 29 DE MARÇO, em 28 de novembro de 2000” (https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2000/1006/10055/lei-ordinaria-n-10055-2000-concede-o-titulo-de-vulto-emerito-de-curitiba-ao-doutor-christiano-osvaldo-andreguetto; acesso em 06/11/2016).</p> <p>- DECRETO Nº 458 - 28/03/2007 / NOMEAÇÃO DE CHRISTIANO OSVALDO ANDREGUETTO, PARA O CARGO DE ASSISTENTE TÉCNICO, DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO-SEAB, E EXONERAÇÃO DE FANTE DE SOUZA FARIAS...</p> <p>O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, Resolve nomear, de acordo com o art. 24, inciso III, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, CHRISTIANO OSVALDO ANDREGUETTO, RG nº 139.194-1, para exercer, em comissão, o cargo de Assistente Técnico - Símbolo 1-C, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, a partir de 1º de abril de 2007, ficando exonerado FANTE DE SOUZA FARIAS, RG nº 1.577.134-8.</p> <p>Curitiba, em 28 de março de 2007, 186º da Independência e 119º da República.</p> <p>ROBERTO REQUIÃO, Governador do Estado / VALTER BIANCHINI, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento / RAFAEL IATAURO, Chefe da Casa Civil (http://www.leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-458-2007-parana-nomeacao-de-christiano-osvaldo-andreguetto-para-o-cargo-de-assistente-tecnico-da-secretaria-de-estado-da-agricultura-e-do-abastecimento-seab-e-exoneracao-de-fante-</p>

	<p>de-souza-farias; acesso em 27/04/2017)</p> <p>- Carlos Alberto Andreguetto, executivo da empresa Solis Tecnologia Ltda. (talvez irmão ou primo). Foi indiciado por peculato, formação de quadrilha e falsidade ideológica em investigação da Operação Sinapse da Polícia Federal, que apurava desvio de recursos do IFPR em 2013. É tio de Rafael Andreguetto (p. 30) (https://pt.slideshare.net/arykara7002/relatorio-sinapse).</p> <p>- Carlos Andreguetto também é casado com Monica Utri Andreguetto (que já trabalhou na Prefeitura de Curitiba). O filho do casal, Renan Utri Andreguetto é funcionário do IAP (https://www.facebook.com/renan.andreguetto?pnref=about.family) (https://www.facebook.com/monica.utri?pnref=about.family) (https://www.facebook.com/carlos.andreguetto.7)</p> <p>- Rafael Andreguetto, consultor na área de Turismo que já prestou serviços na Secretaria Estadual de Esporte e Turismo. É casado com a advogada Luciana Maria Negrão Gandra Andreguetto, coordenadora de projetos da Fundação Araucária, que já trabalhou nos escritórios Bettega, Mafra & Sperandio Advogados e Abdala, Brandalize & Gandra Advocacia. É filha de Elizabete Maria Neiva Negrão Andreguetto. (https://www.facebook.com/rafael.andreguetto?pnref=lhc) (https://www.facebook.com/luciana.gandra.9). “ Atualmente é Diretor Executivo da Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná (ADETUR LITORAL), membro do Grupo de Trabalho Náutico do Estado do Paraná (GT Náutico/PR) e do Grupo Técnico de Trabalho de Turismo Náutico Nacional (GTT-Náutico) (http://www.rclplanejamento.com.br/rafael-andreguetto/).</p> <p>- Paulo Andreguetto, médico do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) (https://www.tjpr.jus.br/home?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&101strutsaction=%2Fasset_publisher%2Fview_content&101returnToFullPageURL=%2F&101assetEntryId=5423009&101type=document&redirect=https%3A%2F%2Fwww.tjpr.jus.br%2Fhome%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%263groupid%3D0%263keywords%3DAndreguetto%263strutsaction%3D%252Fsearch%252Fsearch%263redirect%3D%252F; acesso em 22/01/2017).</p>
--	--

APÊNDICE 11: CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

	DIRETOR PRESIDENTE E CONSELHEIRO DO CAAd
	Nascido em 14/11/1943
	Natural de Curitiba-PR
Formação	<p>- Engenharia Civil - Universidade Federal do Paraná em 1969.</p> <p>- Engenharia Sanitarista - Universidade de São Paulo em 1970.</p>
Carreira	<p>- RG: 385767/1 - PR</p> <p>- CPF: 112320489-68</p> <p>- Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) - Seção Paraná (1981/1983) (1989/1993).</p> <p>- Diretor-Presidente da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (AESBE) de 18/04/96 até 13/06/97</p> <p>- Coordenador Geral da COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (1988/1989).</p> <p>- Membro da Associação de Usuários de Recursos Hídricos Das Bacias Hidrográficas do Alto Iguaçu e do Alto Ribeira PR.</p> <p>Na SANEPAR:</p> <p>- Engenheiro do Setor de Projetos (1970).</p> <p>- Chefe da Divisão de Produção (1971/1973).</p> <p>- Superintendente de Operações (1973/1975).</p> <p>- Coordenador Operacional (1975/1979).</p> <p>- Diretor de Operações (1979).</p>

	<p>-Diretor Técnico (1979/1983).</p> <p>- Gerente de Desenvolvimento Técnico (1985/1987).</p> <p>--Superintendente Administrativo (1987/1988).</p> <p>- Superintendente Administrativo (1989/1990).</p>
<p>Vida social e polêmica</p>	<p>- “O procurador-geral do Estado, Sérgio Botto de Lacerda, solicitou ao Ministério Público Estadual, nesta terça-feira, que investigue ato de improbidade administrativa praticado pelo ex-governador Jaime Lerner, pelo ex-secretário de Estado da Fazenda, Giovani Gionédis, pelo ex-presidente da Sanepar, Carlos Afonso Teixeira de Freitas, pelo antigo chefe do departamento jurídico da empresa, José Luiz Costa Taborda Rauen, e também pelos responsáveis pela Dominó Holding. O pedido é baseado nas irregularidades presentes no acordo de acionistas firmado entre o Estado do Paraná e a Holding em 1998, logo após a venda de ações da Sanepar” (http://www.tribunapr.com.br/noticias/botto-pede-que-mp-investigue-acordo-de-acionistas-da-sanepar/; acesso em 06/11/2016).</p> <p>- “O presidente da Sanepar, Carlos Afonso Teixeira de Freitas, foi a nocaute na noite de quarta-feira, diante das inquirições da Comissão Especial de Investigação, instaurada na Assembléia Legislativa do Estado para averiguar denúncias de irregularidades na gestão da Sanepar. Teixeira de Freitas entregou o jogo da maracutaia na Sanepar, ao confessar que dentro da estrutura de administração da empresa, cujo acionista majoritário é o Estado do Paraná, com 52% das ações com direito a voto, quem manda mesmo é o sócio privado, denominado Dominó Holding”. [...] o presidente da Sanepar, Carlos Afonso Teixeira de Freitas, jogou a toalha, ao admitir que somente o governo do Estado dava bens em garantia de empréstimo para financiar obras da companhia” (http://www.saneamentobasico.com.br/portal/index.php/arquivo/posicao-da-sanepar/; acesso em 06/11/2016).</p> <p>- “Contudo, embora a resolução número 001, de 23 de janeiro de 1986 do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) estabeleça a obrigatoriedade da apresentação do EIA/RIMA como condição “sine qua non” para concessão da licença prévia, a qual permite a implantação do projeto executivo; a SANEPAR, através dos ora denunciados Ricardo Del Guerra Perpétuo, Jean-Marie</p>

	<p>D"Aspe, Carlos Afonso Teixeira de Freitas, Luiz Carlos dos Santos Bueno Filho, Lauro Klas Júnior, Alberto Zocco Júnior e Giovani Gionédis, não apresentou até o presente momento, o EIA/RIMA referente às exploração do Aquífero Karst; portanto, deixou, tendo o dever legal de fazê-lo, de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental”</p> <p>(http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/7237676/recurso-especial-resp-605343-pr-2003-0201803-2/relatorio-e-voto-12996318; acesso em 08/11/2016).</p>
--	---

APÊNDICE 12: PEDRO HENRIQUE XAVIER

	PRESIDENTE DO CAAd
	Nascido em 29/06/1952
Formação	<ul style="list-style-type: none"> •Direito - Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, em 1975. •Especialização em Direito Público - Universidade Federal do Paraná, em 1989. •Treinamento para Consultoria Empresarial, 320 horas - Faculdade Católica de Administração e Economia, em 1976.
Carreira	<ul style="list-style-type: none"> •Advogado, desde 1975 (OAB 6.511 PR OAP 51.551-L). •Coordenador do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Paraná, desde 1996. •Professor da Disciplina de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, desde 1990. •Professor Adjunto, nível A, da disciplina de Direito administrativo na Faculdade Católica de Administração e Economia (1983/1988). •Professor Assistente da disciplina de Direito Administrativo na Faculdade Católica de Administração e Economia (1977/1983) •Professor Auxiliar da disciplina de Direito Administrativo na Faculdade Católica de Administração e Economia (1975/1977). •Professor de Direito Administrativo da Escola da Magistratura do Estado do Paraná, desde 1994. <p>Professor de cursos de graduação e pós- graduação em Administração de Empresas da Faculdade de Administração e Economia (FAE).</p>

	<ul style="list-style-type: none"> •Diretor do Instituto dos Advogados do Paraná (1983/1988). •Atualmente integra o escritório de advocacia P.H. Xavier & Advogados Associados (http://www.phxavier.com.br/advogados.html; acesso em 26/10/2017).
<p>Vida social e polêmicas</p>	<p>- “Entre os principais conselheiros do Governador Requião, encontra-se Pedro Henrique Xavier, cognominado de ‘PHX’, advogado, colecionador de carros de luxo, que costuma ir ao trabalho no Palácio Iguazu, guiando uma de suas duas ferraris vermelhas, ou um BMW Z4, um Jaguar ou um Mercedes Benz. PHX é o Presidente do Conselho de Administração da SANEPAR, Companhia de Saneamento do Paraná, onde se decidem os grandes gastos e investimentos da Companhia. O Conselho de Administração é o órgão deliberativo responsável por determinar as diretrizes e orientação geral para os negócios e por formular e expressar as políticas da Companhia” (OLIVEIRA, 2007, p. 159).</p> <p>- “Já está nas mãos do governador eleito Roberto Requião (PMDB) um estudo assinado pelo jurista Pedro Henrique Xavier, professor de Direito Administrativo da Universidade Federal do Paraná, apontando as alterações ocorridas no controle acionário da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar -após a venda de 39,71% das ações da estatal, em 1997. [...] Tão logo assumo o Palácio Iguazu, a intenção de Requião é dar a assessoria jurídica da própria empresa a missão de desfazer um acordo de acionistas feito em 1998” (http://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/jurista-questiona-acordo-para-administrar-sanepar/; acesso em 26/10/2017).</p> <p>- “As denúncias do caso Pavibrás – empresa contratada pela Sanepar para fazer as obras de saneamento no litoral do Paraná e que recebeu o dobro que estava previsto no contrato (R\$ 130 milhões), devido a aditivos contratuais – deve fazer na próxima semana a primeira vítima: a forma como a empresa estatal prepara suas licitações. [...] Na segunda-feira, o novo presidente do Conselho de Administração da Sanepar, o advogado Pedro Henrique Xavier, vai propor aos demais conselheiros da empresa uma nova fórmula para as licitações e contratos a serem executados pela empresa de abastecimento de água e esgoto do estado. Segundo ele, qualquer contrato com valores acima de um determinado patamar – cogita-se R\$ 500 mil – só poderá ser feito com detalhamento técnico,</p>

autorizações ambientais e as desapropriações das áreas em curso. [...] Pedro Henrique Xavier pretende ainda instituir que as obras e contratos sejam fiscalizados por uma equipe de técnicos da Sanepar, que será requisitada pelo Conselho de Administração em cada caso. A idéia do presidente ocorreu após perceber que havia descumprimentos nos contratos feitos em relação ao Paranasan, como os da Pavibrás, cujos financiamentos vinham do banco japonês JBIC, que exigiu que a fiscalização fosse feita por empresas terceirizadas e não subordinadas à diretoria da Sanepar. São acordos feitos durante os anos de 2001 e 2002, durante a gestão de Jaime Lerner” (<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/caso-pavibras-deve-forcar-sanepar-a-mudar-licitacoes-aflb5ryds7ditt7ruenv5qp8u>; acesso em 26/10/2017).

“O presidente do Conselho de Administração da Sanepar, Pedro Henrique Xavier admitiu ontem a existência de um esquema de manipulação de licitações na companhia e revelou que todos os contratos firmados nos últimos anos receberam aditivos, extrapolando o valor das obras. Xavier assumiu a presidência do conselho no mês passado, quando o então presidente e procurador-geral do Estado, Sérgio Botto de Lacerda deixou o governo. [...] Xavier informou que as irregularidades não se restringem apenas ao contrato firmado em 2002 com a empreiteira Pavibrás, através do programa ParanaSan, para execução de obras de saneamento no litoral. ‘Não é um problema isolado. Há uma sistemática no ParanaSan, que funciona como uma verdadeira máquina de aditivos. Os contratos são assinados antes da desapropriação das áreas e concessão de licença ambiental. Assim, as licitações acabam sendo manipuláveis. Vou implantar novas regras e acabar com estes procedimentos”

(<http://www.bemparana.com.br/noticia/24341/xavier-confirma-esquema-de-manipulacao-de-licitacoes-na-sanepar>; acesso em 26/10/2017).

- O caso Pavibrás também fomentou um possível desacordo entre Xavier e Stênio Jacob (então diretor presidente da SANEPAR) em 2007. “O presidente do Conselho de Administração da Sanepar, Pedro Henrique Xavier, colocou uma pá de cal nas já remotas possibilidades de manter o presidente da Sanepar, Stênio Jacob, no cargo, segundo informa o site horaHnews. PHX, como é conhecido, no seu depoimento, realizado dia 26/04 na Assembléia Legislativa, acrescentou uma informação gravíssima: o Conselho da Sanepar foi chamado apenas para ratificar uma farsa, uma providência ilegal já tomada:

aprovar um aditivo à empreiteira que, na prática, já estava pago pela companhia”

(<http://saemac.blogspot.com.br/2007/04/caso-sanepar-x-pavibras-phx-afoga.html>; acesso em 26/10/2017).

- Xavier teve um significativo desentendimento com Sergio Botto de Lacerda e Jozélia Nogueira Broliani (quando esses integravam o CAd da SANEPAR). O objeto da discórdia seria a omissão de Lacerda na convocação de uma “Assembleia Geral Extraordinária (AGE)” da SANEPAR para a definição de aumento de capital da companhia, no intuito de revogar o acordo de acionistas que favorecia o setor privado da empresa, bem como a não interposição de recursos judiciais contra o mesmo. Na ocasião, Xavier acusou Lacerda e Nogueira de traição e deslealdade junto à administração pública. Tal treta resultou numa queixa crime por calúnia, injúria e difamação, protocolada por Lacerda e Nogueira, contra Xavier

(<http://www.fabiocampana.com.br/2007/12/queixa-crime-de-botto-e-jozelia-contra-phx/>; acesso em 27/10/2017), que no

ano seguinte foi rejeitada pelo “juiz Ronaldo Sansoni Guerra” da “2ª Vara Criminal de Curitiba. [...] De acordo com a ação promovida pelos dois ex-procuradores, Pedro Henrique teria praticado o crime de calúnia, ao afirmar, em carta enviada aos demais conselheiros da Sanepar, que Sérgio Botto de Lacerda teria patrocinado interesses da empresa Sanedo/Vivendi”.

(<http://www.bemparana.com.br/noticia/59775/rejeitada-acao-de-procuradores-contra-phx>; acesso em 26/10/2017).

- “Uma decisão da Justiça Federal determinou que o advogado Pedro Henrique Xavier não pode mais continuar sendo o administrador da massa falida do Badep (Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná S.A.) enquanto estiver exercendo a advocacia. Segundo o juiz Paulo Cristóvão de Araújo Silva Filho, Xavier teria de optar por uma das funções. PHX, como é mais conhecido, atualmente também ocupa o cargo de presidente do Conselho de Administração da Sanepar. [...] A ação popular contra PHX e a OAB foi proposta pelo ex-procurador-geral do Estado Sérgio Botto de Lacerda, com quem Xavier mantém inimizade. [...] PHX defendeu-se afirmando que Botto teria como fator motivacional para entrar com a ação contra ele a satisfação de um ‘desejo pessoal de perseguição e retaliação’. As divergências entre o autor e o réu no processo teriam começado quando os dois ocupavam, juntos, cargos no Conselho Administrativo da Sanepar. PHX disse que não compreende a atitude de Botto – era procurador-geral do Estado –, uma vez que foi ele quem o nomeou, em janeiro de 2003, para a função”

	<p>http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/pedro-henrique-xavier-e-impedido-de-advogar-b74ijx0v6k2459sctgicuy3bi; acesso em 26/10/2017).</p> <p>- “O ex-presidente do Conselho Administrativo da Sanepar, Sérgio Botto de Lacerda, admitiu ontem, em depoimento na Assembléia Legislativa, a existência de uma “farra” de aditivos contratuais na companhia e responsabilizou o atual presidente do Conselho, Pedro Henrique Xavier e a procuradora-geral do Estado, Jozélia Nogueira Broliani pelas irregularidades. Como já era esperado, a audiência de Botto no Legislativo teve como foco principal as denúncias de corrupção envolvendo o contrato firmado pela Sanepar com a empresa Pavibrás para execução de obras de saneamento no litoral” http://www.bemparana.com.br/noticia/35208/botto-admite-irregularidades-na-sanepar; acesso em 26/10/2017).</p> <p>- “Além de Dotti e Brzezinski, outros advogados paranaenses estão na Lava-Jato. O presidente da OAB-PR, Juliano Breda, atua na defesa de executivos da OAS; Pedro Henrique Xavier é advogado de Erton Medeiros Fonseca, da Galvão Engenharia; e Antônio Figueiredo Basto representa o doleiro Alberto Youssef” https://jota.info/advocacia/escritorio-curitibano-representa-petrobras-na-lava-jato-04122014; acesso em 27/10/2017).</p>
<p>Famíliares</p>	<p>- “Além de Pedro Henrique, a família Xavier também está representada pelo Secretário Estadual de Saúde, Cláudio Xavier, e outro parente, (Alberto) Maurício (Barbosa) Xavier, empreiteiro de obras públicas cujo cunhado, Cornelius Unruh, é coordenador do Setor de Engenharia da Secretaria” (OLIVEIRA, 2007, p. 159).</p> <p>- Cornelius Unruh é sócio de 2 empresas no estado de Paraná. [...] Sócios de Cornelius Unruh: Alberto Mauricio Barbosa Xavier, Corinna Unruh Xavier https://www.consultasocio.com/q/sa/cornelius-unruh; acesso em 27/10/2017).</p> <p>- Em 2010: “O médico Cláudio Murilo Xavier, de 48 anos, morreu na manhã desta segunda-feira (8), vítima de infarto. Xavier foi secretário de Saúde do Paraná entre os anos de 2003 e 2007. Atualmente, o médico exercia a função de assessor especial do governador Roberto Requião (PMDB). [...] Cláudio Xavier era filho do promotor público e deputado estadual Júlio Rocha Xavier e Maria Tereza Xavier. O médico foi casado com Valéria de Moura Xavier, de quem estava divorciado e era pai de Luiz Cláudio e Ana Carolina,</p>

falecida de março de 2008”

(<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/morre-claudio-xavier-ex-secretario-de-saude-do-governo-requiao-ceyrrd254sq5veck0eygym1jj>; acesso em 26/2017).

- “Filho do promotor público e deputado estadual (pelo PTB) Júlio Rocha Xavier e Maria Tereza Xavier, era pai de Luiz Cláudio e Ana Carolina, falecida em março de 2008. Cláudio Xavier era irmão do empreiteiro Maurício Xavier e primo do presidente do Conselho de Administração da Sanepar, Pedro Henrique Xavier”

(<http://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/infarto-mata-ex-secretario-da-saude-do-parana/>; acesso em 27/10/2017).

- “Entre outras ações, Cláudio Xavier comandou desde o projeto até a viabilização da construção do maior centro de reabilitação do país, que hoje leva o nome de sua filha que faleceu em 2008, Ana Carolina Moura Xavier”

(<http://boiaquente.blogspot.com.br/2010/03/morre-claudio-xavier-ex-secretario-da.html>; acesso em 27/10/2017).

- “Segundo o ex-presidente, Xavier alegava ser suspeito para se manifestar sobre este contrato, uma vez que a Construtora CG, de propriedade de Maurício Xavier – sobrinho de Pedro Henrique Xavier - havia sido a segunda colocada na licitação vencida pela Pavibrás. ‘Quando analisávamos nas reuniões do Conselho os pedidos de aditivos da Pavibrás, o Xavier sempre alegou que não poderia se posicionar. Ele era advogado da CG’”(<http://www.bemparana.com.br/noticia/35208/botto-admite-irregularidades-na-sanepar>; acesso em 26/10/2017).

- “O presidente da CPI do Porto de Paranaguá na Assembleia Legislativa, Valdir Rossoni (PSDB), afirmou ontem que os deputados irão investigar uma acusação de tráfico de influência contra o empresário Alberto Maurício Xavier, proprietário da CG Construtora. Maurício Xavier, que é sobrinho do secretário de Estado da Saúde, Cláudio Xavier, e do assessor jurídico do governo, Pedro Henrique Xavier, teriam se oferecido para assumir um contrato junto à empresa Bandeirantes Dragagem que havia sido suspenso pelo governo estadual no início de 2003. Maurício Xavier teria dito na ocasião, segundo o deputado, que teria canais para retomar o repasse dos recursos cancelado pela administração do porto”

(<http://www.folhadelondrina.com.br/politica/cpi-do-porto-investiga-traffic-de-influencia-493413.html>; acesso em 27/10/2017).

- “Meu pai faleceu em 1994. É um absurdo’, afirma o filho de Júlio Rocha, o advogado Pedro Henrique Xavier. [...] Júlio Rocha Xavier, que faleceu no dia 13 de dezembro de 1994 e foi sepultado no cemitério Parque Iguaçu, em Curitiba” (<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/socios-acusam-o-jockey-de-fraude-bk1dw0zfqwsgf9phvu5q1no7i>; acesso em 27/10/2017).

- Júlio Rocha Xavier foi deputado estadual pelo PTB (1947-1954), presidente da ALEP em 1951. “Exerceu o cargo de secretário da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Mais tarde nomearam-no promotor público de Carlópolis, acumulando as funções de Delegado de Polícia e, a seguir, juiz de direito dessa cidade, por concurso. Foi prefeito de Carlópolis (PR) em 1942. Nas eleições de 1947 foi eleito deputado estadual e em 1950 foi reeleito ocupando a cadeira da presidência” (<http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/88-julio-rocha-xavier>; acesso em 27/10/2017).

- Em 1962, Julio Rocha Xavier foi indiciado por corrupção de menores (<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830348&pesq=J%C3%BAlio%20Rocha%20Xavier&pasta=ano%20195>; acesso em 11/10/2018).

-Julio Rocha Xavier também foi diretor da Caixa Econômica Federal do Paraná em 1956 (<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=095346&pesq=J%C3%BAlio%20Rocha%20Xavier&pasta=ano%20195>; acesso em 11/10/2018).

“FOLCLORE Na primeira eleição de Curitiba autônoma três candidatos do PTB, Júlio Rocha Xavier (pai da rapaziada do governo Requião) a deputado estadual, Gastão Vieira de Alencar a deputado federal, Estevão de Souza Neto a prefeito fizeram campanha consorciada na base da rima: "Julinho, Estevão e Gastão// Vão ganhar a eleição!" Havia outras: "Julinho Rocha Xavier// é este que o povo quer" ou ainda "Estevão de Souza Neto// do povo é o predileto!" Como se vê aí também a rima não foi solução, embora Julinho e Gastão vencessem” (<http://www.folhadelondrina.com.br/politica/luiz-geraldo-mazza-502606.html>; acesso em 27/10/2017).

APÊNDICE 13: SERGIO BOTTO DE LACERDA

	VICE-PRESIDENTE DO CAAd
	Nascido em 25/07/1959
Formação	•Direito - Universidade Federal do Paraná, em 1983.
Carreira	<ul style="list-style-type: none"> •Procurador do Estado do Paraná, desde 1988. •Procurador-Geral do Estado (2003/2007 e 2015). •Conselheiro nas Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A (ELEJOR) (2005). - Conselheiro no Paraná Previdência (2007). - Conselheiro de autoridade portuária do Ministério dos Transportes-DF (2005-2007). - Conselheiro da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) (2005-2007). - “É advogado militante, atualmente sócio titular de S. Botto & Advogados Associados e procurador do estado - Procuradoria Geral do Estado do Paraná. Foi Procurador Geral do Estado do Paraná e foi Presidente e membro de diversos Conselhos de Administração de Estatais do Paraná. Atua principalmente nos Tribunais” (https://www.escavador.com/sobre/1111650/sergio-botto-de-lacerda; acesso em 30/10/2017).
Vida social e polêmicas	<ul style="list-style-type: none"> - É piloto de Kart (http://www.allkart.net/newAllkart/2012/07/20/mais-de-100-pilotos-ja-confirmados-para-cascavel/; acesso em 30/10/2017). - Em 2006, Lacerda se opôs à PEC 40, que tipificava e proibia a prática de nepotismo no Paraná: “Mesmo com o mandado de segurança pedindo a suspensão da sessão de votação da PEC nº 40 pelo plenário da Assembléia Legislativa ontem à tarde, a emenda foi votada e aprovada por 40 deputados. O mandado foi protocolado no Tribunal de

	<p>Justiça pelo deputado Rafael Greca (PMDB) e o procurador-geral do Estado, Sergio Botto de Lacerda, alegando que alterações dessa ordem são prerrogativas do Poder Executivo. O TJ não teve o mesmo entendimento e negou a liminar solicitada” (http://www.tadeuveneri.com.br/noticias/3/noticias/408/deputados-aprovam-projeto-do-nepotismo-em-primeiro-turno; acesso em 30/10/2017).</p> <p>- “O procurador geral do estado, Sérgio Botto de Lacerda, pediu demissão de seu cargo ao governador do Paraná Roberto Requião na quarta-feira (28). Entretanto, uma conversa entre os dois deve decidir a permanência ou não de Botto no cargo. Nesta sexta-feira Botto reiterou o pedido ao chefe da Casa Civil, Rafael Iatauro” (http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/procurador-sergio-botto-de-lacerda-pede-demissao-do-cargo-adzym5sppnsx6hxnxl023ozy; acesso em 30/10/2017).</p> <p>- “Especula-se que o pedido de demissão de Botto também se justificaria por razões pessoais, em função de desentendimentos com o ouvidor-geral do Estado, Luiz Carlos Delazari, e seu filho, o secretário estadual de Segurança, Luiz Fernando Delazari. [...] Na época, em substituição a Botto, Requião nomeou Pedro Henrique Xavier para a presidência do Conselho da Sanepar. Logo que assumiu, Xavier admitiu, em entrevista ao Jornal do Estado, a existência de um esquema de manipulação de licitações na companhia e revelou que todos os contratos firmados nos últimos anos receberam aditivos, extrapolando o valor das obras. [...] No último dia 11 de julho, em depoimento na Assembléia Legislativa, Botto confirmou a farra dos aditivos contratuais na estatal e responsabilizou Xavier e sua substituta na PGE, Jozélia Nogueira Broliani pelas irregularidades” (http://www.bemparana.com.br/noticia/43738/botto-de-lacerda-assume-cargo-na-parana-previdencia; acesso em 30/10/2017).</p> <p>- Em 2008, o “advogado José Cid Campêlo Filho ajuizou um recurso (agravo de regimento) no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a anulação do julgamento do pedido de liminar concedido pelo ministro Cesar Peluso a uma reclamação de Eduardo Requião, que permitiu sua posse na Secretaria dos Transportes. Campêlo Filho alegou que os advogados de Eduardo, Sérgio Botto de Lacerda e Fabrício Massardo, tiveram o privilégio de receber antecipadamente de Peluso a cópia do despacho através do aparelho do fax do seu gabinete no STF. Ontem mesmo, Botto de Lacerda</p>
--	---

	<p>encaminhou um ofício ao gabinete do ministro Cesar Peluso, com uma cópia em anexo do extrato de chamadas do escritório para mostrar que recebeu o despacho do ministro no dia 25 deste mês, às 14h11, e não no dia 23, como acusou o advogado Cid Campêlo. Botto classificou o questionamento como “descabido” e atribuiu ao “inconformismo” de Campêlo. Ele representa José Rodrigo Sade na ação popular que requereu a anulação do decreto de nomeação de Eduardo com base na decisão do STF, que proibiu a contratação de parentes de autoridades para cargos em comissão e de confiança. A acusação de Campêlo se baseou no documento enviado via fax do escritório de Botto de Lacerda para a área de comunicação de governo. O site da agência de notícias do governo reproduziu o documento de Botto de Lacerda, em que constava 09/23/2008 (em inglês, o mês vem antes do dia), como se fosse o dia em que Peluso mandou o despacho para o advogado. “É anormal um gabinete de um ministro mandar o despacho por fax ao advogado. E antes mesmo de publicar no Diário Eletrônico do Tribunal. Nós estamos pedindo igualdade de tratamento. Não pode haver privilégio para uma das partes”, acusou. No comunicado enviado à oficial de gabinete de César Peluso, Maria Lucia Fernandes Melo, o advogado de Eduardo cita que a data de 23 de setembro consta do fax, provavelmente, devido à falta de atualização na programação do aparelho usado pelo gabinete do ministro. “O descabido questionamento baseia-se no fato de que consta do fax oriundo desse gabinete a data “0.9/23/2008 18:43” (por provável não atualização da programação)”, diz o ofício de Botto de Lacerda. No recurso, Campêlo pede ainda que Peluso se pronuncie a respeito do exercício do cargo de superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa). No decreto de nomeação para a Secretaria de Transportes, o governador Roberto Requião (PMDB) designa Eduardo para acumular a Appa, que é vinculada à pasta. Em sua decisão, o ministro entendeu que o cargo de secretário é de natureza política e não afronta a Súmula Vinculante n.º 13. A decisão de Peluso, anunciada anteontem, cassou a liminar concedida a ação popular de Campêlo que suspendeu a vigência do decreto que nomeou Eduardo para a secretaria” (https://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/advogado-alega-que-eduardo-teve-privilegio/; acesso em 17/04/2019).</p> <p>- “Sérgio Botto de Lacerda, que chegou a ser homem forte do governador Roberto Requião (PMDB), deixou ontem o conselho da Companhia Paranaense de Energia (Copel) e a presidência dos conselhos administrativos das Centrais Elétricas do Paraná (Elejor) e da ParanaPrevidência. [...] A decisão foi tomada após Botto ter sido citado por integrantes</p>
--	--

	<p>do governo do Estado como um "conselheiro equivocado" ao receber convite para advogar em prol do grupo Sanedo (que detém 30% das ações da Dominó Holdings, sócia minoritária da Sanepar) na intermediação de compra de ações pela própria Copel” (http://www.bonde.com.br/bondenews/politica/botto-de-lacerda-deixa-o-governo-definitivamente-78203.html; acesso em 30/10/2017).</p> <p>- “O supra-sumo foi saber que o glorioso e competente PHX deu entrevista coletiva para comentar a questão. Sobre aquilo que seriam honorários advocatícios (e ele sabe do que se trata, pois é advogado), tratou como sendo comissão. É, para os espertos, seria uma “comissão” com contrato de honorários escrito e com recusa da comissão, também por escrito. [...] É de pasmar, num governo em que o próprio governador diz só haver ladrões (li num desses pasquins ontem), alguém receber oferta de comissão por escrito, responder por escrito e ainda recusar a comissão! O cara deve ser louco mesmo!” (http://www.fabiocampana.com.br/2007/10/o-desabafo-de-sergio-de-botto-de-lacerda/; acesso em 30/10/2017).</p> <p>- “De posse da cópia da carta de Botto de Lacerda, endereçada a Requião, o líder da oposição, Valdir Rossoni, subiu à tribuna da Assembleia, ontem, para ler trechos e convencer os colegas sobre a necessidade de uma CPI da Corrupção” (http://www.bemparana.com.br/politicaemdebate/index.php/2007/11/01/o-bolerao-do-botto/; acesso em 30/10/2017).</p> <p>- Em 2008, Botto de Lacerda foi advogado de Nelize Dalprá, prefeita cassada de Campina Grande do Sul-PR (http://www.fabiocampana.com.br/2008/09/juiz-cassa-prefeita-de-campina-grande-botto-de-lacerda-a-chama-de-grosseira/; acesso em 30/10/2017).</p> <p>- CVM multa Lacerda e outros administradores da SANEPAR: “Entre os acusados, estão Sergio Botto de Lacerda, Pedro Henrique Xavier, Rogério Distefano, Marcos Vinicius Ferreira Mazoni, Izabel Cristina Marques, Jozélia Nogueira Broliani e Júlio César da Silva. O motivo é que eles decidiram remunerar retroativamente Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Afac), o que configura infração” (https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20141216/cvm-multa-ex-administradores-sanepar-milhoes/217426/; acesso em 30/10/2017).</p> <p>- “O advogado Sérgio Botto de Lacerda poderá assumir a Procuradoria-Geral do Governo do Paraná. Ele já ocupou o</p>
--	--

	<p>cargo de procurador-geral no governo de Roberto Requião (PMDB). O atual procurador é Ubirajara Ayres Gasparin” (https://www.esmaelmorais.com.br/2015/04/stephanes-jr-e-botto-de-lacerda-cotados-para-o-secretariado-de-richa/; acesso em 30/10/2017).</p> <p>- “O Ministério Público do Paraná (MP-PR) investiga a conduta do procurador Sergio Botto de Lacerda, do Paraná, no pedido de habeas corpus do empresário Luiz Abi Antoun, acusado de fraudar uma licitação do governo do estado. [...] A promotoria quer saber se o procurador, que trabalhar para o estado, poderia atuar na defesa de Antoun, parente do governador Beto Richa (PSDB), solto em 23 de março de 2015” (http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2015/06/mp-investiga-conduta-do-procurador-do-parana-na-defesa-de-empresario.html; acesso em 30/10/2017).</p> <p>- Em 2015 a “Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR) divulgou uma nota nesta terça-feira (2) afirmando que não vê irregularidades no exercício da advocacia privada por parte do procurador do Paraná, Sérgio Botto de Lacerda. De acordo com a nota de esclarecimento da OAB, o procurador em questão não possui impedimento para exercer a profissão” (https://pr.ricmais.com.br/dia-a-dia/noticias/oab-afirma-que-procurador-geral-pode-exercer-advocacia-privada/; acesso em 30/10/2017).</p>
<p>Familiares</p>	<p>- Lacerda tem parentesco com família com tradição política oriundo da Lapa-PR: “Na Procuradoria Geral Estado, estava Sérgio Botto de Lacerda, sobrinho do ex-Ministro da Educação no período da Ditadura Militar e ex-reitor da UFPR, Flávio Suplicy de Lacerda, também parente de Ney Braga” (OLIVEIRA, 2007, p. 167).</p> <p>- “A linhagem de Flávio (Suplicy, Magalhães, Rezende e Virmond) evidencia que sua trajetória é marcada pela ascendência nobre, portanto, detentora de títulos e de reconhecimento entre os grupos dominantes e governantes do Paraná. Além disso, acumularam riquezas nos Campos Gerais, pois, de acordo com Lacerda Neto, “[...] tanto ele [Frederico Virmond] como seu genro [Jean] Suplicy puderam às famílias que encabeçavam propiciar decidido conforto, tendo aquele se dedicado inicialmente ao comércio e este à joalheria [...] para na Lapa tornarem-se fazendeiros [...]” (LACERDA NETO, 1988, p. 8). Outra estratégia de laço familiar aconteceu com o casamento de Marília Suplicy de Lacerda, irmã de Flávio de Lacerda. Sua irmã casou-se com David Antonio da Silva Carneiro – herdeiro de uma das</p>

	<p>indústrias mais importantes do mate do Paraná. Além disso, o casamento do próprio Flávio de Lacerda expressa um verdadeiro trunfo no processo de reprodução social. Embora não façamos uma construção da ascendência da família da esposa de Flávio de Lacerda, é possível observar que ela remonta ao Rei Afonso Henriques, no século XI, passando pelos reis Afonso II (séc. XII) e Afonso III (séc. XIII), portanto tem origem na nobreza portuguesa” (CAMPOS, N. (2013). “Flávio Suplicy de Lacerda: genealogia de um integrante da elite paranaense”. <i>Revista de Sociologia e Política</i>, vol.21, n.47, pp.113-132) (p. 120).</p> <p>- “E, em nome da nova amizade, Botto foi acionado – repercutiu mal na ocasião já que ele seria um funcionário público atuando contra o interesse do governo – para libertar o primo distante do governador, Luiz Abi Antoum, preso pelo Gaeco de Londrina, na Operação Voldemort, aquela da fraude da licitação das oficinas para consertar veículos oficiais, que acabou respingando na parente do procurador, a secretária de Administração, Dinorah Botto (Portugal) Nogara” (http://cicerocattani.com.br/viajando-no-helicoptero-alugado-do-novo-guru/; acesso em 30/10/2017).</p> <p>- “A secretária faz parte da equipe de Beto desde a prefeitura, onde também exercia funções de confiança já na administração do ex-prefeito Cassio Taniguchi. Na passagem pelas administrações Taniguchi/Richa, teve seu nome citado em vários processos, inclusive no escândalo caso do Caixa 2 da campanha. A soma de todos os pagamentos aos servidores em situação irregular chegam a R\$ 50 milhões, segundo o Ministério Público. Além do prefeito, os promotores incluíram como réus na denúncia a primeira-dama de Curitiba, Marina Taniguchi, a secretária municipal de Finanças, Dinorah Botto Nogara Portugal. A denúncia foi feita pelo Ministério Público ao Tribunal de Justiça do Paraná no último dia 22 de abril de 2002, por uso indevido do dinheiro da Fundação Araucária” (http://cicerocattani.com.br/o-melhor-esta-por-vir-veio-a-galope/; acesso em 30/10/2017).</p> <p>-Dinorah Botto tem vínculo com o clã Portugal e assumiu a presidência da ELEJOR em 2016: “Sra. Dinorah Botto Portugal Nogara assume o comando da Elejor, ela é a primeira mulher, na história da empresa, a assumir o cargo de Diretora Presidente. [...] Dinorah é graduada em Administração pela Universidade Federal do Paraná. Especialista em Gestão Pública, Políticas Econômico-Financeiras e Planejamento Estratégico. Funcionária pública municipal de Curitiba desde 1983. No Governo do Paraná, foi secretária de Estado da Administração e da Previdência, de</p>
--	--

	<p>janeiro de 2013 a março de 2016. Também foi assessora da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral. Na Prefeitura de Curitiba foi secretária de Finanças, secretária de Administração, e também de Recursos Humanos. Foi presidente do Instituto de Previdência e da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – CIC-SA, além de superintendente do Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP). É natural de Curitiba” (http://www.eleior.com.br/dinorah-botto-nogara-assume-presidencia-da-eleior/; acesso em 30/10/2017).</p> <p>- Dinorah Botto Portugal Nogara responde a 5 processos na justiça (https://www.escavador.com/sobre/285167612/dinorah-botto-portugal-nogara; acesso em 30/10/2017).</p> <p>- Celso Lisboa de Lacerda (superintende do INCRA no Paraná em 2004 e presidente do INCRA em 2011) também é um possível familiar: “[...] Botto de Lacerda disse que o STJ julgou o pedido de liminar porque não tinha conhecimento da oferta de compra do terreno. ‘Há uma incompatibilidade da decisão tomada pelo STJ e da postura dos proprietários que querem vender o imóvel. Para mim, o episódio está superado já que eles (os donos da terra) demonstraram claramente que não pretendem permanecer com a fazenda’, acrescentou o procurador. [...] O superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Celso Lisboa de Lacerda, confirmou as negociações para a compra da Fazenda Sete Mil” (http://www.folhadelondrina.com.br/geral/estado-nao-pretende-cumprir-ordem-490069.html; acesso em 30/10/2017); “Celso Lisboa de Lacerda é anunciado novo presidente do Incra” (http://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/celso-lisboa-lacerda-anunciado-novo-presidente-incra-16479; acesso em 30/10/2017).</p>
--	--

APÊNDICE 14: ROGÉRIO DISTEFANO

	<p>DIRETOR JURÍDICO E VICE-PRESIDENTE DO CAd</p>
	<p>Nascido em 24/11/1948</p>
<p>Formação</p>	<p>- Bacharel em Direito – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná – UFPR, março/1972.</p> <p>- Bolsista do Governo da República Portuguesa – Pesquisas sobre História do Direito – Universidade de Lisboa, 1975.</p> <p>- Pós-graduação com cumprimento de Créditos do Curso de Mestrado em Direito – Universidade Federal do Paraná – UFPR, 1982 a 1985.</p>
<p>Carreira</p>	<p>- Advogado cível em Curitiba, desde 1972.</p> <p>- Procurador do Estado do Paraná, atuando na área de Direito Público, desde agosto/1985.</p> <p>- Membro do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado do Paraná (1991 a 1993, 1999 a 2001 e 2003 a 2005).</p> <p>- Chefe da Procuradoria Administrativa da UFPR (1990 a 1991).</p> <p>- Coordenadoria de Recursos de Ações Rescisórias da UFPR (2003 a 2005).</p> <p>- Membro do Conselho de Planejamento e Administração da UFPR (2003 a 2005).</p> <p>☐ Atividades Docentes:</p> <p>Professor de Direito Constitucional da PUC-PR (1974 a 1986).</p> <p>Professor de Instituições de Direito Público e Direito Internacional Público da UFPR (1989 a 1991).</p>

	<p>Professor de Direito Financeiro da UFPR, desde 1992.</p> <p>Membro de bancas de concurso de professor substituto do centro de Ciências Jurídicas e orientador de monografias de graduação do Curso de Direito da UFPR.</p>
<p>Vida social e polêmicas</p>	<p>- Leitor assíduo, sobretudo, das disciplinas de História e Sociologia (http://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/do-tamanho-do-mundo-blvp4h8gteudv4yy3gzsl9aoe; acesso em 31/10/2017).</p> <p>- Distéfano foi editor do blog “Maxblog”, que está momentaneamente fora do ar, mas com indicativos de retorno (http://www.zebeto.com.br/para-rogerio-distefano-2/#.Wfi2IFtSz-Y; acesso em 31/10/2017).</p> <p>- “Em 2003, com o jurídico sob o comando de Rogério Distéfano, a Sanepar entrou com uma ação para anular um contrato com um escritório de advocacia (Hilu, Custódio Filho e Caron Batista), firmado no fatídico último ano do governo Lerner (também por inexigibilidade)” (https://www.esmaelmorais.com.br/2013/02/professores-na-miseria-ja-o-sobrinho-de-flavio-arns/; acesso em 31/10/2017).</p> <p>- No primeiro governo Requião, enquanto procurador do Estado, Distéfano conseguiu uma “liminar que restabeleceu o controle do Estado sobre a Sanepar. E reduziu a participação da Dominó no conselho de administração” (http://rogerio-distefano.blogspot.com.br/2007/06/02_archive.html; acesso em 31/10/2017).</p> <p>- Já no segundo mandato de Requião, Distéfano passa a ser um ácido crítico por meio de seu blog: “Sanepar e sindicatos chegaram ao entendimento. Bom para o povo do Paraná - se é que isso conta, dado o histórico progresso e recente. Tudo que a imprensa levantou nestes seis meses continua: a gestão amadorística, o inchaço empreguista, a falta de visão estratégica, o aparelhamento político e o acobertamento de desvios administrativos. Nada indica que algo vai mudar e quem vai sofrer será o Tesouro do Estado, obrigado a tapar a falta de recursos pela manutenção da tarifa, dos subsídios e da estrutura inchada e cara” (http://rogerio-distefano.blogspot.com.br/2007/06/e-sanepar-fica-como-est.html; acesso em 31/10/2017).</p> <p>- Em 2008 criticou o nepotismo do Executivo estadual: “O procurador do Estado e ex-membro do conselho da Sanepar, Rogério Distefano, usou seu blog (Maxblog) para fazer duras</p>

	<p>críticas ao governador Roberto Requião (PMDB) em relação a questão do nepotismo. [...] Logo após o Supremo Tribunal Federal (STF) proibir o nepotismo também no executivo e no legislativo, Requião nomeou a esposa Maristela, e o irmão, Eduardo, como secretários especiais” (http://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/procurador-critica-nepotismo-no-executivo-estadual/; acesso em 31/10/2017).</p> <p>- “O advogado Rogério Distéfano, ex-integrante da cúpula da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), estará [...] na Assembleia Legislativa, para prestar esclarecimentos sobre contratos estabelecidos entre a Sanepar e a Pavibrás - empresa de Londrina responsável por obras de saneamento no Litoral. A oposição alega que os aditivos concedidos à Pavibrás - e aprovados pelo Conselho Administrativo da Sanepar - são irregulares” http://www.folhadelondrina.com.br/politica/distefano-e-botto-ao-legislativo-608935.html; acesso em 31/10/2017).</p> <p>- “Sobre o caso Pavibrás, ele afirma que os problemas começaram na licitação realizada ainda no governo Jaime Lerner, mas continuaram na atual administração. Ele diz ainda que um grupo de cerca de 30 de altos funcionários da Sanepar controlariam a companhia. ‘Essas pessoas explodiam a tabela salarial. Ocupam os chamados cargos estratégicos. Um dos gerentes tinha salário de R\$ 15.000,00’, explicou.” http://www.bemparana.com.br/noticia/31768/ex-conselheiro-confirma-suspeitas; acesso em 31/10/2017).</p> <p>- “A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) julgou nesta terça-feira, 16, processo administrativo sancionador no qual foram apuradas as responsabilidades dos então administradores da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar). Juntas, as multas aplicadas aos envolvidos somam R\$ 2,5 milhões. [...] Entre os acusados, estão Sergio Botto de Lacerda, Pedro Henrique Xavier, Rogério Distefano, Marcos Vinicius Ferreira Mazoni, Izabel Cristina Marques, Jozélia Nogueira Broliani e Júlio César da Silva. O motivo é que eles decidiram remunerar retroativamente Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Afac), o que configura infração” https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20141216/cvm-multa-ex-administradores-sanepar-milhoes/217426; acesso em 31/10/2017).</p>
Familiares	- Distéfano é “filho de ex-telegrafista e ex-gerente de Correio” e também é: “Casado com Peggy Paciornick, uma das mais

	<p>solicitadas tradutoras do Paraná” (http://www.tribunapr.com.br/blogs/dante-mendonca/por-que-saiu-saiu-por-que/; acesso em 31/10/2017).</p> <p>- A família Paciornick, da imigração russa, tem tradição na medicina brasileira: “Moysés Goldstein Paciornik (1914 – 2008) foi médico ginecologista. Em 1959, fundou o Centro Paranaense de Pesquisas Médicas, do qual foi diretor. O centro dedicava-se à prevenção do câncer ginecológico e estendeu os serviços às reservas indígenas no sul do Brasil” (http://paranaportal.uol.com.br/blogs-memoria-paranaense/o-medico-moises-paciornik-foi-um-defensor-do-parto-de-cocoras/; acesso em 31/10/2017).</p> <p>- “O casal Peggy e Rogerio Distefano divide a existência há 36 anos. Nessa temporada, são mais de três mil livros (em comum) espalhados por cinco cômodos. Ele, 60 anos, é procurador do Estado e comprou o primeiro livro quando tinha 14 anos. Atualmente, investe R\$ 400 todo mês em livros, sobretudo de História e Sociologia. A sua dieta de leitura tem duração mínima de quatro horas nos dias úteis. As leituras não são regulares, interrompidas, nos fins de semana. Peggy, tradutora profissional, não tem a mesma voracidade que o marido. Já leu muita poesia. Ganhou um livro do poeta Keats, uma relíquia, diretamente das mãos de outro poeta, o seu amigo Paulo Leminski. Uma biblioteca pode ser um elemento que une duas vidas – Peggy e Rogério que o digam” (http://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/do-tamanho-do-mundo-blvp4h8gteudv4yy3gzsl9aoc; acesso em 31/10/2017).</p>
--	---

APÊNDICE 15: HERON ARZUA

	CONSELHEIRO DO CAD
	Nascido em 14/06/1939
Formação	<ul style="list-style-type: none"> - Direito - Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. - Pós-graduação em Direito, Política e Administração Tributária - Fundação Getúlio Vargas, em 1967. - Estágio no Ministério de Finanças da França, Paris, em 1969. - Especialização em Direito Tributário - PUC-SP, em 1972. - Especialização em Direito administrativo - PUC, em 1972.
Carreira	<p><u>Atividades Públicas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Assessor Tributário da Secretaria da Fazenda do PR (1967). - Membro da Comissão de Reforma Tributária do Ministério da Fazenda (1968). - Procurador-Geral do Município de Curitiba (1972/1978). - Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Brasília (1979/1980). - Conselheiro da OAB-PR (1984/1985). - Secretário da Fazenda do Paraná (1991/1994). - Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-PR (1999/2000). - Secretário estadual da Fazenda no segundo governo Requião. - “[...] Arzua, homem de confiança do governador Roberto Requião (PMDB), assume o cargo de secretário especial” em 2007 (http://www.folhadelondrina.com.br/politica/heron-

	<p>arzuavai-para-assessoria-especial-e-bueno-assume-fazenda-605175.html; acesso em 01/11/2017).</p> <p>- É secretário parlamentar do gabinete do senador Roberto Requião (PMDB-PR) (http://www6g.senado.leg.br/transparencia/sen/72/pessoal/?local=escritorio&ano=2016; acesso em 11/03/2018).</p> <p><u>Atividades Privadas</u></p> <p>- Advogado em Curitiba (Arzua & Schmitt Advogados Associados).</p> <p>- Consultor Jurídico da Associação Comercial do PR.</p> <p>- Palestrante e Conferencista em Seminários de Direito Tributário</p> <p>- Autor de livros e artigos sobre matéria tributária e financeira (Revista de Direito Tributário e Revista de Dialética de Direito Tributário - SP)</p> <p>- Integrante da Delegação Brasileira em Seminários de Direito Tributário Internacional na cidade do México (1974), Jerusalém (1978), Rio de Janeiro (1979), Copenhague (1979), Palma de Maiorca (1989), Caracas (1992), Colônia do Sacramento (1994), Genebra (1996) e Austin, Texas (1996). (http://www.bk27.com.br/heronarzuaprofissionais.php; acesso em 01/11/2017).</p> <p>- “Governador” do “Distrito 464”, do Rotary Club de Curitiba – Oeste: “1976/1977 - Ivo Arzua Pereira, R.C. de Curitiba – Oeste” (http://www.curitibaoste.org.br/web.asp?RotaSource=3&qestao=0&categ=distrito4730&id=1; acesso em 04/12/2017).</p>
<p>Vida social e polêmicas</p>	<p>- Em “19 de março de 2009, o competente secretário da Fazenda do governo Roberto Requião, Heron Arzua, propunha solução radical para sair do imbróglio: fechar a Paraná Previdência” e transformá-la numa superintendência da Secretaria da Fazenda (http://www.fabiocampana.com.br/2014/02/em-2009-heronarzuapensou-em-fechar-a-paranaprevidencia/; acesso em 01/11/2017).</p> <p>- “Tesoureiro da campanha do candidato do PMDB, Roberto</p>

	<p>Requião e também responsável pelo programa de governo do peemedebista, o ex-secretário da Fazenda, Heron Arzua, foi multado em R\$ 1.450,98 pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), por irregularidades no recolhimento das contribuições do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) nos anos de 2009 e 2010” (http://www.bemparana.com.br/tupan/tag/heron-arzua/; acesso em 01/11/2017).</p> <p>- “A Secretaria da Fazenda do Paraná divulgou comunicado hoje informando ter revogado a Resolução 118/2010, publicada no Diário Oficial do dia 30 de dezembro de 2010, por suspeitar que pode ter havido uma "fraude". O documento trata da implantação da carreira de agente fazendário estadual e é assinado pelos ex-secretários da Fazenda, Heron Arzua, e da Administração, Maria Marta Weber Lunardon” (http://www2.diariodaregiao.com.br//politica/governo-do-pr-revoga-medida-por-suspeita-de-fraude-1.265593; acesso em 01/11/2017).</p> <p>- “Heron Arzua declarou em cartório que sua assinatura na resolução que regulamentou a carreira dos agentes da fazenda é falsa. Um processo de investigação está em curso e deve chegar a autoria do crime” (https://olhoabertopr.blogspot.com.br/2011/01/falsificaram-assinatura-de-heron-arzua.html; acesso em 01/11/2017).</p> <p>- “Os gabinetes servem para atender a população, mas também para abrigar aliados políticos. No caso do senador Requião, o gabinete curitibano tem entre seus nomeados três secretários do último governo do peemedebista. Estão na folha de pagamento Heron Arzua, que era o titular da Fazenda; Rafael Greca, da Habitação; e Luiz Fernando Delazari, da Segurança Pública. Um quarto ex-secretário, Benedito Pires, da Comunicação Social, está lotado no gabinete em Brasília. Os salários podem chegar a R\$ 18 mil mensais, segundo informações oficiais divulgadas pelo Portal da Transparência do Senado” (http://www.portalcambe.com.br/senadores-do-parana-gastam-r-28-mi-por-ano-com-gabinetes-regionais/; acesso em 01/11/2017).</p> <p>- “Heron Arzua, advogado tributarista, competentíssimo homem de finanças, profissional que por mais tempo foi secretário da Fazenda do Paraná (três mandatos de Requião), vai coordenar as finanças da campanha de Requião ao governo. Fará mais. É o responsável pelo plano de governo na área tributária” (http://www.fabiocampana.com.br/2014/07/heron-arzua-</p>
--	---

	<p>coordena-financas-de-requiiao/; acesso em 01/11/2017).</p> <p>- “A diretoria da Associação Comercial do Paraná (ACP) manifesta publicamente seu apoio ao advogado Heron Arzua, ex-secretário da Fazenda (2003-2010), atingido por declarações caluniosas envolvendo supostas irregularidades cometidas pela Receita Estadual. [...] Antonio Miguel Espolador Neto - Presidente da Associação Comercial do Paraná” (https://acpr.com.br/noticias/nota-publica-6/; acesso em 01/11/2017).</p>
Familiares	<p>- “Guido Arzua (pai), casado com D. Stela Camargo Arzua (mãe), de saudosa memória - que foi fundadora e primeira Presidente da Associação de Senhoras de Rotarianos e tendo como único filho o Dr. Heron Arzua - também Rotariano e ex-Presidente do Rotary Club de Curitiba Norte” (http://www.curitibaeste.org.br/web.asp?RotaSource=1&gestao=0&categ=padrao&id=15; acesso em 01/11/2017).</p> <p>- Claudia Arzua (filha e advogada)</p> <p>- Ivo Arzua (tio e falecido em 2012): “Em seus 87 anos de vida, Ivo Arzua se destacou como engenheiro, político e como benfeitor da Santa Casa de Curitiba / 1925 – nasce em 29 de abril em Palmeira, no interior do Paraná, Ivo Arzua Pereira / 1948 – forma-se engenheiro civil pela Universidade Federal do Paraná / 1953 – foi encarregado pelo governador Bento Munhoz da Rocha Neto de tocar, como engenheiro responsável, a construção do Palácio Iguazu / 1962 a 1967 – como prefeito de Curitiba, criou o Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba (IPPUC) e um novo plano diretor para a cidade. Foi responsável pelo alargamento das ruas Mal. Deodoro, Mal. Floriano e da XV de Novembro. Criou o primeiro espaço exclusivo para uso dos pedestres na Travessa Oliveira Belo, entre a Praça Zacarias e a Avenida Luiz Xavier / 1967 a 1969 – foi ministro da Agricultura, quando criou três institutos de pesquisa e desenvolveu o primeiro avião agrícola nacional / Foi professor da UFPR e da PUCPR e autor de diversas obras / Durante muitos anos foi provedor da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba” e também foi signatário do AI-5 em 1968 (http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/morre-o-ex-prefeito-de-curitiba-ivo-arzua-pereira-3ck2cmd2tqz6nb2xzvlocle6; acesso em 01/11/2017).</p> <p>- Maria Helena Sotto Maior Pereira (esposa de Ivo Arzua) e integrante de dois clãs familiares do Judiciário paranaense:</p>

	<p>Pereira e Sotto Maior.</p> <p>- Elaine Maria Sotto Maior Pereira (filha de Ivo Arzua e Maria Helena Sotto Maior Pereira)</p>
--	---

APÊNDICE 16: MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI

	CONSELHEIRO DO CAAd
	Nascido em 19/12/1960
	Natural de Porto Alegre - RS
Formação	<ul style="list-style-type: none"> - Administração de Empresas – FGV-Fundação Getúlio Vargas. - Pós-graduação em Tecnologia da Informação – FGV-Fundação Getúlio Vargas. - Pós Graduado em Gestão Empresarial – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Carreira	<ul style="list-style-type: none"> - Chefe de Planejamento Operacional da Cia. De Telecomunicações do Rio Grande do Sul (1989/1991). - Diretor Técnico da Cia. Municipal de processamento de Dados de Porto Alegre - PROCEMPA (1993/1998). - Presidente da Associação Brasileira de Entidades Municipais de Informática - ASBEMI (1997/1998). - Vice-Presidente da Associação Brasileira de Empresas Estaduais de Processamento de Dados - ABEP, em 1999. - Assessor do ex-prefeito de Porto Alegre, Olívio Dutra (PT-RS). - Presidente da Cia. De Processamento de Dados do Rio Grande do Sul - PROCERGS (1999/2002). - Diretor-Presidente e Técnico da Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR. - Diretor-Presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) entre 2007 e 2016
Vida social e	- “O gaúcho é quadro técnico e político de importância no PT, embora pertença à fração neotrotskista chamada Democracia Socialista, que no RS tem como seus líderes

<p>polêmicas</p>	<p>o ex-deputado Raul Pont e Arno Augustin” (http://polibiobraga.blogspot.com.br/2017/03/o-gaucha-marcos-mazoni-ex-serpro-e-ex.html; acesso em 06/11/2017).</p> <p>- “Mazoni é um dos precursores dos sistemas de informática em softwares livres no Brasil, tendo coordenado o I Fórum Internacional de Software Livre realizado em Porto Alegre em 2000; também é membro do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar)” (http://www.softwarelivre.serpro.gov.br/recife/convidados/marcos-vinicius-ferreira-mazoni; acesso 06/11/2017).</p> <p>- “Na Celepar, Mazoni é considerado um dos principais responsáveis pela adoção de Software Livre na empresa. Aumentou o número de funcionários mas gerou uma redução de custos com a adoção do uso do Software Livre. Um dos maiores avanços foi a criação do correio Expresso baseado em Software Livre e disponibilizado para população. [...] Foi contemplado com o prêmio Vôo Livre em 2006 entregue pela ONG BrOffice.org. [...] No dia 7 de maio de 2009, recebe das mãos do presidente Lula a medalha Cruzeiro do Sul, no grau de Grande Oficial, em reconhecimento aos relevantes serviços da organização na área de tecnologia da informação para a Administração Pública Federal” (http://dicionario.sensagent.com/Marcos%20Vin%C3%ADcius%20Ferreira%20Mazoni/pt-pt/; acesso em 06/11/2017).</p> <p>- “A única coisa que vou questionar nessa disputa que agora está ocorrendo entre a direção e os funcionários na campanha salarial de 2008 do Serpro; é se o Diretor-Presidente, Marcos Mazoni, tem um discurso coerente para pedir a compreensão dos trabalhadores por um reajuste salarial menor. Como ele pode pedir tal coisa, se uma vez por mês, participa de reunião no Paraná, no Conselho de Administração da ‘Sanepar’ (a empresa de saneamento do Estado) e recebe em torno de R\$ 3 mil?” (http://www.capitaldigital.com.br/?p=547; acesso em 06/11/2017).</p> <p>Em 2010, Mazoni é destituído do CAd da SANEPAR por Orlando Pessuti (http://www.fabiocampana.com.br/2010/04/pessuti-demite-conselheiros-da-sanepar-do-grupo-de-requiao/; acesso em 06/11/2017).</p> <p>- Em 2015, “Marcos Mazoni deixa nesta sexta-feira, 08/05,</p>
-------------------------	---

depois de oito anos, o cargo de presidente do Serpro. [...] O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, não queria a renovação dos mandatos de direção do Serpro, embora estivesse disposto a atender ao anseios da presidenta e, pelo menos, deixar Mazoni e demais diretores ficarem por mais um ano, mas o ministro mudou de opinião quando recebeu um telefonema do ministro da Previdência Social, Carlos Gabas. No telefonema, Gabas informou Levy de que tinha acabado de publicar no Diário Oficial da União uma intervenção no fundo de pensão dos funcionários do Serpro - o SERPROS - sem nenhuma razão aparente, pelo menos de domínio público, já que o fundo está superavitário, diferentemente do Postalis, dos funcionários dos Correios, ou do Petros - da Petrobras, entre outros (<http://www.convergenciadigital.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=site&infolid=39530&sid=11&utm%25252525252525255Fmedium=>; acesso em 06/11/2017).

- Ainda em 2015, o “governo federal reconduziu Marcos Vinícius Ferreira Mazoni à presidência do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda. Mazoni está no comando do Serpro desde maio de 2007” (https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2015/05/15/interinas_economia,647876/fazenda-reconduz-marcos-mazoni-ao-comando-do-serpro-e-nomeia-novos-diretores.shtml); acesso em 06/11/2017).

- “O MPF já investiga a It7 desde 2012, por supostas irregularidades na comercialização do Oracle. Segundo o inquérito, o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) teria cometido irregularidades na comercialização do software no país, incluindo suposto direcionamento para beneficiar a It7. O atual presidente do Serpro, Marcos Mazoni, esteve à frente da Celepar entre 2003 e 2006. Mazoni também é investigado no inquérito, que ainda não foi concluído” (<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/forca-tarefa-da-lava-jato-mira-contratos-de-orgaos-estaduais-cok68b2czu7rjr6lq4s1qwrsp>; acesso em 06/11/2017)..

- “[...] a Pedro Henrique Xavier, Rogério Distefano, Marcos Vinícius Ferreira Mazoni, Izabel Cristina Marques e Jozélia Nogueira Broliani, na qualidade de Conselheiros de Administração da Sanepar, multa pecuniária individual no valor de R\$ 300.000,00, por terem aprovado remuneração retroativa dos valores contabilizados como AFAC, deixando de exercer suas atribuições no interesse da Companhia”

	<p>(http://www.fabiocampana.com.br/2015/01/cvm-impoe-punicoes-pesadas-para-ex-diretores-da-sanepar-da-epoca-de-requiao/; acesso em 06/11/2017).</p> <p>- “A troca de comando no Serpro já era dada como certa desde que Temer assumiu a Presidência e Henrique Meirelles foi escolhido para o Ministério da Fazenda, com autonomia para formar sua equipe. O ex-ministro da Fazenda Joaquim Levy tentou, sem sucesso, fazer as mudanças, que agora foram efetivadas. No último fim de semana, já sabendo que seria demitido, Mazoni usou sua conta do Twitter para fazer ataques ao governo. Ele chamou o governo Temer de ‘golpista’ e de ‘canalha’. ‘Estou preocupado... Ainda não fui exonerado deste governo de canalhas’, tuitou. ‘Nenhum dos golpistas teve coragem de falar comigo... São golpistas e sem coragem’, foi outra postagem dele”</p> <p>(http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,temer-demite-presidente-e-diretores-do-serpro,10000053051; acesso em 06/11/2017).</p> <p>- “Marcos Vinícius Ferreira Mazoni, ex-presidente da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar), deverá ressarcir R\$ 44.963,62 de gastos com viagens realizadas em 2006. O interesse público dessas viagens não ficou comprovado na prestação de contas daquele ano, desaprovada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) por esse motivo e também por irregularidade na contratação de consultoria para capacitação e gestão de sistemas informatizados” (http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-pune-ex-presidente-da-celepar-por-viagens-contrarias-ao-interesse-publico/4057/N; acesso em 06/11/2017).</p>
<p>Familiares</p>	<p>- Casado com a advogada Emilia Maria do Carmo Magalhaes Mazoni (OAB 51662/RS) (https://www.escavador.com/sobre/351883946/emilia-maria-do-carmo-magalhaes-mazoni; acesso em 07/11/2017). Formada em Direito pela Unisinos e natural da cidade do Porto (Portugal) (https://www.facebook.com/emilia.magalhaesmazoni?pnref=about.family; acesso em 07/11/2017), Emília é sócia (com o filho Vinícius Magalhães Mazoni) da empresa “Conatus Integrando Soluções (Conatus Representação Comercial, Assessoria e Consultoria Ltda.)” (https://www.consultasocio.com/q/sa/emilia-maria-do-carmo-magalhaes-mazoni; acesso em 07/11/2017). Também foi diretora da “COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELETRICA PARTICIPAÇÕES - CEEE-PAR,</p>

	<p>com sede no município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201, Prédio AI, 4 1 andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.420.472/0001-0” (http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/Contrato/Documentos_Aplicacao/Terceiro_Adiitivo_081_1999_CEEE-D.pdf; acesso em 07/11/2017) e “subchefe de Administração da Casa Civil” do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (http://www.clicsoledade.com.br/clicnews/?pg=ler&id=7064; acesso em 07/11/2017). A família Magalhães é tradicional no Rio Grande do Sul (http://www.jornalfolhadosul.com.br/noticia/2017/01/13/o-visconde-de-ribeiro-magalhaes-; acesso em 17/03/2019).</p> <p>- Vinicius Magalhães Mazoni: filho e jogador de futsal pelo Florianópolis Futsal (http://ligafutsal.com.br/atletas/vinicius-magalhaes-mazoni/; acesso em 07/11/2017). É casado com Priscila Rosa; passaram a “lua de mel” na Itália (https://viniepri.zankyou.com/br/album-fotos/album/id/39115; acesso em 07/11/2017).</p> <p>- Empresário João Carlos Mazoni (filho, irmão ou primo) (https://www.facebook.com/photo.php?fbid=145206779395848&set=pb.100017195805912.-2207520000.1510074546.&type=3&theater; acesso em 07/11/2017), sócio da empresa “Mazoni Servicos e Consultoria Em Agronomia (Mazoni Servicos e Consultoria Em Agronomia Ltda - ME)” (https://www.consultasocio.com/q/sa/joao-carlos-mazoni; acesso em 07/11/2017).</p> <p>- Engenheiro agrônomo Danilo Fonseca Mazoni (https://www.aeaarp.org.br/curriculo_det.php?id=13; acesso em 07/11/2017) (filho, irmão ou primo) é sócio de João Carlos Mazoni (https://www.consultasocio.com/q/sa/danilo-fonseca-mazoni; acesso em 07/11/2017).</p>
--	--

APÊNDICE 17: JEAN-MARIE D'ASPE

	CONSELHEIRO DO CAAd
	Nascido em 10/03/1949
	Natural de Marseille – França
Formação	- Engenheiro Civil – Ecole Nationale Superieure des Mines
Carreira	<ul style="list-style-type: none"> - Engenheiro Gerente de Saneamento na Compagnie Generale des Eaux na França (1980-1998). - Responsável do Setor Caen na França (1980/1981). - Chefe do Setor Nice na França (1983/1989). - Diretor de Saneamento na Cidade de Toulouse na França (1990/1993). - Diretor Regional Região Sul da França (1993/1998). - Engenheiro de Obras: Empresas de Fundações Especiais; Soletanche Entreprise na França; Solperse – Irã (1974/1980). - Diretor Técnico da Sté Martiniquaise des Eaux nas Antilhas Francesas (1981/1983).
Vida social e polêmicas	<p>JEAN-MARIE D'ASPE, francês, casado, executivo, portador do Passaporte nº 99LP25913-8, que indica como seu domicílio Rua Edouard Delanglade 25, BP 29, 13254 Marseille Cedex 06, em França.</p> <p>Jean-Marie d'Aspe, 52 anos, foi nomeado CEO da Société des Eaux de Marseille. Ele sucede a Jean Boiteau, que morreu em janeiro. A pós-graduação da l'Ecole des mines de Nancy, ele foi anteriormente diretor da Sanepar, a empresa que gere a distribuição de água para os oito milhões de habitantes do Estado do Paraná, Brasil.</p>

	<p>- Representante do grupo francês Vivendi.</p> <p>- “[...] o mando privado na Sanepar se configura nas sete principais diretorias. Três das sete diretorias, curiosamente as mais estratégicas, são dirigidas por executivos indicados pelo consórcio Dominó, entre eles o francês Jean Marie D’Aspe, diretor de Operações, a cujo cargo está a responsabilidade pela captação, tratamento e distribuição de água em todo o Estado” (http://www.saneamentobasico.com.br/portal/index.php/arquivo/posicao-da-sanepar/; acesso em 06/11/2016).</p> <p>- “Aquífero Karst, de exploração da Sanepar, abastece municípios com água `assumida e comprovadamente contaminada`, revela ação Curitiba – Está para ser protocolada, durante essa semana, no Ministério Público Estadual, uma ação criminal contra a Sanepar. A iniciativa parte da organização não-governamental ‘Instituto Timoneira’, com sede no município de Itaperuçu, Região Metropolitana de Curitiba, um dos oito municípios no Estado que abrigam o manancial de águas subterrâneas conhecido como ‘Aquífero Karst’, com exploração sob responsabilidade da empresa. O objetivo da ação é responsabilizar criminalmente a diretoria da Sanepar por danos causados à saúde da população, através de abastecimento de água proveniente do Aquífero, `assumida e comprovadamente contaminada`, declara o presidente da ONG, Walter Johnson Bonfim. Ele, juntamente com o advogado Rubens Pereira, acredita que esse processo poderá acarretar o pagamento de uma série de indenizações pela Sanepar e até a prisão e repatriamento do diretor de operações da empresa, o francês Jean Marie D’Aspe, que `está ilegalmente exercendo uma função pública. Pelo fato de ser estrangeiro, é inadmissível que lhe seja concedido um cargo de diretoria numa empresa pública fornecedora de serviço essencial, como é a Sanepar`, sustenta Johnson” (http://www.saneamentobasico.com.br/portal/index.php/arquivo/ong-entra-com-acao-contra-sanepar/; acesso em 08/11/2016).</p> <p>“Em carta enviada ontem à Folha, a Sanepar comenta a liminar que proíbe o corte de água aos usuários inadimplentes. Segundo a companhia, ‘para acompanhar o crescimento e a modernização do Estado, a Sanepar precisa fazer grandes investimentos. Os recursos vêm de empréstimos feitos junto a instituições financeiras do Brasil e exterior e da participação de seus clientes que pagam as contas de água e esgoto’. A Sanepar comenta</p>
--	--

ainda que “a continuidade de todo este trabalho fica comprometida se os clientes deixam de pagar pelos serviços prestados. A direção alega que nos municípios onde está em vigor a lei municipal proibindo o corte da distribuição de água, o índice de inadimplência chegou a triplicar. O diretor de Operações da Sanepar, Jean-Marie d’Aspe, considera que as leis municipais são injustas, pois ferem o princípio da isonomia. ‘A Sanepar já dispõe de instrumento que contempla a população mais carente ou em dificuldades financeiras. A tarifa social tem custo subsidiado e atende clientes que ganham até dois salários mínimos, moram em imóvel com, no máximo, 60 metros quadrados e consomem até 10 metros cúbicos por mês’, relata”

(<http://www.folhadelondrina.com.br/cidades/para-sanepar-medida-pode-comprometer-qualidade-do-servico-273598.html>; acesso em 08/11/2016).

APÊNDICE 18: NESTOR CELSO IMTHON BUENO

	CONSELHEIRO DO CAD
	Nascido em 05/03/1929 e falecido em 10/07/2011
	Natural de Ponta Grossa-PR
Formação	<ul style="list-style-type: none"> •Bacharel em Direito – Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR., 1962. •Licenciatura em Geografia e História – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR., 1953. •Bacharel em Geografia e História – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR., 1952. •Ciências Contábeis – Escola Técnica de Comércio Pontagrossense, 1947. •Especialização em Direito Administrativo e Tributário – PUCSP, 1973.
Carreira	<ul style="list-style-type: none"> •Advogado especializado em Direito Tributário, desde 1975. •Procurador da Prefeitura Municipal de Curitiba, 1971 a 1983. •Diretor Geral do Departamento da Fazenda de Curitiba, 1971 a 1983. •Diretor da Diretoria da Despesa da Prefeitura Municipal de Curitiba, 1965 a 1967. •Assessor Jurídico-Tributário do Departamento da Fazenda da Prefeitura Municipal de Curitiba, 1967. •Auditor Fiscal do Município de Curitiba, 1967 a 1971. •Membro do Conselho Municipal de Contribuintes da Prefeitura Municipal de Curitiba, 1971 a 1981.

	<ul style="list-style-type: none"> •Diretor Geral da Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, 1991 a 1994. •Membro do Conselho Estadual de Contribuintes do Estado do Paraná, 1995 a 1998. •Assessor Jurídico do Prefeito de Curitiba Rafael Greca de Macedo, 1995 a 1997. <p>- Conselheiro do antigo Banco do Estado do Paraná (BANESTADO) (https://www.conjur.com.br/2004-set-06/mpf-denuncia-diretores-membros-conselhos-banestado); acesso em 29/11/2017).</p> <p>- “Bueno foi secretário do Planejamento (2006-2008) em três momentos diferentes na gestão de Roberto Requião. Ele substituiu o atual deputado federal Reinhold Stephanes, quando o peemedebista assumiu o Ministério da Agricultura no governo Lula e, por duas vezes, substituiu o deputado estadual Enio Verri que se licenciou da secretaria para disputar as eleições para prefeito de Maringá - no Norte do estado - e para assumir a presidência do diretório estadual do PT e retomar à Assembléia Legislativa” (http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2011/07/morre-nessor-bueno-ex-secretario-de-planejamento-do-governo-do-pr.html); acesso em 29/11/2017).</p> <p>- “Bueno foi membro do Conselho Fiscal do Instituto dos Advogados do Paraná (IAP)” (http://www.oabpr.org.br/seccional-lamenta-falecimento-do-advogado-nessor-bueno/); acesso em 29/11/2017).</p>
<p>Vida social e polêmicas</p>	<p>- Em 2004 foi denunciado pelo “por crimes de gestão fraudulenta” enquanto era conselheiro fiscal do antigo BANESTADO. “[...] De acordo com o MPF, os denunciados fizeram uma série de operações financeiras irregulares que beneficiaram 107 empresas. Tais operações envolveram clientes com restrições cadastrais ou dados cadastrais incompletos e sem garantias (ou garantias insuficientes) e empréstimos acima dos limites estipulados pelo banco” (https://www.conjur.com.br/2004-set-06/mpf-denuncia-diretores-membros-conselhos-banestado); acesso em 29/11/2017).</p> <p>- “NO CENTRO DE LETRAS DO PARANÁ, na terça feira, às 17 h, Nestor Celso Imthon Bueno profere palestra sobre ‘A Cultura Indígena no Paraná’”</p>

	<p>(http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/juril-carnasciali/o-que-se-passa-na-sociedade-1gn6zvhl7vy2w9c2uypydxzi; acesso em 29/11/02017).</p> <p>- “Segundo Requião, nos 12 anos em que ele esteve à frente do governo do Paraná, Bueno foi o ‘homem chave no estado’. [...] Bueno também compôs Conselho Revisor de Obras, que fiscalizava e acompanhava o andamento das obras realizadas pelo governo estadual e participou da equipe de transição entre os governos Orlando Pessuti e Beto Richa”</p> <p>(http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2011/07/morre-nessor-bueno-ex-secretario-de-planejamento-do-governo-do-pr.html; acesso em 29/11/2017).</p>
<p>Familiares</p>	<p>- “[...] filho de Felisbino da Silveira Bueno e Mercedes Elza Imthon Bueno”</p> <p>(http://www.gazetadopovo.com.br/servicos/falecimentos/lista-de-falecimentos-bknxr6g1lwr0jfnjrrcxqqmoe; acesso em 29/11/2017).</p> <p>- Arlette Cenovicz Bueno, esposa, falecida em 2007</p> <p>(http://www.sanepar.com.br/sanepar/calandrakbx/filesmng.nsf/8A9B7F7E1EEEC5358325738A006CFA42/\$File/ATA_CAD_ORD_10-07.pdf?OpenElement; acesso em 04/12/2017).</p> <p>- Sergio Cenovicz Bueno, filho e ex-“Consultor Técnico, da Coordenação da Receita do Estado-CRE, Secretaria de Estado da Fazenda-SEFA”</p> <p>(http://www.fabiocampana.com.br/2008/03/o-que-escondem-decretos-nao-publicados/; acesso em 04/12/2017).</p> <p>- Celso Cenovicz Bueno, filho e funcionário da Secretaria Municipal da Fazenda de Curitiba, conforme Portaria 2578 da Secretaria Municipal de Recursos Humanos de Curitiba, com data de 15/10/2013.</p> <p>- Beatriz Cenovicz Bueno Marinoni, filha, professora</p> <p>(http://www.expoente.com.br/noticia/1146; acesso em 04/12/2017) e esposa de Luiz Guilherme Bittencourt, esse, advogado) e professor de Direito na Universidade Federal do Paraná (UFPR)</p> <p>(http://www.ufpr.br/portafulpr/blog/noticias/pos-graduacao-em-direito-comemora-30-anos-2/; acesso em 04/12/2017).</p> <p>- Nelson Imthon Bueno, irmão, advogado homenageado</p>

	<p>pela OAB-PR (http://www.tribunapr.com.br/noticias/homenagem-a-advogados-com-50-anos-de-profissao/; acesso em 04/12/2017) e falecido em 2015 (http://www.tribunapr.com.br/noticias/falecimentos/falecimentos-do-dia-30112015/; acesso em 29/11/2017). Nelson foi “[...] presidente do Rotary Club de Curitiba Leste no ano rotário 1979-80, recebendo título Paul Harris em 01 de julho de 1985” (http://www.worldclass.com.br/wp_news/2015/11/30/1636/; acesso em 04/12/2017) e “Governador do Distrito 473” na mesma instituição entre 1987 e 1988 (http://www.curitibaoste.org.br/web.asp?RotaSource=3&gestao=0&categ=distrito4730&id=1; acesso em 04/12/2017). Também deu nome a uma “[...] casa modernista na Rua Itupava” que “[...] é considerada uma Unidade de Interesse de Preservação” (http://www.fotografandocuritiba.com.br/2017/03/casa-nelson-imthon-bueno.html; acesso em 04/12/2017).</p> <p>- Nilza Norma Guimarães Bueno, cunhada (esposa / viúva de Nelson Imthon Bueno) (http://www.tribunapr.com.br/noticias/falecimentos/falecimentos-do-dia-30112015/; acesso em 29/11/2017); possível parentesco com o clã político paranaense Guimarães.</p>
--	--

APÊNDICE 19: IZABEL CRISTINA MARQUES

	CONSELHEIRA DO CAD
	Nascida em 03/03/1966
	Natural de Foz do Iguaçu-PR
Formação	<ul style="list-style-type: none"> •Direito – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná - UFPR, fevereiro/1989. •Especialização em Direito Contemporâneo e suas Instituições Fundamentais – Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos-IBEJ e Faculdade Positivo, 1997. •Especialização em Direito Societário – Faculdade de Direito da UFPR, 2000. •Pós-Graduação em Direito Processual Civil – Faculdade de Direito de Curitiba, 1993. •Pós Graduação em Direito Comercial – Faculdade de Direito de Curitiba, 1995.
Carreira	<ul style="list-style-type: none"> •Advogada na Imobiliária Gosch Ltda., março a agosto/89. •Procuradora do Estado do Paraná, desde 07/03/90. •Professora de Direito Comercial I e II na Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC, março/94 a setembro/95. – Chefe de Gabinete da PGE em 2012 (http://www.pge.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=265; acesso em 06/12/2017). – Funcionária do Tribunal de Contas da União (TCU) em 2011 (conforme ACÓRDÃO N° 3186/2011 - TCU - 1ª Câmara). – Integrante da Comissão de Advocacia Pública da OAB do Paraná em 2016 (http://www2.oabpr.org.br/Noticias.aspx?id=23096; acesso em 06/12/2017).

	<p>– Presidente da Comissão Eleitoral para a gestão 2016-2018 da Associação dos Procuradores do Estado do Paraná (APEP) (http://www.tribunapr.com.br/blogs/bebel-ritzmann/eleita-nova-diretoria-da-a pep/; acesso em 06/12/2017).</p>
<i>Vida social e polêmicas</i>	<p>- “A Pedro Henrique Xavier, Rogério Distefano, Marcos Vinicius Ferreira Mazoni, Izabel Cristina Marques e Jozélia Nogueira Broliani, na qualidade de conselheiros de Administração da Sanepar, multa pecuniária individual no valor de R\$ 300 mil por terem aprovado remuneração retroativa dos valores contabilizados como Afac, deixando de exercer suas atribuições no interesse da companhia” (https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20141216/cvm-multa-ex-administradores-sanepar-milhoes/217426; acesso em 06/12/2017).</p>

APÊNDICE 20: JOZÉLIA NOGUEIRA BROLIANI

	CONSELHEIRA DO CAD
	Nascida em 19/03/1964
Formação	<ul style="list-style-type: none"> •Direito – Faculdade de Direito de Curitiba, 1988. •Mestrado em Direito do estado (Direito Tributário) – Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2003. •Especialização em Direito Tributário e Processual Tributário – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC, 1997. •Especialização em Direito Contemporâneo – Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos – IBEJ, 1995. <p>- “Formada em Direito, em 1988, pela Faculdade de Direito de Curitiba, Jozélia é mestre em Direito Tributário e autora do livro “Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência Pública”, dentre outros trabalhos jurídicos. A procuradora tem ainda duas especializações: em Direito Tributário e Processual Tributário e em Direito Contemporâneo” (http://www.bocamaldita.com/1119768237/reni-anuncia-secretaria-da-familia-e-secretario-de-turismo/; acesso em 06/12/2017).</p> <p>- JOZÉLIA NOGUEIRA BROLIANI, brasileira, casada, advogada, portadora da Carteira de Identidade n.º 2.210.653-8/PR e do CIC/MF n.º 519.638.769-20.</p>
Carreira	<ul style="list-style-type: none"> •Procuradora do Estado do Paraná, desde 07/03/1990. •Professora de Graduação de Direito Tributário na Faculdade de Direito de Curitiba. •Professora de Pós-Graduação na Faculdade de Direito de Curitiba. <p>– Em abril de 2007, o “governador Roberto Requião assinou [...] a nomeação de Jozélia Nogueira Broliani para o cargo de procuradora-geral do Estado”</p>

	<p>(http://www.tribunapr.com.br/noticias/jozelia-broliani-assume-o-cargo-de-procuradora-geral-do-estado/; acesso em 06/12/2017).</p> <p>– Em 2012 foi anunciada pelo então prefeito Reni Pereira como a nova “Procuradora-Geral” de Foz do Iguaçu (http://www.bocamaldita.com/1119768237/reni-anuncia-secretaria-da-familia-e-secretario-de-turismo/; acesso em 06/12/2017).</p> <p>– Em setembro de 2013, o “governador Beto Richa (PSDB) começou a reforma no secretariado exonerando o procurador-geral do Estado, Julio Cesar Zem Cardozo. No lugar dele entrou a advogada Jozélia Nogueira Broliani, que chegou a ocupar o cargo no final do segundo governo de Roberto Requião (PMDB)” (http://www.jornaloonibusdecuritiba.com.br/noticia/12889/jozelia-nogueira-assume-procuradoria-geral.html; acesso em 06/12/2017).</p> <p>– Em outubro de 2013, assume “a Secretaria de Estado da Fazenda. O convite para o cargo foi formalizado [...] pelo governador Beto Richa. [...] Servidora da Procuradoria do Estado desde 1990, exerceu o cargo de Procuradora-Geral pela primeira vez entre abril de 2007 e janeiro de 2008” (https://tnonline.uol.com.br/noticias/especial/7,218085,01,10,jozelia-nogueira-broliani-e-a-nova-secretaria-da-fazenda.shtml; acesso em 06/12/2017).</p>
Vida social e polêmicas	<p>– Em 2008 pede demissão do “[...] procuradora-geral do Estado”, por “[...] ter sido destrutada em público pelo governador” Requião (http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,trf-da-decisao-contrarequiiao,117922; acesso em 06/12/2017).</p> <p>– “A Pedro Henrique Xavier, Rogério Distefano, Marcos Vinicius Ferreira Mazoni, Izabel Cristina Marques e Jozélia Nogueira Broliani, na qualidade de conselheiros de Administração da Sanepar, multa pecuniária individual no valor de R\$ 300 mil por terem aprovado remuneração retroativa dos valores contabilizados como Afac, deixando de exercer suas atribuições no interesse da companhia” (https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20141216/cvm-multa-ex-administradores-sanepar-milhoes/217426; acesso em 06/12/2017).</p>
Familiares	– Miguel Broliani, estudante universitário, filho; teve morte

	<p>trágica aos 19 anos de idade (http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/universitario-morre-ao-cair-de-navio-em-sp-1laddl17lte0g83ngr13cdky6; acesso em 06/12/2017).</p> <p>– Carlos Roberto Broliani, marido.</p>
--	--

APÊNDICE 21: MARLIK BENTABET

	CONSELHEIRO DO CAd
	Nascido em
	Natural de Paris-França
Formação	<ul style="list-style-type: none"> •Engenharia - Escola Superior de Eletricidade, Paris. •Doutorado (PHD) em Ciências Físicas – Universidade de Paris JUSSIEU.
Carreira	<ul style="list-style-type: none"> •Chefe de Projetos na Thomson CSF no Chile, Peru e Líbia, 1978 a 1981. •Diretor de aeroportos de Paris e responsável pela construção do Aeroporto de Jacarta, passando a ocupar o cargo de Diretor de Desenvolvimento Internacional, 1982 a 1990. •Diretor no Grupo Compagnie Generale dês Eaux (VEOLIA) na Espanha, 1991 a 1993. •Diretor Comercial Internacional no Grupo Compagnie Generale dês Eaux (VEOLIA), 1994 a 1998. •Diretor para a Ásia do Sul da VEOLIA, 1998 a 2004. •Presidente da Proactiva Brasil (filial da VEOLIA), desde 1994.
Vida social e polêmicas	<p>- “De acordo com Xavier [...] A vaga de diretor jurídico deve ser definida segunda-feira. Ainda segundo o novo presidente do conselho, na votação para o cargo de vice-presidente, apenas um conselheiro foi contra a indicação de (Nestor) Bueno, o representante do sócio privado Dominó Holding, Marlik Bentabet. ‘Não foi por questões pessoais, mas apenas pela posição jurídica do grupo, cujo acordo com os acionistas previa que o cargo deveria ser preenchido por indicação’, diz. A Dominó é constituída pela Copel (participação de 15%), pela Construtora Andrade Gutierrez (27,5%), pela Opportunity Daleth (27,5%) e pela Sanedo Ltda. – Grupo Vivendi (30%) e tem 39,7% das</p>

ações da Sanepar”

(<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/denuncia-contrasane-par-sera-apurada-em-um-mes-aet8ah3v9952hrihr688pv1ou>; acesso em 11/12/2017).

- “O deputado Valdir Rossoni (PSDB) manifestou preocupação em relação às denúncias formuladas pelo colunista Celso Nascimento, do jornal Gazeta do Povo, nesta segunda-feira (03), a respeito da nova investida da Copel para comprar as ações da Sanepar em poder da multinacional francesa Vivendi/Sanedo. O valor pago pela Sanedo nas ações da Sanepar foi de R\$ 75 milhões. A Copel estaria disposta a pagar R\$ 110 milhões, valor que foi considerado elevado pelo parlamentar. O deputado anunciou que a bancada oposicionista vai se reunir para avaliar a denúncia. Serão discutidas a convocação do ex-procurador-geral Sérgio Botto de Lacerda e o convite do representante da Sanedo Marlik Bentabet para que venham explicar a negociação aos deputados”

(<http://www.valdirrossoni.com.br/sala-de-imprensa/noticias/oposicao-vai-avaliar-negocio-suspeito-da-sanepar>; acesso em 11/12/2017).

- “No dia 29 de agosto, novas negociações ocorreram diretamente entre o presidente da Companhia Paranaense de Energia (Copel), Rubens Ghilardi e Marlik Bentabet, presidente da Vivendi. A intenção era vender as ações por um valor aproximado de 42 milhões de euros. As negociações eram mantidas sob sigilo até que um arquivo eletrônico, com informações sobre a venda das ações que estaria novamente sendo conduzida por Botto de Lacerda, foi copiado e entregue ao governador Roberto Requião (PMDB) na semana passada. No documento, a tentativa da Sanedo de contratar Botto de Lacerda como advogado para intermediar a venda das ações, com o pagamento de honorários de R\$ 200 mil. O procurador, que está atuando como advogado criminalista, se recusou a fazer a intermediação alegando que os valores eram claramente insignificantes. Botto foi nomeado como conselheiro do CAD da Copel, mas não participou de nenhuma reunião até agora” (<http://www.folhadelondrina.com.br/politica/empresa-francesa-poe-aco-es-da-sanepar-a-venda-621449.html>); acesso em 11/12/2017).

- “O destino de Botto começou a ser selado depois que o conteúdo de um pen drive entregue ao governador foi divulgado, revelando que ele teria negociado com Marlik Bentabet, representante da Sanedo, um contrato para advogar em favor da empresa para que a Copel comprasse as ações da Sanepar que ela detém por 42 milhões de

euros. Pelo serviço, o procurador receberia cerca de R\$ 200 mil. [...] Depois que a negociação veio à tona, Botto ainda tentou explicar-se alegando ter recusado a oferta. Mas o e-mail divulgado por ele endereçado ao representante da Sanedo revelava que o procurador só não aceitou a causa por considerar os valores oferecidos pela empresa 'claramente insignificantes'. [...] Ontem, novos detalhes da negociação entre ele e a Sanedo foram divulgados, tornando a permanência de Botto no governo insustentável, como admitiram os próprios aliados de Requião. Em e-mail de resposta ao procurador, o representante da Sanedo, Marlik Bentabet diz ter havido um mal entendido, já que ele teria deixado claro em encontro com Botto que 'no preço de venda (das ações) de Euros 42,578 milhões não existem 'reservas' para fazer esforços adicionais'. Ele propõe então um acordo no qual a Copel abriria mão de parte dos dividendos das ações em negociação. Em troca, abre a possibilidade de aumentar para R\$ 300 mil os honorários ofertados a Botto pelo serviço" (<http://www.bemparana.com.br/noticia/48134/botto-cai-e-acusa-requiiao-de-omissao>; acesso em 11/12/2017).

- "Na reunião ordinária do Conselho de Administração de 24.05.2005, foi apresentada proposta de remuneração do acionista Estado do Paraná por valores deixados na Companhia a título de AFAC (Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital). A matéria voltou a ser discutida na reunião ordinária do Conselho de Administração de 13.09.2005, quando a remuneração dos valores registrados na Sanepar a título de AFAC foi aprovada por maioria, vencido o Conselheiro Marlik Bentabet, representante da Dominó. [...] Em seu voto, Marlik Bentabet (fls. 821-823) manifestou sua preocupação quanto à proposta de remuneração, principalmente em relação às repercussões fiscais e financeiras que tal estratégia traria. Ademais, destacou que a Deloitte Touche Tohmatsu, auditora independente da própria Sanepar, teria se posicionado contrariamente à proposta. A auditora entendeu que 'para que fosse possível a remuneração desses valores [depositados a título de AFAC], seja pela aplicação da taxa de juros, seja pela atualização monetária, haveria a necessidade de ter constado no ato do adiantamento essa previsão, o que não ocorreu'"

(http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/sancionadores/sancionador/anexos/2014/20141216_PAS_082012.pdf; acesso em 11/12/2017).

APÊNDICE 22: JÚLIO CÉSAR DA SILVA

Cargo na SANEPAR	CONSELHEIRO DO CAd
Data de nascimento	Nascido em 30/09/1969
Formação	<ul style="list-style-type: none"> •Ciências Contábeis – Faculdade Católica de Administração e Economia – FAE, 1995. •Pós-Graduação em Controladoria e Sistemas Gerenciais – PUCPR, 1996. •Pós-Graduação em Gestão para Qualidade Total – PUCPR, 2002.
Carreira	<ul style="list-style-type: none"> •Empregado da SANEPAR desde 17/03/1988, na função de Técnico de Contabilidade nas coordenações de Tesouraria e Planejamento Financeiro. - Gerente de concessões da SANEPAR (2017) (http://tanosite.com/noticias/conteudo/sanepar-negocia-contratos-com-municipios-do-norte-pioneiro/4027; acesso em 12/12/2017).
Vida social e polêmicas	<ul style="list-style-type: none"> -“Júlio César da Silva, como conselheiro de Administração da Sanepar, eleito pelos empregados, a recebeu multa pecuniária no valor de R\$ 300 mil, por ter aprovado remuneração retroativa dos valores contabilizados como Afac, deixando de exercer suas atribuições no interesse da companhia” (https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20141216/cvm-multa-ex-administradores-sanepar-milhoes/217426; acesso em 12/12/2017). - Processou a SANEPAR na Justiça do Trabalho (https://www.escavador.com/diarios/467140/TRT-9/J/2017-05-25/192598153/movimentacao-do-processo-0000161-0820165090023; acesso em 01/05/2019).

APÊNDICE 23: JOSÉ MARIA FERREIRA

	CONSELHEIRO DO CAd
	Nascido em 21/07/1951
	Natural de Uraí-PR
Formação	<ul style="list-style-type: none"> •Administração de Empresas – Universidade Estadual de Londrina – UEL; •Especialização em Administração Financeira e Organizações e Métodos – Escola Nacional de Administração.
Carreira	<ul style="list-style-type: none"> •Sócio proprietário da Jomafer – Indústria e Comércio de Jóias Ltda; •Vereador e Presidente da Câmara de Iporã, de 1977 a 1978; •Gerente Regional da Café do Paraná, de 1982 a 1983; •Diretor Geral da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, de 1993 a 1994; •Prefeito do Município de Ibiporã/PR (1989-1992; 2009-2012; 2013-2016); <p>- “Concluiu o mandato de prefeito em 31/12/92, com 94,7% de aprovação popular. Durante seu mandato, foi considerado o 5º melhor prefeito do Paraná. Exerceu, durante esse período, a presidência da AMEPAR (Associação dos Municípios do Médio Paranapanema) de 1991 e 1992. Com objetivo de despoluir e repovoar o rio Tibagi, buscou apoio da Universidade Estadual de Londrina, de órgãos do governo do Estado como SUREHMA (Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente), Secretaria Estadual da Agricultura, SANEPAR, COPEL, de outros municípios, de indústrias da região, potencialmente poluidoras, para participar do processo de conscientização ambiental e recuperação das áreas degradadas. Desta determinação, nasceu o COPATI – Consórcio Intermunicipal de Recuperação Ambiental do Rio Tibagi, órgão que presidiu durante os quatro anos de</p>

	<p>mandato de prefeito. Recebeu apoio entusiasta do Governador Álvaro Dias, que participou do seu lançamento oficial no dia 21 de setembro de 1989 às margens do Rio Tibagi. Foi Diretor Geral da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano, no governo de Roberto Requião. Em dezembro de 91, José Maria tomou posse na AMEPAR. Em março, foi eleito vice-presidente da AMEPAR. Com o falecimento do presidente Nestor Ananias Cruz, prefeito de Jaguapitã, assumiu a presidência, em fevereiro de 1992, tendo atuação intensa, em especial para encaminhamento das soluções de pessoal na UEL – Universidade Estadual de Londrina. Atuou para a reabertura do laboratório de produção de medicamentos da UEL”</p> <p>(http://portaltudo.com.br/relembre-quem-foram-os-prefeitos-de-ibipora/; acesso em 12/12/2017).</p> <p>•Deputado Estadual, de 1995 a 2006;</p>
<p>Vida social e polêmicas</p>	<p>- Em 2015, a “[...] A Justiça condenou o prefeito de Ibiporã, no norte do Paraná, José Maria Ferreira (PMDB) a devolver mais de R\$ 70 mil reais aos cofres públicos. A decisão foi baseada em uma ação proposta pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR). Ferreira foi acusado de improbidade administrativa, que é o mau uso de recursos públicos. Além do dinheiro, a condenação prevê ainda a perda dos direitos políticos por cinco anos. De acordo com o processo, em 2011, o prefeito José Maria Ferreira (PMDB) publicou diversos conteúdos em revistas e jornais considerados pelo MP-PR como abusivos. Segundo a promotoria, o material custou R\$ 37,5 mil e foi pago com o dinheiro público. À época, o prefeito disse que a intenção era fazer um balanço de mil dias daquele mandato, uma vez que era de interesse da população. No entanto, a explicação não foi aceita e a Justiça considerou o material como uma propaganda indevida, pois foi publicada às vésperas de ano eleitoral”</p> <p>(http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2015/08/prefeito-de-ibipora-e-condenado-devolver-r-70-mil-aos-cofres-publicos.html; acesso em 12/12/2017).</p> <p>– “O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) determinou que o ex-prefeito de Ibiporã (Região Metropolitana de Londrina) José Maria Ferreira (gestões 2009-2012 e 2013-2016) devolva ao cofre municipal R\$ 55.351,44, referentes a encargos pagos pelo atraso no repasse de contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O valor deverá ser corrigido monetariamente desde 2014, ano da irregularidade”</p> <p>(https://www1.tce.pr.gov.br/noticias/ex-prefeito-de-ibipora-</p>

[deve-bancar-r\\$-553-mil-de-encargos-por-atrasar-repasses-ao-inss/5179/N](#); acesso em 12/12/2017).

– “João Arruda, sobrinho do Duce, foi a Ibiporã e subiu no palanque do candidato do José Janene, Beto Ribeirete. Do PDT, PP e aliado ao PSDB. Contra quem ele subiu no palanque? Ora, pois, foi contra José Maria Ferreira, militante histórico do MDB e do PMDB. Só por que o José Maria votou a favor da emenda contra o nepotismo no Paraná” (<http://www.fabiocampana.com.br/2008/09/requiao-et-caterva-punem-jose-maria-ferreira/>; acesso em 12/12/2017).

– “A série de reportagens Diários Secretos, da Gazeta do Povo e da RPC TV, mostrou em 2010 a existência de uma rede de influência e relações em municípios paranaenses do então presidente da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) Nelson Justus. Essa rede incluía o atual prefeito de Ibiporã, José Maria Ferreira (PMDB)” (<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-bloqueia-bens-de-prefeito-e-do-escritorio-de-filhos-de-deputado-0adeco0wl2j0wuowlk4j0n7ta>; acesso em 12/12/2017).

– Em 2013, a “[...] Justiça de Ibiporã, no Norte do Paraná, decretou em caráter liminar a indisponibilidade dos bens do prefeito José Maria Ferreira (PMDB), do escritório de advocacia dos filhos do deputado estadual Nelson Justus, de um filho do parlamentar e de outras sete pessoas. O grupo é acusado de participar de um esquema de direcionamento de licitação para a contratação de serviços de advocacia pelo município” (<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-bloqueia-bens-de-prefeito-e-do-escritorio-de-filhos-de-deputado-0adeco0wl2j0wuowlk4j0n7ta>; acesso em 12/12/2017).

– “O Pleno do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) acatou parcialmente denúncia sobre irregularidades em termos de parceria, celebrados, em 2009, entre o município de Ibiporã e o Centro Integrado de Apoio Profissional (Ciap), na gestão do ex-prefeito José Maria Ferreira (PMDB). O gestor deverá pagar duas multas administrativas previstas no artigo 87, da Lei Orgânica do TCE-PR” (<http://augustofreitasnoticias.blogspot.com.br/2017/09/ex-prefeito-de-ibipora-jose-maria.html>; acesso em 12/12/2017).

Famíliares

– “José Maria Ferreira nasceu em 1951 em Uraí. É o primogênito dos cinco filhos de José Apolinário Ferreira e Maria José de Paula Ferreira. Mudou-se para Ibiporã com quatorze anos. Seu primeiro trabalho foi na loja do Sr. Gino Peretti, depois foi trabalhar como escriturário no Sindicato dos Ensacadores de Ibiporã. Mais tarde, trabalhou no setor administrativo da fábrica de móveis do Sr. Ricardo Giovanini, depois na Benzenex, na Transparaná, na Rio Grau, e posteriormente montou o seu próprio negócio, uma pequena fábrica de jóias. Durante esse período, cursou Administração de Empresas na UEL e, durante o curso, ministrou aulas no Instituto Filadélfia de Londrina. José Maria casou-se em 1983 com Eliana Eik Borges Ferreira, com quem tem três filhos – Rafael, Felipe e Lucas” (<http://portaltudo.com.br/relembre-quem-foram-os-prefeitos-de-ibipora/>; acesso em 12/12/2017); que já chegaram a participar eventos promovidos pelos pais na Prefeitura de Ibiporã-PR (<http://www.ibipora.pr.gov.br/noticia/mostrar/28817-Jos%C3%A9+Maria+recebe+representantes+de+empresa+sul+coreana.html>; acesso em 12/12/2017).

– José Apolinário Ferreira, pai: “Nascido a 23 de julho de 1927, em Ressaquinha, Minas Gerais. Membro de tradicional família mineira que participou da formação da localidade de Serra Morena, município de Uraí. Filho de Anício Ferreira e Maria Antônia de Assis Ferreira. [...] Em 1960 mudou-se para Ibiporã, onde trabalhou como porteiro do Hospital Cristo Rei, e teve atuante participação nos movimentos comunitários” (<http://www.ibipora.pr.gov.br/noticia/mostrar/28981-Nota+de+Falecimento.html>; acesso em 12/12/2017).

– Eliana Eik Borges Ferreira, esposa: “Possui graduação em Psicologia pela Faculdade de Ciências e Letras de Santos (1978), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (1999) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2010). Atualmente é professora titular da Universidade Estadual de Londrina” (<https://www.escavador.com/sobre/2621460/eliana-eik-borges-ferreira>; acesso em 12/12/2017). Também foi candidata à Prefeitura de Iporã-PR nas eleições municipais de 2004, mas não se elegeu (<http://www.quadropolitico.com.br/DadosCandidato/3173924/Eliana-Eik-Borges-Ferreira>; acesso em 12/12/2017). Na gestão do marido, Eliana assumiu a presidência da Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Família (APMIF) (<http://www.ibipora.pr.gov.br/noticia/mostrar/28236->

	<p>Delegado+de+Ibipor%C3%A3+visita+a+Associa%C3%A7%C3%A3o+de+Prote%C3%A7%C3%A3o+%C3%A0+Maternidade++Inf%C3%A2ncia+e+Fam%C3%ADlia++APMIF+.html; acesso em 12/12/2017). Eliana é filha de “Olemário Mendes Borges, o 1º farmacêutico de Ibiporã e formado em Farmácia pela USP de Ribeirão Preto. Foi também professor e casou-se com Dálgima Eik Borges. Sua primeira farmácia em Ibiporã funcionou onde hoje fica a Farmácia Central” (http://www.ibipora.pr.gov.br/noticia/mostrar/20176-Inaugura%C3%A7%C3%A3o-da-UBS-do-John-Kennedy.html; acesso em 12/12/2017).</p> <p>- Felipe Eik Borges Ferreira, filho, advogado e apoiador do deputado estadual Evandro Araújo (PSC-PR) (https://www.facebook.com/felipe.eikborgesferreira?lst=100002217403410%3A100002101804571%3A1513137764; acesso em 12/12/2017).</p> <p>- Rafael Eik Borges Ferreira, filho e advogado (https://www.facebook.com/rafaeik?pnref=about.family; acesso em 12/12/2017).</p> <p>- Lucas Eik Ferreira, filho (https://www.facebook.com/lucas.eik.f; acesso em 12/12/2017).</p> <p>– “É com pesar que comunicamos o falecimento (em agosto de 2017) da senhora Maria José Ferreira,, mãe do ex-prefeito de Ibiporã, José Maria Ferreira. Ela tinha 96 anos de idade e deixa cinco filhos: Irene, Luiz, Maria José, Maria Ivone e José Maria” (http://www.blogdochaguinhas.com.br/2017/08/faleceu-sra-mae-do-ex-prefeito-de.html; acesso em 12/12/2017).</p>
--	--

APÊNDICE 24: TATIANA CRUZ BOVE IATAURO

	CONSELHEIRA DO CAAd
	Nascida em 03/09/1967
Formação	<ul style="list-style-type: none"> •Processamento de Dados – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUCRJ, 1989; •MBA em Controle Externo – Fundação Getúlio Vargas/RJ, 2002; •Especialização em Técnicas de Auditoria – Tribunal de Contas do Estado do Paraná, 1993.
Carreira	<ul style="list-style-type: none"> •Analista de Sistemas na Monasa Consultoria e Projetos Ltda., de out/1987 a out/1989; •Monitora da cadeira de Análise Estruturada de Sistemas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUCRJ, de abr/1988 a out/1989; •Analista de Sistemas da EPS-Empresa Paranaense de Sistemas, de out/1989 a set/1990; •Gerente de Contrato da Itaipu Binacional, out/1990 a mar/1993; •Inspetora de Controle Externo na 6ª Inspetoria de Controle Externo, desde 1993; •Diretora de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas do Paraná, de jan/2001 a ago/2005; •Analista de Sistemas do Tribunal de Contas do Paraná, desde 1993; •Professora para a disciplina Auditoria da Tecnologia da Informação na FGV-Consulting/RJ, desde 2002;
Vida social e polêmicas	- “TATIANA CRUZ BOVE IATAURO, brasileira, solteira, analista de sistemas, portadora da Cédula de Identidade 6.985.319-6 SSP/PR e do CIC/MF. 893.290.157-00” (p. 4)

	<p>(https://site.sanepar.com.br/sites/site.sanepar.com.br/files/investidoresarquivos/ata-da-44a-ago_2008-04-29.pdf; acesso em 18/12/2017).</p> <p>- Em 2010, o “[...] plenário do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE) declarou a 5.^a Inspeção de Controle Externo impedida de fiscalizar as contas da Copel. A Proposta de Reconhecimento de Impedimento foi proposta pelo presidente do TCE, conselheiro Hermas Brandão, que avocou para a presidência do órgão a função de acompanhamento das contas da Copel. A mudança foi causada pelos vínculos pessoais entre a inspetora de Controle Interno da 5.^a Inspeção, Tatiana Cruz Bove Iatauro, e o diretor de Finanças e Relações com Investidores da Copel, Rafael Iatauro. Os dois são casados” (http://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/presidente-do-tce-assume-inspetoria-da-copel/; acesso em 18/12/2017).</p> <p>- “No camarote do Grupo Positivo na Marquês de Sapucaí, no Rio de Janeiro, o chefe da casa civil, Rafael Iatauro, e sua mulher Tatiana Bove, o governador do Paraná, Roberto Requião, e a diretora do Museu Oscar Niemeyer, Maristela Requião, o presidente do Grupo Positivo, Oriovisto Guimarães, e sua mulher, a pró-reitora da Universidade Positivo, Fani Durães” (http://www.bemparana.com.br/noticia/135874/lar-doce-lar; acesso em 18/12/2017).</p> <p>- Em 2011, “[...] fato envolvendo uma modesta cidadã moradora do bairro da Barreirinha coloca em situação suspeita não apenas o deputado estadual Fábio Camargo (PTB), que segundo o relato feito pela mesma, acompanhada do seu advogado Sidney Marcos Miranda, mas também Tatiana Cruz Bove Iatauro, casada com Rafael Iatauro, nome dos mais conhecidos na política e administração paranaense, além de ter sido ex-conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE) e atual presidente da Centrais Hidrelétricas do Rio Jordão (Elejor), além de dois policiais que teriam se passado por delegados no curso de uma ação policial, com uso inclusive de viatura oficial, os quais intimidaram e levaram à situação de constrangimento Isolete Micheluzi de Lara” (http://impactoprdiario.blogspot.com.br/2011/11/exclusivo-deputado-e-dama-da-sociedade.html; acesso em 18/12/2017).</p>
Familiares	- “A participação de familiares e de membros das redes de parentesco nos conselhos das estatais, empresas, fundações ou assemelhadas, também é outro elemento

verificável no estudo das redes de poder. Tattiana Cruz Bove Iatauro é membro do Conselho de Administração da Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná, além de ser funcionária do Tribunal de Contas do Paraná. A conselheira é mulher de Rafael Iatauro, Secretário-Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná (desde Abril/2006 – Governo Requião), ex-presidente do Tribunal de Contas do Paraná. O Secretário-Chefe é pai de duas filhas indicadas para o TC-PR, Giovana Maria de Medeiros Iatauro de Camargo e Gracia Maria de Medeiros Iatauro. Giovana Iatauro é casada com Fábio Camargo, atual Deputado Estadual na Assembleia Legislativa do Paraná. Fábio Camargo é filho, e neto de desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná e sobrinho de Cresus Camargo, titular de cartório em Curitiba e primos distantes do atual Deputado Federal Affonso Alves Camargo Neto, neto do Presidente do Paraná na Primeira República com o mesmo nome e primos distantes do Visconde Guarapuava, na época da monarquia, para não irmos ainda mais longe!” (p. 25) (<https://anpocs.com/index.php/papers-33-encontro/qt-28/qt14-20/1921-ricardooliveira-redes/file>; acesso em 18/12/2017).

- “[...] casada com Rafael Iatauro, nome dos mais conhecidos na política e administração paranaense, além de ter sido ex-conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e atual presidente da Centrais Hidrelétricas do Rio Jordão (Elejor)” (<http://impactoprdiario.blogspot.com.br/2011/11/exclusivo-deputado-e-dama-da-sociedade.html>; acesso em 18/12/2017).

- Rafael Iatauro, marido, “presidente da Centrais Hidrelétricas do Rio Jordão (Elejor)” e Secretário-Chefe da Casa Civil no Governo Requião, sogro de Fábio Camargo - ex-deputado estadual e atual conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná (TCE) (<http://impactoprdiario.blogspot.com.br/2011/11/exclusivo-deputado-e-dama-da-sociedade.html>; acesso em 18/12/2017). Iatauro também é “[...] conselheiro aposentado do” TCE, “[...] ex-chefe da Casa Civil” e “[...] presidente da Parana Previdência” no governo Beto Richa (http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?story_id=85499; acesso em 18/12/2017).

- “Fábio Camargo é genro do atual Secretário da Casa Civil e Ex-Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Rafael Iatauro. A esposa de Fábio Camargo, Gracia Maria de Medeiros Iatauro, já ocupou a Administração da Regional Matriz, uma das principais subdivisões da estrutura da

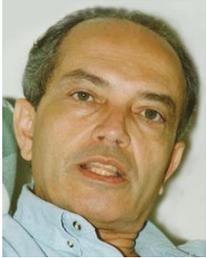
	<p>Prefeitura de Curitiba. A família está representada no Tribunal de Contas por Gracia Maria de Medeiros Iatauro (diretora), Giovana Maria Iatauro (consultora técnica), Rafaela Iatauro Bueno (assessora jurídica) e Tatianna Cruz Bove (inspetoria de controle). Como o sobrenome indica, todas pertencem à família do expresidente, Rafael Iatauro, atual Chefe da Casa Civil do Governo. Tatianna Bove (inspetora de controle) não tem o sobrenome, mas é a atual Sra. Rafael Iatauro. Este não é o único exemplo de nepotismo no TC” (OLIVEIRA, 2007, p. 161-162).</p> <p>- Maria Thereza Lima Bove, avó (http://impactoprdiario.blogspot.com.br/2011/11/exclusivo-deputado-e-dama-da-sociedade.html); acesso em 18/12/2017).</p> <p>- Gianna Maria Cruz Bove Pereira, possível familiar, economista e secretária do Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR) (https://portal.tjpr.jus.br/transparencia/AnexoV_1406_243.html); acesso em 18/12/2017).</p> <p>- Lucianna Cruz Bove, possível familiar e oficial judiciária no TJ-PR (https://portal.tjpr.jus.br/transparencia/AnexoV_1406_254.html); acesso em 18/12/2017); (https://www.facebook.com/lucianna.bove); acesso em 18/12/2017).</p>
--	---

APÊNDICE 25: JULIO CÉZAR DE SOUZA ARAÚJO FILHO

	CONSELHEIRO DO CAAd
	Nascido em 30/05/1959
Formação	<ul style="list-style-type: none"> • Engenharia Civil – Universidade Federal do Paraná, 1983; • Pós-Graduação em Finanças – Faculdade de Administração e Economia – FAE, 1984
Carreira	<ul style="list-style-type: none"> • Sócio-gerente da Tecmetal Estruturas Metálicas Ltda, de 1986 a 1994; • Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná (SINDUSCON) (2004-2006); - Secretário de Estado de obras Públicas (2007-2010) (https://www.folhadelondrina.com.br/politica/presidente-do-sinduscon-deve-assumir-obras-600822.html; acesso em 07/02/2018). - Membro do Conselho Deliberativo do Clube Atlético Paranaense (http://www.atleticoparanaense.com/site/noticias/detalhe/12719/Conhea-os-membros-do-Conselho-Deliberativo; acesso em 18/12/2017). - Membro do Conselho Deliberativo do SINDUSCON (2017-2019) (https://sindusconpr.com.br/diretoria; acesso em 18/12/2017). - Diretor da Arce Construtora e Incorporadora Ltda. (2017) (http://www.ccibj.com.br/sem-categoria/ccibj-pr-recebe-diretores-da-arce-construtora/; acesso em 18/12/2017).
Vida social e polêmicas	<p>- “[...] engenheiro Júlio César de Souza Araújo Filho, novo responsável por assuntos relacionados às obras na Arena, missão herdada com a saída do ex-vice-presidente Enio Fornea”</p> <p>(http://www.gazetadopovo.com.br/esportes/dividido-atletico-pega-fogo-aoukqcfvircam7ue00ivcj7y/ampgp; acesso em</p>

	<p>18/12/2017).</p> <p>- “Em 03 de abril (de 2017), o Presidente Yoshiaki Oshiro, recebe os Diretores da ARCE-Construtora, Engenheiros Julio Cezar de Souza Araujo Filho e Rodrigo de Souza A. Fernandes, ocasião em que recebeu informações e-book da Empresa e colocando a disposição para prestar serviços aos Associados. Os mesmos estão atendendo a CCM- Industria e Comércio de Equipamentos Agrícolas do Sr. Hirofumi Nakagiri – Presidente do ICCBJ-Instituto Cultural e Científico Brasil/Japão e Vice-Presidente da CCIBJ-Pr” (http://www.ccibj.com.br/sem-categoria/ccibj-pr-recebe-diretores-da-arce-construtora/; acesso em 18/12/2017).</p> <p>- No exercício do ano de 2009, sob a responsabilidade de Julio César de Souza Araújo Filho, a Secretaria de Estado de Obras Públicas teve suas contas estaduais reprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR). No entanto, em 2015, o TCE-PR decidiu pela aprovação com “ressalvas” (https://tce-pr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/425863264/1386212010; acesso em 07/02/2018).</p>
Familiares	<p>- Possível familiar: Rodrigo De Souza Araujo Fernandes, sócio-diretor da Arce Construtora e Incorporadora Ltda. (CNPJ: 09.239.430/0001-35) (https://www.consultasocio.com/q/sa/rodrigo-de-souza-araujo-fernandes; acesso em 18/12/2017).</p>

APÊNDICE 26: IWAN SABATELLA FILHO

	CONSELHEIRO DO CAd
	Nascido em 12/04/1943
	Natural de Ponta Grossa-PR
Formação	<ul style="list-style-type: none"> •Engenheiro Mecânico e Elétrico – Escola Federal de Engenharia de Itajubá, 1965.
Carreira	<ul style="list-style-type: none"> •Responsável perante o CREA pelo projeto civil e eletromecânico das usinas hidrelétricas de Volta Grande da CEMIG, e em coautoria para a de Foz do Areia e Segredo da Copel. •Responsável perante o CREA pelo projeto básico civil e eletromecânico das usinas hidrelétricas e inventários de rio: Caçador, Saltinho, Salto Alemã, Iratim e Chapecozinho. •Responsável técnico pelo projeto conceitual e de implantação dos laboratórios de alta tensão para ensaios de equipamentos elétricos – LAC Copel e Universidade Federal do Paraná. •Responsável técnico pelos projetos de energia solar fotovoltaica no Brasil para a Golden Photon, Colorado, Aerovironment – Califórnia. <p>- Atualmente é diretor da empresa Correcta Consultoria e Projetos de Engenharia S/C Ltda https://www.facebook.com/iwan.sabatella/about?lst=100002217403410%3A1561091910%3A1518054782&section=education&pnref=about; acesso em 08/02/2018); http://www.sociosbrasil.com/nome/iwan-sabatella-filho/; acesso em 08/02/2018).</p>
Vida social e polêmicas	<p>- Filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) http://curitiba.pr.filiaweb.com/filiados/pmdb?page=4; acesso em 08/02/2018)</p> <p>- Responde ao “Processo n. 0001263-81.2014.5.09.0008 - RTOrd - 18/06/2015” do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª região (TRT-9)</p>

	<p>(https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/200002519/andamento-do-processo-n-0001263-8120145090008-rtord-18-06-2015-do-trt-9?ref=topic_feed; acesso em 07/02/2018).</p>
<p>Familiares</p>	<p>- Marilza Ribeiro Sabatella, esposa, professora, natural de Itajubá-MG (https://www.facebook.com/profile.php?id=100008393685375&lst=100002217403410%3A100008393685375%3A1518049858; acesso em 07/02/2018) e responde ao “processo 2004.70.08.0009604” do Tribunal Regional Federal da 4ª região (TRF4) (https://www.escavador.com/processos/71088997/processo-200470080009604-do-tribunal-regional-federal-da-4-regiao; acesso em 08/02/2018).</p> <p>- Letícia Sabatella, filha, atriz “global” e ativista de direitos sociais (https://extra.globo.com/tv-e-lazer/mae-de-leticia-sabatella-marilza-sabatella-estreia-como-atriz-aos-70-anos-em-amorteamento-16077686.html; acesso em 07/02/2018).</p> <p>- Iwan Ribeiro Sabatella, filho, engenheiro com atuação na área ambiental (https://br.linkedin.com/in/iwan-ribeiro-sabatella-217189; acesso em 08/02/2018).</p> <p>- Maria Lucia Prado Sabatella, irmã, professora da Faculdade Leocádio Correia em Curitiba-PR e fã da Operação Lava Jato (https://www.facebook.com/msabatella?pnref=about.family; acesso em 07/02/2018).</p> <p>- Marcia Ribeiro Pereira, cunhada, empresária (https://www.facebook.com/marcia.pereira.1401?lst=100002217403410%3A100002090854550%3A1518050436; acesso em 07/02/2018).</p>

APÊNDICE 27: CÁIO JULIO CESAR BRANDÃO PINTO

	CONSELHEIRO DO CAJ; DIRETOR-PRESIDENTE E DIRETOR ADMINISTRATIVO
	Nascido em 01/03/1950
	Natural de Belo Horizonte-MG
Formação	<ul style="list-style-type: none"> •Bacharel em Direito - Fundação Universidade de Itauna/MG, em 1974. - Advogado; OAB/MG sob o n°. 22.694. •Administração de Empresas - União de Negócios e Administração, em 1977. •Jornalista Profissional - Reg. Nº MG014675P, em 1972.
Carreira	<ul style="list-style-type: none"> •Superintendente na Construtora Norberto Odebrecht (1978/1980). •Diretor da Construtora Andrade Gutierrez (1980/1995) •Atou na construção do Aeroporto Afonso Penna em São José dos Pinhais - PR. •Atuou na construção da estação de tratamento de esgoto de Florianópolis - SC. •Secretário de Comunicação de Contagem - MG •Presidente da Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário (RURALMINAS) no governo estadual de Itamar Franco (PMDB) em Minas Gerais (1998-2002) •Atuou na construção do sistema de abastecimento de água do Passaúna - PR. •Atuou como membro do Conselho de Administração do Banco do Estado de Minas Gerais. •Atuou como membro do Conselho de Administração do

	<p>Banco Credito Real.</p> <p>- É dono do escritório de advocacia Caio Brandao Advogados Associados (https://www.consultasocio.com/q/sa/caio-julio-cesar-brandao-pinto; acesso em 08/02/2017)</p>
<p>Vida social e polêmicas</p>	<p>- Em 2010, por suposta fraude licitatória, Brandão Pinto denunciou a Prefeitura Municipal de Itaúna-MG ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (http://tcjuris.tce.mg.gov.br/Nota/BuscarArquivo/185792; acesso em 08/02/2018).</p> <p>- Em 2011, Brandão Pinto denunciou “Indícios de irregularidades na transferência de recursos federais, através do Ministério da Integração Nacional, à Fundação Rural Mineira (RURALMINAS)” (https://contas.tcu.gov.br/etcu/ObterDocumentoSisdoc?seAbrirDocNoBrowser=true&codArgCatalogado=1936043; acesso em 08/02/2018).</p>
<p>Familiares</p>	<p>- Casado com Maria das Graças Portugal Brandão Pinto, que já trabalhou como assessora de Comunicação na Federação das Indústrias de MG e no Governo do Estado de MG (https://www.facebook.com/mariadasgracas.portugal.7/about?lst=100002217403410%3A1511862632%3A1518120322; acesso em 08/02/2018).</p> <p>- Janaína Portugal Pinto, filha, advogada, que morou no Canadá e estudou nos EUA e na Inglaterra (https://www.facebook.com/janaina.portugal/about?lst=100002217403410%3A678180482%3A1518120162; acesso em 08/02/2018).</p> <p>- Daniel Portugal Pinto, filho, advogado (https://contas.tcu.gov.br/etcu/ObterDocumentoSisdoc?seAbrirDocNoBrowser=true&codArgCatalogado=3865844; acesso em 08/02/2018) e sócio das seguintes empresas: Portugal & Gaetani Sociedade de Advogados, CNPJ 18.471.186/0001-22; Cae South America Flight Training do Brasil Ltda, CNPJ 03.538.995/0001-37; Cae-Lider Training do Brasil Ltda., CNPJ 13.558.731/0001-07; Sim-Industries Brasil Administração de Centros de Treinamento Ltda., CNPJ 16.700.622/0001-62 (https://www.consultasocio.com/q/sa/daniel-portugal-pinto; acesso em 08/02/2018)</p>

	<p>- Nicole Brandão, filha que já visitou a Austrália (https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1604222686274762&set=a.383152185048491.91424.100000611370664&type=3&theater; acesso em 08/02/2018).</p>
--	--

APÊNDICE 28: MARCO ANTONIO LIMA BERBERI

	CONSELHEIRO DO CAAd
	Nascido em 28/04/1971
	Natural de Paranaguá-PR
Formação	<ul style="list-style-type: none"> - Direito – Universidade Federal do Paraná – UFPR, 1993. - Especialização em Direito Contemporâneo e seus Institutos Fundamentais – Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos – IBEJ, 1994. - Mestrado em Direito das Relações Sociais – Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2002. - Graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (1993). - Pós-graduado pelo Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos (1994). - Mestre em Direito pela UFPR (2002); - Doutorando em Direito pela UFPR, ingresso em 2014 (https://www.escavador.com/sobre/6413719/marco-antonio-lima-berberi; acesso em 10/02/2018).
Carreira	<ul style="list-style-type: none"> - Advogado na Secretaria do Estado e da Justiça, 1994 a 1996. - Diretor Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública, abril/2003 a abril/2004. - Coordenador Jurídico da Casa Civil do Governo do Paraná, desde abril de 2004. - Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil desde 1994.; - Procurador do Estado concursado desde 1996. - Professor do Centro Universitário Autônomo do Brasil -

	<p>UniBrasil desde 2002.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Coordenador do Curso de Direito do UniBrasil, - Coordenador Geral da Academia de Direito do Centro Europeu. - Autor do livro: Os Princípios na Teoria do Direito. <p>Co-autor do livro Crítica à teoria geral do direito processual penal - Reflexos da pós-modernidade no sistema processual penal brasileiro.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Diretor Geral da Secretaria de Segurança Pública. - Chefe da Coordenadoria Técnica-Jurídica da Casa Civil do Governo do Paraná. - Presidente do Instituto de Pesos e Medidas - IPEM (autarquia estadual), - Membro do Conselho Administrativo da Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar. - Procurador Geral do Estado em 2010 (http://fodel.blogspot.com.br/2010/11/cabidao-em-7-meses-pessuti-contratou.html; acesso em 13/02/2018) - Ex-Membro da Comissão da Diversidade Sexual e da Comissão da Verdade da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraná. (https://www.escavador.com/sobre/6413719/marco-antonio-lima-berberj; acesso em 10/02/2018). - Diretor de Convênios da Associação de Procuradores do Estado do Paraná (APEP) no biênio 2015/2016 (http://anape.org.br/site/apep-elege-diretoria-bienio-2015-2016/; acesso em 13/02/2018). - Atualmente é advogado do escritório de advocacia MF Advogados Associados (http://www.mfadvocacia.adv.br/escritorio.html; acesso em 13/02/2018).
<p>Vida social e polêmicas</p>	<p>- “O governador Roberto Requião (PMDB) decretou ontem, a intervenção do município de Paranaguá (Litoral), cumprindo uma ordem judicial do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. O motivo apontado no relatório do desembargador Rosene Arão de Cristo Pereira é a</p>

ausência de pagamento de precatórios de ações trabalhistas, por trabalhos executados há mais de dez anos” (<https://www.folhadelondrina.com.br/politica/requiiao-determina-intervencao-em-paranagua-654498.html>); acesso em 13/02/2018).

- “[...] enquanto a agência afirma que ele esteve lá para assumir interinamente o controle do município, avisando o prefeito José Baka Filho que ele está “impedido de tomar qualquer medida administrativa enquanto durar a intervenção”, o prefeito alega que o “interventor” recebeu os documentos que comprovam não haver motivos para a intervenção, decretada pelo governador Roberto Requião (PMDB) por determinação do Tribunal de Justiça em razão do descumprimento de ordem judicial de pagamento de precatórios trabalhistas” (<http://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/intervencao-vira-grande-confusao-em-paranagua/>); acesso em 13/02/2018).

“Marco Antonio Lima Berberi, o Marco Berberi, 36 anos, formado em Direito, ex-presidente do IPEM e ex-diretor-geral da Secretaria de Segurança Pública, hoje Procurador do Estado, é o parnanguara que ia assumir a prefeitura se consumada a intervenção pretendida pelo governador Requião. [...] Não houve intervenção e Berberi ficou no meio do caminho, sem saber ainda se está lá ou cá. Serra abaixo ou serra acima? Enquanto isso, o José Baka, prefeito pelo voto, continua no posto” (<http://www.fabiocampana.com.br/2008/09/berberi-o-interventor-que-nao-interveio/>); acesso em 13/02/2018).

- Em 2010 foi multado por irregularidades referentes a contratos de terceirização firmados pelo Instituto de Pesos e Medidas do Paraná (IPEM-PR) (<https://contas.tcu.gov.br/sagas/SvlVisualizarRelVotoAcRtf?codFiltro=SAGAS-SESSAO-ENCERRADA&seOcultarPagina=S&item0=485532>); acesso em 13/02/2018).

- Em 2014, Berberi assinou manifesto de apoio à presidenta Dilma Rousseff (<http://justificando.cartacapital.com.br/2014/10/09/juristas-assinam-manifesto-em-apoio-dilma-rousseff/>); acesso em 13/02/2018).

- Em 2016, o “Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) julgou irregular a edição do Decreto nº 7774/10 do Governo do Estado do Paraná, que concedeu progressão por tempo de serviço sem previsão legal e em

	<p>período vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e pela legislação eleitoral (Lei nº 9.504/97). Em função disso, o ex-governador Orlando Pessuti, o ex-procurador-geral do Estado Marco Antônio Lima Berberi e os ex-secretários estaduais Maria Marta Renner Weber Lunardon (Administração e Previdência) e Ney Amilton Caldas Ferreira (Casa Civil) deverão restituir R\$ 3.133.133,53 ao cofre estadual. [...] Berberi, Caldas e Maria Marta Lunardon receberam, individualmente, a multa proporcional ao dano, fixada em 15%, de R\$ 469.970,03 e outras duas de R\$ 1.450,98, somando de R\$ 472.871,99 para cada um”</p> <p>(http://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/ex-governador-pessuti-e-ex-secretarios-devem-restituir-r-313-milhoes/; acesso em 13/02/2018).</p>
<p>Familiares</p>	<p>- Casado com a advogada Giovanna Sandrini Berberi (https://www.facebook.com/gberberi?pnref=about.overview.rel; acesso em 13/02/2018).</p> <p>- Miguel Berberi, pai, “[...] nasceu em Paranaguá, em 19 de Maio de 1931. Em 1951 passou no concurso público para Agente Fiscal do Estado do Paraná, carreira que encerrou como Delegado da 2ª Delegacia Regional da Receita, que comportava toda a região metropolitana de Curitiba e Litoral, tendo assumido tal cargo em 1981 para, ano depois, aposentar-se. Antes de terminar sua carreira no Fisco Estadual, formou-se em Direito, pela Faculdade de Direito de Curitiba, em 1979. Na época da faculdade, era chefe da agência da rendas do Porto de Paranaguá. [...] Casou com Anete Lima Berberi, em 1952. [...] Foi candidato a Prefeito de Matinhos, em 2004. Miguel e Anete tiveram 3 filhos: Regina, Adélia Cristina e Marco Antonio. Dr. Berberi, como era conhecido aqui em Matinhos, se foi em novembro de 2005.”</p> <p>(http://www.matinhos.pr.gov.br/noticia.php?controle=436&imagem=biblioteca_sesi_jpg69be3e27de.jpg&titulo=Ind%C3%BAstria+do+Conhecimento+%C3%A9+inaugurada+com+uma+grande+homenagem; acesso em 13/02/2018).</p> <p>- Anete Lima Berberi, mãe e filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT)</p> <p>(https://filiacao.com/filiado/perfil/dados/PR/042888230698; acesso em 13/02/2018).</p> <p>- Possível familiar: Raphael Berberi; “Assessor de Juiz de Direito na empresa Tribunal de Justiça do Estado do Paraná”, “Estudou Direito Processual Civil na instituição de ensino Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar”</p>

	<p>(https://www.facebook.com/raphael.berberi; acesso em 13/02/2018) e ex-jogador de vôlei de praia (http://raphaelvp.blogspot.com.br/2010/05/o-atleta.html; acesso em 13/02/2018).</p>
--	--

APÊNDICE 29: CARLOS FREDERICO MARÉS DE SOUZA FILHO

	CONSELHEIRO DO CAAd
	Nascido em 02/10/1946
	Natural de União da Vitória-PR
Formação	<ul style="list-style-type: none"> · Bacharel em Direito – Universidade Federal do Paraná, em 1969; · Mestrado em Direito pela Universidade Federal do Paraná, em 1988; · Doutorado em Direito pela Universidade Federal do Paraná, em 1998;
Carreira	<ul style="list-style-type: none"> • Foi Secretário Municipal de Cultura de Curitiba, de 1987 a 1989; - Foi Presidente da FUNAI – Fundação Nacional do Índio de 1999 a 2000; - Foi Procurador Geral do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em 2003; • Diretor do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, a partir de 2004; - Membro do Conselho Diretor do Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos, a partir de 1992; • Membro do Conselho Diretor do Instituto Socioambiental, de 1994 a 1998; - Conselheiro do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná; - Escreveu entre outros os livros: “Patrimônio Cultural e sua proteção jurídica”; “O renascer dos povos indígenas para o direito”; “A função social da terra”. • Foi exilado político no Uruguai, Chile, Dinamarca, São Tomé e Príncipe, de 1970 a 1979;

	<ul style="list-style-type: none"> •Advogado de povos indígenas, desde 1980; •Procurador Geral do Estado do Paraná, em 2008; - “Integra o Programa de Mestrado e Doutorado da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, onde é professor titular de Direito Agrário e Socioambiental, Professor do Mestrado, Doutorado e Graduação em Direito” (https://www.escavador.com/sobre/8339474/carlos-frederico-mares-de-souza-filho; acesso em 09/03/2018). - Advoga no escritório “Marés Advocacia” (https://www.maresadvocacia.com/; acesso em 09/03/2018).
<p>Vida social e polêmicas</p>	<p>- “A mobilização dos estudantes chamou a atenção dos militares a partir de 1968: Tomada da Reitoria, Congresso da UNE em Ibiúna e Minicongresso da UNE na Chácara do Alemão são alguns dos eventos que marcaram o ano que terminou com a edição do Ato Institucional nº 5 e legitimou a violência contra os opositores ao regime. ‘No episódio da Chácara do Alemão, cheguei tarde e todos já tinham sido presos. E como estava no quinto ano do Direito, com a carteira da OAB pude visitar meus companheiros na prisão’. Depois desse episódio, Carlos Marés foi acusado de escrever um manifesto, julgado num processo fraudulento e condenado a três anos de prisão, enquanto quem assinou recebeu a pena de seis meses de detenção. ‘Eu já militava no PCBR, embora tivesse uma vida legal, e quando veio a ordem de prisão eu cai na clandestinidade. Isso foi em 1970. Fui para Santos e com o apoio da minha família e amigos, eu e Maria Dirce, minha companheira, partimos para o Uruguai’, relembra” (http://www.dhpaz.org/dhpaz/depoimentos/detalhe/77/depoimento-para-a-historia-a-resistencia-a-ditadura-militar-no-parana; acesso em 09/03/2018).</p> <p>- “Carlos Frederico Marés foi exilado político (1970), tendo vivido no Uruguai, Chile, Dinamarca e São Tomé e Príncipe, países em que trabalhou como tradutor, professor de língua portuguesa e consultor jurídico. Com a anistia, em 1979, retornou ao Brasil e conheceu o atual ministro da Justiça, José Carlos Dias, que advogou em seu favor, providenciando a regularização de sua situação no país. No contexto da Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988), colaborou na formulação do Capítulo VIII, “Dos Índios”, inscrito na Constituição Federal de 1988, tendo sido um dos coordenadores da campanha “Povos Indígenas na Constituinte”. Foi fundador do Núcleo de Direitos Indígenas</p>

	<p>(NDI) em 1989, do qual foi diretor técnico, e do Instituto Socioambiental (ISA) em 1994, do qual foi presidente e conselheiro” (https://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=883; acesso em 09/03/2018).</p> <p>- “O ex-governador do Paraná e atual senador da República, Roberto Requião (PMDB), entrou com Ação Popular contra a privatização do pré-sal, junto com o ex-presidente do BNDES Carlos Lessa, o diretor-executivo da CUT Roni Barbosa, o jurista paranaense Carlos Frederico Marés de Souza Filho, os deputados estaduais Gilberto Martin e Antonio Anibelli Neto, entre outros. Também fui convidado pelo senador e por seu advogado, Samuel Gomes, para entrar com a ação como polo ativo, aceitei, mas infelizmente não deu tempo para que meu nome constasse na ação” (https://blogdotarso.com/2013/10/20/requiao-carlos-lessa-e-carlos-mares-entram-com-acao-popular-contra-a-privatizacao-do-pre-sal/; acesso em 09/03/2018).</p> <p>- Em 2016 foi um dos organizadores do “Circo da Democracia”; evento que se opunha ao golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016 (SOUZA, 2017): “É um momento de abrir e aprofundar a reflexão, porque todos nós temos certeza que se abre no Brasil um novo processo de discussão longo, profundo e denso”, afirma Carlos Frederico Marés de Souza Filho, professor de Direito na PUC/PR e membro da articulação Advogados pela Democracia. ‘Nada é mais simbólico do que um circo para representar a cultura popular, que se expressa como arte, consciência e transformação’, explica, sobre o formato escolhido pelos movimentos para contrapor o cenário de violação à democracia e de avanço do conservadorismo” (https://blogdotarso.com/tag/carlos-frederico-mares-de-souza-filho/; acesso em 09/03/2018).</p>
<p>Familiares</p>	<p>- “CARLOS FREDERICO MARÉS DE SOUZA FILHO teve o primeiro contato com integrantes do Partido Comunista Brasileiro ainda no secundarista, mais especificamente no último ano no Colégio Estadual do Paraná, em 1964. Um dos seis filhos de promotor público em Palmas, Carlos Marés trouxe de casa o interesse pelos livros, especialmente os de sociologia e filosofia” (http://www.dhpaz.org/dhpaz/depoimentos/detalhe/77/depoimento-para-a-historia-a-resistencia-a-ditadura-militar-no-parana; acesso em 09/03/2018).</p> <p>- Pai: “A história começa com Carlos Frederico Marés de</p>

Souza (1915-2000), conhecido como Carlito Marés. Formado em Direito pela Universidade do Paraná em 1942, foi Advogado, Promotor de Justiça, Secretário de Governo do Estado do Paraná”

(<https://www.maresadvocacia.com/escritorio>; acesso em 09/03/2018).

- Esposa: Maria Dirce Botelho Marés de Souza, bibliotecária do Instituto Paranaense Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

- Filho: Theo Botelho Marés de Souza, advogado: “O neto de Carlito Marés, Theo Botelho Marés de Souza, tem a missão de dar continuidade a esta história. Formado em Direito pela PUC/PR em 1997, é especialista e mestre em Direito pela PUC. É procurador do Município de Pinhais/PR desde 2013 e Professor do curso de Direito das Faculdades da Indústria (FIEP/PR) e do curso de Pós Graduação em Direito Ambiental da PUC/PR. Foi Assessor Jurídico na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná, Presidente do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências e Ouvidor Agrário do INCRA no Paraná” (<https://www.maresadvocacia.com/escritorio>; acesso em 09/03/2018).

- Filho: Fernando Marés de Souza, roteirista de cinema: (<http://www.roteirodecinema.com.br/fernando/biografia.html>; acesso em 09/03/2018).

- Filho: Francisco Botelho Marés de Souza, jornalista: “Jornalistas do maior e mais antigo jornal do Paraná, a Gazeta do Povo, são alvos de ao menos 37 processos judiciais movidos de abril até agora por magistrados e dois promotores do Ministério Público do Estado após terem publicado um especial sobre os salários que juízes e promotores locais receberam neste ano e que, na prática, superavam o teto constitucional do funcionalismo público, atualmente de R\$ 39 mil. [...] Até agora o grupo já percorreu 6,3 mil quilômetros para comparecer a 19 audiências em 15 municípios do Estado e, caso não surja nenhuma ação ou audiência nova, eles ainda tem que comparecer a mais 15 compromissos com a Justiça do Estado. ” Estou fazendo só pauta do dia, não tenho mais cinco dias para trabalhar”, lamenta o repórter Francisco Botelho Marés de Souza, um dos alvos das ações judiciais” (<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/juizes-processam-jornalistas-que-revelaram-seus-supersalarios/>; acesso em 09/03/2018).

APÊNDICE 30: LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI

	CONSELHEIRO DO CAd
	Nascido em 21/01/1971
Formação	<p>- Bacharel em Direito – Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP.</p> <p>- Mestrando em Direito (desde 2013) - Centro Universitário Autônomo do Brasil (UNIBRASIL).</p>
Carreira	<p>- Ingressou no Ministério Público em 1993, trabalhou nas comarcas de Jaguariaíva, Apucarana, Foz do Iguaçu e Curitiba;</p> <p>- Assessor do Procurador – Geral do Ministério Público do Estado do Paraná;</p> <p>- Atuou na Promotoria de Investigações Criminais;</p> <p>- Membro integrante do Grupo Nacional de Combate a Ações Criminosas;</p> <p>- Presidente do Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública do Brasil;</p> <p>- Ministério Público do Paraná Cargo: Promotor de Justiça 2003 -2010;</p> <p>- Secretário da Segurança Pública do Paraná 2004 2008;</p> <p>- Presidente do Conselho Nacional de Secretários da Segurança Pública do Brasil (Conseps) 2007-2010;</p> <p>- Presidente do Conselho Estadual de Trânsito do Paraná (Cetran) 20007-2010;</p> <p>- Membro do Conselho de Administração da Elejor 2011-2013;</p> <p>- Diretor jurídico da Itaipu Binacional em 2016</p> <p>- Atualmente é assessor Técnico do Senado Federal, cargo</p>

	<p>comissionado junto ao gabinete do senador Roberto Requião (PMDB-PR) (https://www.escavador.com/sobre/4981626/luiz-fernando-ferreira-delazari; acesso em 11/03/2018), com salário base de R\$ 21.943,16 (vinte e um mil, novecentos e quarenta e três reais e dezesseis centavos) (http://www.senado.leg.br/transparencia/rh/servidores/remuneracao.asp?fcodigo=2903709&fvinculo=&mes=01/02/2018; acesso em 11/03/2018).</p> <p>- “Luiz Fernando Ferreira Delazari é sócio, administrador ou dono da empresa Luiz Fernando Ferreira Delazari - Sociedade Individual de Advocacia. CNPJ: 26.905.140/0001-00 Razão social: Luiz Fernando Ferreira Delazari - Sociedade Individual de Advocacia” (https://www.consultasocio.com/q/sa/luiz-fernando-ferreira-delazari; acesso em 11/03/2018).</p> <p>- Foi tesoureiro do diretório estadual do PMDB paranaense de “01/11/2015 a 01/11/2017” (http://pmdbpr.org.br/direcao/diretorio-estadual/; acesso em 11/03/2018).</p>
<p>Vida social e polêmicas</p>	<p>- Em 2003, a “Procuradoria Geral do Estado não havia ingressado, até ontem, com apelação no Tribunal de Justiça do Paraná contestando a decisão do desembargador Leonardo Lustosa de deferir a liminar suspendendo o decreto que nomeou o promotor Luiz Fernando Delazari como secretário estadual da Segurança Pública. De acordo com a Assessoria de Imprensa do Palácio Iguazu, o procurador Sérgio Botto de Lacerda deve ingressar com o recurso nos próximos dias. [...] Delazari foi afastado do cargo com base em duas sentenças do STF (Supremo Tribunal Federal) e no artigo 128, parágrafo 5.º, inciso II da Constituição Federal, que impede os integrantes do Ministério Público de exercer qualquer função pública, ainda que em disponibilidade, com exceção do magistério” (http://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/procuradora-se-posiciona-sobre-delazari/; acesso em 11/03/2018).</p> <p>- Em 2007, o “Supremo Tribunal Federal determinou o afastamento do secretário de Estado de Segurança Pública do Paraná, Luiz Fernando Ferreira Delazari, por acúmulo de funções. A liminar foi dada pelo ministro Ricardo Lewandowski na noite de sexta-feira (3/8). [...] Delazari não pode ficar na função porque é promotor de Justiça, diz Lewandowski. Assim, não pode exercer função comissionada em outra instituição. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é clara quanto a isso, ao</p>

interpretar dispositivo da Constituição Federal que diz que é vedado ao promotor exercer outra função a não ser uma de magistério” (https://www.conjur.com.br/2007-ago-03/secretario_seguranca_parana_afastado; acesso em 11/03/2018).

- “O secretário de Estado de Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, anunciou agora há pouco em nota oficial, divulgada no site do governo do Estado, que pediu afastamento do Ministério Público para continuar na função do governo. [...] Ele deixa o MP após decisão do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, determinando a suspensão do decreto de nomeação dele no fôcerno. ‘Em respeito ao Judiciário, a liminar será imediatamente cumprida e o decreto de nomeação, suspenso. A decisão liminar não é retroativa, portanto não anula atos pretéritos à frente da SESP’, diz a nota do secretário”

(<http://www.bemparana.com.br/noticia/38315/delazari-pede-afastamento-do-ministerio-publico>; acesso em 11/03/2018).

- “O procurador-geral de Justiça, Milton Riquelme de Macedo, aceitou ontem à tarde o pedido de exoneração do promotor de Justiça Luiz Fernando Ferreira Delazari, que estava há cerca de 14 anos na instituição. Mesmo sem a publicação oficial da exoneração, o Palácio das Araucárias informou no início da noite que Delazari já foi renomeado secretário de Estado da Segurança Pública”

(<https://www.folhadelondrina.com.br/politica/mp-aceita-pedido-de-exoneracao-e-delazari-reassume-seguranca-612396.html>; acesso em 11/03/2018).

“[...] a carta do ex-procurador geral do Estado, Sérgio Botto de Lacerda ao governador, que escancara o ambiente de guerra em que vivem alguns dos principais integrantes da cúpula do governo. E por tabela, culpa o próprio Requião, ao acusá-lo de se omitir para resolver esses conflitos. Na carta, Botto disparou contra o ouvidor-geral, Luiz Carlos Delazari, seu filho, o secretário de Segurança, Luiz Fernando Delazari, o atual presidente do Conselho Administrativo da Sanepar, Pedro Henrique Xavier, e outros, como o secretário de Imprensa, Benedito Pires”

(<http://www.bemparana.com.br/noticia/48521/reunido-secretariado-explica-denuncias>; acesso em 11/03/2018).

- É amigo pessoal do ex-juiz federal de primeira instância, e atual ministro da Justiça, Sérgio Moro

(<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,amigo-de-moro-encontra-defensor-de-lula,10000085761>; acesso em

11/03/2018).

- No meio político, Delazari foi apelidado de “Lulinha” (<https://www.esmaelmorais.com.br/2016/04/lulinha-assume-diretoria-na-itaipu/>; acesso em 12/03/2018).

- “Delazari que tenta se manter no cargo de Secretário, primeiro estabeleceu uma disputa com o advogado Rof koerner Jr. que também queria o cargo, mas teria sido vetado pelo ex-governador Requião. Lulinha, como Delazari é conhecido pelos colegas, estaria culpando, sabe-se lá por que, a primeira-dama Regina Pessuti por sua dificuldade de manter-se no tão desejado cargo de secretário de segurança” (<http://www.fabiocampana.com.br/2010/04/delazari-em-confronto-com-a-1%C2%AA-dama/>; acesso em 12/03/2018).

- “Elejor é uma empresa em que a Copel é majoritária. Tem como sócia a Paineira, empresa dos Gulin. Pois, pois, Delazari era também conselheiro da Elejor, indicado pelo governo do estado. Acaba de perder mais R\$ 3 mil por mês, pois foi defenestrado por Orlando Pessuti, que em seu lugar nomeou um técnico da Copel. A justificativa de Pessuti nos bastidores é a de que Delazari não entendia bulhufas de energia. [...] Se somarmos os proventos de todos os cargos de conselheiro mais o de secretário, Delazari recebia muito mais do que um promotor de Justiça, carreira que ele abandonou prazerosamente. Requião dizia que Delazari desistira do Ministério Público por patriotismo, que, hoje se vê, era bem remunerado” (<http://www.fabiocampana.com.br/2010/04/delazari-tambem-perde-a-boca-na-elejor/>; acesso em 12/03/2018).

- Em 2017, juntamente com outros 59 advogados, Delazari assinou a nota “EM DEFESA DA ADVOCACIA E DA DEMOCRACIA: NOTA DE REPÚDIO A REPORTAGEM DA TRIBUNA DA MASSA E PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS”; a qual criticava um arremedo jornalístico local (veiculado diariamente pela Rede Massa, afiliada do Sistema Brasileiro de Televisão – SBT), que injuriou a atuação de um coletivo de advogados num protesto contra o aumento da tarifa de ônibus em Curitiba-PR (<https://www.revistaforum.com.br/advogados-vao-processar-rede-massa-apos-reportagem-que-fez-insinuacoes-sobre-sua-atuacao-profissional/>; acesso em 11/03/2018).

- Em fevereiro de 2018, o “[...] advogado Luiz Fernando Delazari, ex-secretário da Segurança Pública, e assessor

	<p>do senador Roberto Requião, ingressou com ação popular contra o governador Beto Richa para que responda pelos prejuízos causados ao estado pela contratação de serviços de empresas privadas para fiscalizar obras rodoviárias sob concessão, no valor total de R\$ 26 milhões” (https://contraponto.jor.br/acao-popular-cobra-responsabilidade-de-richa/; acesso em 11/03/2018).</p>
Familiares	<p>- Pai: Luiz Carlos Delazari; “Ingressou no Ministério Público do Estado do Paraná por concurso, sendo nomeado em 29 de junho de 1970, assumindo em 7 de julho do mesmo ano. Atuou inicialmente como Promotor de Justiça Substituto nas Comarcas de Cascavel, Formosa do Oeste e como Promotor de Justiça de entrância inicial na Comarca de Colorado; na sequência, passou por Paranacity (1975); promovido à entrância intermediária na Comarca de Paranaíba (1977), Maringá (1978); entrância final na 2ª Vara de Família e Menores da Comarca de Ponta Grossa e, mais tarde, removido novamente para Maringá (1983). Esteve à disposição da Secretaria de Estado da Justiça como chefe de gabinete (1985). Também foi assessor do Prefeito Roberto Requião para Assuntos de Segurança e Justiça em nível de Secretário Municipal (1986-1988). Foi removido de Maringá para a 12ª Seção Judiciária em Curitiba (1988). Tornou-se Procurador de Justiça em 8 de agosto de 1990. [...] Em 20 de março 1992, foi nomeado ao cargo de Procurador-Geral de Justiça. Aposentou-se em 24 de maio de 1995. Faleceu em 23 de outubro de 2014” (http://www.memorial.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=48; acesso em 11/03/2018). “[...] Ocupou ainda o cargo de chefe de gabinete da Secretaria de Justiça no Governo José Richa e foi integrante da Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Apucarana, nos anos 70. [...] Em 2003, no segundo mandato de Requião como governador, assumiu a Ouvidoria Geral e Corregedoria do Estado. Na época, disse que pretendia tornar a administração e a gestão dos negócios públicos totalmente transparentes. Para isso, todos os atos e processos administrativos serão disponibilizados aos cidadãos, por internet e publicados no Diário Oficial do Estado! O que foi feito. Como ouvidor do Estado, em 2008, Dr. Delazari presidiu a Comissão Especial de Indenização a ex-Presos Políticos. O grupo analisou 84 pedidos de reparação financeira feitos por pessoas que foram presas em dependências do Estado durante a ditadura militar e que alegaram ter sofrido sequelas físicas e psicológicas devido a abusos cometidos durante a prisão. Foi decidida pela indenização em 45 casos, num valor total de R\$ 893 mil” (https://www.esmaelmorais.com.br/2014/10/morre-luiz-</p>

	<p>carlos-delazari-advogado-de-ex-presos-politicos-do-parana/; acesso em 11/03/2018).</p> <p>- Mãe: Aldaides Ferreira Delazari (http://www.memorial.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=48; acesso em 11/03/2018).</p> <p>- Irmã: Fabíola Ferreira Delazari, advogada (https://www.escavador.com/sobre/346642740/fabiola-ferreira-delazari; acesso em 11/03/2018).</p> <p>- Irmão - Carlos Emeliano Ferreira Delazari. Em 2008, Carlos “foi nomeado ontem pela portaria 352-08 para alto cargo do Tribunal de Contas” (http://www.fabiocampana.com.br/2008/10/alegria-na-casa-dos-delazari/; acesso em 11/03/2018).</p>
--	---

APÊNDICE 31: DARCY DEITOS

	CONSELHEIRO DO CAD
	Nascido em 20/05/1944 e falecido em 08/10/2013
	Natural de Jaborá - SC
Formação	- Economia, antiga Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná (hoje Faculdade de Estudos Sociais do Paraná – FESP), 1963-1966.
Carreira	<p>- Iniciou sua carreira profissional atuando como técnico contábil no município de Campo Mourão-PR (https://www.tribunadointerior.com.br/noticia/c-mourao-se-despede-de-darcy-deitos; acesso em 12/03/2018).</p> <p>- Fundador, 1974, e Presidente, 1975-1976, do MDB em Campo Mourão, Paraná; Delegado do PMDB à Convenção Regional e Nacional, 1986-1987.</p> <p>- Deputado estadual pelo MDB (1978-1981)</p> <p>- Deputado federal pelo PMDB e PSDB (1987-1990)</p> <p>- Proprietário do Paraná Palace Hotel (http://paranapalace.com.br/wp/; acesso em 13/03/2018).</p> <p>- “Deitos foi ainda diretor Administrativo e Financeiro do Departamento de Estradas de Rodagem (DER/Paraná), presidente do Instituto das Águas do Paraná (Sudhersa), membro efetivo do Conselho Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, assessor da Casa Civil e coordenador Administrativo-Financeiro da Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba” (COMEC) (http://catve.com/noticia/6/69357/morre-darcy-deitos-ex-deputado-estadual-e-federal; acesso em 12/03/2018).</p>
Vida social e polêmicas	“Em junho de 1974 Darcy Deitos foi um dos fundadores do diretório municipal do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em Campo Mourão. Em 1976 foi candidato a prefeito, mas não se elegeu. Em 1978 candidatou-se a deputado estadual e foi eleito. Concorreu novamente a prefeito de Campo Mourão em 1982, sem sucesso. Com

	<p>57.805 votos foi eleito deputado federal Constituinte em 1986” (http://wibajucom.blogspot.com.br/2013/10/morre-daecy-deitos-em-campo-mourao.html]; acesso em 12/03/2018).</p> <p>- Cidadão Honorário do Município de Iretama, PR, 1985; Cidadão Benemérito do Município de Araruna, PR, 1985; Cidadão Honorário de Campo Mourão, 25 de julho de 2013 (<i>Idem</i>).</p> <p>- Deitos é considerado o “pai” da fundação do PSDB em Campo Mourão (http://crn1.com.br/noticias/30177/Falece-o-pioneiro-mouraoense-Darcy-Deitos.html]; acesso em 12/03/2018).</p> <p>- Possível ligação com a maçonaria em Campo Mourão-PR, pois seu corpo foi “velado na Loja Maçônica Luz do Oriente” (http://www.bocasanta.com.br/index.php?p=YWxyb3RsaXMvbWlyb3RhaUB6aHo6666YWQ9NjY2MDk3Jmx1bW90ZV9vZGFjaWU9OTkyNkA]; acesso em 12/03/2018).</p>
Familiares	<p>- “Em 15 de janeiro de 1954, juntamente com os pais, Sabino Deitos e Norma Perez Deitos, Darcy Deitos mudou-se para Campo Mourão” (http://catve.com/noticia/6/69357/morre-darcy-deitos-ex-deputado-estadual-e-federal]; acesso em 12/03/2018). [...] seus pais Sabino Deitos e Norma Perez Deitos, que construíram o tradicional Hotel Paraná (antes de madeira) na rua Francisco Albuquerque, hoje Paraná Palace” (http://wibajucom.blogspot.com.br/2013/10/morre-daecy-deitos-em-campo-mourao.html]; acesso em 12/03/2018).</p> <p>- “No longínquo ano de 1955, oriundos de Jaborá (Santa Catarina), chegava a então inóspita Campo Mourão o casal Sabino – Norma Peres Deitos (in memoriam), acompanhado de nove filhos. Buscavam um futuro melhor e o patriarca da família trabalhou inicialmente como pintor em Campo Mourão. Porém, dois anos depois comprou o Hotel e Restaurante Paraná, que – em 1975 – ganhou novo prédio e transformou-se no Paraná Palace Hotel” (http://crn1.com.br/noticias/37273/Familia-Deitos:-quase-seis-decadas-dedicadas-a-hotelaria.html]; acesso em 12/03/2018).</p> <p>- Beatriz Deitos, irmã, atual gerente do Paraná Palace Hotel (<i>Idem</i>).</p> <p>- Ruth Deitos, irmã, proprietária do Restaurante A Varanda,</p>

<p>que funciona anexado ao hotel da família (<i>Ibidem</i>).</p> <p>- Maximiliano Darcy David Deitos, filho, juiz titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Ji-Paraná RO (http://emeron.tjro.jus.br/noticias/328-homologacao-da-lista-de-magistrados-inscritos-para-o-programa-de-residencia-judicial-2018; acesso em 12/03/2018), coordenador do Centro Judiciário de Soluções de Conflito e Cidadania (Cejusc) (http://www.tudorondonia.com.br/noticias/juiza-recebe-homenagem-por-legado-de-conciliacao-em-ji-parana,6449.shtml; acesso em 12/03/2018) e frequenta os rituais do Santo Daime (https://maisro.com.br/domingo-no-fantastico-e-super-star-rondonia-mostrada-de-forma-positiva-de-novo/; acesso em 13/03/2018).</p> <p>- Alexandre Raphael Deitos, filho, “[...] Perito Criminal Federal com experiência na área de Antropologia Forense e atuação pericial nas questões relativas aos Direitos Humanos - principalmente na identificação dos desaparecidos políticos do período da ditadura militar brasileira - e na área de Identificação de Vítimas de Desastres (DVI), sendo o representante brasileiro na INTERPOL” (https://www.escavador.com/sobre/3023187/alexandre-raphael-deitos; acesso em 12/03/2018). Alexandre integrou a equipe responsável pela exumação dos restos mortais do ex-presidente João Goulart (http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/m/outros-destaques/376-entenda-como-sera-exumacao-do-ex-presidente-joao-goulart.html; acesso em 12/03/2018).</p> <p>- Patrícia Deitos, filha, subgerente do Paraná Palace Hotel (https://br.linkedin.com/in/patricia-deitos-726a5b27; acesso em 12/03/2018).</p>

APÊNDICE 32: ALTEVIR ROCHA DE ANDRADE

	CONSELHEIRO DO CAd
	Nascido em 03/10/1934
Formação	- Direito
Carreira	<p>- Oficial-maior do Registro de imóveis de Pitanga-PR (1962) e ex-cartorário em Ivaiporã-PR.</p> <p>- Vereador de Ivaiporã, eleito pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) em 1972.</p> <p>- Serventuário da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (1976/2000);</p> <p>- Assistente da Presidência da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná – FAMEPAR (1980/1983);</p> <p>- Assessor de Diretoria da Empresa de Obras Públicas do Paraná – EMOPAR (1984/1985);</p> <p>- Chefe do Departamento de Contratos – Coordenador do Projeto integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (Prorural) da Empresa de Obras Públicas do Paraná – EMOPAR (1985/1985)</p> <p>- Assessor Parlamentar – Assessor de Relações com os Municípios da Secretaria de Estado da Educação do Paraná – (1987/1994);</p> <p>- Delegado Regional do Ministério da Educação/Delegacia Regional – MEC – DEMEC/PR (1995/1998);</p> <p>Conselheiro do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC (1995/1998);</p> <p>- Conselheiro do Instituto Euvaldo Lodi do Paraná – IEL/PR (1995/1998);</p> <p>- Diretor Administrativo Financeiro do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná – FUNDEPAR</p>

	<p>(2003/2007);</p> <p>- Diretor da Paraná Esporte (2007);</p> <p>- Consultor de Educação do Instituto de Ensino Superior do Paraná – IES – PR (1999/2000); http://sanepar.pr.gov.br/sanepar/calandrakbx/filesmng.nsf/10B3B05A2CC4C4E68325775B006314D8/\$File/FORMULA_RIO_DE_REFERENCIA.pdf?OpenElement; p. 175).</p> <p>- Diretor geral da Secretaria da Educação do Paraná, 04/2010 http://www.guiasjp.com/noticias/educacao/governador+no+meia+novo+secretario+da+educacao/56624; acesso em 13/03/2018).</p> <p>- Secretário de Educação do Estado do Paraná (19/11/2010 a 29/12/2010)</p> <p>- DECRETO Nº 9788</p> <p>A GOVERNADORA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos Atos Constitutivos do Sistema CODESUL/ BRDE,</p> <p>Resolve nomear ALTEVIR ROCHA DE ANDRADE, RG nº 276.481, para exercer, como representante do Estado do Paraná, a função de Conselheiro junto ao Conselho de Administração do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE.</p> <p>Curitiba, em 24 de maio de 2018, 197º da Independência e 130º da República.</p> <p>MARIA APARECIDA BORGHETTI DILCEU JOÃO SPERAFICO</p> <p>Governadora do Estado Chefe da Casa Civil</p> <p>https://www.jusbrasil.com.br/diarios/192231948/doi-pr-caderno-normal-executivo-25-05-2018-pg-11; acesso em 16/06/2019)</p>
<p>Vida social e polêmicas</p>	<p>- Andrade foi um agente político próximo ao governador Orlando Pessuti (http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/altevir-rocha-de-andrade-e-o-novo-secretario-de-educacao-18p5v4j6mza75ziqq2terhtn2; acesso em 13/02/2018).</p>

<p>Familiars</p>	<p>- André Renato Miranda Andrade - “Bacharel em Direito pela UFPR (1987), Especialização em Direito Civil e Processo Civil pela Unipar (1995), Especialização em Direito Tributário e Processual Tributário pela PUC/PR (1997). Mestre em Direito do Estado/Direito Tributário pela UFPR. Professor de Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito. Professor de Direito Tributário da Escola da Magistratura do Paraná (EMAP - Curitiba) e da Fundação Escola do Ministério Público do Paraná (FEMPAR - Curitiba). Professor do Curso de Prática Tributária do Complexo de Ensino Renato Saraiva. Professor da Pós-Graduação "lato sensu" em Direito e Processo Tributário Empresarial da PUC/PR. Presidente da Câmara de Conciliação de Precatórios da PGE/PR. Procurador do Estado do Paraná. Advogado em Curitiba, Paraná” (https://www.escavador.com/sobre/4901379/andre-renato-miranda-andrade; acesso em 16/03/2018).</p> <p>- André foi “[...] demitido por abandono de emprego em 2008. Agora, o governador Pessuti quer recontratá-lo e sabe-se que o ex-procurador estaria disposto a reassumir o posto, que só aconteceria por decreto do governador. A Procuradoria Geral do Estado (PGE) obviamente não gostou nem um pouco e está tomando atitudes. Ah, mais um detalhe: o personagem dessa história é filho do secretário de Educação do Estado” (http://www.fabiocampana.com.br/2010/12/o-imbroglio-da-procuradoria/; acesso em 13/03/2018).</p> <p>- Cleonice Miranda de Andrade, ocupou cargo comissionado no Palácio Iguaçu, sendo exonerada em 2014 (https://docslide.com.br/documents/comissionados-exonerados-1.html; acesso em 13/03/2018).</p>

APÊNDICE 33: RENATO TORRES DE FARIA

	CONSELHEIRO DO CAAd
	Nascido em 11/01/1962
	Natural de Belo Horizonte-MG
Formação	<p>- Engenharia de Minas – Universidade Federal de Minas Gerais, 1985.</p> <p>- “Ele recebeu um MBA da Universidade de São Paulo, um curso de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, um MBA da Fundação Dom Cabral e um MBA da Universidade Federal do Espírito Santo” (https://www.marketscreener.com/business-leaders/Renato-Torres-de-Faria-09PWB6-E/biography/; acesso em 10/11/2018).</p>
Carreira	<p>- Engenheiro de Minas da Mineração Boquira S/A, 1985 a 1986;</p> <p>- Chefe de Seção da Mineração Morro Velho S/A, 1986 a 1991;</p> <p>- Coordenador de Projetos da Consulta Engenharia e Mineração, fev a set de 1991;</p> <p>- Coordenador de Projetos da Andrade Gutierrez S/A, de 1991 a 1994;</p> <p>- Gerente Industrial da Andrade Gutierrez Granitos S/A, 1995 a 1998;</p> <p>- Assistente de Diretor Superintendente e de Diretor Financeiro da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, 1999;</p> <p>- Gerente de Projetos da Andrade Gutierrez Concessões S/A, 2000 a maio/2002;</p> <p>- Diretor da Andrade Gutierrez Concessões S/A e Diretor Superintendente e membro do Conselho da Dominó Holdings S/A, a partir de junho/2002;</p>

	<p>- “Atualmente, Renato Torres de Faria é Diretor Presidente, Diretor e Diretor de Relações com Investidores da Andrade Gutierrez Concessões SA e Diretor de Relações com Investidores da Andrade Gutierrez Participações SA. Ele também faz parte da diretoria da AGC Energia SA e diretor executivo da Parque Prado, diretor executivo da Busca Vida Resort, diretor executivo da Porto Real Resort, diretor executivo da Marina Porto Real, diretor executivo da Terminal De Passageiros, diretor executivo da Terminais Intermodais Da Serra e Diretor Executivo do Flat Cidade Jardim. Anteriormente, foi Diretor Presidente da Water Port SA Engenharia e Saneamento, Diretor da Domino Holdings SA e Diretor da Andrade Gutierrez SA.” (https://www.marketscreener.com/business-leaders/Renato-Torres-de-Faria-09PWB6-E/biography/; acesso em 10/11/2018).</p> <p>- Em 2013, Faria fez parte do conselho de administração da fusão entre as telefônicas Oi e Portugal Telecom (https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-10-02/oi-e-portugal-telecom-avancam-em-fusao.html; acesso em 10/10/2018).</p>
<p>Vida social e polêmicas</p>	<p>- Em 2004, o “porta-voz da Dominó Holdings, Renato Torres de Faria, negou o argumento utilizado por Requião para não avalizar o empréstimo de US\$ 1,7 bilhão concedido pelo Japan Bank for International Cooperation (JBIC) à Sanepar. Segundo ele, o fato da Dominó Holdings deter o controle administrativo da Sanepar não a transforma em empresa privada, deixando o governo livre para avalizar o aporte de recursos” (https://www.folhadelondrina.com.br/politica/domino-diz-que-parana-ainda-tem-controle-da-sanepar-502916.html; acesso em 10/10/2018).</p> <p>- Em 2010, Faria foi alvo de investigação da Operação Caixa Preta da PF, que investigava fraudes nas licitações da “Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero)” entre 2003 e 2006 (https://www.estadao.com.br/noticias/geral,ex-assessor-da-infraero-ganhou-ate-apartamento-de-empiteira-diz-pf,504541; acesso em 10/10/2018).</p> <p>- Em 2015, Faria foi absolvido pela CVM de uma acusação de tráfico de “informações relevantes” sobre a SANEPAR, “ainda não divulgadas ao mercado” entre 2012 e 2014, período em que ocupava a vice-presidência da companhia (http://www.cvm.gov.br/noticias/arquivos/2017/20170510-</p>

	1.html#sanepar ; acesso em 10/10/2018).
Familiares	- Catia Cristina Torres de Faria – sócia de Renato Torres de Faria na empresa Serra Das Pedras Participações Ltda. Cintia também tem participação em empresas do setor imobiliário com sede em Minas Gerais (https://www.consultasocio.com/q/sa/catia-cristina-torres-de-faria ; acesso em 10/11/2018).

APÊNDICE 34: KEVIN MICHAEL ALTIT

	CONSELHEIRO DO CAd
	Nascido em 19/05/1963
	Natural de Rio de Janeiro-RJ
Formação	<ul style="list-style-type: none"> - Bacharel em Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Mestre em Direito (LL.M.), University of California (EUA)
Carreira	<ul style="list-style-type: none"> - Diretor Jurídico e Vice – Presidente da Azurix do Brasil Ltda; - Diretor Jurídico da Light Serviços de Eletricidade S.A.; - Diretor Jurídico da Trikem S.A.; - Integrante do Departamento Jurídico da Odebrecht S.A.; - Sócio de Garcia & Keener Advogados; - Advogado visitante de Baker, Brown, Parker & Leahy, LLP; - Presidente do Conselho de Administração de Zain Participações S.A., Newtel Participações S.A., Mem Celular Participações S.A., Oeste Participações S.A., Sorocaba Empreendimentos e Participações S.A., Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., Invitel S.A., Telpart Participações S.A., Capitalpart Participações S.A., Serranby Participações S.A., Selectpart Participações S.A. e Sul 116 Participações S.A.; - Vice Presidente do Conselho de Daleth Participações S.A.; - Membro Titular do Conselho de Administração de Quigley Company, Inc. (Grupo Pfizer – NY), Dominó Holdings S.A. e Brasil Telecom Participações S.A.; - Diretor Presidente de Serranby Participações S.A.

	<p>- Diretor Econômico-Financeiro de Mem Celular Participações S.A., Futuretel S.A., Daleth Participações S.A., Oeste Participações S.A., Sorocaba Empreendimentos e Participações S.A., Newtel Participações S.A., Zain Participações S.A., Invitel S.A., Capitalpart Participações S.A. e Sul 116 Partic. S.A.;</p> <p>- Diretor de Dados de Mem Celular Participações S.A., Futuretel S.A., Daleth Participações S.A., Oeste Participações S.A. e Sorocaba empreendimentos e Participações S.A.;</p> <p>- Diretor Administrativo de Newtel Participações S.A., Zain Participações S.A., Invitel S.A. e Solpart Participações S.A.;</p> <p>- Diretor de Operações de Ret Participações S.A. e Capitalpart Participações S.A.;</p> <p>- Diretor de Relação com Investidores de Selectpart Partic.</p> <p>- Sócio de Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados; https://www.mattosfilho.com.br/pages/curriculo/nID/225/Advogado/kevin-michael-altit; acesso em 11/10/2018).</p>
<p>Vida social e polêmicas</p>	<p>- “RECONHECIMENTOS (Prêmios recebidos) - Chambers Latin America – Projects (2015-2016); LACCA Approved – Corporate/M&A (2016-2019); IFLR 1000 Financial and Corporate – Private Equity; M&A (2017); Notable Practioner: Private Equity; M&A (2018); Chambers Global – Projects (2015-2016)” https://www.mattosfilho.com.br/Documents/Socios-pt-br/kevin-altit.pdf; acesso em 11/10/2018).</p> <p>- “Quantidade de empresas pertencentes a Kevin Michael Altit : 14; Kevin Michael Altit é sócio de 1 empresa no estado de Distrito Federal, 4 em São Paulo e 7 em Rio De Janeiro. Capital social das empresas de Kevin Michael Altit: R\$ 18.976.145,00” https://www.consultasocio.com/q/sa/kevin-michael-altit; acesso em 10/11/2018).</p> <p>- Foi advogado de Eike Batista em 2015 http://www.ebc.com.br/noticias/economia/2015/03/primeiros-julgamentos-da-cvm-multam-eike-batista-em-r-800-mil; acesso em 11/10/2018).</p>
<p>Familiares</p>	<p>- Ilona Sydenstricker Altit (advogada e sócia):</p>

“ZARCARANNA PARTICIPAÇÕES LTDA. CNPJ/MF 04.347.503/0001-99; NIRE 33.2.0738451-4; 7ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL. Kevin Michael Altit, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, com escritório na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, nº 231, salas 403 e 404, inscrito na OAB/RJ sob o nº 62.437, e no CPF/MF sob o nº 842.326.847-00; e Ilona Sydenstricker Altit, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, advogada, com escritório na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Rio Branco, nº 99, salas 14º andar, inscrita na OAB/RJ sob o nº 54.510, e no CPF/MF sob o nº 824.207.187-04; na qualidade de únicos sócios da Zarcarana Participações Ltda., sociedade empresária limitada com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praça Mahatma Gandhi, nº 2, salas 1.218/1.219 (parte), CEP 20031-908, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.347.503/0001-99”
http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/view_pdf.php?ie=NDA1MA==&ip=OQ==&s=MjdkN2ZIZTYyNmY1MDIhNTUzNGZjMWQ3MDZIM2JkODA=; acesso em 11/10/2018).

- Ilona é advogada do escritório Garcia & Keener, fundado em 1959, sendo o primeiro do país a atender clientes estrangeiros, com sede no Rio de Janeiro
<http://www.garciakeener.com.br/pt/advogados/ilona-sydenstricker-altit/>; acesso em 11/10/2018).

APÊNDICE 35: CAMPOS SOCIAIS, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (1998-2002) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR CAMPO.

		CONSELHEIROS POR CAMPO	TOTAL DE CONSELHEIROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR CAMPO (%)
CAMPOS SOCIAIS	EMPRESARIAL	4	11	36
	JURÍDICO	2	11	18
	MÉDICO	1	11	9
	POLÍTICO	6	11	55
	PROFISSIONAL	2	11	18

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 1998 a 2002

APÊNDICE 36: OS CONSELHEIROS DO CAD DA SANEPAR (1998-2002) CONFORME CAMPOS SOCIAIS.

CONSELHEIROS DO CAD DA SANEPAR ENTRE 1998 E 2002	CAMPOS SOCIAIS				
	EMPRESARIAL	JURÍDICO	MÉDICO	POLÍTICO	PROFISSIONAL
Armando Martinho Bardou Raggio			X	X	
Carlos Afonso Teixeira de Freitas					X
Giovani Gionédis		X		X	
Hamilton Aparecido Gimenes					X
Hitoshi Nakamura				X	
Ingo Henrique Hübert	X			X	
José Antonio Andreguetto				X	
José Carlos Irago Garcia	X				
Miguel Salomão				X	
Ricardo Coutinho de Senna	X				
Rodrigo Bhering de Andrade	X	X			

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 1998 a 2002

APÊNDICE 37: FORMAÇÕES PROFISSIONAIS NO CAMPO EMPRESARIAL, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CA_d DA SANEPAR (1998-2002) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL.

		CONSELHEIROS CONFORME FORMAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL DE CONSELHEIROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL (%)
FORMAÇÕES PROFISSIONAIS NO CAMPO EMPRESARIAL	Engenharia civil	1	4	25
	Direito	1	4	25
	Engenharia elétrica	1	4	25
	Administração de empresas	1	4	25

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 1998 a 2002.

**APÊNDICE 38: FORMAÇÕES PROFISSIONAIS NO CAMPO JURÍDICO,
NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAD DA SANEPAR (1998-2002) E
PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL.**

		CONSELHEIROS CONFORME FORMAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL DE CONSELHEIROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL (%)
FORMAÇÕES PROFISSIONAIS NO CAMPO JURÍDICO	Direito	2	2	100

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 1998 a 2002.

**APÊNDICE 39: FORMAÇÕES PROFISSIONAIS NO CAMPO MÉDICO,
NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAD DA SANEPAR (1998-2002) E
PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL.**

		CONSELHEIROS CONFORME FORMAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL DE CONSELHEIROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL (%)
FORMAÇÕES PROFISSIONAIS NO CAMPO MÉDICO	Medicina	1	1	100
	Saúde Pública	1	1	100

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 1998 a 2002.

APÊNDICE 40: FORMAÇÕES PROFISSIONAIS NO CAMPO POLÍTICO, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAD DA SANEPAR (1998-2002) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL.

		CONSELHEIROS CONFORME FORMAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL DE CONSELHEI ROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL (%)
FORMAÇÕES PROFISSIONAIS NO CAMPO POLÍTICO	Direito	1	6	17
	Ciências Sociais	1	6	17
	Engenharia Agrônômica	1	6	17
	Engenharia Elétrica	1	6	17
	Administração de Empresas	1	6	17
	Medicina	1	6	17
	Saúde Pública	1	6	17
	Economia	3	6	50

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 1998 a 2002.

APÊNDICE 41: FORMAÇÕES PROFISSIONAIS NO CAMPO PROFISSIONAL, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAD DA SANEPAR (1998-2002) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL.

		CONSELHEIROS CONFORME FORMAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL DE CONSELHEIROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL (%)
FORMAÇÕES PROFISSIONAIS NO CAMPO PROFISSIONAL	Pedagogia	1	2	50
	Engenharia Civil	1	2	50
	Engenharia Sanitarista	1	2	50

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 1998 a 2002.

APÊNDICE 42: CATEGORIAS DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR EM QUE OS CONSELHEIROS DO CAd DA SANEPAR (1998-2002) ESTUDARAM.

		INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR CONFORME CATEGORIA INSTITUCIONAL	TOTAL DE INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR (100%)	PERCENTUAL DE INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR POR CATEGORIA INSTITUCIONAL (%)
CATEGORIAS DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR NO CAd DA SANEPAR (1998-2002)	PRIVADA	4	15	27
	PÚBLICA	11	15	73

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 1998 a 2002.

APÊNDICE 43: INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR NO CAMPO EMPRESARIAL, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAD DA SANEPAR (1998-2002) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR INSTITUIÇÃO.

		CONSELHEIROS CONFORME INSTITUIÇÃO ESCOLAR DE ENSINO SUPERIOR	TOTAL DE CONSELHEIROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR INSTITUIÇÃO (%)
INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR NO CAMPO EMPRESARIAL	Universidade de Vigo (Espanha)	1	4	25
	Universidade de Londres (Inglaterra)	1	4	25
	Universidade de Brasília (UnB)	1	4	25
	Yale School (EUA)	1	4	25
	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	1	4	25
	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	1	4	25
	Universidade de Stuttgart (Alemanha)	1	4	25
	Universidade da Califórnia (EUA)	1	4	25

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 1998 a 2002.

APÊNDICE 44: INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR NO CAMPO JURÍDICO, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAD DA SANEPAR (1998-2002) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR INSTITUIÇÃO.

		CONSELHEIROS CONFORME INSTITUIÇÃO ESCOLAR DE ENSINO SUPERIOR	TOTAL DE CONSELHEIROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR INSTITUIÇÃO (%)
INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR NO CAMPO JURÍDICO	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	1	2	50
	Yale School (EUA)	1	2	50
	Universidade de Brasília (UnB)	1	2	50

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 1998 a 2002.

APÊNDICE 45: INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR NO CAMPO MÉDICO, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (1998-2002) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR INSTITUIÇÃO.

		CONSELHEIROS CONFORME INSTITUIÇÃO ESCOLAR DE ENSINO SUPERIOR	TOTAL DE CONSELHEI ROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR INSTITUIÇÃO (%)
INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR NO CAMPO MÉDICO	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	1	1	100
	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	1	1	100
	Universidade de Brasília (UnB)	1	1	100
	Universidade de São Paulo (USP)	1	1	100
	Fundação Oswaldo Cruz	1	1	100

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 1998 a 2002.

APÊNDICE 46: INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR NO CAMPO POLÍTICO, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CA_d DA SANEPAR (1998-2002) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR INSTITUIÇÃO.

		CONSELHEIROS CONFORME INSTITUIÇÃO ESCOLAR DE ENSINO SUPERIOR	TOTAL DE CONSELHEI ROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR INSTITUIÇÃO (%)
INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR NO CAMPO POLÍTICO	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	4	6	67
	Universidade de Stuttgart (Alemanha)	1	6	17
	Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR)	1	6	17
	Universidade da Prefeitura de Osaka (Japão)	1	6	17
	Universidade da Califórnia (EUA)	1	6	17
	Universidade de Brasília (UnB)	1	6	17
	Universidade de São Paulo (USP)	2	6	34
	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	1	6	17
	Fundação Oswaldo Cruz	1	6	17
	Faculdade de Estudos Sociais do Paraná (FESP)	1	6	17

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 1998 a 2002.

APÊNDICE 47: INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR NO CAMPO PROFISSIONAL, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAD DA SANEPAR (1998-2002) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR INSTITUIÇÃO.

		CONSELHEIROS CONFORME INSTITUIÇÃO ESCOLAR DE ENSINO SUPERIOR	TOTAL DE CONSELHEIROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR INSTITUIÇÃO (%)
INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR NO CAMPO PROFISSIONAL	Centro Técnico-Educacional Superior do Oeste Paranaense	1	2	50
	Universidade de São Paulo (USP)	1	2	50
	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	1	2	50

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 1998 a 2002.

APÊNDICE 48: CARGOS DE ESTADO NO CAMPO EMPRESARIAL, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAD DA SANEPAR (1998-2002) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR CARGO.

		CONSELHEIROS CONFORME CARGOS DE ESTADO	TOTAL DE CONSELHEIROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR CARGOS (%)
CARGOS DE ESTADO NO CAMPO EMPRESARIAL	Conselheiro em outras instituições estatais ou mistas	2	4	50
	Dirigente e/ou servidor público estadual	1	4	25
	Secretário de Estado	1	4	25

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 1998 a 2002.

APÊNDICE 49: CARGOS DE ESTADO NO CAMPO JURÍDICO, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAd DA SANEPAR (1998-2002) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR CARGO.

		CONSELHEIROS CONFORME CARGOS DE ESTADO	TOTAL DE CONSELHEIROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR CARGOS DE ESTADO (%)
CARGOS DE ESTADO NO CAMPO JURÍDICO	Procurador de Estado	1	2	50
	Conselheiro e/ou dirigente em outras instituições estatais ou mistas	2	2	100
	Dirigente e/ou servidor público estadual	1	2	50
	Secretário de Estado	1	2	50
	Secretário municipal	1	2	50
	Assessor parlamentar	1	2	50

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 1998 a 2002.

APÊNDICE 50: CARGOS DE ESTADO NO CAMPO MÉDICO, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAd DA SANEPAR (1998-2002) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR CARGO.

		CONSELHEIROS CONFORME CARGOS DE ESTADO	TOTAL DE CONSELHEIROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR CARGOS DE ESTADO (%)
CARGOS DE ESTADO NO CAMPO MÉDICO	Dirigente e/ou servidor público municipal	1	1	100
	Dirigente e/ou servidor público estadual	1	1	100
	Dirigente e/ou servidor público federal	1	1	100
	Secretário de Estado	1	1	100
	Secretário municipal	1	1	100
	Conselheiro e/ou dirigente em outras instituições estatais ou mistas	1	1	100

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 1998 a 2002.

**APÊNDICE 51: CARGOS DE ESTADO NO CAMPO POLÍTICO, NÚMERO DE
CONSELHEIROS DO CAD DA SANEPAR (1998-2002) E PERCENTUAL DE
CONSELHEIROS POR CARGO.**

		CONSELHEIROS CONFORME CARGOS DE ESTADO	TOTAL DE CONSELHEI ROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR CARGOS DE ESTADO (%)
CARGOS DE ESTADO NO CAMPO POLÍTICO	Dirigente e/ou servidor público federal	2	6	33
	Dirigente e/ou servidor público estadual	4	6	67
	Dirigente e/ou servidor público municipal	2	6	33
	Secretário de Estado	6	6	100
	Secretário municipal	2	6	33
	Conselheiro e/ou dirigente em outras instituições estatais ou mistas	4	6	67
	Assessor parlamentar	2	6	33
	Procurador de Estado	1	6	17

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 1998 a 2002.

APÊNDICE 52: CARGOS DE ESTADO NO CAMPO PROFISSIONAL, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAd DA SANEPAR (1998-2002) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR CARGO.

		CONSELHEIROS CONFORME CARGOS DE ESTADO	TOTAL DE CONSELHEIROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR CARGOS DE ESTADO (%)
CARGOS DE ESTADO NO CAMPO PROFISSIONAL	Dirigente e/ou servidor público estadual	2	2	100

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 1998 a 2002.

APÊNDICE 53: CONSELHEIROS DO CA_d DA SANEPAR (1998-2002) COM CAPITAL POLÍTICO FAMILIAR EM SEUS RESPECTIVOS CAMPOS SOCIAIS.

		CONSELHEIROS COM CAPITAL POLÍTICO FAMILIAR	TOTAL DE CONSELHEIROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIROS COM CAPITAL POLÍTICO FAMILIAR POR CAMPO (%)
CAPITAL POLÍTICO FAMILIAR NOS CAMPOS SOCIAIS VERIFICADOS	EMPRESARIAL	0	4	0
	JURÍDICO	1	2	50
	MÉDICO	1	1	100
	POLÍTICO	3	6	50
	PROFISSIONAL	0	2	0

Fonte: o autor

APÊNDICE 54: CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (1998-2002) COM PARENTES EM CARGOS DE ESTADO EM SEUS RESPECTIVOS CAMPOS SOCIAIS

		CONSELHEIROS COM PARENTES EM CARGOS DE ESTADO	TOTAL DE CONSELHEIROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIROS COM PARENTES EM CARGOS DE ESTADO (%)
CAMPOS SOCIAIS VERIFICADOS	EMPRESARIAL	0	4	0
	JURÍDICO	0	2	0
	MÉDICO	1	1	100
	POLÍTICO	3	6	50
	PROFISSIONAL	0	2	0

Fonte: o autor

APÊNDICE 55: CAMPOS SOCIAIS, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CA_d DA SANEPAR (2003-2010) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR CAMPO.

		CONSELHEIROS POR CAMPO	TOTAL DE CONSELHEI ROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR CAMPO (%)
CAMPOS SOCIAIS	EMPRESARIAL	9	26	35
	JURÍDICO	14	26	54
	POLÍTICO	14	26	54
	PROFISSIONAL	2	26	8

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 2003 a 2010.

**APÊNDICE 56: OS CONSELHEIROS DO CAd DA SANEPAR (2003-2010)
CONFORME CAMPOS SOCIAIS.**

CONSELHEIROS DO CAd DA SANEPAR ENTRE 2003 E 2010	CAMPOS SOCIAIS			
	EMPRESARIAL	JURÍDICO	POLÍTICO	PROFISSIONAL
Altevir Rocha de Andrade		X	X	
Caio Julio Cesar Brandão Pinto	X	X	X	
Carlos Frederico Marés de Souza Filho		X	X	
Darcy Deitos			X	
Hamilton Aparecido Gimenez				X
Heron Arzua		X	X	
Iwan Sabatella Filho	X			
Izabel Cristina Marques		X		
Jean-Marie D'asp	X			
José Maria Ferreira			X	
Jozélia Nogueira Broliani		X	X	
Júlio César da Silva				X
Júlio César de Souza Araújo Filho	X		X	
Kevin Michael Altit	X	X		
Luiz Fernando Ferreira Delazari		X	X	
Marco Antonio Lima Berberi		X	X	
Marcos Vinícius Ferreira Mazoni			X	
Marlik Bentabet	X			
Nestor Celso Imthon Bueno		X	X	
Pedro Henrique Xavier		X	X	

Renato Torres de Faria	X			
Ricardo Coutinho de Senna	X			
Rodrigo Bhering de Andrade	X	X		
Rogério Distefano		X		
Sergio Botto de Lacerda		X		
Tatiana Cruz Bove Iatauro			X	

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 2003 a 2010.

APÊNDICE 57: FORMAÇÕES PROFISSIONAIS NO CAMPO EMPRESARIAL, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAD DA SANEPAR (2003-2010) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL

		CONSELHEIROS CONFORME FORMAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL DE CONSELHEIROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL (%)
FORMAÇÕES PROFISSIONAIS NO CAMPO EMPRESARIAL	Engenharia civil	3	9	33
	Direito	3	9	33
	Engenharia elétrica	1	9	11
	Engenharia de minas	1	9	11
	Engenharia mecânica	1	9	11
	Administração de empresas	1	9	11

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 2003 a 2010.

APÊNDICE 58: FORMAÇÕES PROFISSIONAIS NO CAMPO JURÍDICO, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CA_d DA SANEPAR (2003-2010) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL.

		CONSELHEIROS CONFORME FORMAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL DE CONSELHEIROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL (%)
FORMAÇÕES PROFISSIONAIS NO CAMPO JURÍDICO	Direito	14	14	100
	Geografia	1	14	7
	História	1	14	7
	Administração de empresas	1	14	7

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 2003 a 2010.

APÊNDICE 59: FORMAÇÕES PROFISSIONAIS NO CAMPO POLÍTICO, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAD DA SANEPAR (2003-2010) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL.

		CONSELHEIROS CONFORME FORMAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL DE CONSELHEIROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL (%)
FORMAÇÕES PROFISSIONAIS NO CAMPO POLÍTICO	Direito	9	14	64
	Administração de empresas	3	14	21
	Processamento de dados	1	14	7
	Engenharia civil	1	14	7
	Economia	1	14	7

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 2003 a 2010.

APÊNDICE 60: FORMAÇÕES PROFISSIONAIS NO CAMPO PROFISSIONAL, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CA_d DA SANEPAR (2003-2010) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL.

		CONSELHEIROS CONFORME FORMAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL DE CONSELHEIROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL (%)
FORMAÇÕES PROFISSIONAIS NO CAMPO PROFISSIONAL	Pedagogia	1	2	50
	Ciências contábeis	1	2	50

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 2003 a 2010.

APÊNDICE 61: CATEGORIAS DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR EM QUE OS CONSELHEIROS DO CAd DA SANEPAR (2003-2010) ESTUDARAM.

		INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR CONFORME CATEGORIA INSTITUCIONAL	TOTAL DE INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR (100%)	PERCENTUAL DE INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR POR CATEGORIA INSTITUCIONAL (%)
CATEGORIAS DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR NO CAd DA SANEPAR (2003-2010)	PRIVADA	16	30	53
	PÚBLICA	14	30	47

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 2003 a 2010.

APÊNDICE 62: INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR NO CAMPO EMPRESARIAL, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAD DA SANEPAR (2003-2010) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR INSTITUIÇÃO.

		CONSELHEIROS CONFORME INSTITUIÇÃO ESCOLAR DE ENSINO SUPERIOR	TOTAL DE CONSELHEI ROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIR OS POR INSTITUIÇÃO (%)
INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR NO CAMPO EMPRESARIAL	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	2	9	22
	Universidade de Brasília (UnB)	1	9	11
	Universidade Yale	1	9	11
	École nationale supérieure des mines de Paris	1	9	11
	Universidade de Paris	1	9	11
	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	1	9	11
	Faculdade Católica de Administração e Economia (FAE)	1	9	11
	Universidade de Itaúna - MG	1	9	11
	Centro Universitário União de Negócios e Administração (UNA)	1	9	11
	Universidade de São Paulo (USP)	1	9	11
	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	1	9	11
	Fundação Dom Cabra	1	9	11
	Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)	1	9	11
Universidade Federal do Rio de	1	9	11	

	Janeiro (UFRJ)			
	Universidade da Califórnia	1	9	11

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 2003 a 2010.

APÊNDICE 63: INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR NO CAMPO JURÍDICO, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAD DA SANEPAR (2003-2010) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR INSTITUIÇÃO.

		CONFORME INSTITUIÇÃO ESCOLAR DE ENSINO SUPERIOR	TOTAL DE CONSELHEI ROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR INSTITUIÇÃO (%)
INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR NO CAMPO JURÍDICO	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	8	14	57
	Faculdade Católica de Administração e Economia (FAE)	1	14	7
	Universidade de Lisboa	1	14	7
	Fundação Getúlio Vargas (FGV)	1	14	7
	Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR)	2	14	14
	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	3	14	21
	Universidade de Brasília (UnB)	1	14	7
	Universidade Yale	1	14	7
	Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	1	14	7
	Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos (IBEJ)	3	14	21
	Universidade Positivo (UP)	1	14	7
	Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA)	2	14	14
	Universidade de Itaúna - MG	1	14	7
	Centro Universitário União de Negócios e Administração (UNA)	1	14	7

	Centro Universitário Autônomo do Brasil (UNIBRASIL)	1	14	7
	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	1	14	7
	Universidade da Califórnia	1	14	7

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 2003 a 2010.

**APÊNDICE 64: INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR NO CAMPO
POLÍTICO, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CA_d DA SANEPAR (2003-2010) E
PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR INSTITUIÇÃO.**

		CONFORME INSTITUIÇÃO ESCOLAR DE ENSINO SUPERIOR	TOTAL DE CONSELHEI ROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR INSTITUIÇÃO (%)
INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR NO CAMPO POLÍTICO	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	6	14	43
	Faculdade Católica de Administração e Economia (FAE)	2	14	14
	Fundação Getúlio Vargas (FGV)	3	14	21
	Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC- PR)	2	14	14
	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	3	14	21
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	1	14	7
	Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	1	14	7
	Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos (IBEJ)	2	14	14
	Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA)	1	14	7
	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	1	14	7

	École nationale d'administration	1	14	7
	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)	1	14	7
	Universidade de Itaúna - MG	1	14	7
	Centro Universitário União de Negócios e Administração (UNA)	1	14	7
	Centro Universitário Autônomo do Brasil (UNIBRASIL)	1	14	7
	Faculdade de Estudos Sociais do Paraná (FESP)	1	14	7

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 2003 a 2010.

APÊNDICE 65: INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR NO CAMPO PROFISSIONAL, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAD DA SANEPAR (2003-2010) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR INSTITUIÇÃO.

		CONSELHEIROS CONFORME INSTITUIÇÃO ESCOLAR DE ENSINO SUPERIOR	TOTAL DE CONSELHEIROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR INSTITUIÇÃO (%)
INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR NO CAMPO PROFISSIONAL	Centro Técnico-Educacional Superior do Oeste Paranaense	1	2	50
	Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR)	1	2	50
	Faculdade Católica de Administração e Economia (FAE)	1	2	50

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 2003 a 2010.

APÊNDICE 66: CARGOS DE ESTADO NO CAMPO EMPRESARIAL, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (1998-1992) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR CARGO.

		CONSELHEIROS CONFORME CARGOS DE ESTADO	TOTAL DE CONSELHEIROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR CARGOS (%)
CARGOS DE ESTADO NO CAMPO EMPRESARIAL	Conselheiro em outras instituições estatais ou mistas	2	9	33
	Diretor Regional Região Sul da França	1	9	11
	Diretor de Desenvolvimento Internacional (França)	1	9	11
	Secretário de Estado	1	9	11
	Secretário municipal	1	9	11

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 2003 a 2010.

APÊNDICE 67: CARGOS DE ESTADO NO CAMPO JURÍDICO, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAD DA SANEPAR (2003-2010) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR CARGO.

		CONSELHEIROS CONFORME CARGOS DE ESTADO	TOTAL DE CONSELHEIROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR CARGOS DE ESTADO (%)
CARGOS DE ESTADO NO CAMPO JURÍDICO	Procurador de Estado	8	14	57
	Promotor de Justiça	1	14	7
	Conselheiro em outras instituições estatais ou mistas	6	14	43
	Secretário de Estado	5	14	36
	Secretário municipal	1	14	7
	Parlamentar	1	14	7
	Assessor parlamentar	2	14	14
	Cartorário	1	14	7
	Dirigente e/ou servidor público municipal	2	14	14
	Dirigente e/ou servidor público estadual	6	14	43
	Dirigente e/ou servidor público federal	7	14	50

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 2003 a 2010.

APÊNDICE 68: CARGOS DE ESTADO NO CAMPO POLÍTICO, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAd DA SANEPAR (2003-2010) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR CARGO.

		CONSELHEIROS CONFORME CARGOS DE ESTADO	TOTAL DE CONSELHEIROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR CARGOS DE ESTADO (%)
CARGOS DE ESTADO NO CAMPO POLÍTICO	Dirigente e/ou servidor público federal	5	14	36
	Dirigente e/ou servidor público estadual	8	14	57
	Dirigente e/ou servidor público municipal	3	14	21
	Secretário de Estado	6	14	43
	Secretário municipal	2	14	14
	Conselheiro em outras instituições estatais ou mistas	5	14	36
	Interventor	1	14	7
	Parlamentar	3	14	21
	Assessor parlamentar	1	14	7
	Procurador de Estado	3	14	21
	Promotor de Justiça	1	14	7

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 2003 a 2010.

APÊNDICE 69: CARGOS DE ESTADO NO CAMPO PROFISSIONAL, NÚMERO DE CONSELHEIROS DO CAAd DA SANEPAR (2003-2010) E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR CARGO.

		CONSELHEIROS CONFORME CARGOS DE ESTADO	TOTAL DE CONSELHEIROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR CARGOS DE ESTADO (%)
CARGOS DE ESTADO NO CAMPO PROFISSIONAL	Dirigente e/ou servidor público estadual	2	2	100

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 2003 a 2010.

APÊNDICE 70: CONSELHEIROS DO CA_d DA SANEPAR (2003-2010) COM CAPITAL POLÍTICO FAMILIAR EM SEUS RESPECTIVOS CAMPOS SOCIAIS.

		CONSELHEIROS COM CAPITAL POLÍTICO FAMILIAR	TOTAL DE CONSELHEIROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIROS COM CAPITAL POLÍTICO FAMILIAR POR CAMPO (%)
CAPITAL POLÍTICO FAMILIAR NOS CAMPOS SOCIAIS VERIFICADOS	EMPRESARIAL	1	9	11
	JURÍDICO	7	14	50
	POLÍTICO	10	14	71
	PROFISSIONAL	0	2	0

Fonte: O autor

APÊNDICE 71: CONSELHEIROS DO CA_d DA SANEPAR (2003-2010) COM PARENTES EM CARGOS DE ESTADO EM SEUS RESPECTIVOS CAMPOS SOCIAIS.

		CONSELHEIROS COM PARENTES EM CARGOS DE ESTADO	TOTAL DE CONSELHEIROS (100%)	PERCENTUAL DE CONSELHEIROS COM PARENTES EM CARGOS DE ESTADO (%)
CAMPOS SOCIAIS VERIFICADOS	EMPRESARIAL	0	9	0
	JURÍDICO	10	14	71
	POLÍTICO	12	14	86
	PROFISSIONAL	0	2	0

Fonte: O autor

ANEXOS: TRAJETÓRIAS DOS CONSELHEIROS DO CAD DA SANEPAR
(1998-2010) CONFORME FONTES DE IMPRENSA.

O governador Jaime Lerner completa 1 mês no segundo governo com um escândalo que não sabe como resolver. Para um governo voltado para o povo e para a credibilidade, seria facilímo: bastaria demitir esse Secretário da Fazenda, que é ao mesmo tempo, sócio de um escritório de advocacia. O outro sócio: a própria mulher, casada com comunhão de bens.

Nome desse Secretário da Fazenda do Paraná: Giovanni Gionedis. Nome da mulher: Louise Ragnier Gionedis. São sócios de um renomado e prestigiado escritório de advocacia de Curitiba: Pereira Gionedis Advocacia. A mulher, brilhante advogada, continua exercendo a advocacia, enquanto o marido ocupa a secretaria da Fazenda do Estado.

A clientela desse escritório é selecionada, são grandes multinacionais, pessoas físicas e jurídicas, etc. etc. Têm também clientes que estão demandando em juízo contra o próprio Estado do Paraná. Um exemplo: a Alfa Metais entrou na 2ª Vara da Fazenda, em Curitiba, com ação contra a Receita Estadual do Paraná. Esta é diretamente subordinada à própria Secretaria da Fazenda. Advogado: o escritório Gionedis.

Ética, moral, profissionalmente isso não é permitido. É um escândalo, apenas mais um. Agora, o jornalista Luiz Fernando Fedeger, justamente revoltado, entrou na Justiça contra os advogados. Precisa responsabilizar também o governador Lerner. Quem nomeia e demite?

Tribuna da Imprensa, quarta feira, 10 de fevereiro de 1999.

A banca do Gionédís

O ex-secretário da Fazenda do Paraná, Giovani Gionédís, não autorizava a liberação de créditos de ICMS pela Lei Kandir, mas até as pedras da Boca Maldita de Curitiba sabem que a mutreta começava quando as empresas queriam transferir créditos para terceiros, numa negociação legal, e a Coordenação da Receita Estadual criava obstáculos. Aí entrava em ação o escritório Pereira & Gionédís, de sua mulher. Uma grande empresa que trabalha com derivados de papel garante ter pago o ônus.

Tribuna da Imprensa, quinta feira, 30 de novembro de 2000.

Ágio de 302,8% no Banestado

Oferta de R\$ 1,625 bilhão do Banco Itaú supera todas as expectativas

Com um ágio de 302,81% sobre o preço mínimo, o Banco do Estado do Paraná (Banestado) foi vendido ontem pela manhã para o Banco Itaú, que pagará R\$ 1,625 bilhão. O Itaú assume a direção do banco paranaense no dia 24. "Não esperávamos esse valor", disse o secretário de Estado da Fazenda e presidente do Conselho de Administração do Banestado, Giovani Gionédís. "Superou todas as expectativas", afirmou.

Gionédís disse que o Governo não trabalhava com projeção de ágio, mas o governador Jaime Lerner (PFL), em várias oportunidades, havia declarado que esperava um ágio em torno de 70%. Após a apresentação dos envelopes com Bradesco oferecendo R\$ 710 milhões, Unibanco, R\$ 1,251 bilhão, e Itaú, R\$ 1,515 bilhão, o secretário de Governo licenciado, José Cid Campelo, vibrava: "Esperávamos, com muita boa vontade, R\$ 1 bilhão."

Recorde no Estado

O ágio, de R\$ 1,221 bilhão a partir do preço mínimo de R\$ 403,41 milhões estabelecido para o leilão foi o maior já alcançado em privatizações no Estado. Até então, o Banco do Estado do Mato Grosso do Sul



Freitas, Gionédís e diretores do Banco Itaú batem o martelo, fechando a venda do Banestado

testo de ontem foi feito por estudantes, que agitaram notas de R\$ 1 em frente ao prédio da Bolsa de Valores do Paraná, cercado por policiais e com trânsito interrompido nas redondezas.

Antes do início do leilão, às 11h35, a Procuradoria-Geral do Estado precisou derrubar uma liminar de suspensão, que tinha sido concedida quando faltavam três minutos para as 10 horas pelo juiz substituto da 4ª vara da Fazenda Pública, Gil Francisco de Paula Xavier. Argumentando "risco iminente à economia pública", o presidente do Tribunal de Justiça, Sidney Zappa, garantiu a venda do banco.

Interesse no Banespa

A compra do Banestado não diminuiu a vontade do Itaú de também ficar com o Banespa. "Se entramos no leilão é porque analisamos a situação e consideramos que é possível entrar e que vamos fazer bom trabalho", afirmou Rodovalho Fischer. "O Banespa ou qualquer outra oportunidade que vier, mas especificamente o Banespa, continua interessando e vamos entrar."

O diretor executivo do Bradesco, Sérgio de Oliveira, disse que, mesmo que tivesse

Jornal do Commercio, quarta feira, 18 de outubro de 2000.

Cargo Gov - Col. Mour. Social Curitiba - PSC/PST



DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS DE GIOVANI GIONEDIS

BEM	DICRIMINAÇÃO	VALOR R\$
1	1/4 Imóvel da Av. N. S. Aparecida	15.615,21
2	1/4 Apartamento 6 Ed. Magnata	6.939,73
3	Apartamento 1201 Ed. Tivoli Park	130.000,00
4	1/4 Casa R. Visconde d Rio Branco	20.819,17
5	1/4 Casa Av. Sete Setembro	6.939,73
6	Casa rua Cel João Candido Muricy	536.545,46
7	Casa R. Presidente C. Cavalcanti	48.578,44
8	Predio rua David Carneiro, 270	1.575.722,00
9	Casa R. David Carneiro, 260	120.000,00
10	1/4 Terreno 5 Alqueires em Campo Largo	58.987,69
11	Lote Terreno Jd. Independencia Cascavel	1.804,05
12	Lote 03 Quadra 13 Loteamento Recreio da Serra	364,62
13	Sala N. 03 Shopping Linzmeyer em Cascavel/PR	30.000,00
14	1/3 Conj. Comercial Ed. Trade Tower	15.260,00
15	2 Apartamentos no Cond. Hotel Sol Inn	92.298,74
16	Caminhoneta Ford Windstar Gl, ano 1995	35.000,00
17	Automóvel Omega CD, ano 1998	49.667,68
18	Automóvel Audi A6, ano 1998	102.714,00
19	Automóvel Alfa Romeu, 145, ano 1998	43.300,00
20	Obras de arte	89.200,00
21	Terminais telefonicos	37.403,43
22	16 Ações Ordinárias Banco Bamerindus	222,09
23	10 Ações Ordinárias do Banestado	51,60
24	51877 A. Ordinárias e 2 6074 A. Preferenciais da Telenorte Leste Partic.	0,01
25	Poupança, moeda corrente e aplicações financeiras	1.007.627,18
26	Cessão perpétua de uso de 03 Cadeiras do Coritiba Foot Ball Club	2.314,75
27	03 Consórcios para aquisição de automóvel	15.889,71
28	Aquisição do CFC de direitos federativos sobre atleta	20.000,00
29	Cessão de direitos sobre uma casa em construção em Santa Catarina	222.000,00
30	Automovel BMW 328 - ano 2002	105.000,00
TOTAL		4.390.265,29

OBSERVAÇÃO:

01. Os bens e direitos são comuns com a esposa
02. Os valores dos bens dos itens 01 a 28 são valores históricos constantes na declaração de imposto de renda ano base 2001, exercício 2002

Curitiba, 04 de julho de 2002



Giovani Gionedis
CPF n. 262.546.459-87

Ex-presidente da Copel é denunciado

CURITIBA - O Ministério Público do Paraná protocolou ontem ação civil pública e denúncia criminal contra os acusados de terem aplicado um golpe contra o governo do Estado, comprando créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) supostamente fictícios da Olvepar. Entre os acusados está o ex-secretário da Fazenda e ex-presidente da Companhia Paranaense de Energia (Copel), Ingo Hubert. Segundo os promotores, o prejuízo ultrapassa R\$ 106 milhões. Foram denunciadas oito pessoas, das quais três já se encontram presas. As outras estão sendo procuradas.

"Esse total de incúria não foi acidental e sim proposital", afirmou o promotor Guilherme Freire Teixeira.

Eles são acusados de formação de quadrilha, peculato e falsidade ideológica. Os que tinham cargo público também respondem por prevaricação. Se forem condenados, deverão ressarcir os valores e poderão pagar multa civil de até duas vezes o valor do dano, ter os direitos políticos suspensos por até oito anos e

perder os bens eventualmente acrescidos ao patrimônio de forma ilícita. Os promotores já conseguiram a quebra do sigilo bancário de 13 pessoas, que pode indicar para onde foram depositados R\$ 39,6 milhões, que já tinham sido pagos pela Copel. Há indicações de que foram para contas no Rio de Janeiro, de empresas já inativas.

O valor calculado pelos promotores refere-se ao reconhecimento do crédito de ICMS de R\$ 67,36 milhões pela Secretaria da Fazenda - segundo a denúncia, esses créditos em favor da Olvepar não existiam, tanto que não foram declarados na falência da empresa. A ele se somam os R\$ 39,6 milhões efetivamente pagos pela Copel para abater R\$ 45 milhões de créditos. Segundo os promotores, os R\$ 22 milhões restantes também seriam alvo de fraude, mas o processo foi indeferido por Hubert no fim de dezembro. "Por que esse foi indeferido e o outro não?" questionam os promotores. Segundo eles, até agora nada mostra que o ex-governador Jaime Lerner (PFL) tivesse conhecimento da fraude.

O secretário do Planejamento do Paraná, Miguel Salomão, vem anunciando desde junho que o Banestado passará por reestruturação antes de ser privatizado. Estão previstos programa de demissão voluntária e fechamento de agências pequenas no interior.

Até o início de janeiro, o governo do Paraná deve vender 74% do capital do Banco Del Paraná, braço do Banestado no Paraguai. O Banestado tem 10.500 funcionários em 391 agências (30 fora do Paraná), além de 600 postos de serviço. São 700 mil contas correntes e dois milhões de contas-poupança. O complexo Banestado, com cinco empresas coligadas, movimenta hoje R\$ 7 bilhões.

Jornal do Brasil, terça feira, 15 de dezembro de 1998.

Secretário do PR culpa Planalto por guerra fiscal

Governo acirrou as disputas

CURITIBA - O secretário de Planejamento do Paraná, Miguel Salomão, disse ontem que quem deu início à competição entre os estados na atração de montadoras, o que se convencionou chamar de guerra fiscal, foi o presidente Fernando Henrique Cardoso, quando baixou a medida provisória (MP) do sistema automotivo, reduzindo o imposto de importação para 2,75% sobre peças, máquinas e equipamentos, chegando a um nível competitivo ao da Argentina.

Anteontem, Fernando Henrique afirmou na Suíça que a guerra fiscal "é equivocada". O presi-

Salomão continuou criticando Fernando Henrique Cardoso: "O presidente foi o grande iniciador da aceleração da guerra fiscal entre os estados".

Segundo Salomão, as empresas passaram a disputar para encontrar o melhor local, na hora de vir para cá, e os estados também começaram a competir entre si na atração. "A competição é da essência do mercado; não se pode congelar, inibir as pessoas, porque aí manterá o status quo, que é o que o Emerson Kapaz

(secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo quer." (Kapaz questionou o protocolo assinado pelo Paraná com a Renault).

"O que São Paulo quer é que o Paraná não se industrialize, que a gente continue pagando Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para eles cada vez que compramos um automóvel ou um eletrodoméstico ou um equipamento industrializado", disse Salomão.

Tribuna da Imprensa, 31 de janeiro e 1 de fevereiro de 1998.

metade, mas foram integralmente pagas. O Tribunal de Contas condenou o ex-secretário do Meio Ambiente, Hitoshi Nakamura, a devolver mais de R\$ 20 milhões e a oposição quer uma CPI. O secretário da Casa Civil, Alceni Guerra, admite que Lerner sofreu um desgaste, mas diz que isso já está sendo superado. "Há 24 meses que a oposição não faz uma denúncia nova", lembra Alceni.

Jornal do Commercio, domingo e segunda feira, 14 e 15 de outubro de 2001.

Apropriação indevida de verbas afasta secretário de Saúde no Paraná

Concedida liminar a pedido do Ministério Público

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região concedeu hoje liminar afastando o secretário da Saúde do Paraná, Armando Martinho Bardou Raggio, do cargo de gestor estadual do SUS (Sistema Único de Saúde). O juiz Edgard Antonio Lippmann Júnior determinou o afastamento do secretário por considerar que Raggio e o Esta-

do do Paraná não conseguiram refutar as acusações feitas contra eles pelo Ministério Público Federal. Segundo denúncia do MPF, o Estado apropriou-se indevidamente de verbas do Fundo Nacional de Saúde, provenientes do SUS.

Os recursos, que deveriam ser repassados integralmente aos municípios paranaenses para cobrir despesas de serviços de saúde entre 1994 e 1997, foram deslocados para outras áreas e para o pagamento de débitos esta-

duais, de acordo com Lippmann. "De 377 municípios conveniados ao SUS, apenas Curitiba recebeu a verba integralmente", afirmou o juiz.

Segundo Lippmann, o valor dos recursos desviados ainda não foi apurado. "Mas o TRF já enviou ofício ao governador Jaime Lerner (PMDB-PR) para que o secretário seja afastado do cargo de gestor do SUS até que haja decisão final da ação.

O procurador-geral do Paraná, Joel Coimbra, informou

que o Estado entrará com recurso contra a liminar do TRF no Supremo Tribunal Federal. "Também pediremos ao juiz Lippmann uma releitura do processo.

Armando Martinho Bardou Raggio afirmou que não há possibilidade de desvio de verba do SUS, pois os recursos são depositados diretamente nas contas dos municípios. "O Estado apenas recebe a prestação de contas das prefeituras", afirmou. Justiça Federal manda afastar gestor do SUS do Paraná

Jornal do Commercio, sexta feira, 19 de maio de 2000.

O procurador solicita ao juiz que seja enviado ofício à Receita Federal pedindo as declarações de Imposto de Renda e extratos bancários dos últimos cinco anos dos irmãos Dantas e de todos os seus sócios, incluindo Dório Ferman, Arthur Joaquim de Carvalho e **Rodrigo Bhering de Andrade**.

O MP solicita ao juiz que seja expedida carta rogatória à Justiça de Cayman para que envie os nomes e endereços de todos os acionistas do Opportunity Fund e do CVC/Opportunity Equity Partners nos últimos dez anos. Estes fundos utilizaram-se “irregularmente” do Anexo IV para adquirir o controle de empresas brasileiras privatizadas, diz a ação.

Jornal do Brasil, terça feira, 20 de julho de 2004.

Multa de R\$ 50 milhões

O Instituto Ambiental do Paraná (IAP) fixou em R\$ 50 milhões a multa que a Petrobras vai pagar pelo vazamento de 4 milhões de litros de óleo no Rio Iguaçu. Segundo a empresa, o acidente ocorreu por volta de 15h de domingo, quando um oleoduto da Refinaria Getúlio Vargas rompeu durante operação de bombeamento. No início da manhã de ontem, a mancha de óleo se estendeu por oito quilômetros.

Em nota oficial, o governador Jaime Lerner informou ter determinado a apuração rigorosa das causas do acidente, a fis-

calização das providências tomadas pela empresa e a aplicação da multa de R\$ 50 milhões. Lerner sobrevoou o local atingido pela mancha de óleo acompanhado do presidente da Petrobras, Henri Phillippe Reichstul.

O presidente do Iap, José Antônio Andreghetto, anunciou a criação de uma comissão mista, formada por técnicos do governo estadual e da sociedade, para apurar responsabilidades. Segundo Andreghetto, "o mais urgente é estancar o vazamento, para depois levantar os danos causados à água, fauna e flora da região banhada pelo

Rio Iguaçu". Técnicos do Iap acompanham o trabalho da Petrobras para conter a mancha de óleo, com a colocação de barreiras de contenção ao longo do leito do rio.

A Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) informou que o vazamento não comprometeu os mananciais que fornecem água a Curitiba, uma vez que ocorreu depois do ponto de captação. Em São Mateus do Sul, cerca de 150 quilômetros da capital, uma estrutura de barreiras está sendo montada para impedir o deslocamento do óleo.

Jornal do Brasil, terça feira, 18 de julho de 2000.

Empresas estatais - O assessor jurídico do governo, **Pedro Henrique Xavier**, disse que, na prática, as concessionárias passarão a ser empresas pertencentes ao Estado, como a Copel e a Sanepar. "A desapropriação está amparada na legislação federal e tem como argumento o interesse público, o clamor social", afirmou.

Tribuna da Imprensa, 18 e 19 de novembro de 2000, p. 7.

Reconduzido o Dr Evandro de Menezes como presidente da Caixa Econômica de Paraná. Novo Diretor o Dr. Julio Recha Xavier

Em pouco tempo foi reconduzido como Presidente da Caixa do Paraná e nomeado dirigente dessa Instituição, por um mandato de cinco anos, na vaga do Deputado Franco Sobrinho, o Prof. Dr. Corrêa de Menezes, que dirigira esse estabelecimento de crédito de 1941 a 1946. Trata-se de conhecido jurista, da atual Diretoria do Instituto dos Advogados Brasileiros, do Conselho Técnico da Sociedade Brasileira de Criminologia, Professor de Direito Penal na Bahia, antigo magistrado, promotor público, consultor jurídico, advogado, jornalista e escritor. Deferido o atual Presidente, no seu programa administrativo na Caixa maior atuação nos municípios, ampliação da rede de depósitos, construção direta de conjuntos residenciais, especialmente para os menos favorecidos da fortuna.

Na solenidade de posse dos novos di-

rigentes estiveram presentes autoridades civis, militares e eclesásticas, destacando-se o representante do Governador, o Sr. Souza Naves, Diretor do Banco do Brasil, o Barão Arrêtuppe de Curitiba, D. Manoel da Silveira D'Elboux, os Brigadeiros Fausto Jussara e Lauro Mercadal, o General Lara Tavares, diversos deputados estaduais e vereadores, Secretários de Estado, dirigentes, autoridades locais, bem como o pessoalismo da Instituição que obteve ao Presidente Corrêa de Menezes, na ocasião, expressiva placa de ouro, sendo orador o Subsecretário Sr. Mário Lócio.

A foto é um aspecto da solenidade quando o Dr. Corrêa de Menezes era cumprimentado pelo novo Diretor da Caixa, o prestigioso líder trabalhista, deputado **Julio Recha Xavier**, que também assume o cargo.



Magnífico flagrante da posse do Dr. Evandro Corrêa de Menezes, na presidência da Caixa Econômica do Paraná, e Dr. Julio Recha Xavier, de Diretor da mesma Instituição de Crédito. Ver-se, entre numerosas autoridades e pessoas gratas, o Sr. Abílio Souza Naves, Diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

Accioly reivindica uma das vagas do PMDB

Dois recursos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) - um ordinário e um especial - deram entrada no TRE paranaense pedindo: a) a declaração da ilegalidade da diplomação do deputado federal **Direitos**. Walber Guimarães "motivada por erro quanto à aplicação da lei, e, conseqüentemente determinar o cancelamento da mesma diplomação"; b) a reelaboração e remanejamento do quociente eleitoral; c) a proclamação de Francisco Accioly Rodrigues da Costa Neto como titular de uma vaga em consequência da anulação dos votos atribuídos a Maurício Nasser e Basílio Vilani; d) a anulação de todos os votos atribuídos aos dois candidatos que tiveram seus registros cassados e não a sua contagem como votos de legenda do PMDB.

Os recursos foram impetrados pelos advogados Rolf Koerner Junior, **Sérgio Botto de Lacerda** e **Giovani Gionedis**, em nome do Partido da Juventude, do Partido Democrático



* **Accioly Neto:** Direitos.

Trabalhista (PDT) e Francisco Accioly Rodrigues da Costa Neto, primeiro suplente de deputado federal, pelo PDT. Os dois recursos, que versam sobre o mesmo assunto, têm o mesmo segmento de raciocínio e se baseiam na lei 4.737, de 15 de julho de 1965, que criou o Código Eleitoral, e que em seu artigo 175, parágrafo 3º declara que "serão nulos, para todos os efeitos, os votos dados a candidatos inelegíveis ou não registrados".

Ao proferirem a sentença de cassação dos registros de Maurício Nasser e Basílio Vilani, os juízes do TRE invocaram o parágrafo 4º desta mesma lei, que foi acrescido através da lei 4961/66 que sentença que havendo decisão de inelegibilidade ou de cancelamento de registros depois da realização da eleição a que concorreu o candidato alcançado pela sentença "os votos serão contados para o partido pelo qual tiver sido feito o seu registro".

Mas segundo os advogados de Accioly Neto, em 1985, a lei 7.332, de 1º de julho, no seu artigo 20, revogou a anterior (lei 7179) restabelecendo a redação original do artigo 175. Sendo assim - entendem os advogados, pela lei vigente, "uma vez declarada a inelegibilidade e, conseqüente-

mente, cancelando o registro, a votação auferida pelo candidato consider-se-á nula para todos os efeitos".

Se é assim - afirmam os advogados - não poderiam ser diplomados os primeiro e segundo suplente do PMDB, como ocorreu no último sábado, "mas o primeiro suplente do PMDB e o primeiro suplente do PDT, respectivamente os deputados Oswaldo Trevisan e Francisco Accioly Neto". Isso porque, anulados os votos de Nasser e Vilani, muda o quociente eleitoral e, de acordo com o novo cálculo, uma das vagas continua pertencendo ao PMDB e outra ao PDT que terá oportunidade, assim, de eleger dois representantes à Câmara Federal: Aírton Cordeiro e Accioly Neto, que ficou na primeira suplência.

O recurso ordinário foi impetrado pelos advogados Rolf Koerner Junior, **Sérgio Botto de Lacerda** e **Giovani Giobedia**, em nome do PDT e de Accioly Neto; o recurso especial inclui também o Partido da Juventude "pois são partes legítimas". Argumentam os advogados que o PJ reveste-se de legitimidade para recorrer porque foi quem representou contra o candidato a deputado federal, pelo PMDB, Basílio Vilani.

Correio de notícias, 24 de dezembro de 1986, p. 2.

PARANÁ Montante chega a R\$ 1 bilhão

Justiça impede Itaú de executar suposta dívida

EVANDRO FADEL
DA AGENCIA ESTADO

O Banco Itaú e o Governo do Paraná estão em mais uma batalha jurídica. Na última sexta-feira, o Itaú tentou executar uma dívida de R\$ 1 bilhão do Governo estadual no prazo de 24 horas, sob pena de penhora. "Fomos surpreendidos", disse o procurador-geral do Estado, **Sérgio Botto de Lacerda**. O Governo recorreu e, na segunda-feira, o Tribunal de Justiça suspendeu liminarmente a tramitação da execução do título extrajudicial.

A execução relaciona-se a um contrato que o antigo Banestado celebrou com o Governo,

quando o banco foi vendido ao Itaú. Segundo o Governo, o contrato foi imposto pelo Banco Central (BC) e previa que títulos "podres" de Alagoas, Osasco, Guarulhos e Santa Catarina, que integravam o patrimônio do Banestado, passassem para o Estado. Autorizado pela Assembléia, o Governo comprou-os.

Foram dadas como garantia ações da Companhia Paranaense de Energia (Copel). O Governo atual alega que a lei autorizatória não previa que as ações fossem ordinárias. "Apesar disso, o contrato celebrado entre o Banestado e o Governo, extravasando os limites desta autorização, deu em caução 49% das

ações ordinárias da Copel", afirmou Lacerda.

O Banco Itaú considera-se credor de R\$ 1 bilhão decorrentes deste contrato de venda dos títulos podres. Na Justiça Federal há duas ações procurando anular o contrato.

Ontem pela manhã o governador Roberto Requião (PMDB) classificou a ação do Itaú como "retaliação" em razão de ele ter retirado do banco o direito de concentrar a movimentação de recursos do Estado. O Governo questiona também o aditivo ao contrato que ampliou até 2010 o prazo que o banco teria exclusividade sobre essas contas, que venceria este ano.

Jornal do Commercio, 7 de dezembro de 2015, p. A5.

Uma liminar contra a PUC

Foi concedida na tarde de ontem a liminar em mandado de segurança impetrado pelos estudantes da PUC contra o reajuste das semestralidades. A decisão foi tomada pelo juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública, Clotário de Macedo Portugal Neto. Agora, os 30 estudantes que entraram poderão fazer o pagamento da semestralidade com o reajuste de 35%, desprezando o que foi proposto pela PUC.

Os outros 15%, que devem ser negociados não poderão ser cobrados antes, conforme a decisão do juiz. Caso a negociação resulte em mais algum aumento, eles só serão pagos depois da homologação do valor. Ontem mesmo o oficial de Justiça já notificou o reitor da PUC, Euro Brandão, que participava de um encontro para discutir a universidade, no Parque Santa Maria, em Almirante Tamandaré.

Agora, os demais alunos da Católica poderão entrar como co-autores do mandado. Para isso, eles devem entrar em contato com os advogados Rogério Distéfano, Paulo Roberto Muniz e Samuel Gomes dos Santos, ou com o próprio DCE da PUC.

A FESP – Fundação de Estudos Sociais do Paraná foi a primeira instituição de ensino superior de Curitiba que já entrou em acordo com os estudantes sobre o reajuste das semestralidades. Após as negociações entre o presidente da FESP, Joaquim de Almeida Peixoto, e os diretores do Diretório Acadêmico Peter Van Linschoten, Nerivaldo Fontanella e Ubirajara Schreiber, ficou acertado que o aumento seria de 50%.

Este aumento está 5,25% abaixo do determinado pelo governo. Para os diretores do Dafesp, “esta foi uma vitória dos estudantes, pois eles já sabem quanto vão gastar com o ensino. A FESP cobrava Cz\$ 1.813,30 no semestre passado. Com o aumento, o valor passou para Cz\$ 2.719,00. Esta semestralidade é para todos os cursos e pode ser paga em cinco vezes, conforme ficou decidido no acordo.

O SEDC – Serviço Especial de Defesa ao Consumidor do Ministério Público está esclarecendo à população que, conforme a legislação existente sobre o assunto, o pagamento da primeira semestralidade de 87 deve ser paga somente com um reajuste de 35%, que devem ser negociados, somente devem ser pagos como antecipação dos valores da segunda semestralidade de 87. Este valor deve ser deduzido do que for cobrado no próximo semestre.

Um importante papel na aproximação entre Requião e Lerner está sendo feito pela Secretaria de Fazenda do estado, cujo titular, **Heron Arzua**, foi secretário de Lerner até fevereiro passado, à prefeitura interessa acabar com um longo período de bloqueio de parte de seu ICMS nos cofres do estado, por conta de uma dívida da cidade industrial.

Taxado por Requião de “prefeito dos ricos” e de uma série de adjetivos impúblicáveis, Jaime Lerner, parece ter aprendido lições com seu líder Brizola, candidato declarado ao governo em 1994, ele poderá vir a ter o apoio de Requião, caso tome o partido do governador na briga pessoal deste com o senador José Eduardo de Andrade Vieira (PTB), também um aspirante ao Palácio Iguazu. Do seu lado, Lerner pode também oferecer a Requião uma sonhada aproximação com o governador do Rio.

Atelier Ivan — 7/2/90

● Novo secretário

Heron Arzua, advogado especialista em Direito Tributário, assumirá em breve a Secretaria da Fazenda do Paraná. No período de 1967-1968 ele ocupou o cargo de assessor-chefe da secretaria, tendo presidido também a Comissão Consultiva do ICM.

O futuro secretário é pós-graduado em Política de Administração Tributária pela Fundação Getúlio Vargas além de possuir diploma na área de Fiscalização do Ministério da Economia e Finanças da França. Além de fundador e atual membro do Conselho de Contribuintes e recursos Fiscais do Paraná, Heron foi procurador-geral do município de Curitiba e subprocurador-geral da Fazenda Nacional em Brasília. Atualmente ele também exerce o cargo de consultor jurídico da Associação Comercial do Paraná.

OS LIBERADOS

- 1) Daniel Valente Dantas
- 2) Verônica Valente Dantas
- 3) Daniele Silbergleid Ninnio
- 4) Arthur Joaquim
de Carvalho
- 5) Carlos Bernardo
Torres Rodenburg
- 6) Eduardo Penido Monteiro
- 7) Dório Ferman
- 8) Itamar Benigno Filho
- 9) Norberto Aguiar Tomaz
- 10) Maria Amália Delfim
de Melo Coutin
- 11) Rodrigo Bhering
de Andrade

Correio Braziliense, 10 de julho de 2008, p. 3.

Os aprovados no concurso para procurador

O Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado divulgou o resultado final do concurso para Procurador Geral do Estado. Segundo o edital nº 10/89 expedido pelo Procurador Geral do Estado, a classificação é a seguinte:

1º lugar Luiz Edson Fachin, 2º lugar Celso Luiz Ludwig, 3º lugar Orestes Dilav, 4º lugar Bento Graf, 6º lugar Walter Claudius Rothemburg, 7º lugar Claudia de Souza, - 8º lugar - Lilian Acras, 9º lugar **Isabel Cristina Marques**, 10º lugar Marcia C. R. Rodrigues Alves, 11º lugar Clayton

Maranhão, 12º lugar Angela C. C. Caetano Ferreira, 13º lugar Josué Grotti, 14º lugar Marcio Luiz Ferreira da Silva, 15º lugar Inete Cristina de Andrade Gaio, 16º Pedro N. da Costa Bispo, 17º lugar Hatsuo Fukuda, 18º lugar Eroulths Cortiano Junior, 19º lugar Pedro Domaiski, 20º lugar Débora Franco de Godoy, 21º lugar João Vicente de Oliveira, 22º lugar Denise Hammerschmidt, 23º lugar Jozelia Nogueira Broliani, 24º lugar André Renato Miranda Andrade, 25º lugar José Anacleto Abduch Santos e 26º lugar Marisa Zandonai Moreira.

■ **VIDA DE MARAJÁ** - Os conselheiros do Tribunal de Contas do Paraná estão como o diabo gosta. Quando viajam, hospedam-se em hotéis de luxo, com diárias de até R\$ 490,00 – como foi o caso do Hotel Renaissance, de São Paulo, recentemente. O curioso é que as diárias pagas pelo TC aos seus conselheiros (R\$ 260,00) não são suficientes para custear o fausto.

Consta que um deles, **Rafael Latauro**, gozou férias três vezes, este ano. (Claudio Humberto Rosa e Silva)

Jornal do Commercio, 7 a 13 de novembro de 1999, p. 17.

Poder, pode

O conselheiro **Rafael Latauro**, do Tribunal de Contas do Paraná, nega que tenha gozado férias três vezes este ano, mas adverte que - constitucionalmente - isso é possível.

Eis um dispositivo legal que merece ser revogado.

Tribuna da Imprensa, 27 de outubro de 1999, p. 7.

■ Mera coincidência

Lembram quando eu falei que os conselheiros do Tribunal de Contas foram a Aracaju, para um encontro nacional de TC's na maior mordomia?

Recebi um telefonema de um amigo me dizendo que a coisa não era bem aquela. Como é uma fonte insuspeita e fidedigna, aceitei a argumentação. Na verdade, não foram seis os conselheiros viajantes, mas 4 e as diárias não eram de 40 mil por cabeça. A nota fiscal nº 1902, empenhada no TC, prova que foram mesmo 4 os viajantes e que o custo das passagens foi de Cr\$ 132.760,00, adquiridas na Hoje Turismo, no dia 23/04/90.

Coincidência ou não, consta que a Hoje Turismo é de propriedade de **Rafael Iatauro**, um dos conselheiros e que também por coincidência foi um dos representantes do TC no encontro de Aracaju.

Correio de Notícias, 10 de maio de 1990, p. A-4.

Iatauro em Londrina

O presidente do Tribunal de Contas do Paraná, **Rafael Iatauro**, vem amanhã a Londrina, para falar na ACIL, durante Seminário Sobre Empresas Municipais. Terão como anfitrião o prefeito Antonio Belinati e o auditor do Município de Londrina, o prof. Kakumen Kiosen. O seminário reunirá empresas públicas e sociedades de economia mista de nível municipal e técnicos dessas entidades.



Correio de Notícias, 8 de outubro de 1992, p. 12.



(<https://contas.tcu.gov.br/etcu/ObterDocumentoSisdoc?seAbrirDocNoBrowser=true&codArqCatalogado=3865844>; acesso em 08/02/2018).

ITAMAR DEMITE ALIADOS DO VICE

■ O governador de Minas Gerais, Itamar Franco (PMDB), anunciou na noite de ontem o início da reforma administrativa que fará no governo e, em um único despacho, demitiu vários aliados do vice-governador Newton Cardoso (PMDB), com quem se indispôs recentemente. O governador pretendia manter o atual secretariado até o início de abril, quando os políticos com cargo no Executivo que disputarão as eleições terão que deixar os seus postos, mas decidiu pela antecipação depois das rugas com o vice. Candidato declarado ao governo do Estado, Newton discordou frontalmente do governador quando este passou a considerar a reeleição no caso de não viabilizar sua candidatura à Presidência da República. Entre os principais *newtistas* exonerados, estão o diretor-geral do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, Maurício Guedes, e o presidente da Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário, **Caio Júlio César Brandão Pinto**. O grupo de influência *newtista* no governo atua principalmente no setor de Obras e Transporte, Saúde e em órgãos da administração indireta. (Agência Folha)

Mais sete estudantes tiveram sua prisão preventiva decretada pelo Conselho Permanente de Justiça da 5.ª Região Militar, em sua última reunião, realizada na sexta-feira. Outros três estudantes que respondem pelo mesmo processo não tiveram a mesma medida. Os sete que estão com prisão preventiva decretada são: Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Dea Silvia Pereira, Elinor Mendes Brito, Olien Lustosa de Moraes, Rosa Viana de Castro, José dos Reis Garcia, e Romeu Bertloli.

Os três estudantes que não estão

com prisão preventiva são: Nécio Jaques Pereira, Maria Joaquim Marques Brito e Mauro Daison Otero Goulart.

Estão todos incurso em artigos da Lei de Segurança Nacional (atual e antiga), acusados de terem participado da fundação de dois comitês regionais do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário no Paraná — PCRB — com a finalidade de transformar o regime vigente no Brasil em uma Democracia Popular, para posterior ingresso no Socialismo.

Diário do Paraná, 14 de junho de 1970, não paginado.

Exílio

O procurador geral do Estado, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, foi o único orador na solenidade de abertura das comemorações da Semana da Pátria, ontem de manhã.

E emocionou muita gente ao lembrar seus sentimentos em relação aos dez anos de exílio no Uruguai, Chile, Dinamarca, São Tomé e Príncipe, na África (de janeiro de 1970 à agosto de 1979).

Marés comparou a sua luta

e a de tantos brasileiros pela justiça e liberdade às manifestações que tomam conta, hoje, das ruas no Brasil.

-- Quando vejo o povo de volta às ruas, em canto de liberdade, reclamando comportamento ético, tradução política da Justiça, sinto que o rosto de cada um, espelho da Pátria, reflete uma expressão feliz, porque quando o povo vai às ruas a Nação se levanta, e se cria um momento de tensão e dor, se cria também um momento de esperança...

Correio de Notícias, 2 de setembro de 1992, p. 4.

Brasília - J. França



Sem remorso

Presidente da Funai diz por que demitiu sertanista

RENATA GIRALDI

BRASÍLIA - O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Carlos Frederico Marés de Souza Filho, disse ontem ao JORNAL DO BRASIL que o sertanista Orlando Villas Bôas, de 86 anos, demitido por ele via fax, deveria ficar constrangido de receber o salário de R\$ 1.300,00 (referente ao cargo de assessor especial) sem estar trabalhando. "Ele é que deveria estar constrangido por receber sem trabalhar, não eu", comentou ele. "Tenho profundo respeito pelo Orlando Villas Bôas. Mas não tenho medo de mexer em ícone", completou.

Aparentando serenidade, Marés - advogado especialista em assuntos indígenas - reuniu ontem sua assessoria mais próxima para discutir as reivindicações dos índios Xavantes. Porém, a polémica em torno da demissão de Villas Bôas virou o principal assunto do encontro. Para os assessores, explicou: "O caso está totalmente encerrado. Seria redundante e antiético mantê-lo aqui na Funai. Gostaria que ele tivesse compreendido isso".

Aposentadoria - Segundo a Funai, o sertanista não poderia receber o salário como assessor especial porque obteve do governo o direito a uma aposentadoria especial, autorizada no ano passado, no valor de R\$ 1.316,00. Mas o que aborreceu Villas Bôas foi o fato de ter sido informado da demissão via fax. Na ocasião, disse que foi "grosseira e indelicada" a forma como soube da sua exoneração. Entretanto, o presidente da Funai discordou do indigenista. "Não tenho reparo algum a fazer. Fui muito delicado, não deselegante. Não telefonei porque não tenho intimidade com ele para isso", justificou.

Dificuldade - Marés é considerado um bom conhecedor dos assuntos indígenas. Mas tem dificuldades em aproximar-se dos sertanistas e antropólogos mais antigos, dos quais mantém distância. Ao saber das críticas sobre a decisão de demitir Villas Bôas, reagiu explicando que está "reorganizando" o órgão.

Apesar da demonstração de segurança, a permanência de Marés é incerta. Até mesmo seu padrinho, o filósofo Márcio Santilli reconheceu entre amigos que ele não agiu de maneira correta ao demitir o sertanista. Também houve reprovação por parte de indigenistas, antropólogos, políticos e funcionários antigos da Funai.

Marés acha que Villas Bôas é que deveria ficar constrangido

Jornal do Brasil, 3 de fevereiro de 2000, p.5.

DESIGNANDO:
 — Carlos Frederico Marés de Souza para exercer as funções de Membro e Presidente do Conselho Administrativo da Caixa de Habitação Popular, enquanto perdurar o afastamento de Mário Augusto de Queiroz.

O Dia, 7 de março de 1953, p. 2.

NOTÍCIAS DE PALMAS

PALMAS, 7 (Do correspondente) — Encontra-se de regresso a esta cidade, ha dois dias, acompanhado da Exma. familia, o deputado por este Município dr. Iracy R. Vianna, o que constituiu motivo de satisfação para o seu vasto círculo de amigos e a população em geral. As notícias alvareiras que trouxe ao seu povo e nosso destacado representante na Assembléa Legislativa do Estado, referentes aos empreendimentos que estão sendo e serão levados a efeito pelo dinâmico Governador do Estado neste Município, encheram de mais justo júbilo toda a população palmense, mórmente quanto a construção da ponte sobre o rio Chopim, no Passo do Pínhai, obra inadiável e que assegurará a colonização do fertilíssimo vale do Iguaçu.

Realizou-se ontem nesta cidade, com a presença de todas as autoridades locais e grande assistência, a solenidade da inauguração do edificio do Forum, recentemente totalmente reformado e convenientemente mobiliado pelo Governo do Estado.

O ato foi presidido pelo exmo. snr. dr. Arthur Heráclio Gomes Filho, Juiz de Direito da Comarca que, em brilhante alocução, congratulou-se com o Governo do Estado e com seus jurisdicionados pela significação da solenidade que se realizava, declarando inaugurado o instalado e Fo-

rum. Com a palavra o dr. Carlos Frederico Martins de Souza, Promotor Público da Comarca, disse da satisfação que sentia a familia judiciária palmense em ter hoje uma sede condizente com a dignidade da Justiça e rendeu homenagem de respeito e reconhecimento ao exmo. snr. Governador do Estado.

A seguir usou da palavra o deputado Iracy R. Vianna que na qualidade de representante do exmo. snr. Governador Moysés Lupion, congratulou-se com a Justiça local e a população em geral pelo importante acontecimento que vinha demonstrar o carinho e acatamento com que o Governo do Estado procura destacar a majestade da Justiça. Externou também o orador a gratidão de Palmas ao exmo. snr. Governador pelo o que já realizou e está realizando no Município.

Usou ainda pa palavra, em nome do Legislativo Municipal, o vereador Elias Pacheco Cleto que destacou a significação do ato para a vida forense da Comarca.

Foi finalmente declarada encerrada a audiência especial de instalação e depois de convenientemente sepada a competente sta. e Meretíssimo Juiz de Direito convidou os presentes a visitarem todas as dependências do edificio, causando a todos a melhor das impressões.

Delazari

A Assembleia Legislativa já designou os deputados que irão integrar a comissão especial que terá a incumbência de analisar a indicação, pelo governador Mário Pereira, de **Luiz Carlos Delazari** como novo procurador-geral de Justiça.

Integram a comissão os deputados Toti Colaço, do PMDB; Erondy Silvério, do PTB; Colombino Grassano, do PL; Hermas Brandão, do PSDB; e Nilton Barbosa, do PST.

Em três dias, a contar de hoje, a comissão deve entregar à mesa da Assembleia um parecer sobre a indicação. Depois, a decisão caberá ao Plenário que, em votação secreta, e por maioria dos presentes, confirmará ou não o nome de Delazari, o que deverá ocorrer na terça ou quarta-feira da semana que vem.

Correio de Notícias, 11 de março de 1992, p. A-2.



Correio de Notícias, 8 de maio de 1992, A-4

Secretários de segurança solidários a Beltrame

O Presidente do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública (CONSESP), **Luiz Fernando Ferreira Delazari**, que é secretário estadual de Segurança do Paraná, divulgou ontem uma nota em que manifestava solidariedade e pesar pelo falecimento do Sargento Natan Evaristo da Silva. Segurança e motorista do Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame. Silva foi assassinado ontem com cerca de 30 tiros supostamente ao reagir a um assalto na Linha Amarela. Na mesma nota, Delazari, em nome dos Secretários de Segurança de todo o Brasil, deu apoio à política de segurança pública do Rio de Janeiro.

Jornal do Brasil, 2 de março de 2008, p. A-20.

Criticada na Assembléia a prisão de operários

A apresentação de um requerimento ao Ministro Murilo Macedo, do Trabalho, pedindo a liberação de todos os operários, líderes sindicais e religiosos presos e a realização de quatro discursos contrários a posição assumida pelo Governo com relação à greve do ABC foram os principais temas da sessão de ontem, na Assembléia Legislativa.

O deputado Nelton Friedrich (PMDB-Toledo) apresentou requerimento dirigido ao Ministro da Justiça, onde pede a pronta liberação de todos os presos em São Paulo "em razão da greve econômica dos metalúrgicos, para que possam responder em liberdade e com ampla defesa, colocando-se um fim às detenções arbitrárias e aplicação de leis de exceção, como a famigerada Lei de Segurança Nacional".

QUEBRADA

Por sua vez, falando no pequeno expediente, o deputado Mário Celso (PTB-Curitiba) criticou a repressão em São Paulo afirmando que "finalmente está quebrada a estrutura da frágil democracia, mostrando uma realidade evidente e triste. A greve na região do ABC serviu de instrumento para abalar a caricata democracia. Prisões arbitrárias e violentas cometidas contra os tra-

de hoje, nossa liberdade é vigiada, com muitos mistérios. Todo o aparelho de repressão está montado (salva-guardas estão amostra). Caminhamos numa estrada cheia de armadilhas, sujeitos a cair num buraco a qualquer momento, sem aviso".

ESMAGAMENTO

Noutro pronunciamento a respeito do mesmo tema, o deputado **Darcy Deitos** (PMDB-Campo Mourão) disse que "o que a Nação brasileira viu e assiste foi na realidade o esmagamento do sindicato brasileiro, e com isso a perda total dos trabalhadores de reivindicar seus direitos, os quais são inalienáveis".

Já o deputado Gernote Kirinus (PMDB-Marechal Cândido Rondon) destacou que o que ocorre na prática não é uma abertura, "mas sim um penhor". E continuou: "Ainda anteontem abriram a cabeça de um operário com uma cacetada. Em São Paulo foram abertos os portões dos quartéis de polícia e estes foram soltos na rua para prender e matar operários. Abriam-se caminhos para a violência contra o movimento pacífico dos operários, em São Paulo. Abriam-se os cofres das poderosas seguradoras para indenizar uma Volkswagen em seis milhões de

Diário da Tarde, 23 de abril de 1980. p. 2.

● **COM REQUIÃO**
O tucano Darcy Deitos anunciou ontem que, contrariando a orientação do PSDB, está apoiando a candidatura de Roberto Requião ao governo do Estado.

Correio de Notícias, 9 de julho de 1990, p. A-4.

Liberação de verbas

O deputado federal **Darcy Deitos** enviou esta semana correspondência ao prefeito Augustinho Vecchi anunciando por parte do governo federal a liberação de recursos para o município, aprovadas para o Orçamento da União, deste exercício financeiro.

Serão beneficiados a Santa Casa de Misericórdia, a área de habitação e a Estrada Boiadeira, obras de grande prioridade para o Campo Mourão, e região.

Através do ofício 217/90, o deputado explica que as emendas estão contidas no orçamento do governo federal de 90, e que vão poder atender num breve espaço de tempo toda a comunidade atingida pela micro-região 12. Na área de habitação serão investidos 5 milhões de cruzeiros. Em termos regionais serão beneficiados a Santa Casa Regional, com recursos de 25 milhões de cruzeiros, a serem investidos nas obras do ambulatório, e ainda a Estrada Boiadeira com cinco milhões de cruzeiros, para obras de pavimentação.

Correio de Notícias, 2 de dezembro de 1990, p. D-4.

ARENA ganhou mais uma Prefeitura: Ivaiporã

A ARENA ganhou mais uma prefeitura, com os resultados da eleição de domingo no município de Ivaiporã, onde foi vencedor o candidato da ARENA-I, Adail Bolívar Rother, com 7.901 votos. Ivaiporã era o único município paranaense onde não tinham sido realizadas eleições pois a convenção arenista que escolheu os concorrentes à eleição de 15 de novembro foi anulada.

Aproveitando também a nova data, o MDB, que até então não tinha registrado candidato, apresentou o nome de Benedito Aparecido de Oliveira, que obteve 968 votos, enquanto o candidato da ARENA-II Alcebladas Alves recebeu 1.719 votos. Dos 16.137 eleitores de Ivaiporã, votaram 11.401 eleitores, sendo 10.588 válidos, 283 em branco, 530 nulo; 4.730 não compareceram.

ELEITOS

A ARENA elegeu o prefeito, Adail Bolívar Rother, que recebeu 7.901 votos, contra 1.719 da dos a Alcebladas Alves, também da ARENA. A Aliança Renovadora Nacional elegeu também todos os nove vereadores para a Câmara Municipal que são os seguintes: Alfredo Rocha Nene, 1.218 votos; Alveir Rocha Andrade, 1.104; Celestino Alves de Souza, 791; Osmando Christen,

789; José Soares Gomes, 630; Aparecido Francisco, 613; Marle no Rother Goes, 553; Renato Croceta, 522 e Benedito Donato de Lima, 400.

Concorreram ainda pela ARENA: Alípio Fernandes Costa, Geraklo Vicente Rodrigues, José Batistela Filho, José Muraro So-

brinho, Noberto Lopes (primeiro suplente), Vicente de Souza Rabelo, Rubens Novick, e Valdemar Garcia Leal. Pelo MDB concorreram Dirceu Fernandes, Antônio Homenzuk, Alcides Vendramini, Aloisio Boing, Leonel Simões, Ivo Brighenti e Vitorino Xavier.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO

DO PARANÁ — FUNDEPAR

AVISO

TOMADA DE PREÇOS N.º 22/72

EDITAL N.º 23/72

A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ-FUNDEPAR, torna público, para conhecimento dos interessados, que a abertura das propostas relativas a TOMADA DE PREÇOS n.º 22-72, EDITAL n.º 23-72, fica, por motivos de ordem administrativa, transferida para as 15:00 (quinze) horas do dia 22 (vinte dois) de dezembro de 1972, no mesmo local já fixado.

Curitiba, 13 de dezembro de 1972

a) PAULO BITTENCOURT BELTRÃO

Diretor Superintendente

Diário de Paraná, 20 de dezembro de 1972, p. 5.

AGPART (CANT - MB)

DR: Renato Torres de Faria

Debêntures da 1ª emissão, série única, ex-juros, ex-amortização final / Vencimento

Em 17/12/2012 a Andrade Gutierrez Participações S.A. pagará juros no valor de R\$ 1.295,057626 e amortização final no valor de R\$ 33.340,00 por debênture, não conversíveis, da 1ª emissão, série única, emitidas em 15 de dezembro de 2006.

Norma: a partir de 17/12/2012 debêntures da 1ª emissão, série única, ex-juros, ex-amortização final e deixam de ser negociadas em razão de seu vencimento.

Jornal do Commercio, 18 de dezembro de 2012, p. B-4.

Sanepar

No Paraná, a briga é entre o governo do estado e a Dominó Holdings, criada em 1998 para participar da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) por Andrade Gutierrez Concessões (27,5%), Opportunity Dalth (27,5%), Sanedo (30%) e Copel (15%). A Sanedo foi criada por espanhóis e franceses. Em 1998, o estado do Paraná obteve R\$ 249,8 milhões (US\$

217 milhões à época) em um leilão em que ofereceu 40% do capital votante a investidores privados. Em fevereiro de 2003, o recém-eleito governador do estado, Roberto Reginião, decretou a nulidade do negócio.

Durante a campanha, ele havia dito que o contrato, firmado durante o governo anterior, era bom apenas para os "franceses", que estavam mais interessados em auferir lucros

com a cobrança de tarifas. A Dominó ingressou com um mandado de segurança no Tribunal de Justiça do estado para manter a parceria conforme o pactuado, perdeu e recorreu ao Superior Tribunal de Justiça, que deve se manifestar nesta semana. "Essa instabilidade para o investidores é uma pedra no sapato", lamenta Renato Torres de Faria, diretor da Andrade Gutierrez Concessões.